

ALINE ELIS ARBOIT

**O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO SOCIOCOGNITIVA DO
DOMÍNIO DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO A PARTIR DOS
TRABALHOS CIENTÍFICOS DOS CONGRESSOS DA ISKO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - Unesp, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. José Augusto Chaves
Guimarães

Marília
2014

A666p Arboit, Aline Elis
O processo de institucionalização sociocognitiva do domínio de Organização do Conhecimento a partir dos trabalhos científicos dos congressos da ISKO/Aline Elis Arboit – Marília, 2014.

285 f.; 30 cm

Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2014.

Orientador: José Augusto Chaves Guimarães.

1. Organização do conhecimento. 2. Institucionalização sociocognitiva. I. Autor. II. Título.

CDD 025.4

ALINE ELIS ARBOIT

**O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO SOCIOCOGNITIVA DO DOMÍNIO
DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO A PARTIR DOS TRABALHOS
CIENTÍFICOS DOS CONGRESSOS DA ISKO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - Unesp, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães
Orientador
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Prof. Dr. Antonio Garcia Gutiérrez
Universidad de Sevilla

Profa. Dra. Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos Dodebei
Universidade do Estado do Rio de Janeiro– UNIRIO

Profa. Dra. Leilah Santiago Brufrem
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Prof. Dr. Fábio Assis Pinho
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Marília
2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, João e Maristela, pelo incentivo e apoio em tudo o que diz respeito a buscar conhecimento. Também agradeço meu filho, Pedro, por ter sido compreensivo nas horas em que sua mãe não pode lhe dar a devida atenção. Ao meu namorado, Tiago, pela companhia, apoio e carinho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães, por ter me orientado e pelo apoio.

À Prof. Dra. Leilah Santiago Bufrem, por ter me orientado na graduação, no Mestrado e, desse modo, ter me ajudado a concluir o Doutorado e, ainda, por ter me apresentado Bakhtin.

Ao Prof. Dr. Antonio Garcia Gutiérrez, pela disponibilidade para o diálogo, pela franqueza e pelas contribuições feitas durante minha estada na Espanha.

À Profa. Dra. Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos Dodebei e ao Prof. Dr. Fábio Assis Pinho por participar da minha banca.

Aos meus amigos e colegas Gustavo Meletti Ferreira, Rúbia Martins e Rene Faustinho Gabriel Junior pelo apoio, pelas conversas, pela companhia e pelas risadas.

À Profa. Dra. Rosa San Segundo, da Universidad Carlos III de Madrid, pela oportunidade concedida para o estágio de pesquisa no exterior.

À Capes e à Fapesp por financiar meus estudos de Doutorado.

Ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por ter me concedido licença sem vencimento de até dois anos, tempo que destinei para elaboração dessa tese.

A razão teórica em sua totalidade não é senão um momento de razão prática, isto é, da razão decorrente da direção moral de um sujeito único no evento do existir singular (BAKHTIN, 2010, p. 58-59).

(...) aquele que pensa teoricamente, contempla esteticamente e age eticamente (...) (BAKHTIN, 2010, p.79).

RESUMO

Descrever e interpretar parte do permanente processo de institucionalização sociocognitiva do domínio de Organização do Conhecimento (OC) trata-se do objetivo central dessa tese. Para tanto, procedeu-se análise diacrônica da linguagem utilizada, expressa e registrada pela comunidade científica domínio nos congressos da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO), entendendo esta entidade como representativa da área em função do papel de centralidade que adquire. A produção científica dos eventos promovidos pela ISKO foi considerada fonte valiosa para se detectar posturas ideológicas dominantes periodicamente adotadas via análise dos discursos fixados nos documentos. Foram abordadas questões referentes à linguagem, à memória e ao conhecimento, como resultado da interação entre o sujeito e o seu meio. Buscou-se aporte teórico no Círculo de Bakhtin (CB), sobretudo no que se refere ao caráter social e ideológico do signo linguístico e sobre o conceito dialogismo entre os signos, pilar que sustenta a tese bakhtiniana sobre o caráter intersubjetivo da linguagem. Também foram resgatadas as concepções a relação entre a memória individual e a memória coletiva e o dialogismo pode ser tratado como um meio de memória e, logo, um meio de acesso ao conhecimento. Foram selecionados do referencial teórico das áreas de CI e OC os conceitos que tratam das implicações desses processos interativos para atividades de produção, organização e uso da informação e do conhecimento. Quanto ao processo de institucionalização, buscaram-se subsídios principalmente em Whitley (1974) sobre o conceito de institucionalização científica e a relação de reciprocidade entre as instituições sociais e cognitivas. Informações sobre marcos teóricos constituintes do domínio de OC foram trazidas, elaborando-se uma análise diacrônica sobre o processo de teorização do domínio baseado no uso do termo “Organização do Conhecimento”, tendo em vista as primeiras formulações teóricas sobre classificação bibliográfica. Em seguida, passou-se à descrição do processo de fundação e desenvolvimento da ISKO, em que foram analisados os enunciados empregados nos temas, nos subtemas e sua correlação com os autores dos trabalhos apresentados e com os organizadores das onze edições das conferências internacionais promovidas pela sociedade bianualmente entre 1990 e 2010. Os termos analisados foram considerados enunciados que incorporam as relações dialógicas entre as correntes de pensamento coletivamente consideradas mais significativas em cada contexto. Para sistematizar os enunciados levantados, foram construídas duas redes por evento, uma apresentando graficamente a relação entre os subtemas e títulos dos trabalhos e a outra a relação entre os subtemas e os autores, conforme publicado em cada *proceedings*. Também foi realizada análise da produção científica dos pesquisadores responsáveis pela organização de cada edição do evento, contrapondo com os dados encontrados aos temas e subtemas, entendendo dessa forma que os organizadores, devido à posição que ocupam na realização de cada evento, teriam maiores meios de influência no processo de elaboração dos eixos temáticos nas edições de cada evento. Isso possibilitou a análise e a interpretação por meio da categorização dos dados em oito grupos temáticos e a representação das orientações filosóficas por cores, além do estabelecimento de uma trajetória temática diacrônica a partir da construção de mapas conceituais representativos dos principais conceitos, abordagens e autores correspondentes. A partir do mapeamento realizado, podem-se visualizar de modo geral as interferências espaço-temporais no desenvolvimento sociocognitivo do domínio em questão e, com efeito, a alternância de opções ideológicas e orientações filosóficas que um grupo de sujeitos ou que uma instituição tem feito durante sua trajetória.

Palavras-chave: Institucionalização sociocognitiva; Organização do conhecimento; Dialogismo

ABSTRACT

To describe and interpret part of the ongoing process of sociocognitive institutionalization of domain of Knowledge Organization (KO) is the central aim of this study. For that, we proceeded to diachronic analysis of language used, expressed and registered by scientific community at conferences of the International Society for Knowledge Organization (ISKO), understanding this entity as representative of the domain due to the central role it acquires. The scientific production of sponsored events by ISKO are considered valuable source to detect dominant ideological positions taken periodically via discourse analysis set out in documents. Thus, issues related to language, memory and knowledge as a result of the interaction between the subject and its environment have been addressed. Was sought theoretical support on Bakhtin Circle (CB), especially with regard to social and ideological character of the linguistic sign and the concept dialogism between signs, pillar that supports the author's thesis about the social character of language. Conceptions on the relationship between individual memory and the collective memory and the dialogism treated as a memory medium and thus a means of access of knowledge. Were selected from the theoretical areas of IC and KO concepts that address the implications of these for interactive production, organization and use of information and knowledge processes activities. Regarding the process of institutionalization, subsidies were sought up primarily in the design of Whitley (1974) on the concept of scientific institutionalization and social cognitive character of science and the mutual relationship of both. Information constituents of the domain of theoretical frameworks were brought from KO, elaborating a diachronic analysis of the process of theorizing based on the use of the term "Knowledge Organization", regarding the first theoretical formulations on bibliographic classification discipline. Then, the process of founding and development of ISKO was described, in which were analyzed utterances employed in the themes, sub-themes and in its correlation with the authors of the papers presented and the organizers of the eleven editions of international conferences of ISKO occurred biennially between 1990 and 2010. The analyzed terms were considered statements or signs that incorporate and bring with them the dialogical relations between the currents of thought collectively considered more significant in each historical moment. To systematize statements raised, two networks were built by event, graphically showing the connection between the sub-themes and titles of works and the other the connection between the sub-themes and authors, as published in each proceeding. Analysis of the scientific production of those responsible for organizing each year's event was also held, contrasting to the findings of themes and subthemes, understanding that the organizers, due to their position in each event, would have greater means of influence in the drafting of the themes in the editions of each event. This enabled the analysis and interpretation by categorizing the data into eight thematic groups and the representations of philosophical guidelines for colors, in addition to establishing a diachronic theme trajectory from the construction of diachronic concept maps representing the main concepts, approaches and corresponding authors who have been part of the process institutionalization of the field of KO. From the mapping done, it was generally possible to visualize the spatiotemporal interference in social cognitive development of the area in question and, indeed, the ideological options and philosophical orientations of a group of individuals or an institution constantly do throughout its career.

Keywords: Sociocognitive Institutionalization; Knowledge Organization; Dialogism

RESUMEN

Describir e interpretar parte del actual proceso de institucionalización del dominio socio-cognitivo de Organización del Conocimiento (OC) es el objetivo central de este estudio. Para esto, se procedió a un análisis diacrónico de la lengua utilizada, expresada y registrada por la comunidad científica en las conferencias de la *International Society for Knowledge Organization (ISKO)*, entendiendo esta entidad como representante del dominio en función del papel de centralidad que adquiere. La producción científica de los eventos patrocinados por la ISKO es considerada como una fuente valiosa para detectar posiciones ideológicas dominantes tomadas periódicamente a través del análisis del discurso que figura en los documentos. Se utilizó como contribución teórica el diseño del Círculo Bajtín (CB) especialmente con respecto al carácter social y ideológico del signo lingüístico y el concepto de dialogismo entre signos, pilar que apoya la tesis del autor sobre el carácter social del lenguaje. Fueron rescatados concepciones sobre la relación entre la memoria individual y la memoria colectiva y el dialogismo, tratado como un medio de memoria y por lo tanto un medio de acceso al conocimiento. Se seleccionaron a partir del marco teórico de las áreas de CI y OC conceptos que abordan las implicaciones de éstos para la producción interactiva, organización y uso de la información y del conocimiento. En cuanto al proceso de institucionalización, se buscan recursos principalmente en el diseño de Whitley (1974) sobre el concepto de institucionalización científica y de carácter social de la ciencia cognitiva y la mutua relación entre ambas. Constituyentes de información del dominio de los marcos teóricos han sido traídos de la OC, la elaboración de un análisis diacrónico del proceso de teorización sobre la base de la utilización del término "Organización del Conocimiento", en vista de las primeras formulaciones teóricas sobre la disciplina de clasificación bibliográfica. Luego, se pasó a la descripción del proceso de creación y desarrollo de la ISKO, que analizó las declaraciones utilizadas en los temas, subtemas y en su correlación con los autores de los trabajos presentados y los organizadores de las once ediciones de conferencias internacionales de la ISKO ocurridos dos veces al año entre 1990 y 2010. Los términos analizados fueron considerados signos o expresiones que incorporan y traen con ellos las relaciones dialógicas entre las corrientes de pensamiento colectivamente consideradas más importante en cada momento histórico. Para sistematizar las declaraciones recogidas, dos redes fueron construidas por evento, mostrando gráficamente la relación entre los subtemas y los títulos de las obras y el otro la relación entre los subtemas y autores, conforme publicada en cada procedimiento. También se llevó a cabo el análisis de la producción científica de los responsables de organizar el evento de cada año, en contraste con las conclusiones sobre temas y subtemas, el entendimiento de que los organizadores, debido a su posición en cada evento, tendría mayores medios de influencia en la redacción de los temas en las ediciones de cada evento. Esto permitió el análisis y la interpretación de la categorización de los datos en ocho grupos temáticos y la representación de los lineamientos filosóficos por colores, además de establecer una trayectoria tema diacrónico de la construcción de mapas conceptuales diacrónicos que representan a los principales conceptos, enfoques y autores que han sido parte del proceso de institucionalización del campo de la OC. A partir del mapeo hecho, es generalmente posible visualizar la interferencia espacio-temporal en el desarrollo socio-cognitivo del dominio en cuestión y, las opciones ideológicas y orientaciones filosóficas que un grupo de personas o una institución hace durante toda su carrera.

Palabras clave: Institucionalización socio-cognitivo; Organización del conocimiento; Dialogismo

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Relação entre subtemas e autores (FUGMANN, 1990).....	147
Gráfico 2 – Relação entre termos do título e subtemas (FUGMANN, 1990).....	147
Gráfico 3 – Relação entre subtemas e autores (NEELAMEGHAN, 1992a).....	152
Gráfico 4 – Relação entre termos do título e subtemas (NEELAMEGHAN, 1992a).....	152
Gráfico 5 – Relação entre subtemas e autores (ALBRECHTSEN; ØRNAGER, 1994).....	157
Gráfico 6 – Relação entre termos do título e subtemas (ALBRECHTSEN; ØRNAGER, 1994).....	157
Gráfico 7 – Relação entre subtemas e autores (GREEN, 1996c).....	163
Gráfico 8 – Relação entre termos do título e subtemas (GREEN, 1996c).....	163
Gráfico 9 – Relação entre subtemas e autores (MUSTAFA EL HADI; MANIEZ; POLLITT, 1998).....	169
Gráfico 10 – Relação entre termos do título e subtemas (MUSTAFA EL HADI; MANIEZ; POLLITT, 1998).....	169
Gráfico 11 – Relação entre subtemas e autores, autoria (BEGHTOL; HOWARTH; WILLIAMSON, 2000).....	175
Gráfico 12 – Relação entre termos do título e subtemas, autoria (BEGHTOL; HOWARTH; WILLIAMSON, 2000).....	176
Gráfico 13 – Relação entre subtemas e autores (LÓPEZ-HUERTAS, 2002).....	181
Gráfico 14 – Relação entre termos do título e subtemas (LÓPEZ-HUERTAS, 2002).....	181
Gráfico 15 – Relação entre subtemas e autores (MCILWAINE, 2004).....	188
Gráfico 16 – Relação entre termos do título e subtemas (MCILWAINE, 2004).....	188
Gráfico 17 – Relação entre subtemas e autores (BUDIN; SWERTZ; MITGUTSCH, 2006).....	194
Gráfico 18 – Relação entre termos do título e subtemas (BUDIN; SWERTZ; MITGUTSCH, 2006).....	194
Gráfico 19 – Relação entre subtemas e autores (ARSENAULT; TENNIS, 2008).....	199
Gráfico 20 – Relação entre termos do título e subtemas (ARSENAULT; TENNIS, 2008).....	199
Gráfico 21 – Relação entre subtemas e autores (ISKO 2010 CONFERENCE, 2010).....	204
Gráfico 22 – Relação entre termos do título e subtemas (ISKO 2010 CONFERENCE, 2010).....	205
Gráfico 23 – Quantidade de trabalhos vinculada aos grupos temáticos dos enunciados (1990-2010).....	213
Gráfico 24 – Trajetória de quantidade de trabalhos por grupo temático (1990-2010).....	214
Gráfico 25 – Mapa conceitual diacrônico de termos-chave empregados pela ISKO (1990-2010).....	222
Gráfico 26 – Mapa conceitual diacrônico de autores constituintes da ISKO (1990-2010).....	225

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Congressos internacionais da ISKO (1990-2010).	24
Quadro 2 – Representação gráfica das quatro dimensões metateóricas.	25
Quadro 3 – Comparação entre sinal e signo.	45
Quadro 4 – Esquema de Classificação da Literatura de Organização do Conhecimento (CSKOL).	137
Quadro 5 – Matriz metateórica do domínio de OC.	142
Quadro 6 – Enunciados arranjados em grupos, quantidade de trabalhos e ano do evento (1990-2010).	210
Quadro 7 – Legenda do mapa conceitual representativo da ISKO (1990-2010).	220

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidades referentes aos trabalhos, autores e tipos de autoria dos Congressos da ISKO (1990-2010).....	143
Tabela 2 – Enunciados, quantidades de trabalhos, de autores e de tipos de autoria (FUGMANN, 1990).	146
Tabela 3 – Enunciados, quantidades de trabalhos, autores e tipos de autoria, (NEELAMEGHAN, 1992a).	151
Tabela 4 – Enunciados, quantidades de trabalhos, autores e tipos de autoria da (ALBRECHTSEN; ØRNAGER,1994)	156
Tabela 5 – Enunciados, quantidades de trabalhos (GREEN, 1996c)	162
Tabela 6 – Enunciados, quantidades de trabalhos, autores e tipos de autoria (MUSTAFA EL HADI; MANIEZ; POLLITT, 1998).....	168
Tabela 7 – Enunciados, quantidades de trabalhos, autores e tipos de autoria (BEGHTOL; HOWARTH; WILLIAMSON, 2000).	175
Tabela 8 – Enunciados, quantidades de trabalhos, autores e tipos de autoria (LÓPEZ-HUERTAS, 2002)	180
Tabela 9 – Enunciados, quantidades de trabalhos, autores e tipos de autoria (MCILWAINE, 2004).....	187
Tabela 10 – Enunciados, quantidades de trabalhos, autores e tipos de autoria (BUDIN; SWERTZ; MITGUTSCH, 2006).	193
Tabela 11 – Enunciados, quantidades de trabalhos, autores e tipos de autoria (ARSENAULT; TENNIS, 2008).....	198
Tabela 12 – Enunciados, quantidades de trabalhos, autores e tipos de autoria da (ISKO 2010 CONFERENCE, 2010).....	204
Tabela 13 – Pesquisadores mais produtivos nas Conferências Internacionais da ISKO (1990-2010).....	224

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 DELINEAMENTO DO PROBLEMA.....	16
1.2 PRESSUPOSTOS E HIPÓTESES	17
1.3 OBJETIVOS	18
1.3.1 Objetivo geral.....	18
1.3.2 Objetivos específicos.....	19
1.4 JUSTIFICATIVA	19
1.5 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA.....	23
1.6 ESTRUTURA DA TESE.....	30
2 POR UMA FILOSOFIA BAKHTINIANA DA LINGUAGEM	33
2.1 O CARÁTER DIALÓGICO E IDEOLÓGICO DO SIGNO LINGUÍSTICO	38
2.2 CONSCIÊNCIA COMO FATO SOCIOIDEOLÓGICO.....	46
2.3 ATOS RESPONSÁVEIS E COMPREENSÃO RESPONSIVA.....	50
2.4 RELAÇÕES ENTRE LINGUAGEM E CONHECIMENTO	55
2.5 ESTILO E GÊNERO	59
2.6 QUESTÕES CRONOTÓPICAS.....	62
2.7 QUESTÕES POLIFÔNICAS	66
2.8 CARNAVALIZAÇÃO DA LINGUAGEM	70
2.9 POR UMA MEMÓRIA DIALÓGICA	72
2.10 DIALOGISMO COMO MEIO DE MEMÓRIA E DE ACESSO AO CONHECIMENTO.....	76
2.11 POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES BAKHTINIANAS PARA A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	80
3 INSTITUCIONALIZAÇÃO SOCIOCOGNITIVA DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO	101
3.1 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: DO TERMO AO CONCEITO, DO CONCEITO AO DOMÍNIO.....	105
3.2 FUNDAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E IMPORTÂNCIA DA <i>INTERNATIONAL SOCIETY FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION</i> PARA O DOMÍNIO DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO	133
4 APRESENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS.....	143
5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	209
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	232
REFERÊNCIAS	239
APENDICE 1	276
APENDICE 2	278
APENDICE 3	280
APENDICE 4	282
APENDICE 5	283
APENDICE 6	284

1 INTRODUÇÃO

Pode-se dizer que a Organização do Conhecimento (OC), vista como um domínio institucionalizado caracteriza-se pelo seu recente processo de constituição. Tal constatação não é feita somente com base na data de criação das suas principais instituições científicas, mas também a partir da percepção de que a área ainda busca consolidar-se de modo consistente via construção e revisão da sua base teórico-epistemológica. Isso fica evidenciado pela crescente iniciativa de pesquisadores preocupados em estudar a OC, procurando reconstruir suas raízes teóricas e as orientações filosóficas coletivamente adotadas que fizeram parte de sua história, com o objetivo de promover o entendimento sobre o estágio atual e as perspectivas do campo (BARITÉ, 2001, 2011; HJØRLAND, 2003, 2008; GNOLI, 2004; GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011a, 2011b).

Nessa busca pelo entendimento e fortalecimento das bases intelectuais da OC, verifica-se a significativa influência de conceitos oriundos da Filosofia, sobretudo da Ontologia e da Teoria do Conhecimento e, mais recentemente, da Sociologia do Conhecimento e Filosofia da Linguagem para entender, rever, explicar e sistematizar as concepções desenvolvidas, defendidas, e as que tiveram ampla aceitação entre os pesquisadores ao longo do percurso de construção e revisão da OC. Por outro lado, observa-se a estreita relação que essa área tem mantido com a Ciência da Informação (CI), campo do conhecimento responsável por grande parte do processo de institucionalização da OC, uma vez que a prática biblioteconômica, sobretudo a necessidade de classificar materiais bibliográficos de modo adequado a atender quem procurasse uma biblioteca, é que motivou as formulações das primeiras concepções teóricas sobre classificação. No entanto, considera-se que, além do cotidiano dos serviços bibliográficos, a recorrente retomada das concepções filosóficas e científicas referentes à classificação do conhecimento de modo geral tem sido crucial para o desenvolvimento do campo. Diante disso, observa-se que a interdisciplinaridade é característica marcante da OC.

O processo de construção e revisão teórica da OC tem significativo impacto no processo de consolidação da CI, pois se entende que a OC ocupa uma posição nuclear dentro da CI. Tal afirmação se fundamenta na concepção de Souza (2007), que considera a OC como área central da CI e Biblioteconomia, porque ela se volta para “criação de instrumentos de classificação e o desenvolvimento de métodos e técnicas de indexação visando à

recuperação de documentos e informação no contexto de bibliotecas e outros sistemas e redes de informação” (SOUZA, 2007, p. 103). Guimarães (2008) também destaca a centralidade da OC na CI, uma vez que a última se ocupa principalmente em “fazer a mediação entre a produção e o uso da informação”. Nesse sentido, Gomes (2009, p. 62) afirma que foram os bibliotecários que elaboraram os sistemas de organização bibliográfica como tabelas de classificação e tesouros, depois aperfeiçoados com o uso das tecnologias da informação, como ontologias e taxonomias, por exemplo, que, segundo o autor têm tido atualmente grande representatividade na literatura internacional.

Hjørland (2007a, 2008) compartilha em parte o entendimento dos autores citados, destacando que a OC, em função da sua natureza interdisciplinar e transversal, adquire dois sentidos: o amplo, o qual se ocupa de responder a questão sobre como o conhecimento de modo geral é construído e/ou produzido, o que concerne principalmente às áreas de Teoria e Sociologia do Conhecimento; e o restrito, o qual se dedica a criar, manter e revisar instrumentos e sistemas de organização do conhecimento com a finalidade de intermediar o conhecimento registrado e seu uso, ou seja, questões majoritariamente ligadas à CI. Mesmo tendo duas dimensões, elas não atuam de forma isolada, isto é, a OC em sentido amplo está intimamente ligada à OC em sentido restrito, pois, segundo Hjørland (2008), o processo de construção e/ou produção do conhecimento é determinante para o processo de construção de instrumentos de OC e vice-versa. Em função disso, se aceita que ao mesmo tempo em que a OC se encontra no núcleo da CI, ela transcende os limites da CI por se dedicar a tratar de questões mais amplas e filosóficas como o processo de formação/construção/produção do conhecimento e, portanto, sendo considerada sob esta ótica um domínio mais amplo que a CI.

Essa visão ampla e fluída da OC defendida por Hjørland é aqui considerada coerente em relação à ideia de domínio proposta pelo autor. Hjørland e Albrechtsen (1995) inauguram o conceito de domínio na OC quando o definem como comunidades discursivas constituídas em torno de concepções comuns, vinculadas a uma determinada esfera social, não estando necessariamente ligadas ao ambiente acadêmico e/ou de pesquisa. Em outras palavras, para os autores, um domínio, mesmo sendo científico, se refere primordialmente ao grupo que o compõe e não somente pelos conceitos, teorias, métodos e demais produtos científicos criados e validados por este mesmo grupo. Por esse motivo, aqui é defendida uma perspectiva sociocognitiva para o domínio, entendendo que os produtos intelectuais são indissociáveis dos sujeitos que compõe o grupo que os criou e validou (HJØRLAND, 2002b).

De modo semelhante, porém mais preciso, Smiraglia (2012, p. 114) define domínio como “(...) um grupo com uma base ontológica que revela uma teleologia subjacente, um conjunto de hipóteses em comum, consensos epistemológicos sobre abordagens metodológicas e uma semântica social”.

Observa-se que nas referidas definições de domínio, o enfoque volta-se mais para a noção de grupo ou de sujeitos que agem em conjunto, do que para os produtos construídos coletivamente, sejam teóricos ou aplicados. Assim, compreende-se que tais produtos, ainda aqueles considerados frutos de um processo predominantemente abstrativo, refletem o que o sujeito e seu grupo foram, são, ou têm sido em determinados contextos espaço-temporais. Partilhando do entendimento dos autores, a OC é vista aqui mais como um domínio do que uma disciplina científica, uma vez que se concebe que os sujeitos envolvidos são parte fundamental e indissociável dos produtos científicos.

Concebe-se que os modos de pensar e agir dos sujeitos que são, por sua vez, socialmente construídos, se materializam nos discursos. Com efeito, por meio dos discursos, os produtos científicos, acadêmicos, jornalísticos ou literários são elaborados e trazem consigo as opções ideológicas adotadas pelo sujeito durante sua vivência coletiva em determinado contexto. O conhecimento científico se trata de um discurso registrado, um modo de pensar e agir, que, em função da carga intersubjetiva, não pode ser considerado puramente objetivo, nem tampouco neutro e absoluto. O mesmo vale para elementos desse conhecimento, como conceitos, nomenclaturas, termos porque o que os sustentam são igualmente esses discursos.

A partir do conhecimento registrado na própria literatura da área de OC e dos seus consensos intersubjetivos, princípios teóricos e metodológicos norteadores do domínio foram sendo delineados, assim como as finalidades e as ações realizadas pela *International Society for Knowledge Organization (ISKO)*, entidade aqui considerada mais representativa do processo de institucionalização da área. Nesse sentido, a ISKO pode ser vista como instituição social impulsionadora do desenvolvimento das instituições cognitivas da área, uma vez que oferece uma estrutura concreta para os pesquisadores desenvolverem e validarem em conjunto os fundamentos teóricos do campo. Assim, verifica-se dentro do processo de institucionalização do conhecimento que somente com a interrelação das estruturas cognitivas com as estruturas sociais é que as instituições se constituem e se renovam. Assume-se, portanto, buscando aporte na concepção de institucionalização científica de Whitley (1974),

que a OC, como qualquer domínio científico institucionalizado, tem sido construída a partir da relação de reciprocidade e indissociabilidade dos enfoques social e cognitivo.

Desenvolvido por Dahlberg dentro da ISKO, o *Classification Scheme for Knowledge Organization Literature* (CSKOL) pode elucidar a relação de coexistência e mútua penetrabilidade entre as dimensões cognitiva e social do processo de institucionalização da OC enquanto domínio, pois ao mesmo tempo em que se trata de um instrumento projetado para o controle sistematizado e divulgação das publicações consideradas pertinentes à área, trata-se de um mapa intelectual da OC uma vez que foi construído tendo seus principais conceitos e orientações teóricas como integrantes de sua estrutura. Apesar da ampla aceitação do esquema entre os pesquisadores da área, inclusive a ponto de ser considerado referência de estrutura conceitual da OC, identifica-se como contribuição necessária o mapeamento diacrônico do domínio, com a finalidade de se alcançar um entendimento sobre o decorrer do seu processo de institucionalização sociocognitiva e, com efeito, a compreensão acerca do seu processo de desenvolvimento e consolidação.

1.1 DELINEAMENTO DO PROBLEMA

Para contribuir com o fortalecimento dos fundamentos teóricos da OC e, conseqüentemente, compreender a maneira pela qual seus principais conceitos e concepções filosóficas têm sido adotados e revistos pela comunidade que a compõe, julga-se necessário olhar para o passado buscando resgatar suas raízes como tentativa de entender, reconstruir, narrar e explicar o modo pelo qual o domínio foi se desenvolvendo e se modificando ao longo do tempo. Assim, acredita-se que estudos de natureza diacrônica sejam necessários no sentido de contribuir para o autoconhecimento do domínio de OC.

Estudos de natureza diacrônica e historiográfica são possíveis de ser realizados somente via pesquisa documental. Portanto, concebe-se que a produção de qualquer campo do saber mais do que comunicar o conhecimento constantemente construído é também responsável por registrá-lo nos documentos, tornando desse modo possível sua preservação para posteridade. Além disso, assume-se que a linguagem utilizada nos trabalhos científicos é

responsável por fixar e representar as orientações filosóficas e posturas ideológicas dominantes em cada contexto, social e/ou histórico. Desse modo, mais do que analisar documentos em seus aspectos terminológicos, entende-se como necessário o estudo dos enunciados que têm sido utilizados pelos pesquisadores como representativos de orientações coletivamente adotadas pelo domínio de OC em determinada época. O próprio conceito de domínio evidencia o caráter social da ciência, pois um domínio só existe porque é composto por uma comunidade de cientistas e pelos conflitos e consensos a que eles chegam com base no contínuo processo de revisão e reconstrução do conhecimento.

A partir do quadro exposto, propõe-se a seguinte questão de pesquisa: como tem ocorrido o processo de institucionalização sociocognitiva da OC enquanto domínio de conhecimento, com base na análise da linguagem registrada nos congressos científicos da ISKO ao longo do tempo?

1.2 PRESSUPOSTOS E HIPÓTESES

Diante da necessidade de rever como o domínio de OC tem sido construído, assume-se preliminarmente que a OC foi sendo delineada conforme os embates e os consensos realizados entre sujeito inseridos em uma comunidade científica, caracterizada como um grupo de cientistas cuja maioria tem sido constituída pelas áreas de Filosofia, Tecnologia e CI que, por sua vez, procuraram incorporar à OC elementos do seu campo de origem e, nesse contexto, vale ressaltar que a ISKO adquire um papel de centralidade. Os elementos mencionados se referem às concepções teóricas e metodológicas norteadas por posturas filosóficas e ideológicas que concomitantemente têm concorrido e coexistido no domínio e que podem ser observadas via análise da transformação da linguagem empregada e registrada nos trabalhos científicos apresentados à comunidade de pesquisadores de OC durante os congressos da ISKO.

Assim, considera-se a produção científica dos eventos como sendo fonte valiosa para se detectar posturas ideológicas dominantes periodicamente adotadas via análise dos discursos fixados nos documentos. Recorre-se, para tanto, à concepção do Círculo de Bakhtin (CB)

sobre a linguagem e o signo linguístico, os quais, segundo o Círculo, carregam em sua forma e significado os processos intelectuais, sociais e históricos ocorridos dentro de um determinado contexto. Em função disso, concebe-se que os enunciados empregados nos temas, nos subtemas e nos títulos dos trabalhos apresentados na ISKO incorporam e trazem consigo as relações dialógicas entre as correntes de pensamento coletivamente consideradas mais significativas em cada momento histórico. Portanto, espera-se comprovar nessa tese A hipótese de que no início do processo de institucionalização da OC, os pesquisadores da ISKO adotavam uma postura mais orientada para ideais racionalistas e cognitivistas, enquanto que mais recentemente é perceptível uma mudança de orientação para ideais sociais e pragmáticos. Todavia, entende-se que tais orientações, ao mesmo tempo em que concorreriam, seriam complementares e indissociáveis, na medida em que uma surge em contrapartida ou em complementação à outra, no quadro da constituição social e intelectual do campo da OC.

Além do exposto, também se adota como pressuposto que o meio científico da área de OC tem uma preocupação maior com a precisão da linguagem (ou seja, os títulos supostamente representariam mais a temática dos trabalhos apresentados na ISKO, sendo menos metafórico que em outras áreas). Diante disso, entende-se que, conforme Bakhtin/Volochínov (2010), qualquer signo linguístico contextualizado é responsável por registrar, e é formado pelas concepções filosóficas e ideológicas socialmente acolhidas em determinado período.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Descrever o processo de institucionalização sociocognitiva do domínio de OC, a partir da análise diacrônica da linguagem utilizada, expressa e registrada pela sua comunidade científica nos congressos da ISKO.

1.3.2 Objetivos específicos

- 1) Descrever o modo pelo qual a linguagem, inclusive a linguagem científica, registra, representa e refrata concepções intersubjetivas, ideológicas e temporais a partir do conceito de dialogismo da linguagem defendido pelo CB;
- 2) Descrever diacronicamente as evidências concretas dos marcos intelectuais relacionados aos conceitos e correntes de pensamento fundantes do domínio de OC, pautados no referencial teórico;
- 3) Analisar os temas, os subtemas e os títulos dos trabalhos científicos apresentados nas onze edições do evento internacional da ISKO ocorridas entre os anos de 1990 e 2010;
- 4) Proceder à sistematização dos termos levantados entendendo-os como signos representativos de concepções adotadas pelos pesquisadores em um determinado contexto, construindo redes representativas das estruturas intelectuais adotadas em cada edição do evento;
- 5) Construir de mapas conceituais diacrônicos do domínio do conhecimento a partir do resultado obtido da construção de redes representativas dos eventos.

1.4 JUSTIFICATIVA

A escolha da temática que norteia o estudo justifica-se pela necessidade de trabalhar buscando o fortalecimento teórico do domínio de OC. Para tanto, defende-se que uma análise diacrônica pode favorecer a compreensão sincrônica da área, pois se acredita que uma área que não conhece sua própria história é um domínio sem identidade e, com efeito, torna-se fragmentado pela falta de perspectivas no seu processo de construção. Desse modo, pretende-se contribuir com a comunidade científica de OC para o autoconhecimento do campo, e, assim, também contribuir para o estabelecimento de políticas e diretrizes adequadas e orientadas para seu desenvolvimento.

A relevância científica de trabalhos desta natureza está expressa na literatura, quando autores como Rayward (1996, 2004), Le Coadic (2004) e Ortega (2004), evidenciam a carência de estudos históricos na área, como também as causas e as consequências disso. Na visão de Rayward (2004), o estudo da história não se refere somente ao passado, mas pode

atuar como um instrumento para o entendimento do presente e como uma bússola para o futuro. Para o autor, há uma crise de identidade na área de CI e por extensão na área de OC porque seus pesquisadores estão mais preocupados em atender às exigências do momento, tal como o domínio das tecnologias de ponta ou com o mercado de informação (RAYWARD, 2004, p. 672). Desse modo, corre-se o risco da CI e da OC se tornarem ciências altamente vulneráveis às atuais demandas políticas e econômicas, ou nas palavras de Bourdieu (2004, p. 21), “é preciso escapar à alternativa da “ciência pura”, totalmente livre de qualquer necessidade social, e da “ciência escrava”, sujeita a todas as demandas político-econômicas”.

Hjørland (2003) chama a atenção para a fragilidade teórica do domínio dada a carência do debate epistemológico em detrimento à ênfase dada a questões tecnológicas nas pesquisas. Isso se deve, em parte, à tradição de cunho técnico-operacional difundida no campo como um todo ao longo de sua história. Na interpretação de Guimarães (2008), Hjørland (2003) também alerta para a falta de mapeamento teórico da disciplina, fato que a torna altamente vulnerável às inovações tecnológicas. Nesse sentido, Gomes (2009, p. 61) ressalta a falta de clareza das fronteiras da OC. Ou seja, para os autores não há limites suficientemente demarcados nas atuais atividades científicas da área. Logo, compreende-se que o domínio de OC, assim como a própria CI, ainda está em processo de construção do seu estatuto científico e institucionalização de seus conceitos, teorias e técnicas. Gomes também aponta para necessidade de desenvolver uma base teórica sólida para as atividades de CI, calcada em estudos de análise do currículo da área para estabelecer os limites do domínio de conhecimento, bem como definir de forma mais precisa as relações da CI com outras áreas, como a Ciência da Computação, fonte de inúmeras imprecisões de natureza conceitual e terminológica (2009, p. 64). Apesar do avanço nos motores de busca no processo recuperação da informação, Gnoli (2004) acredita que os tradicionais sistemas de organização do conhecimento não foram suplantados pela era digital porque a classificação envolve julgamento, processo aqui considerado essencialmente fruto de uma relação social. A atribuição do assunto a um documento em todas suas facetas e renques é um processo altamente intelectual, que não pode ser efetivado por intermédio da análise estatística das palavras como tão somente a máquina é capaz de fazer. Assim, de acordo com o autor, pode-se dizer que as abordagens automáticas e intelectuais devem complementar-se.

O debate sobre a constituição do campo, de acordo com Almeida e Crippa (2009, p. 111), esbarra na carência de perspectiva histórica sobre o campo e seus profissionais. Além

disso, segundo os autores, esbarra na ambiguidade entre a discussão epistemológica interna e a discussão epistemológica dos campos do saber que ela organiza. Na medida em que o conhecimento científico muda de configuração, a OC e a CI se obrigam a rever constantemente as bases da sua lógica organizadora e classificatória. Fora a questão dos avanços tecnológicos, que, segundo os autores, impactam diretamente na própria noção de informação e de conhecimento, bem como nos processos a eles relacionados.

Rayward (1996) aponta a interdisciplinaridade da CI, e aqui também se aplica tal entendimento à OC, como principal problema para a realização de estudos históricos sobre as áreas. Para fazer a reconstituição historiográfica desses domínios, segundo o autor, é necessário estudar também a história da ciência e tecnologia, a história da imprensa e da editoração e a história das bibliotecas, dos arquivos e dos museus, bem como as relações desses campos entre si. Apesar da dificuldade, o autor mostra que na bibliografia do domínio há um tímido, mas crescente interesse pela abordagem histórica da CI. Como marco dessa nova visão do campo, o autor cita a criação do *Journal of Library History*, além de alguns autores que se destacaram desde a década de 1980 por refletir sobre a temática.

Do exposto, observa-se que a OC não se encontra imune à fragilidade teórica que caracteriza a CI. Assim, cabe destacar que além da necessidade de crescimento de investigações epistemológicas e históricas, torna-se indispensável a criação de instrumentos de representação e organização do conhecimento que facilitem o entendimento dos conceitos elaborados e reelaborados no âmbito da OC.

Ademais, retomando Whitley (1974), a fragilidade teórica de um domínio pode comprometer seu processo de consolidação tanto quanto no que se refere às estruturas cognitivas como às estruturas sociais. Consequentemente, visualizar com clareza seus limites de atuação, sua relação com outros domínios, suas finalidades, suas expectativas e seus compromissos com as necessidades sociais pode tornar-se uma atividade cada vez mais complexa.

Como contribuição para a problemática apresentada, propõe-se a elaboração de um estudo diacrônico da OC que possa contribuir para identificar teórica e empiricamente marcos sociocognitivos que contribuíram para o desenvolvimento do domínio. Também, pretende-se levantar subsídios que promovam a reflexão e o entendimento acerca dos conceitos, conhecimento das estruturas, propriedades, das relações históricas e da configuração atual da OC, retomando-se o saber construído pela prática biblioteconômica, que fomentou as

primeiras iniciativas teóricas relacionadas à classificação de livros, além daquelas vinculadas ao saber filosófico e/ou científico.

A proposta de estudo é motivada pela dificuldade de compreensão no que se refere ao desenvolvimento historiográfico dos conceitos e das relações entre eles, tanto na CI como na OC, uma vez que, nota-se certa carência de trabalhos produzidos. Acredita-se que, para obter entendimento acerca do estado atual do domínio de OC, é necessário reconstruir seu processo de consolidação. Nesse sentido, considera-se que a elaboração de instrumentos de representação e organização do conhecimento para auxiliar no processo de compreensão diacrônica do campo pode, portanto, ser considerada altamente proveitosa.

O CSKOL nesse entorno trata-se de um instrumento de representação e organização do conhecimento, considerado como principal marco intelectual do domínio. Tal esquema de classificação organiza seus principais conceitos da área principalmente de forma hierárquica. No entanto, ele não oferece a visualização de uma perspectiva diacrônica das relações de associação entre os conceitos. Logo, como produto final do estudo, almeja-se construir mapas conceituais representativos do domínio, levando em consideração o desenvolvimento dos conceitos enunciados por meio da linguagem adotada pelos pesquisadores nos trabalhos científicos. Tais mapas, além de representarem o processo diacrônico de institucionalização sociocognitiva da OC, podem ser utilizados como instrumentos mediadores de conhecimento e, assim, facilitadores para alunos e professores no processo de ensino-aprendizagem no domínio.

Quanto à relevância social da proposta, pode-se citar como contribuição a elaboração de mapas conceituais que, como instrumentos de condensação e representação do conhecimento, podem ser utilizados como recurso pedagógico para facilitar o processo de ensino-aprendizagem no ambiente acadêmico da OC e da CI. Os mapas conceituais podem ser úteis também para o entendimento das finalidades da OC para pesquisadores de outras áreas do saber que desejem aplicar os conhecimentos em seus domínios.

1.5 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Por meio da presente pesquisa, almeja-se encontrar convergências entre o exposto na literatura e os dados gerados a partir de análise de trabalhos científicos apresentados ao longo do processo de institucionalização do domínio de OC. Em função disso, a pesquisa pode ser considerada uma investigação de caráter descritivo diacrônico, pois pretende expor o modo pelo qual a estrutura social e cognitiva de um domínio se desenvolve, a partir de dados retrospectivos coletados em documentos científicos.

As informações coletadas referentes às instituições sociocognitivas com as quais se pretende subsidiar a análise empírica serão de natureza quali-quantitativa. Limitam-se os recortes e amostras relativos ao domínio de OC, enfocando-se a alternância das bases filosóficas e ideológicas da OC como objeto privilegiado de pesquisa. Quanto às fontes dos dados, tratam-se de fontes documentais, responsáveis por registrar ao longo do tempo os trabalhos científicos relacionados à institucionalização da OC. Desse modo, considera-se esta pesquisa também de caráter documental, tanto na parte teórica quanto na parte empírica.

Como objeto empírico de pesquisa, foram eleitos os anais das onze edições ocorridas entre 1990 e 2010 do evento internacional promovido pela ISKO¹. Tal escolha se deu em função da representatividade que o evento e a entidade constituem para o campo, uma vez que as conferências se destacam pelo alto índice de interlocução acadêmica e, com efeito, efetivo estado-da-arte da pesquisa em âmbito mundial. Essas conferências ocorrem a cada dois anos, conforme o quadro abaixo:

¹ O orientador dispõe da coleção completa dos anais da ISKO na sala do grupo de pesquisa. Os *proceedings* foram adquiridos com os recursos do CNPq.

Ano	Local	Tema
1990	Darmstadt (Alemanha)	<i>Tools for knowledge organization and the human interface</i>
1992	Madras (Índia)	<i>Cognitive paradigms in knowlegde organization</i>
1994	Copenhagen (Dinamarca)	<i>Knowlegde organization and quality management</i>
1996	Washington (EUA)	<i>Knowlegde organization and change</i>
1998	Lille (França)	<i>Structures and relations in knowledge organization</i>
2000	Toronto (Canadá)	<i>Dynamism and stability in knowledge organization</i>
2002	Granada (Espanha)	<i>Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowlegde across boundaries</i>
2004	Londres (Inglaterra)	<i>Knowlegde organization and the global information society</i>
2006	Viena (Áustria)	<i>Knowledge organization for a global learning society</i>
2008	Montréal (Canadá)	<i>Culture and identity in knowledge organization</i>
2010	Roma (Itália)	<i>Paradigms and conceptual systems in knowledge organization</i>

Quadro 1 – Congressos internacionais da ISKO (1990-2010).

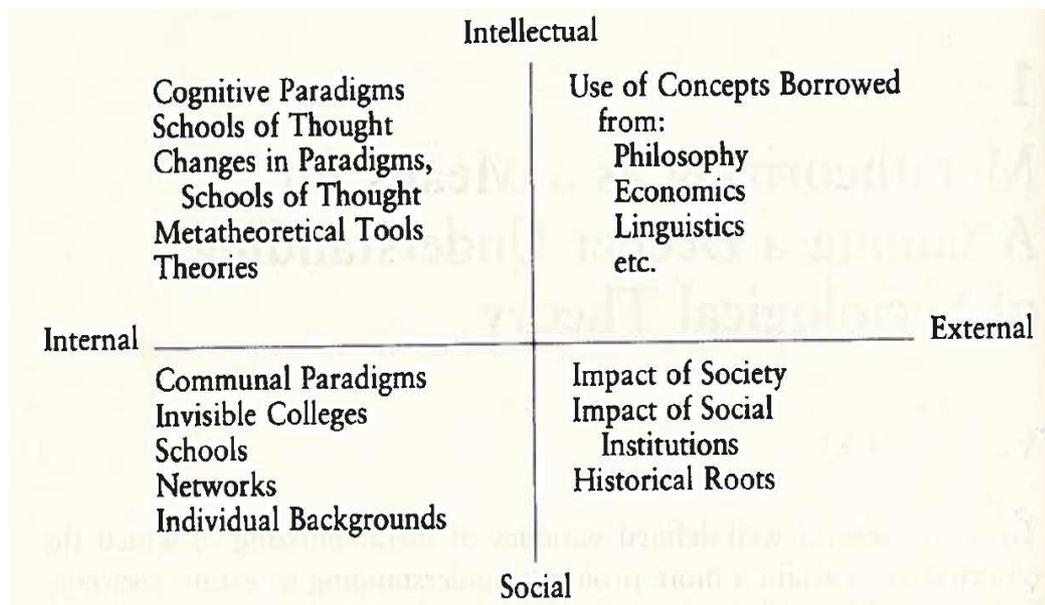
Fonte: A autora (2013).

Um dos métodos empregados para análise e sistematização dos conceitos a partir dos referenciais teórico e empírico será o metateórico, conforme a concepção de Ritzer (1991). A metateoria é definida pelo autor como um método de análise para melhor compreensão de uma teoria ou um conjunto de teorias. Busca-se por meio dela alcançar um entendimento minucioso acerca dos conceitos postulados pelas teorias examinadas. Além da satisfação mental, o trabalho metateórico permite representar, organizar e explicar a constituição teórica de um campo e, desse modo, recriar o conhecimento.

Ritzer (1991) diferencia a metateoria em três tipos: aquela que visa entender, sistematizar e explicar as teorias de um domínio; aquela que produz um embasamento teórico para sustentar uma nova teoria; e aquela cujo produto seja traçar uma perspectiva transcendente ao domínio estudado. Os dois últimos tipos, segundo o autor, são dependentes do primeiro, pois ao conhecer profundamente as teorias de um domínio, o pesquisador torna-se capaz de identificar conexões intelectuais e sociais entre os teóricos, como também sua relação com seus contextos de produção e, assim, pode explicar e traçar uma trajetória teórica completa do campo. Verifica-se, com efeito, que qualquer tipo de pesquisador, tanto aquele que pretende lançar uma nova teoria ou perspectiva ou que pretende explicar teorias, ou

mesmo aquele que se utiliza de dados empíricos, depende do contato com o trabalho dos seus predecessores para sustentar suas próprias ideias. Para reforçar esse posicionamento, faz-se oportuno trazer ideias do CB no que se refere à alegação de que o indivíduo não produz discurso algum isoladamente; a criação intelectual se dá à medida que a consciência individual absorve os signos linguísticos de outrem, ou seja, ela é resultado de uma interação interindividual. O conhecimento, portanto, é constantemente recriado via convivência do ser humano em sociedade.

Segundo Ritzer (1991), o método metateórico pode abranger quatro dimensões: interno intelectual, aquela orientada para o estudo de elementos cognitivos desenvolvidos dentro de um determinado campo; interno social, aquela que busca identificar grupos de influência teórica construindo uma genealogia das conexões intelectuais ocorridas dentro do campo; externo social, que procura levantar fatores históricos contextuais externos à disciplina que influenciaram na constituição teórica do campo; e, externo intelectual, que procura elucidar fatores cognitivos oriundos de outras disciplinas que tiveram impacto teórico no campo. Tais dimensões são expostas pelo autor no quadro abaixo.



Quadro 2 – Representação gráfica das quatro dimensões metateóricas.
 Fonte: Ritzer (1991, p. 18)

Apesar das dimensões se encontrarem separadas no quadro acima, concebe-se que elas não se desenvolvem de modo isolado. As linhas que dividem as quadro dimensões não devem ser tão rígidas como apresentado no gráfico, isto é, cada uma das dimensões é necessariamente afetada pela outra reciprocamente. Admite-se que os contextos: interno cognitivo/intelectual, interno social, externo cognitivo/intelectual e externo social são permeáveis, influenciam e são influenciados pelo que continuamente ocorre em cada uma das suas esferas. São, portanto, indissociáveis tanto no que se refere às interações interno e externo como interações social e cognitiva.

Entende-se que o resultado metateórico pode ser tratado como conhecimento organizado uma vez que, ao lidar com o rol de teorias de um campo, o pesquisador passa necessariamente por processos de identificação, comparação e agrupamento e descrição de conceitos. As teorias são vistas como um conjunto de conceitos, o qual durante o processo metateórico passa a ser tratado como objeto de estudos analisados, descritos e sistematizados, de acordo com a finalidade da pesquisa. Assim, em seu diálogo com o conteúdo das teorias, o pesquisador busca levantar os atributos embutidos nos conceitos integrantes e, conforme o quadro de semelhanças e/ou diferenças, as interpreta e as dispõe no seu texto. Para realizar estes processos, implicitamente ou explicitamente, o pesquisador é levado a estabelecer categorias para agrupar e organizar as teorias conforme o levantamento de características.

A categorização é mencionada por Ritzer (1991, p. 25) como um sistema útil para se investigar aspectos relacionados às similaridades e às dissimilaridades entre as teorias. Nesse sentido, o autor ressalta a importância de se desenvolver sistemas de categorias que prevejam mudanças, inter-relações e conflitos entre as linhas de pensamento. O caráter formal atribuído à metateoria ocorre em razão dessa necessidade de categorização (1991, p. 27). Logo, admite-se que a definição de categorias aconteça a partir do arrolamento dos predicados dos conceitos que integram as teorias e das relações conceituais que ocorrem entre elas, e que quanto mais explícito é este processo, mais transparente a organização e a intenção do produto metateórico.

Como pontua Dahlberg (1978a, 1978b, 1993, 1995), um sistema de categorias ou um sistema de classes é formado a partir de um sistema de conceitos. O resultado almejado na aplicação do método metateórico, portanto, é a construção de um sistema de conceitos cuja especificidade será determinada pelo objetivo da pesquisa e a clareza do resultado pelo estabelecimento explícito de critérios de categorização pelo pesquisador. O mapa conceitual,

instrumento selecionado para sistematização e representação dos dados empíricos coletados neste trabalho, é considerado um sistema de conceitos.

Dentro do domínio de OC, Tennis (2008) observa que a metateoria tem sido largamente utilizada como uma ferramenta para se construir narrativas sobre as teorias existentes, como modo de melhor verificar e explicar como o domínio tem sido constituído. Ele utiliza o método metateórico para sistematizar via classificação os tipos de pesquisa que compõem a literatura da área de OC. Para o autor, mesmo sendo um sistema classificatório provisório, incompleto e simplificado, ele já oferece uma base para reflexão sobre os tipos de pesquisas possíveis na construção do domínio. O sistema CSKOL projetado por Dahlberg (1993), por exemplo, além de ser considerado um modelo que representa e organiza a área de OC, pode também ser considerado outro exemplo de pesquisa metateórica, uma vez que, segundo a própria autora, o esquema foi constituído com base na análise e julgamento de valor das pesquisas realizadas sobre temas de interesse do campo.

Apesar de a metateoria ser considerada um método eficaz para se entender o quadro teórico de qualquer área, como indica Ritzer (1991, p. 31), ela não tem sido descrita como uma atividade que vise à organização do conhecimento propriamente dita. Assim, considera-se a ênfase que Ritzer dá para o potencial oferecido para se desenvolver e utilizar ferramentas de meta-análise específicas para aplicação em diversas áreas. Além disso, o autor também alerta para o caráter social do método, isto é, para ele, em todos os campos uma análise ou uma autoanálise deve sempre ser norteadas por uma abordagem sociológica. Em razão disso, adota-se aqui uma postura sociocognitiva, a qual defende que os conceitos, as teorias e os discursos são indissociáveis dos sujeitos que os elaborou.

A OC, como domínio que se propõe organizar o conhecimento e, desse modo, intermediar o conhecimento e as pessoas, conta com uma série de métodos e ferramentas. Pode-se dizer que a metateoria já tem sido utilizada como método para organização do conhecimento, uma vez que todo sistema que vise a esta atividade, mesmo os sistemas de classificação ou de indexação, parte de um conhecimento prévio acoplado à uma visão de mundo acerca do domínio de assuntos a ser tratado. Na maioria dos casos, esse conhecimento prévio não requer o mesmo aprofundamento teórico que, por exemplo, um estudo que sirva como prelúdio para o postulado de uma nova teoria. A diferença está somente nos níveis de profundidade de análise que cada atividade exige. Como defende Hjørland (2008), atividades tradicionalmente desenvolvidas em bibliotecas como a classificação e a indexação e aquelas

relacionadas à construção do conhecimento como a metateoria, embora tenham objetivos diversos e, também, sejam objetos de estudo de campos distintos, são e devem ser alvo de interesse da OC porque todas se preocupam com a organização para a recriação do conhecimento.

Para sistematizar os resultados gerados a partir da análise do referencial empírico, almeja-se construir mapas conceituais. Mesmo sendo uma ferramenta construída para atender a fins educacionais e de aprendizagem, logo, de transmissão do conhecimento, entende-se que segundo Novak (2009), um mapa conceitual por ser uma ferramenta para representação do conhecimento pode ser também um sistema de organização do conhecimento. O termo “mapa conceitual”, de acordo com Friedman (2010, p. 44) foi desenvolvido em 1984 por Novak e Gowin para designar uma ferramenta para facilitar atividades de leitura, ensino e aprendizagem. Para definir mapa conceitual, conforme Friedman (2010), os pesquisadores partem do entendimento de três termos: conceitos, que são unidades de significado; proposições, que são afirmações sobre qualquer objeto ou evento existente no universo; e aprendizagem, que trata da aquisição de novos conceitos.

De acordo com Novak e Cañas (2008), mapa conceitual é um tipo de instrumento gráfico de organização e representação do conhecimento. Entende-se, portanto que, assim como os esquemas de classificação e as taxonomias, eles organizam os conceitos e suas relações de forma hierárquica. Com efeito, a leitura do mapa conceitual deve ser realizada partindo do todo para as partes (2009, p. 3) permitindo visualizar graficamente de maneira ampla e específica as relações entre os conceitos, bem como as ligações cruzadas (*cross-links*) entre conceitos de diferentes segmentos ou domínios do mapa. Desse modo, será possível observar de forma mais fidedigna as continuidades e as discontinuidades entre os conceitos, que, em função da sua complexidade, transcendem a hierarquia dos sistemas de OC mais tradicionais.

De modo preciso Novak (2009, p. 227) descreve a maneira pela qual um mapa conceitual deve ser construído. Em primeiro lugar, o autor recomenda o delineamento do foco do problema ou do domínio de conhecimento, em seguida identificar e listar os conceitos relacionados à questão central do problema. Depois, instrui ranquear os conceitos, selecionando aqueles mais amplos, sem perder de vista o foco principal. Na sequência, sugere inserir os conceitos mais específicos abaixo dos mais gerais. À medida que se relacionam os conceitos mais específicos (subconceitos) aos mais gerais, observa-se que alguns

subconceitos podem ser incluídos como subordinados a mais de um conceito geral; os conceitos e subconceitos devem ser conectados por linhas, as quais devem ser nomeadas conforme o tipo de relação entre eles. É possível, de acordo com o autor, que a estrutura do mapa seja revista várias vezes até se chegar à forma considerada mais adequada. Deve-se, por conseguinte, buscar os *cross-links* entre conceitos de diferentes secções do mapa, conectá-los e nomear a relação entre eles. Por fim, o autor alerta que os mapas conceituais podem ser construídos de diversas formas mesmo que se parta do mesmo conjunto de conceitos, pois as relações entre os conceitos são determinadas pelo entendimento de quem constrói o mapa.

Verifica-se que o autor adota uma postura orientada para as ciências cognitivas em relação ao processo de interpretação e representação do conhecimento. Entretanto, mesmo que aqui se assumam postura sociocognitiva em relação a todos os processos relacionados ao conhecimento, acredita-se que a opção do autor não invalida o método em sua aplicação no presente trabalho.

Conforme Friedman (2006, 2010), vários autores do domínio de OC têm utilizado os mapas conceituais como técnica de representação gráfica do conhecimento. Friedman (2006) buscou analisar a produção sobre mapas conceituais nos *proceedings* da ISKO, tendo em vista o conceito de signo estabelecido por Peirce. Já em 2010, o autor analisou um conjunto de trabalhos científicos apresentados nas conferências realizadas pela ISKO e pela ASIS SIG/CR, buscando o perfil dos autores que utilizaram mapas conceituais em seus trabalhos e o modo com o projetaram. Em seguida, Friedman comparou os resultados obtidos com a CSKOL, constatando que as categorias do esquema criado por Dahlberg ainda cobrem a maioria dos títulos e mapas conceituais integrantes do corpus de pesquisa.

A base para análise para compor o corpus da presente pesquisa são os temas, os subtemas e os títulos das comunicações apresentadas na ISKO. Em um primeiro momento, cada *proceedings* constituinte do presente universo de pesquisa será analisado individualmente (mas não isoladamente) para identificar os conceitos, os termos e suas relações, entendendo-os como representativos daquele contexto espaço-temporal. Assim, foram elaborados mapas conceituais para representar cada evento. Importa destacar que todas as análises do referencial empírico foram realizadas também com base no conteúdo exposto e discutido no referencial teórico. Como parâmetro de análise e sistematização dos conceitos, será utilizado o CSKOL, esquema hierárquico considerado até então como responsável por organizar os principais conceitos do domínio de OC.

Tendo representado e sistematizado os conceitos e relações presentes em cada evento, pretendeu-se construir uma representação gráfica da trajetória diacrônica do processo de construção sociocognitiva do domínio ao longo de vinte anos de institucionalização, a partir das redes representativas dos eventos. Procurou-se, com efeito, identificar o movimento ou evolução dos conceitos, das suas relações e das ideologias subjacentes com base em uma interpretação que buscasse convergências entre os resultados identificados a partir dos referenciais empíricos, teóricos e, principalmente, da análise do contexto em que foram estabelecidos.

Como trabalho semelhante, cita-se o desenvolvido por Arboit e Bufrem (2011), o qual analisou diacronicamente a produção de trabalhos apresentados em eventos nacionais de CI. As autoras procuraram interpretar a trajetória dos índices de produção à luz do contexto histórico e social, partindo do confronto entre as temáticas principais eleitas e a quantidade de trabalhos apresentados em cada edição. Verificaram que, embora os eventos como tipo de canal de comunicação científica não sejam tão valorizados como o periódico na área pelas agências de fomento no Brasil, eles constituem uma importante fase no processo de legitimação do conhecimento, uma vez que refletem as tendências das pesquisas baseadas nos anseios e discussões da comunidade científica, observáveis via combinação de análises temática e quantitativa dos eventos de modo geral e dos trabalhos neles apresentados.

1.6 ESTRUTURA DA TESE

Além da parte metodológica já apresentada, essa tese será estruturada em cinco capítulos, os quais, mesmo trazendo consigo elementos oriundos ora mais do referencial teórico ora mais do referencial empírico, não foram elaborados isoladamente. Ou seja, na tentativa de se obter um resultado mais completo, procurou-se empregar as dimensões teórica e empírica de forma dialógica.

No capítulo dois são abordadas questões referentes à linguagem, à memória e ao conhecimento, como resultado da interação entre o sujeito e o seu meio. Para tanto, buscou-se aporte teórico no CB, sobretudo nos apontamentos sobre o caráter social e ideológico do

signo linguístico e sobre o conceito dialogismo entre os signos, pilar que sustenta a tese bakhtiniana sobre o caráter social da linguagem. Também foram resgatadas as concepções de Halbwachs (1990) sobre a relação entre a memória individual e a memória coletiva. Recorreu-se às concepções de Nora (1989) para verificar se o dialogismo nesse entorno pode ser tratado como um meio de memória e, logo, um meio de acesso ao conhecimento. Depois de estabelecer um diálogo entre esses autores, procurou-se trazer do referencial teórico das áreas de CI e OC os conceitos que tratam das implicações desses processos interativos para atividades de produção, organização e uso da informação e do conhecimento.

No capítulo três são tratadas questões relativas ao processo de institucionalização do domínio de OC. Buscaram-se subsídios principalmente na concepção de Whitley (1974) sobre o conceito de institucionalização científica e o caráter social e cognitivo da ciência e a relação de reciprocidade de ambos. Na sequência, foram resgatadas informações da literatura de OC sobre marcos teóricos constituintes do domínio de OC, elaborando-se uma análise diacrônica sobre o processo de teorização da disciplina baseada no uso do termo “Organização do Conhecimento”, tendo em vista as primeiras formulações teóricas sobre classificação bibliográfica. Em seguida, passa-se à descrição do processo de fundação e desenvolvimento da ISKO, aqui considerada entidade mais representativa da institucionalização do domínio e a descrição da CSKOL, esquema responsável por mapear e representar a OC.

O capítulo quatro se dedica à apresentação e à descrição dos dados referentes ao tema geral, aos subtemas, aos trabalhos e aos autores constituintes de cada um dos *proceedings*. Também foi realizada análise da produção científica dos pesquisadores responsáveis pela organização de cada edição do evento, contrapondo com os dados encontrados relativos aos temas e subtemas, entendendo dessa forma que os organizadores, devido à posição que ocupam durante a realização de cada evento, teriam maiores meios de influência no processo de elaboração dos eixos temáticos nas edições de cada evento. Ademais, foram apresentados dados quantitativos correspondentes ao universo de pesquisa, de modo especial aqueles que dizem respeito ao número de trabalhos, de autores participantes e dos tipos de autoria (simples, dupla, tripla e demais tipos) de cada edição do evento como parte do processo descritivo realizado. Com efeito, os dados coletados referentes aos subtemas, aos autores e aos termos chaves dos títulos foram sistematizados e apresentados em 22 gráficos e aqueles referentes ao número de autores e tipos de autorias em onze tabelas.

O capítulo cinco, por sua vez, se dedica a interpretação dos dados apresentados e descritos no capítulo anterior. Por meio de uma categorização geral e não absoluta de todos os trabalhos em oito grupos temáticos e representação das opções ideológicas e orientação filosóficas por cores, foi possível o estabelecimento de uma trajetória temática diacrônica lançando mão a dados qualitativos e quantitativos o que permitiu a construção de mapas conceituais diacrônicos representativos dos principais conceitos, abordagens e autores correspondentes que têm feito parte do processo de institucionalização do domínio de OC. Considera-se que a identificação e o estabelecimento de grupos temáticos e de orientações filosóficas são frutos de um processo interpretativo, além de uma ação meramente sistematizadora.

2 POR UMA FILOSOFIA BAKHTINIANA DA LINGUAGEM

Os conceitos de linguagem, consciência e conhecimento são tratados como resultado de processos de construção que contam com a participação de múltiplos atores. Essa construção coletiva ocorre por meio de relações dialógicas estabelecidas pelo sujeito com os demais dentro de um contexto específico. Diante disso, o sujeito passa a ser visto não como um criador independente de conhecimento ou um evocador solitário de memórias, mas como um articulador de signos, uma vez que sempre se respalda na assimilação e na lembrança do apreendido pela sua consciência durante sua interação com outrem. Entende-se, por conseguinte, que o sujeito só constrói seus pontos de vista com base na sua interpretação acerca dos signos que lhe foram previamente apresentados e assimilados no decorrer da sua vida em sociedade.

Os processos de transmissão, apropriação e reconfiguração do pensamento e da memória ocorrem, por sua vez, somente por intermédio dos signos. Conforme San Segundo (2004), o homem é por excelência uma “máquina” de representar objetos ou conceitos via símbolos (signos). Assim, o pensamento, a memória, o aprendizado e a percepção são atividades ou capacidades socialmente adquiridas que estabelecem uma correlação simbólica entre o objeto e o seu representante. Tendo isso em vista, recorre-se à tese bakhtiniana, a qual defende que os signos e a linguagem são produtos da vida social. Isto é, concebe-se aqui que a linguagem, o pensamento e a memória são constantemente reformulados conforme o contexto social e histórico que os rodeia. Eles se transformam de modo dialógico, acompanhando mudanças de concepções e os fatos que interferem na formação dos seus conceitos. Assume-se, portanto, que a origem do conhecimento e da memória reside no meio interindividual e não na consciência individual. A consciência, com efeito, é formada com base na percepção que o sujeito tem em relação ao meio e não internamente. Tal percepção se dá por meio dos signos.

Procura-se, desse modo, empregar o conceito de dialogismo proposto pelo CB no sentido de discutir o dinâmico e infinito processo de formação da consciência (pensamento e memória) e, conseqüentemente, do conhecimento, enquanto reflexos da vivência coletiva. O dialogismo, como empregado aqui, pressupõe a troca entre as pessoas com base no contínuo processo de (re) construção tanto do pensamento, da memória quanto do conhecimento. Tal

processo é concretamente observável na alteridade da linguagem, uma vez que o signo e a palavra sofrem modificações para acompanhar as mudanças sociais. Assim, o signo e, por extensão, a linguagem são tratados pelo CB como elementos essencialmente ideológicos, pois são, segundo eles, frutos dos embates e dos consensos ocorridos na esfera coletiva durante as tomadas de posição dos sujeitos em meio às relações sociais.

O conceito de dialogismo permeia toda a obra do CB. Para o Círculo, nada é gerado individualmente, ou seja, para eles, o “eu” só existe na sua relação com o “outro”, do mesmo modo que o “outro” existe somente porque se relaciona outros “eus”. Essa relação intersubjetiva ocorre do mesmo modo via linguagem oral, escrita ou simbólica, desde a linguagem empregada no cotidiano até as linguagens consideradas mais elaboradas, como aquelas praticadas nos meios científico, acadêmico ou artístico. Em função dessa intersubjetividade, todo produto oriundo da esfera científica, como conceitos, teorias, nomenclaturas, termos técnicos são produtos igualmente sociocognitivos.

A linguagem alcança, de acordo com o Círculo, o ápice de elaboração na obra literária, sobretudo, no romance. Para o CB, o romance não é somente ficção, ele é também reflexo do mundo da vida porque é escrito com base no olhar orientado para o mundo e nas experiências vividas pelo seu autor. É por esse motivo que Bakhtin e seu grupo recorrem com frequência às obras literárias para ilustrar suas ideias sobre a linguagem, e por isso também que as obras do Círculo muitas vezes são consideradas por muitos críticos como gênero de estudos literários ou de teoria literária². Entretanto, segundo afirma o próprio Bakhtin³, não se trata disso, e sim que, antes de tudo, ele próprio e o Círculo se empenharam em construir uma filosofia na qual a linguagem assume o papel de destaque, ou seja, uma Filosofia da Linguagem que se caracteriza, e que aqui se adota como base, não só pela inovação e pela coerência nos modos de exposição dos conceitos, mas, sobretudo pela sua tese principal: a relação dialógica entre os sujeitos por meio da linguagem, na qual o sujeito não participa do mundo isoladamente e tampouco se funde no coletivo; o sujeito se completa no constante diálogo com o outro, ao mesmo tempo em que completa o outro por meio desse processo interativo.

² Para Castro (2007, p 84), “(...) Bakhtin não é um autor temático – a profusão temática é consequência da inquietação epistemológica causada pela sua concepção de linguagem e não o motivo primeiro de suas pesquisas – mas antes, e acima de tudo, é um filósofo/epistemólogo que, ao olhar pela janela da interação sociolinguística, descobrir alguns segredos do mundo”.

³ Afirma Bakhtin (2012) em entrevista com Viktor Duvakin em 1973.

Diante disso, considera-se cabível e oportuno recorrer às concepções propostas pelo Círculo para analisar o dialogismo e a alteridade da linguagem no meio científico, como é o caso do presente trabalho. Além disso, concebe-se aqui, tal como exposto pelo CB, que a linguagem cotidiana não deve ser isolada da linguagem erudita ou técnico-científica porque nas relações sociais os limites entre os diversos tipos de linguagens não são fixos, ao contrário, são variáveis para acompanhar o contexto mutável do conhecimento que se adquire sobre a vida em sociedade.

Outra questão merecedora de esclarecimentos é a que se refere à polêmica relativa à autoria dos textos do CB. São citadas obras cuja autoria é atribuída à Bakhtin porque ele próprio as assinou na publicação original e obras cuja autoria foi atribuída posteriormente a Bakhtin por estudiosos, porque inicialmente foram assinadas por Volochínov (“O Freudismo” e “Marxismo e filosofia da linguagem”), membro do grupo de Bakhtin, considerado pelos estudiosos das teorias bakhtinianas como um dos mais importantes de seus discípulos⁴. Segundo Fiorin (2008, p. 13), existem diversas teorias e opiniões de especialistas, todas ainda não conclusivas sobre essa questão autoral; dentre elas se destacam três: a) aquela que considera Bakhtin autor de todas as obras do Círculo; b) aquela que considera Bakhtin como autor somente das obras por ele assinadas ou aquelas encontradas em seus arquivos pessoais e publicadas postumamente; c) aquela que atribui à Bakhtin a autoria principal em relação às obras assinadas por outros integrantes do círculo, considerados coautores.

Nesta tese, optou-se por citar o CB para discorrer sobre as ideias que permeiam todas ou a maioria das obras do Círculo; citar Bakhtin, quando as ideias se referem às obras assinadas pelo teórico; e, citar Bakhtin/Volochínov, quando o conteúdo se reporta às obras cuja publicação original foi assinada por Volochínov, mesmo que na publicação consultada a autoria seja atribuída apenas a Bakhtin, como ocorre na edição citada de “O freudismo”.

A obra de Bakhtin e seu Círculo foi categorizada por Faraco (2003) em duas fases: a) a inicial, representada principalmente pela sua obra “Para uma filosofia do ato responsável” escrita entre os anos de 1920 e 1924, mas publicada postumamente em 1986, na qual a linguagem não figurava como interesse principal do autor; ou seja, aqui Bakhtin pretendia formular, segundo a percepção de Faraco (2003, p. 19-20), uma filosofia primeira que superasse a separação entre o mundo da cognição teórica e o mundo da vida, criticando o

⁴ De acordo com Fiorin (2008, p. 12), participam do Círculo o filósofo Matvei Issaévitch Kagan, Valentin N. Voloshinov e Pável N. Medvedev, entre outros.

esforço realizado pelo teorismo para se distanciar cada vez mais da realidade vivida. Porém, enfatiza Faraco que essa crítica não é uma negação da cognição teórica, pois Bakhtin reconhece a validade da abstração teórica; o que ele recusa é o esforço realizado em prol de uma total desvinculação do mundo da vida; b) a que mais se vincula ao Círculo, onde as preocupações se voltam mais para a linguagem, mas que não abandona alguns eixos defendidos na primeira fase como a unicidade e eventividade do Ser, bem como o tema da contraposição eu/outro e ao componente axiológico intrínseco ao existir humano. Pode-se dizer que a obra mais representativa dessa fase seja “Marxismo e filosofia da linguagem”, publicada originalmente em 1929 com a assinatura de Volochínov.

Como consequência do aporte na concepção bakhtiniana de dialogismo, são abordados outros conceitos postulados por Bakhtin e pelo Círculo nas fases apresentadas que, aqui, são considerados necessários não só para melhor compreensão do conteúdo exposto na tese, mas para buscar, nesses conceitos, contribuições para o desenvolvimento de ações teóricas e práticas no domínio de OC. Assim, foram empregados os conceitos bakhtinianos de signo, consciência, ato responsável, compreensão responsiva, estilo e gênero, cronotopo, polifonia e carnavalização para elucidar as relações entre conhecimento e linguagem com enfoque na OC. A abordagem aos conceitos foi realizada a partir dos enfoques dialógicos e ideológicos constantemente evocados nas obras do CB.

Aspectos relativos à constituição da linguagem têm sido tema relevante especialmente no âmbito teórico do domínio de OC. Esse entendimento pode ser justificado, haja vista a relação de indissociabilidade existente entre linguagem e conhecimento. Concebe-se, desse modo, que o conhecimento depende da linguagem não somente para ser constituído, mas, também ser expresso, representado e organizado. Durante os processos de construção e comunicação do conhecimento, o contexto histórico-social não pode apenas ser visto como pano de fundo. Ele é considerado determinante, uma vez que tanto o conhecimento como a linguagem se reconfiguram com base nos consensos coletivos vigentes em cada época e em cada cultura. A ideologia mais aceita pelos sujeitos que compõem a coletividade em certo momento social e histórico é, portanto, a que vai sendo incorporada pela linguagem no decorrer do processo de (re) construção do conhecimento.

A concepção sobre o caráter dialógico e ideológico dos signos linguísticos postulada pelo CB é aqui adotada como fundamento teórico-explicativo. Busca-se, portanto, sustentação nas ideias do Círculo sobre linguagem, na tentativa de compreender o termo, mesmo sendo

ele técnico-científico e/ou de uso controlado, como um signo linguístico sujeito a interferências sociais, variáveis conforme o contexto onde se encontra inserido mediante seu diálogo com o mundo. Ou seja, acredita-se que o termo técnico mesmo tendo tendência à univocidade não pode ser compreendido isoladamente. Também se busca elucidar essa questão em autores da OC cujos discursos defendem o caráter subjetivo individualista e o caráter histórico-social do conhecimento e do domínio e seus desdobramentos no processo de construção, análise do uso e revisão das linguagens controladas, como exemplo de instrumentos de representação e organização do conhecimento.

Como resultado de um processo sociocognitivo, o conhecimento, inclusive o conhecimento registrado, se apoia sempre em uma memória dialógica para se concretizar. De modo semelhante, o domínio da OC se dedica a atividades de preservação da memória e, conseqüentemente, do conhecimento, quando se propõe a trabalhar pela organização para o acesso aos conteúdos registrados nos documentos. Tais aspectos justificam a importância do estudo da memória no domínio de OC, sobretudo no que diz respeito a uma concepção social de memória, pois não há como gerar e organizar o conhecimento sem ações e meios interativos que propiciem a recuperação de uma trajetória desenhada a partir de elementos do passado para se compreender uma configuração atual e busca de um norte para ações futuras.

Assim, em relação à memória, recorre-se à proposta de Halbwachs (1990), principalmente no que diz respeito à relação entre memória individual e memória coletiva. Para esse autor, quando o sujeito reconstitui um conjunto de lembranças está sempre se apoiando em signos exteriores, o que pode ser aqui interpretado como um processo dialógico. E é nesse ponto que se procura estabelecer uma convergência entre os pensamentos do CB e Halbwachs. Além disso, o dialogismo promovido pelos instrumentos de representação e organização do conhecimento pode ser visto como um meio de memória, já que é através do contato do sujeito com o mundo e das ligações que aquele articula com as imagens exteriores que lhe são impostas, que se dá o processo de evocação da memória, por meio do diálogo do leitor com o conhecimento registrado nos documentos, objetos de memória. Para esclarecer a questão referente aos meios de memória, foram resgatadas as concepções de Nora (1993) como complementares na discussão teórica levantada.

Para finalizar o capítulo, são apresentados aspectos oriundos das teorias bakhtinianas e outros teóricos citados como possíveis contribuições para as atividades de OC. Tal abordagem se preocupa principalmente com a importância do estudo da linguagem no domínio de OC,

bem como as implicações éticas decorrentes da reflexão acerca das teorias de Bakhtin e seu Círculo, visto que podem não somente interferir beneficemente ao nortear aspectos teóricos relativos às atividades de produção, organização e uso do conhecimento.

2.1 O CARÁTER DIALÓGICO E IDEOLÓGICO DO SIGNO LINGUÍSTICO

As concepções bakhtinianas requerem um olhar multifacetado sobre o indivíduo e sua inserção no mundo, pois ele concebe o ser em seu constante diálogo com a realidade “por meio da língua e percebe o mundo a partir de ruídos, vozes, sentidos, sons e linguagens que se misturam, (re) constroem-se, modificam-se e transformam-se” (BUFREM et al, 2011). Nesse contexto, os signos que dão sentido à linguagem assumem papel de destaque, pois a partir deles a consciência individual se constitui e é constituída. Dentro dessa ótica, não é possível visualizar o signo interior e o signo exterior isoladamente, mas sim como elementos indissociáveis que, por sua vez, se complementam por meio de uma relação dialógica.

Por serem originários e estarem sempre vinculados ao meio social, o signo e a linguagem são considerados por Bakhtin/Volochínov elementos essencialmente ideológicos (2010, p. 31). Ele, o signo, sempre adquire um significado que o remete a algo situado fora de si mesmo e por esse motivo é ideológico porque “tudo que é ideológico é um *signo*”. Desse modo, não há como interpretar um signo sem levar em conta seu entorno. Para o Círculo, a compreensão de um

(...) signo consiste em aproximar o signo apreendido de outros signos já conhecidos; a compreensão é uma resposta a um signo por meio de signos (...). Os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e outra. E a própria consciência individual está repleta de signos (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2010, p. 34).

É nesse aspecto orientado à inter-relação dos signos por meio da comunicação entre sujeitos constituintes de um grupo social que reside o dialogismo. Para o CB, os signos aparecem somente em “terreno interindividual” e, desse modo, defende que a consciência individual a partir de si mesma não é capaz de explicar nada, mas, ao contrário, o

funcionamento dela é que pode ser explicado a partir do seu meio social. Assim, considera-se que consciência é construída por signos apreendidos do exterior durante as relações que o sujeito desenvolve com outros sujeitos ao seu redor. Diante disso, verifica-se que o signo assume o papel não só de comunicar o pensamento, mas, sobretudo, de constituir o pensamento e, conseqüentemente, a própria consciência.

A atividade mental, além de ser exteriorizada somente por meio dos signos, é constituída igualmente por signos. Do contrário, assinalam Bakhtin/Volochínov (2010), toda atividade mental não seria exprimível. Assim, conforme os autores, não há uma ruptura qualitativa entre a atividade psíquica interior e sua expressão. Há somente uma mudança quantitativa, uma vez que o processo de expressão exterior requer uma passagem de um código para outro, mas o conjunto não foge do quadro da expressão semiótica. Em outras palavras, para que um indivíduo expresse seus pensamentos de uma forma compreensível ao outro, ele apenas os decodifica por meio da fala, escrita ou códigos similares (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2010, p. 53). Com efeito, a mudança quantitativa ocorrida fica reduzida apenas à transformação dos signos que compõem o pensamento nos mais diversos códigos de comunicação, que, por seu turno, também são considerados signos.

Seguindo essa linha, sobre a palavra, sendo considerada um signo, acompanha e comenta todas as manifestações ideológicas não podendo ser isolada e nem separada delas. Apesar de o discurso interior (o pensamento) ser considerado um ponto de intersecção de diversas reações semióticas, a palavra torna-se fundamental, pois sem ela o psiquismo seria demasiadamente reduzido, transformando-se quase em um processo fisiológico puro. Assim, para o CB importa destacar, que as

(...) palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama para todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais (...). A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2010, p. 42).

A introspecção, assim, mais do que um processo meramente cognitivo, se constitui em um ato de compreensão ideológica, pois um signo interior não pode ser esclarecido por si só, mas sim mediante a sua integração com outros signos via experiência e observação exterior. A atividade mental, portanto, não pode ser vista como algo separado de uma determinada realidade social porque o discurso interior produzido pela atividade mental é formado por enunciações resultantes de um diálogo do sujeito com o meio. Desse modo, segundo os autores, não há meios de delimitar as fronteiras entre o psíquico e o ideológico, mas somente esclarecer aspectos relacionados ao território único que os engloba, o do signo visto como essencialmente ideológico.

De acordo com Faraco (2003, p. 25), já na sua filosofia do ato, Bakhtin postula que “viver é assumir uma posição avaliativa a cada momento; é posicionar-se com respeito a valores”. A palavra viva, portanto, não conhece algo como totalmente dado, isto é, o mero fato de se referir a alguma coisa, significa assumir uma atitude frente a ela, uma atitude não indiferente. Para Faraco, essa é a principal base da teoria da refração do signo que Volochínov apresentará no livro de 1929 (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2010), como também do projeto do CB de formular uma teoria marxista da criação ideológica⁵ (2003, p. 45).

Por ideologia, o CB entende todo “o universo que engloba a arte, a ciência, a filosofia, o direito, a religião, a ética, a política, ou seja, todas as manifestações superestruturais” (FARACO, 2003, p. 46). Qualquer enunciado, portanto, é para o Círculo sempre ideológico em dois sentidos: a) qualquer enunciado ocorre na esfera de uma das ideologias, ou seja, no interior de uma das áreas da atividade intelectual humana; b) todo enunciado expressa sempre uma posição avaliativa logo, pode-se afirmar que não há enunciado neutro; a própria retórica da neutralidade, para Faraco é também uma posição axiológica (2003, p. 46-47) porque, ao não se posicionar de forma avaliativa, reforça o que está estabelecido como verdade acabada em dado contexto.

De modo semelhante, Miotello (2010, p. 176) aborda a ideologia sob a ótica do Círculo “como expressão de uma tomada de posição determinada”, seja comunicada por meio de palavras ou outros signos, a partir de uma interpretação da realidade social. Nesse contexto, de acordo com o autor, há sempre a existência do conflito entre a ideologia oficial

⁵ Para o Bakhtin/Volochínov (2010, p. 31), “as bases de uma teoria marxista da criação ideológica – as dos estudos sobre conhecimento científico, a literatura, a religião, a moral, etc. - estão estreitamente ligadas aos problemas filosóficos da linguagem”.

que é a ideologia hegemônica ou dominante e ideologia do cotidiano⁶ que corresponde ao pensamento paralelo, espontâneo, dinâmico, que sempre desafia o sistema dominante.

Para Ponzio (2009) e Fiorin (2006, 2008) é necessário esclarecer que, embora o CB tenha raízes no Marxismo, a concepção de ideologia proposta pelo Círculo é distinta daquela defendida por Marx e Engels. A ideologia é definida por Marx e Engels como uma “falsa consciência dada pela dominação” que faz com quem é dominado veja a realidade invertida, isto é, aqui os sujeitos aceitam e incorporam uma consciência hegemônica por acreditarem que não há outra como alternativa, porque a realidade está dada. Entretanto, pontua Fiorin (2006, p. 29; 32), nem toda ideologia é falsa consciência, porque toda formação ideológica corresponde a um discurso, que, na sua concepção, é um conjunto de temas, de figuras ou de signos em que uma dada visão de mundo se materializa. Com efeito, existem discursos dominantes ou ideologias dominantes, assim como existem os discursos dos “dominados” ou ideologias marginais.

A ideologia, para o Círculo, seria a “expressão das relações histórico-materiais dos homens, mas “expressão” não significa somente interpretação ou representação, também significa organização, regulação dessas relações”. A ideologia se configura em

(...) um sistema de concepções que está determinado pelos interesses de um determinado grupo social, de uma classe e que, baseado em um sistema de valores, condiciona atitudes e comportamentos tanto dos sujeitos do grupo em questão como dos outros grupos sociais, quando se converte em ideologia dominante (...) as estruturas e superestruturas se relacionam de uma forma dialética, e os signos são elemento mediador de ambas (...) (PONZIO, 2009, p. 116).

Importante destacar o papel do signo como elemento mediador entre as estruturas e superestruturas, sobretudo no que se refere ao aspecto ideológico como constituinte do próprio signo. Desse modo, o signo trata-se de um produto material, no sentido físico, ao mesmo tempo em que é material “no sentido de que é um produto histórico-social” (PONZIO, 2009, p. 119).

⁶ Sobre a ideologia do cotidiano, diz Bakhtin (2010, p. 88) que ela se refere discurso interior e exterior não estável ou cristalizado socialmente, mas que “é mais sensível, compreensiva, nervosa e móvel que a ideologia enformada, “oficial”. No seio da ideologia do cotidiano é que se acumulam aquelas contradições que, após atingirem certo limite, acabam explodindo o sistema da ideologia oficial”.

A identificação do ideológico com o semiótico, no entendimento de Faraco (2003, p. 47-48), se refere ao materialismo como fundamento da filosofia da cultura postulada pelo Círculo. O signo, como produto de uma criação ideológica, assim o é, não somente porque é dotado de materialidade física, mas também porque é parte concreta e totalmente objetiva da realidade prática dos seres humanos, não sendo, portanto, desconectado da vida social. E aí estão incluídos todos os tipos de discursos, desde o mais vulgar, que tendem carregar consigo a ideologia do cotidiano, até o mais erudito, como o discurso acadêmico e o discurso científico, que tendem a sustentar a ideologia oficial.

Com efeito, verifica-se que, de acordo com o CB, cada época e cada grupo social acabam construindo coletivamente seu próprio repertório de formas discursivas. Todo conceito e seu rótulo, portanto, é resultante de uma luta e um consenso provisório entre membros de uma comunidade específica. A evolução dos signos e, conseqüentemente, da linguagem e do conhecimento, é determinada tanto pela organização social dos indivíduos como pelas condições nas quais a interação acontece. O ser e sua relação com o outro, por conseguinte, é refletido no signo e nele também se refrata. Assim, o signo, além de representar o socialmente estabelecido, interfere nos processos sociais por meio da relação dialógica que ocorre entre eles e, por isso, sua forma e seu valor estão sempre sujeitos a modificações.

Além da forma, o signo, sendo considerado ideológico, também sempre adquire índices de valor socialmente negociados. Tais índices quando apropriados pela consciência individual se tornam também índices individuais na medida em que a consciência os absorve como seus. Entretanto, a fonte do índice de valor não é individual, mas sim interindividual porque é fruto de um processo sociocognitivo.

Faz-se necessário destacar que o sujeito aceita e utiliza os índices de valor socialmente estabelecidos não de modo passivo, mas, sim porque tais índices fazem sentido dentre o conjunto dos demais índices conhecidos por ele na sua trajetória. Entretanto, por mais que um indivíduo esteja inserido em um grupo, o seu ser, sua singularidade não se dilui completamente no coletivo. É por esse motivo que, para Bakhtin (2010), na sua primeira fase conforme descrito anteriormente, os valores sociais são estabelecidos conforme a adesão dos sujeitos implicados, pois considera que um “objeto, idêntico por conteúdo, é um momento do existir que apresenta um aspecto valorativo diferente, quando correlacionado comigo e com o outro” (2010, p. 142).

A partir desse acordo entre os sujeitos ao mesmo tempo sociais e singulares, a forma e o valor dos signos, segundo Bakhtin/Volochínov (2010), vão se configurando e seguem indissoluvelmente ligados. Para os autores, tanto o valor dos signos como sua forma de expressão semiótica é estabelecida pelas mesmas condições econômicas constituintes do meio social. Por isso, o conteúdo e a forma passam a ser um o reflexo do outro. Assim, os signos são formados e valorados socialmente, conforme as orientações ideológicas vigentes em determinado contexto histórico e social.

A esse respeito, Ponzio (2009, p. 109) afirma na sua leitura das ideias bakhtinianas que por meio do signo a realidade é representada e organizada sempre com base em um ponto de vista valorativo proveniente de uma determinada posição, por sua vez, situada em um dado contexto, todos também determinados por parâmetros de valoração, a partir de uma perspectiva construída na práxis. Ou seja, o valor e a forma do signo são definidos antes de tudo no mundo da vida prática, no mundo da vida social, na medida em que os sujeitos interagem entre si.

Além da forma e do conteúdo dos signos serem indissociáveis entre si e do meio social que os constitui, também são de caráter provisório, uma vez que seguem o ritmo imposto pela convivência em comunidade e os fatos que ocorrem durante esse processo. Essas relações também são vistas como fruto do diálogo entre a forma, a significação, o valor, os fatos e as ações que compõem o signo que, por sua vez, é constituído e constitui a representação da vida em sociedade. Contudo, o signo, a linguagem, o discurso são sempre alterados pela visão de mundo dos sujeitos que compõe um grupo social, durante a vivência coletiva, conflitos e acordos com os demais grupos. A alteridade do signo, da sua forma e valor é dada, portanto, pela mutabilidade das relações sociais. Cabe ressaltar que um termo ou um rótulo para representar um determinado conteúdo, se for considerado um signo, também representa toda dinâmica social que está por trás dele. Por esse motivo, um termo não pode ser considerado somente um produto cognitivo; é também um produto social.

Com efeito, o signo, apesar de precisar de recursos linguísticos para se materializar, não pode ser tratado como sinônimo de sinal. O signo se transmuta em sinais linguísticos para ser identificado pelo olhar humano. Assim, conforme Ponzio (2009, p. 99-100) a relação dialética entre signos e sinais é resultado de um processo dialético composto pelas seguintes etapas:

1. Compreensão psicofágica do sentido físico, ou seja, a detecção do signo, enquanto um sinal separado do ser, em sua relação com o corpo;
2. Reconhecimento ou identificação do signo se é conhecido ou não;
3. Compreensão de significado do signo em dado contexto;
4. Compreensão dialógico-ativa ou ativo-responsiva que pode ser de contraste ou de consenso, conforme o sentido apresentado pelo signo.

Desse modo, apesar de os signos e os sinais tratarem de conceitos diferenciados, no discurso esses elementos não são isoláveis. O mesmo ocorre em relação aos conceitos de tema e significação abordados por Bakhtin/Volochínov (2010). Para Ponzio (2009, p. 92), é o tema que faz com que o sinal verbal torne-se um signo, porque o relaciona com o contexto social e, conseqüentemente, tornam-se verificáveis as posturas ideológicas constituintes do signo⁷. Já a significação, para o CB, se refere ao estudo do significado de uma enunciação só em relação ao código, ao sistema abstrato da língua, como se fosse independente em relação a seu contexto de enunciação. Aí o signo se reduz ao estado de simples sinal de identificação⁸.

Na visão de Ponzio (2009), a relação dialética entre sinal e signo também é representativa da relação entre o conteúdo explícito e o conteúdo presumido da enunciação. Pois, mesmo que o conteúdo presumido ou interpretado seja mais amplo e complexo por abarcar comportamentos e valorações ideológicas, ele se embasa em elementos estáveis e constantes na vida social, como enunciações com significados explícitos construídos a partir dos recursos linguísticos disponíveis pela língua oficial. O sentido, por conseguinte, resulta no “conjunto dos significados agregados (presumido, incluso, oculto, implícito) que complementam os significados de partida (explícitos)”. Somente a partir da relação entre conteúdo presumido e explícito, é que os discursos podem contar com a “objetividade própria de uma materialidade histórica” (PONZIO, 2009, p. 99).

⁷ “O tema da enunciação é concreto, tão concreto como o instante histórico ao qual ela pertence. Somente a enunciação tomada em toda sua amplitude concreta, como um fenômeno histórico, possui um tema” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2010, p. 134).

⁸ “Por significação, diferentemente de tema, entendemos os elementos da enunciação que são *reiteráveis* e *idênticos* cada vez que são repetidos. Naturalmente, esses elementos são abstratos: fundados sobre uma convenção, eles não têm existência concreta independente, o que não os impede de formar uma parte inalienável, indispensável, da enunciação” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2010, p. 134).

O quadro abaixo (Quadro 3) representa a relação entre sinal e signo, significação e tema e conteúdo explícito e conteúdo presumido, bem como mostra as principais distinções entre esses conceitos.

Sinal/Significação/Conteúdo explícito	Signo/Tema/Conteúdo presumido
Unidirecionalidade	Pluricidade
Função pré-fixada	Indeterminação semântica
Comunicação mecânica	Fluidez expressiva
Univocidade de significado	Adaptabilidade de significado
Linguagem para simples identificação	Requer uma atitude responsiva
Interpretante imediato	Interpretante dinâmico
Significado neutro	Sentido atual
Divisível em vários elementos	Pressupõe uma completude sîgnica
Frase	Enunciado

Quadro 3 – Comparação entre sinal e signo.
Fonte: Adaptado de Ponzio (2009, p. 89-100)

A partir do conteúdo exposto no Quadro 3 é possível verificar as diferenças e a concomitante indissociabilidade entre as duas esferas. Entretanto, observa-se que o signo/tema/conteúdo presumido sempre absorvem o sinal/significação/conteúdo explícito, reavaliando-os, modificando-os, desconstruindo-os, realocando-os conforme a ocasião, na tentativa de acompanhar as transformações sociais, “suas contradições vivas” e “identidades igualmente provisórias” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2010, p. 141). O sinal é resultado de uma materialidade física, enquanto que o signo é resulturado de uma materialidade histórica. Todavia, acredita-se que em linguagem, toda materialidade física é também dotada de uma materialidade histórica.

A crítica ao sistema linguístico e às duas orientações filosófico-linguísticas existentes até então (1929, ano de publicação da obra “Marxismo e filosofia da linguagem”), principalmente a dirigida ao objetivismo abstrato, é motivada pela percepção de que tais

correntes linguísticas não dão conta de explicar o caráter social dos processos enunciativos e comunicativos relacionados à linguagem. A corrente denominada pelos autores de “subjativismo idealista” se refere aos atos da fala como fundamento da língua e os considera como frutos da criação individual, análoga à criação artística. A língua, aqui, se trata de um produto acabado, estável, abstrato, instrumento construído por linguistas, pronto para ser usado. Para o pensamento “objetivista abstrato” a língua é um sistema de formas normativas estáveis, imutável, fechado também fornecido de modo pronto e acabado à consciência individual. Os atos individuais de fala são considerados variações fortuitas ou deformidades das formas normativas⁹.

Para os autores, considerar a língua como um sistema estável e acabado de formas padronizadas separado da fala é reduzir demasiadamente o horizonte de estudos sobre a língua e a interação verbal. Em função disso, Bakhtin/Volochínov sugerem a fundação de uma nova disciplina fora dos limites da Linguística (“Metalinguística” ou “Translinguística”), como um campo de estudo que se dedique a explicar a linguagem do ponto de vista sociológico, que não desconsidere relação travada entre os falantes. Nesse sentido, Faraco (2003, p. 103) pontua que dentre as disciplinas linguísticas contemporâneas a Análise do Discurso é que mais se aproxima do projeto proposto pelo CB.

Por meio dessa nova perspectiva os autores, de acordo com Faraco (2003, p. 99-100), pretendiam superar o divórcio entre o conhecer e o agir decorrente da coisificação do homem que, por sua vez, criou uma ciência que tem como objetivo a linguagem, a Linguística, que abstrai e generaliza os falantes, omitindo processos significativos básicos como a polissemia e toda a linguagem figurada. Entretanto, em nenhum momento os autores sugerem descartar a Linguística, pelo contrário, até chegam a reconhecer sua legitimidade em relação à necessidade de abstração e normatização de formas linguísticas. O que os autores reivindicam é que a língua, a linguagem, o signo linguístico não sejam tratados somente como objetos imutáveis e imunes às transformações histórico-sociais. E o que se reivindica aqui é que os termos e/ou descritores de um tema ou de um conteúdo não sejam vistos apenas como produtos resultantes de um processo cognitivo de padronização, mas sim produtos de um processo sociocognitivo.

⁹ O objetivismo abstrato é representado principalmente por Ferdinand Saussure que parte do princípio de uma tríplice distinção: a linguagem, a língua (como sistema de normas socialmente estabelecido) e a fala (ato de enunciação individual). A língua e a fala são elementos constitutivos da linguagem. Entretanto, para Saussure somente a língua é objeto de estudo da Linguística. A linguagem e a fala, em função da heterogeneidade e complexidade, são isoladas do estudo da língua (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2010).

2.2 CONSCIÊNCIA COMO FATO SOCIOIDEOLÓGICO

Como visto, a consciência se consolida a partir dos signos captados pelos sujeitos durante sua interação com os outros. Assim, a consciência é formada por signos que têm forma e valor definidos coletivamente, conforme as opções ideológicas eleitas durante o acordo entre os sujeitos que compõem um dado social. Portanto, de acordo com o CB, a consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico), e isso ocorre somente durante o processo de interação social (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2010, p. 34).

Sendo para Bakhtin/Volochínov (2009, 2010) a consciência um fato socioideológico, ela não deve ser compreendida por métodos tomados de empréstimo da Fisiologia nem da Biologia, tampouco pode ser considerado um campo fechado de um organismo vivo. O fenômeno psíquico deve ser compreendido levando-se em conta os fatores sociais que interferem na vida concreta do indivíduo. Postulam os autores que a Filosofia da Linguagem e a Sociologia são campos do conhecimento mais compatíveis com a investigação acerca do desenvolvimento da linguagem do que a Linguística, a Psicologia ou a Biologia.

Já na sua primeira fase, Bakhtin (2010, p. 56) dizia que se tratava de um “erro grosseiro”, “a tentativa de incluir o mundo da cognição teórica no existir único, assumindo-o como entidade psíquica”. Para o autor, o psíquico é considerado um produto essencialmente teorista pelo pensamento hegemônico ligado ao psicologismo, a partir do qual se pretendia entender o ação-ato do pensamento vivo, tomando “o mundo teórico grande (o mundo como objeto do conjunto das ciências, de toda cognição teórica) um momento do mundo teórico pequeno (a realidade psíquica como objeto de cognição psicológica)”.

Em obra que crítica teorias de Freud e seus seguidores, sobretudo por estarem aportadas exclusivamente no psiquismo individual, Bakhtin/Volochínov (2009, p. 18), sob a ótica do materialismo dialético, reivindicam que a psicologia deva ser socializada, pois os “homens são movidos por estímulos sociais nas condições do meio social” (...) e, se de fato é possível conhecer “(...) apenas o componente físico do estímulo e só de forma o componente fisiológico da resposta, então ainda entendemos muito pouco os atos humanos” (2009, p. 18). Assim, sugerem que a psicologia deva se preocupar “com métodos objetivos o comportamento humano materialmente expresso nas condições do meio natural e social” (2009, p. 19).

O principal problema da psicanálise em relação às manifestações e os conflitos psíquicos, verbais ou não, é para o CB “(...) não ter entendido a essência sociológica de todos esses fenômenos e haver tentado metê-los à força nos limites estreitos de um organismo individual e de seu psiquismo”. Dito de outro modo, o conteúdo do pensamento ou até mesmo dos sonhos são, na concepção do Círculo, manifestações altamente ideológicas e não resultado da criação orgânica individual ou do psiquismo individual como acredita Freud (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 20-21).

Em relação à dicotomia consciente/inconsciente estabelecida por Freud, os autores defendem que a introspecção se trata uma atividade inteiramente consciente, pois, segundo o CB, a consciência reproduz as lutas entre ideologias oficiais e não oficiais que ocorrem durante a experiência social. Como ilustração, os autores discorrem sobre a censura apontada por Freud como sendo de origem inconsciente; se o assim fosse, se perguntam os autores, então como esse mecanismo poderia revelar “uma imensa competência ideológica e requinte; produz entre as experiências emocionais uma seleção puramente lógica, ética e estética. Será isso compatível com a sua estrutura inconsciente, mecânica?”¹⁰ (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 70).

Para Ponzio (2009, p. 83-84; 86), o confronto entre o consciente e o inconsciente trata-se do embate entre diferentes motivos ideológicos, que não podem ser explicados a partir deles mesmos. Para se buscar uma explicação efetiva, ressalta o autor na sua interpretação das obras do Círculo, deve-se partir para a esfera das relações sociais, nas quais os homens atuam objetivamente, criando discursos e demais representações, não provenientes de um interior que se exterioriza, mas sim o oposto, de um exterior que se interioriza. As contradições psicológicas ou interiores, com efeito, são contradições sociais e historicamente bem definidas. Assim, para que a consciência não oficial se realize como discurso tanto exterior como interior, o sujeito necessita de uma força interindividual, como as sessões de psicanálise propostas por Freud como método de aplicação da sua teoria.

Sobre a psicanálise, Bakhtin/Volochínov (2009, p. 79) ressaltam que a relação entre o paciente e o médico é travada a partir de um diálogo entre sujeitos, e desse modo, trata-se

¹⁰ A “censura” freudiana, para Bakhtin (2010, p. 89-90), “exprime com muita precisão o ponto de vista da ideologia do cotidiano do pequeno-burguês, razão porque surge uma impressão cômica quando os freudianos a transferem para o psiquismo de um grego antigo ou um camponês medieval. A enorme superestima do elemento sexual pelo freudismo é sumamente ilustrativa no clima atual da decomposição da família burguesa”. Por esse motivo, esclarece o autor que não é possível dizer que o “inconsciente” de Freud seja um problema universal do ser humano. O problema é o divórcio entre ideologias oficiais e não oficiais que, por seu turno, são elementos enraizados no contexto das relações sociais.

antes de tudo de uma relação social, onde a “expressão do psiquismo individual do paciente” só ocorre por meio da interação entre os falantes. A enunciação verbalizada não é, portanto, produto exclusivo de quem a enunciou e sim fruto da situação social estabelecida entre o médico e paciente. Assim, os autores consideram que

(...) os motivos do inconsciente não explicam absolutamente o comportamento, pois (...), o inconsciente em Freud em nada difere da consciência; é apenas outra forma de consciência, apenas a sua outra expressão ideológica. Os motivos do inconsciente que se revelam nas sessões de psicanálise (...) são reações verbalizadas do paciente tanto quanto os demais motivos da consciência; eles diferem destas (...) tão-somente por seu conteúdo (...). Neste sentido, o inconsciente de Freud pode ser denominado consciência não-oficial diferentemente da consciência “oficial” (2009, p. 85-86).

Bakhtin/Volochínov (2009) justificam a popularização das teorias freudianas em toda Europa, inclusive na Rússia, sugerindo que o motivo central seja o processo de “plena decomposição do sistema ideológico oficial” (2009, p. 91). Com base em uma revisão histórica, explicam que nas épocas caracterizadas pela decadência e desintegração social, costuma-se buscar soluções por meio de uma “superestima vital e ideológica do sexual e ainda por cima em sua concepção unilateral: promove-se a primeiro plano o seu aspecto a-social tomado em forma abstrata”. Com efeito, os seres humanos passam a ser divididos antes de tudo em homens e mulheres e as demais subdivisões se tornam secundárias, do mesmo modo que passam a ser valorizadas apenas aquelas relações social que podem ser sexualizadas (2009, p. 90-91).

Como já exposto, o surgimento da consciência e do seu discurso interior está condicionado a sua afirmação enquanto realidade mediante a “encarnação material em signos”. Tanto o discurso proferido quanto o discurso pensado são fruto do diálogo entre os discursos de outrem absorvidos pela consciência individual. A substância desse processo não surge na mente individual, mas sim na sociedade onde são negociados e atribuídos forma e valor às palavras, aos signos e aos significados em uma dada comunidade semiótica para que possa haver comunicação entre os sujeitos.

Além disso, destacam Bakhtin/Volochínov (2010) que a transmissão sempre leva em consideração a figura de uma terceira pessoa e esta orientação reforça a influência das forças sociais organizadas no modo de formulação e apreensão do discurso. No processo de

apreensão do discurso do outrem, “tudo que pode ser ideologicamente significativo tem sua expressão no discurso interior”. Aquele que apreende o discurso exterior, desse modo, não pode ser considerado mudo; ao contrário, é um ser repleto de palavras interiores. Assim, a atividade mental é mediada pelo discurso interior e é neste ponto que se opera a junção do discurso apreendido do exterior de tal modo que se torna impossível concebê-los isoladamente (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2010, p. 153).

Tomando como base as contribuições de Bakhtin/Volochínov (2010), observa-se que até mesmo o pensamento individual ou o discurso interior não podem ser chamados de monólogo. A consciência é vista como um conjunto de signos articulados pelo pensamento. Todavia, os signos são sempre importados do exterior via percepção e aceite pelo sujeito durante seu contato com o meio social. É nesse ponto de articulação que se desenvolve o conceito de dialogismo na linguagem, pois o pensamento, mesmo aquele não expresso, é considerado sempre um ato de compreensão do sujeito para com o mundo.

2.3 ATOS RESPONSÁVEIS E COMPREENSÃO RESPONSIVA

De acordo com Ponzio (2010), qualquer ato, mesmo sendo de pensamento, de sentimento, de desejo, de fala, de ação é para Bakhtin (2010) intencional. Os atos praticados pelos sujeitos se caracterizam sempre pela singularidade e peculiaridade de cada um, isto é, o sujeito age “em sua unicidade, em sua impossibilidade de ser substituído, em seu dever responder, responsavelmente, a partir do lugar que ocupa, sem álibi e sem exceção” (PONZIO, 2010, p. 10), ao mesmo tempo em que não é indiferente, e procura via compreensão e comunicação provocar o ato do outro.

A esse respeito, concorda Faraco (2003, p. 57) afirmando que os enunciados, ao mesmo tempo em que respondem ao já dito, provocam continuamente as mais diversas respostas. Tudo isso porque, “o universo da cultura é intrinsecamente responsivo, ele se move como se fosse um grande *diálogo*”. Assim, além de todo dizer não ser capaz de deixar-se orientar pelo já-dito, também está sempre orientado para uma resposta porque é internamente dialogizado (2003, p. 58).

O ato responsável ao qual Bakhtin se refere na sua tentativa de compor uma filosofia primeira – como mencionado anteriormente – segundo Ponzio (2010), tem dois sentidos: o responsável porque se refere a uma responsabilidade perante os demais sujeitos e o responsivo, que busca responsividade, ou seja, toda atitude compreensiva e comunicativa espera sempre uma resposta do outro para completar seu ato; esse outro, por conseguinte, também espera uma resposta de outros e assim infinitamente. Diante disso, é possível afirmar que o duplo conceito de responsabilidade em Bakhtin é permeado pelo conceito de dialogismo, pois o ato responsável sempre requer uma resposta dentro de um diálogo interindividual inacabado.

O dialogismo, por sua vez, pressupõe a alteridade do sujeito como consequência da alteridade das situações sociais das quais participa. Constantemente, o sujeito é levado a transcender sua identidade¹¹ em busca de um novo ponto de vista com base na necessária interferência do outro em sua vida. Há a consciência de que para o outro é possível ver o que o próprio sujeito não consegue em relação a si mesmo. Esse é o princípio da exotopia ou exterioridade¹² postulado por Bakhtin, e que é dado pelo excedente do ato visão/conhecimento do um sujeito a respeito do outro. Tal excedente é condicionado pelo lugar único que o sujeito ocupa no mundo, do mesmo modo que os outros, dos seus distintos e únicos lugares, têm em relação ao sujeito. Assim, um sujeito interage com outro, para se “identificar com o outro e ver o mundo através do seu sistema de valores, tal como ele vê (...)” (BAKHTIN, 2000a, p. 45).

A exotopia, a alteridade e o dialogismo são somente possíveis por meio dos atos de compreensão e comunicação que cada sujeito realiza sempre levando em consideração a figura do outro. Afinal, o outro tem o excedente de visão sobre o sujeito que ele próprio não tem, além de uma perspectiva de mundo diferenciada, porque o outro vê sempre da sua maneira, do seu lugar, que é único, irrepitível, singular e distinto dos demais.

Na sua primeira fase, Bakhtin (2010, p. 91-92; 102) já considera o pensar, o compreender, o sentir, o dizer, o agir-ação, todos como atos, nos quais está presente a disposição ativamente responsável do sujeito, manifestada por meio de uma posição emotivo-volitiva em relação a uma determinada situação vivenciada, que, por sua vez, é sempre

¹¹ Para Bakhtin, na percepção de Faraco (2007, p. 106), a alteridade também “é condição da identidade: os outros constituem dialogicamente o eu que se transforma dialogicamente em outros de novos eus”.

¹² De acordo com Faraco (2010, p. 41), para que o princípio da exterioridade seja executado “é preciso estar fora; é preciso olhar de fora; é preciso um excedente de visão e conhecimento” em relação ao outro e seu mundo.

unitária e singular, mas nunca isolada do mundo real. O pensamento, a compreensão, a comunicação são, portanto, sempre processos participativos porque sempre interferem no mundo concreto em função do não álibi em existir, condição intrínseca a todos os sujeitos. Com efeito, todo sujeito ocupa uma posição única e singular no mundo, posição essa que determina o olhar e a atitude de cada sujeito e sua relação aos outros. Ou nas palavras do autor:

Do meu lugar único, somente eu-para-mim-mesmo sou eu, enquanto todos os outros são outros para mim (...). De fato o meu ato (e o sentimento como ato) se orienta justamente sobre o que é condicionado pela unicidade do meu lugar. O outro, na minha consciência emotiva-volitiva está exatamente no seu lugar (...). (BAKHTIN, 2010, p. 104)

Entretanto, no entender de Bakhtin, a relação do eu com os outros não se dá de modo passivo nem tampouco casual, mas, sim de modo ativo e imperativo. A relação entre o eu e o outro é ao mesmo tempo “algo dado e algo a ser-realizado” como eventos únicos que, por sua vez, compõem a vida real e coletiva. Logo, para o autor, o mundo real do ato tem por princípio a contraposição concreta entre dois centros de valores que se correlacionam entre si: o eu e o outro (2010, p. 142). Isso não significa que o autor acredite em uma empatia pura entre os sujeitos, mesmo porque isso implicaria perda do lugar único de existir de cada um e, logo, a perda da consciência. Tal empatia não é possível, pois a perda de si não é o mesmo que ação-ato responsável do renunciar a si mesmo, ao contrário, é até na abnegação que o sujeito atinge o máximo grau de atitude e realização em relação à singularidade do seu lugar no existir (2010, p. 63).

O ato, portanto, é visto pelo filósofo como um “Jano bifronte”, no qual uma direção se volta para “a unidade objetiva de um domínio da cultura” ou a vida social e a outra para “singularidade irrepitível da vida que se vive”. Consequentemente,

(...) dois mundos se confrontam, dois mundos absolutamente incomunicáveis e mutuamente impenetráveis: o mundo da cultura e o mundo da vida (este é o único mundo em que cada um de nós cria, conhece, contempla, vive e morre) – o mundo no qual se objetiva o ato

atividade de cada um e o mundo em que tal ato realmente, irrepetivelmente, ocorre, tem lugar (BAKHTIN, 2010, p. 43).

Por integrar o mundo da vida e o mundo da cultura (mundo do conhecimento), o ato deve, conforme Bakhtin, “refletir-se em ambas as direções” porque tem uma responsabilidade bidirecional, seja em relação ao seu conteúdo, a qual o autor chama de responsabilidade especial, seja em relação ao seu existir, uma responsabilidade moral. A integração dessas duas orientações tem por finalidade superar a separação e a mútua impenetrabilidade entre cultura e vida, como insiste em postular o teoricismo.

Como já visto anteriormente, o teórico russo não nega a abstração, até considera uma atividade absolutamente necessária para desenvolvimento do pensamento e, conseqüentemente do conhecimento. O que ele critica é a atitude de alguns teóricos em cada vez mais se afastarem do mundo da vida cotidiana, alegando a busca de uma pureza objetiva e neutra do conhecimento. Tal pureza, para Bakhtin, é inconcebível, pois, além de considerar impossível – para ele, todo ato se baseia em um posicionamento não indiferente em relação ao mundo, onde não é possível separar avaliações de cunho ético, estético e teórico – a considera inútil porque, afinal, a ciência ou o conhecimento científico para interferir beneficemente no mundo deve partir do quanto mais real possível. Outro problema apontado pelo autor em relação a isso é o fato de muitos teóricos, por estarem tão imersos em suas teorias, acreditarem que os conceitos que as sustentam são de fato a realidade.

Na visão de Faraco (2003, p. 48-49), desde sua primeira fase, Bakhtin postulava que o real não se obtém de forma direta ou crua. É possível se relacionar com “um real enformado em matéria significante”, onde o mundo só adquire sentido quando semiotizado. Assim, como apreciação dos signos que representam o real se remete sempre a uma dimensão ideológica, a relação dos sujeitos com o mundo acaba sempre sendo atravessada por valores que redesenham a realidade, conforme o olhar e a posição que se ocupa.

O principal alvo da crítica de Bakhtin é, segundo Ponzio (2010, p. 19), a existência de um insistente esforço no âmbito científico para que a singularidade, a unicidade, a irrepetibilidade do ato de cada um, na sua subjetividade, fique relegado à esfera do privado, alheio do oficial, do formal, do cultural. Ou seja, para o conhecimento científico, é como se o

sujeito e sua responsabilidade única e irrepitível em relação ao mundo simplesmente não existisse¹³.

O que é logicamente válido trata-se, para Bakhtin (2010, p. 82), de uma força obscura, se isolado do centro unitário e singular da consciência responsável. O mesmo diz o autor em relação ao racionalismo que contrapõe “o que é objetivo, enquanto racional, do é o que subjetivo, individual, singular, enquanto subjetivo e fortuito”. Assim, o mundo científico trata-se de

(...) um mundo particular, autônomo, mas não separado, e sim integrado no evento singular e único do existir através de uma consciência responsável em um ato-ação real. Porém, tal existir como evento singular não é algo pensado: tal existir é, ele se cumpre realmente e irremediavelmente através de mim e dos outros – e, certamente, também no ato de minha ação-conhecimento (...). A singularidade única não pode ser pensada, mas somente vivida de modo participativo (BAKHTIN, 2010, p. 58-59).

A linguagem, conforme Bakhtin (2010, p. 84), tem sido desenvolvida a serviço dos atos de compreensão e de comunicação participante, porém, recentemente é que começou a servir também o pensamento abstrato. A plenitude da palavra ocorre somente pela expressão do ato como existir-evento único, “tanto o seu aspecto de conteúdo-sentido (a palavra, o conceito), quanto o emotivo-volitivo (a entonação da palavra), na sua unidade”. Defende o autor, portanto, que essa palavra viva, plena e única, pode ser responsabilmente significativa, porque pode representar a verdade de um dado momento, mesmo com toda sua subjetividade, e não somente qualquer coisa de subjetivo e fortuito.

Na segunda fase do Círculo, foi mais desenvolvido o conceito de “compreensão”, principalmente para esclarecer o problema da distinção entre tema e significação. Para os autores, nenhuma compreensão é passiva e sim o contrário, pois ela “deve conter já o germe de uma resposta”. Além disso, somente por meio de uma compreensão ativa é possível apreender o tema da enunciação, isto é, “orientar-se em relação a ela” e “encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2010, p. 136).

Durante o processo de compreensão, as palavras proferidas pelo outro se correlacionam com as palavras do “eu”. Desse modo, as réplicas vão sendo formadas, pois a

¹³ Muito incomoda Bakhtin (2010, p. 52) o modo pelo qual “o mundo teórico se obtém por uma abstração que não leva em conta o fato da minha existência singular e do sentido moral deste fato, que se comporta como se eu não existisse (...)”.

compreensão “é uma forma de *diálogo*; ela está para uma enunciação assim como uma réplica está para outra no diálogo. Compreender é opor à palavra do locutor uma *contrapalavra*” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2010, p. 137).

A resposta do interlocutor é, nesse sentido, sempre permeada por um valor apreciativo, ou seja, ela pressupõe um julgamento de valor. Por isso, as palavras mudam de significação, pois sempre são reavaliadas levando-se em conta seu deslocamento de um contexto apreciativo para outro. “Isolar a significação da apreciação”, para os autores, “destitui a primeira de seu lugar na evolução social viva (...) e a torna um objeto ontológico, transforma-a num ser ideal, divorciado da evolução histórica” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2010, p. 137).

2.4 RELAÇÕES ENTRE LINGUAGEM E CONHECIMENTO

O ato responsável pode ser considerado uma tomada posição ética e racional, uma vez que trabalha a partir de juízo de valores em determinado contexto situacional. A linguagem e o conhecimento como atos concretos que visam interferir na realidade, dotados de uma materialidade composta por uma carga subjetiva e ideológica, não escapam do posicionamento ético, mesmo se forem considerados de natureza científica, técnica ou teórica. Isso ocorre porque ambos, além de estarem indissociavelmente ligados, são resultado de motivações sociais. Se, por um lado, a linguagem se torna responsável por representar e comunicar o conhecimento, por outro, a mutabilidade do conhecimento fica sempre registrada na alteridade da linguagem.

A linguagem, de acordo com Fiorin (2006), é uma instituição social, porque como tal ela é o veículo das ideologias e é o instrumento de contato entre os homens e a natureza e dos homens entre si. Além de ser imprescindível para comunicação, a linguagem é necessária para a formação do pensamento e, conseqüentemente, das ideologias e do conhecimento, já visto que, segundo o CB, não é possível pensar ou estar consciente sem a presença dos signos. O pensamento humano, para Fiorin (2006, p. 33), não existe fora da linguagem, pois o que a caracteriza é justamente o aspecto conceitual. Com efeito, o mesmo pode ser dito do conhecimento que, assim como a linguagem, é também uma instituição social, pois é

resultado da interação interindividual/sociocognitiva do sujeito com o mundo, incluindo objetos e demais sujeitos.

O conhecimento e a linguagem, embora sejam conceitos distintos, não podem ser isolados um do outro, porque ambos jamais se apresentam na forma pura. Isto é, o conhecimento é elaborado e expresso somente por meio da linguagem e, por outro lado, a linguagem não teria sentido se fosse empregada sem um conhecimento que a sustente. Conforme Fiorin (2006, p. 33), Engels já afirmava a impossibilidade de existir um pensamento puro, totalmente desvinculado da linguagem, do mesmo modo que, ele e Marx defendem que ambos não constituem um domínio autônomo, separados da vida social. De modo semelhante, Bakhtin sustenta que “qualquer tentativa de superar o dualismo entre a consciência e a vida, entre o pensamento e a realidade concreta singular é, do interior do conhecimento teórico, absolutamente sem esperança (...)” (2010, p. 49).

O pensamento “enquanto ato” integra na concepção de Bakhtin o conteúdo-sentido presente na consciência com o histórico fatural vivido por um ser humano singular (2010, p. 44). Isso reforça o postulado de que não há possibilidade de separar o pensamento da vida cotidiana. Todavia, o mesmo esforço que é empregado para separar o conteúdo do ato cognitivo singular, é aquele que se empenha em construir leis científicas autônomas, que no entender o autor é próprio do mundo da tecnologia desvinculada da vida social, uma vez que se “submete em seu impetuoso e irrestrito desenvolvimento, não obstante já há tempo tenha se furtado à tarefa de compreender a finalidade cultural desse desenvolvimento, e acabe contribuindo para piorar notavelmente as coisas em vez de melhorá-las” (2010, p. 49).

Diante disso, Bakhtin alerta para os perigos de abstrair a criação tecnológica ou científica da unidade singular do existir de cada um, pois quando esse conhecimento realizado conforme a vontade da lei imanente ao seu desenvolvimento, além de não levar em consideração o sujeito e sua singularidade, impõe seu uso a ele de modo repentino, irresponsável e devastante. Isso ocorre porque o mundo habitado por vários seres singulares tidos como objeto do conhecimento é visto pelo teorismo não somente uma unidade abstrata, mas como único, como uma totalidade (2010, p. 50). Desse modo, verifica-se que o pluralismo da vida cotidiana, dos discursos, das relações e das necessidades sociais é tratado com absoluta indiferença pelo conhecimento teórico¹⁴. Tal conhecimento ignora a diferença,

¹⁴ Sobre esse mundo unificado do conhecimento que defende a ciência moderna, Bakhtin diz que ele “não poderia ser percebido como o único todo concreto que abarcasse toda a diversidade das propriedades

do mesmo modo que ignora a singularidade do sujeito cognoscente e, em função disso, torna-se inapto para explicar a realidade porque parte sempre de uma visão e de uma percepção efetivas que faz com que o mundo concreto se torne um mundo de um único sujeito genérico e abstrato (BAKHTIN, 2000a, p. 57).

Com efeito, o conhecimento, segundo Bakhtin, deve introduzir uma correção pela qual “eu, que sou o único a ser, não sou para mim, um *eu* absoluto ou um sujeito gnosiológico”. O que faz que um “eu” seja um “eu de fato”, homem determinado no espaço e no tempo, diferente de todos os outros homens, deve ser também ser tratado como objeto de conhecimento e não somente como sujeito do conhecimento (BAKHTIN, 2000a, p. 58).

A realidade na perspectiva bakhtiniana só pode ser experimentada pela consciência viva, não podendo assim ser compreendida por categorias teóricas. Tanto o pensamento como o conhecimento são apenas reflexos do mundo real, mesmo que tenham sido dotados de um valor técnico. Entretanto, de acordo com o autor, se as pessoas se reconhecerem nos seus próprios pensamentos, nos seus discursos interiores e exteriores terão um relacionamento recíproco entre realidade e pensamento mais próximo da verdade (BAKHTIN, 2010, p. 54).

O conhecimento enquanto criação necessita da adaptação da consciência viva (singular, única, irrepitível) aos valores culturais. Para Bakhtin (2010, p. 79), “(...) aquele que pensa teoricamente, contempla esteticamente e age eticamente (...)”. Com efeito, tanto a criação estética quanto teórica deve decorrer de um reconhecimento explícito do sujeito “criador” do valor atribuído, dos motivos, da finalidade, da realização verdadeira e do sentido do seu conteúdo. “Este é o caminho pelo qual uma consciência viva torna-se uma consciência cultural, e uma consciência cultural se encarna em uma consciência viva” (BAKHTIN, 2010, p. 89).

Na interpretação de Ponzio (2010, p. 16-17), Bakhtin rejeita a concepção bastante arraigada e aceita da verdade composta de momentos gerais, universais, como algo reiterável e constante, em detrimento do que é singular e subjetivo. Daí a crítica ao discurso dominante que costuma tratar o conhecimento e, por extensão, a linguagem como elementos genéricos,

existenciais, do mesmo modo que percebemos o que temos diante dos olhos, pois a percepção efetiva de um todo concreto pressupõe um contemplador único e encarnado, situado num dado lugar; o mundo do conhecimento e cada um de seus elementos só podem ser pensados. Da mesma forma, uma emoção interior e o todo da vida interior podem ser vivenciados concretamente – percebidos internamente – seja na categoria do *eu-para-mim*, seja na categoria do *outro-para-mim*; em outras palavras, seja como própria, seja como vivência desse outro único e determinado” (BAKHTIN, 2000a, p. 44)

universais, objetivos e neutros, algo totalmente desatrelado às intenções de um sujeito inserido no mundo da vida real.

Nesse sentido, Fiorin (2006, p. 35) é categórico ao afirmar que o discurso social hegemônico reluta em aceitar que a consciência seja um fato socioideológico, pois repousa sobre o conceito de individualidade e concebe que consciência seja um espaço de liberdade do ser humano. Esse ponto de vista é confortável para todos aqueles que se julgam criadores de significados e discursos totalmente inéditos e, com efeito, se consideram proprietários exclusivos e totais de suas obras. Esse discurso individualista, além de reforçar a crença em competências essencialmente individuais, e até mesmo inatas, ajuda a manter privilégios nas mãos de um pequeno grupo dominante, uma vez que enfraquece o argumento de que as capacidades são socialmente adquiridas, posto que, o discurso que simula ser individual, assim o é para ocultar o que é social (FIORIN, 2006, p. 42)

Antes que alguém se aproprie da palavra, confirma Ponzio (2009, p. 138), ela já é alheia, já é ideologicamente permeada, já carrega uma intenção valorizada concreta. O falante não se adona de uma palavra vazia, neutra, impessoal, porque ela já é uma palavra habitada. A apropriação da palavra, de acordo com o autor, ocorre somente no encontro, na adesão ou no choque de conteúdos ideológicos que já existiam nela. Por esse motivo, a palavra, o discurso e o enunciado permanecem sempre como semialheios¹⁵.

O conhecimento e a linguagem, mesmo quando registrados em documentos, são resultado de um dinamismo coletivo, fruto de dada circunstância social e histórica. Os enunciados se fixam nos documentos por meio dos textos. Por esse motivo que, para Fiorin (2006, p. 41), os textos são individuais, enquanto que o discurso é sempre social, pois na sua concepção, “o discurso é a materialização das ideologias” ao passo que “o texto é unicamente um lugar de manipulação consciente, em que o homem organiza (...) os elementos da expressão que estão a sua disposição para veicular o discurso”.

A partir desse aspecto textual surge o termo “intertextualidade”, que, segundo Fiorin (2008) não é de autoria de Bakhtin ou do Círculo, mas sim de Kristeva, uma estudiosa das obras bakhtinianas. Para Fiorin (2008, p. 52), Kristeva chama de texto, o que Bakhtin chama

¹⁵ “A propriedade sobre a palavra não é exclusiva e total (...). Evidentemente as palavras que usamos não são capturadas do vocabulário: provêm do discurso alheio e não são palavras isoladas, mas sim peças que formam parte de enunciações completas de textos. Não são palavras neutras, vazias de valorações, mas já alheias e com uma determinada direção ideológica, ou seja, expressam um projeto concreto, um determinado nexos com a práxis” (PONZIO, 2009, p. 101).

de enunciado, e acaba por nomear de modo equivocado “intertextualidade” o conceito bakhtiniano de dialogismo, visto que texto e enunciado são conceitos distintos.

Esclarece Fiorin (2008, p. 52) que as relações dialógicas estão presentes entre os enunciados e entre os textos. Sugere, assim, que se chame de intertextualidade apenas o dialogismo impresso nos textos, pressupondo que toda intertextualidade implica presença de uma interdiscursividade, mas nem toda interdiscursividade implica em uma intertextualidade. Com efeito, é possível perceber que o conceito de dialogismo ou interdiscursividade é mais amplo que intertextualidade e, assim, não podem ser empregados como se fossem sinônimos. E há ainda, segundo o autor, o conceito de “intratextualidade” que designa quando duas ou mais vozes são mostradas de modo explícito no interior do texto, tanto no discurso direto, no indireto e no indireto livro, e que também não deve ser confundido com intertextualidade.

A discussão sobre os textos, como meio de registro dos discursos nos documentos, remete a questões como estilo e gênero que também são objetos de estudo das obras bakhtinianas, bem como são aqui considerados de vital importância para área de OC, uma vez que se concebe que nos documentos é possível visualizar de modo concreto os movimentos das ideologias via análise textual e do discurso.

2.5 ESTILO E GENÊRO

Para Bakhtin, na visão de Fiorin (2008), o estilo é o conjunto de procedimentos utilizados para dar um acabamento a um texto. Assim, durante a elaboração textual são empregados pelo enunciador os recursos linguísticos disponíveis que possibilitam a composição de um conjunto de traços fônicos, morfológicos, sintáticos, semânticos, lexicais, que definem a especificidade dos enunciados e, por isso, criam um efeito de individualidade. O estilo é muitas vezes considerado pessoal porque está condicionado a uma habilidade desenvolvida pelo enunciador em lidar com os recursos linguísticos existentes.

O conceito de estilo, ainda de acordo com Fiorin (2008, p. 46), se remete ao conceito de autoria, pois o estilo trata de um conjunto de particularidades discursivas e textuais responsável por criar a imagem de um determinado autor. Porém, justifica o autor que ao

dizer que o estilo cria um efeito de autoria, de propriedade sobre uma obra, não se está pensando em expressão da subjetividade. Até mesmo o estilo é delineado dialogicamente, uma vez que, ele, assim como o discurso, é construído em contraposição a outros estilos (2008, p. 47). Assume-se que o estilo é, portanto, uma habilidade singular socialmente desenvolvida¹⁶.

Os gêneros, por conseguinte, são considerados por Fiorin (2008, p. 61), tipos de discursos que se caracterizam por ter um conteúdo temático, uma construção composicional e um estilo específico. Segundo o autor, os gêneros “estão sempre vinculados a um domínio da atividade humana, refletindo suas condições específicas e suas finalidades”, porque principalmente o conteúdo temático não é um assunto específico de um texto, mas é um domínio de sentido da realidade, do qual se ocupa o gênero.

De acordo com Bakhtin (2011, p. 262), “(...) cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciado, os quais denominamos gêneros de discurso”. O campo de utilização da língua está vinculado às atividades humanas que são multiformes e heterogêneas e os gêneros, apesar da relativa estabilidade, acompanham as tendências da linguagem.

Por isso, os gêneros, assim como o conhecimento e a linguagem, estão sempre em processo de incessante alteração. Isso ocorre porque o repertório que caracteriza o gênero também está em contínua mudança para acompanhar as modificações que ocorrem na esfera social. Assim, à medida que as atividades se desenvolvem e ficam mais complexas, gêneros desaparecem ou reaparecem, são modificados ou adquirem um novo sentido. Como exemplifica Fiorin (2008), com a Internet, novos gêneros surgiram, o chat, o blog, o e-mail, etc., assim como a epopeia desaparece e dá lugar a novos gêneros históricos.

O gênero é dotado de sentido somente a partir da correlação entre a forma e a atividade ou função que desempenha no mundo. Por serem meios que procuram apreender a realidade, os gêneros, desse modo, não podem ser tratados como conjuntos de propriedades formais, isolado de uma esfera de ação (FIORIN, 2008, p. 62).

Nesse sentido, Faraco (2003, p. 111) pontua que os gêneros “não são focados apenas pelo viés estático do produto (das formas), mas principalmente pelo viés dinâmico da

¹⁶ É na atmosfera da “heteroglossia e da dialogização que o sujeito nasce e se constitui (...) mergulhado nas múltiplas relações e dimensões da interação socioideológica, vai se constituindo discursivamente, assimilando vozes sociais e, ao mesmo tempo, suas interlocuções dialógicas. É nesse sentido que Bakhtin várias vezes diz, figurativamente, que não tomamos nossas palavras do dicionário, mas dos lábios dos outros” (FARACO, 2003, p. 80-81).

produção”. Assim, na concepção do autor, o CB defende de modo axiomático a existência de uma estreita correlação entre os tipos discursivos (gêneros) e as funções e ações decorrentes deles no interior de uma determinada atividade social, pois não se produz “enunciados fora das múltiplas e variadas esferas humanas”.

Os gêneros discursivos são para Bakhtin atividades mutuamente constitutivas e não meros agregados de propriedades sincrônicas fixas, isso porque comportam contínuas transformações, e, portanto, são maleáveis e plásticos para acompanhar as atividades humanas que são dinâmicas, e estão em contínua mutação (FARACO, 2008, p. 112).

Para Bakhtin (2011, p. 263), é essencial observar que a diferença entre os gêneros discursivos primários (simples) e secundários (complexos – romances, dramas, pesquisas científicas e de toda espécie, etc) “não se trata de uma diferença funcional”. Na concepção do autor, é importante destacar que os gêneros secundários são construídos em um ambiente onde o convívio cultural é mais complexo, desenvolvido e organização, mas, não é por isso que eles são isolados dos gêneros primários. No seu processo de formação, os gêneros secundários continuamente incorporam e reelaboram diversos gêneros primários oriundos do processo comunicativo imediato.

A classificação de gêneros discursivos proposta pelo CB é que o discurso do cotidiano seja sempre o gênero primeiro porque é a partir dele que os demais são constituídos. Os demais gêneros que são caracterizados por abarcarem sistemas ideológicos de modo mais sistemático, como o romance, por exemplo, na ótica do Círculo, pertencem à categoria de gênero secundário. Buscam uma teoria que “não despreza o cotidiano, nem supervalorize as esferas mais elaboradas: não se perde numa fragmentação empiricista, nem se condena ao determinismo inexorável de grandes estruturas” (FARACO, 2003, p. 62).

Pode-se dizer, então, que o estilo do discurso não pode ser estudado sem o exame detalhado do gênero. Bakhtin crítica a separação feita pela linguística dos estudos do gênero e do estilo, além da coisificação de ambos. De acordo com o autor, o estilo e o enunciado estão indissolivelmente ligados aos gêneros. Mesmo que o enunciado e seu estilo possa refletir a individualidade do falante, suas definições exigem “um estudo mais profundo tanto da natureza do enunciado quando da diversidade de gêneros discursivos”, fato que leva Bakhtin afirmar que no fundo,

(...) os estilos de linguagens ou funcionais não são outra coisa senão estilos de gêneros de determinadas esferas da atividade humana e da comunicação. Em cada campo existem e são empregados gêneros que correspondem às condições específicas de dado campo; é a esses gêneros que correspondem determinados estilos (2011, p. 266).

Quanto ao estudo da estilística como disciplina autônoma, Bakhtin alerta para a fraqueza e a falta de base do estudo do estilo da língua sem levar em consideração a natureza e o estudo prévio dos gêneros, “as correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem”. Por isso, para ele a

(...) separação dos estilos em relação aos gêneros manifesta-se de forma particularmente nociva na elaboração de uma série de questões históricas. As mudanças históricas dos estilos de linguagem estão indissolivelmente ligadas às mudanças dos gêneros de discurso. (...) Onde há estilo há gênero. A passagem do estilo de um gênero para outro não só modifica o som do estilo nas condições do gênero que não lhe é próprio como destrói ou renova tal gênero (BAKHTIN, 2011, p. 268).

Contudo, assim como a linguagem, o estilo, o léxico e gêneros são alterados pelas mudanças históricas ocorridas em determinado meio. Tais mudanças, com efeito, são motivadas pelo convívio cultural localizado em uma determinada região e em uma determinada época.

2.6 QUESTÕES CRONOTÓPICAS

De acordo com Brait, Bakhtin buscava a compreensão das formas de produção do sentido e da significação das diferentes maneiras de surpreender o funcionamento do discurso por meio do estudo das relações entre a estética e a ética da linguagem. Para tanto, recorreu a autores literários como Rabelais e Dostoiévski porque acreditava que, mesmo por meio do

estudo do romance, gênero discursivo com elevado grau de sistematização, não deixaria de “examinar a sistematicidade do discurso cotidiano, contribuindo, portanto, para uma nova perspectiva a respeito da linguagem humana e de seus estudos” (BRAIT, 2007, p. 62).

Recorrendo à literatura, Bakhtin formulou o conceito de cronotopo, que é no seu entender a “interligação fundamental das relações temporais e espaciais”. Segundo, o teórico russo, o conceito de cronotopo tem sido empregado pela matemática e pela física, inclusive fazendo parte dos fundamentos da teoria da relatividade de Einstein. Mesmo advindos de áreas do conhecimento tão distintas foi transportado por Bakhtin para seus estudos literários e de linguagem “quase como uma metáfora (quase, mas não totalmente)”, em função do conceito e expressão da indissolubilidade entre o espaço e o tempo (BAKHTIN, 1988, p. 211).

Conforme o autor, o cronotopo “tem um significado fundamental para os *gêneros* na literatura”, pois o gênero e suas variedades (tipos discursivos) são determinados por aspectos relacionados ao tempo-espaço. Sobretudo na literatura, enfatiza o autor, o cronotopo trata-se de uma categoria representativa da relação conteúdo-forma que, por seu turno, determina em medida significativa imagem das personagens nas obras (BAKHTIN, 1988, p. 212). Isto é, considera o autor que o homem em formação, o homem em devir na realidade é que constitui unidade dinâmica do herói na ficção (BAKHTIN, 2000b, p. 235), porque o romance é um reflexo da realidade vivida pelo romancista, onde os elementos espaço e tempo são também sempre categorias constituintes e constituídas por essa realidade.

O tempo altera o espaço e, com efeito, o homem e todas suas relações e ações sociais. Em função da alteridade do tempo, a relação eu-outro sempre é afetada, bem como o princípio da exotopia, pois o contemporâneo permite que o olhar para o outro e para o mundo seja sempre novo e criativo. Assim, o princípio da exotopia deve sempre se guiar pelo princípio cronotópico (PONZIO, 2009, p. 26).

Nesse sentido, Tezza (1997, p. 223) afirma que a exotopia, “não é apenas um conceito espacial” que depende “da instância do olhar”, da posição ocupada pelos sujeitos num dado espaço, mas também é, “inseparavelmente, um conceito temporal”. Por esse motivo, Bakhtin (1988, p. 212) afirma que, apesar a indissolubilidade entre espaço e tempo, o fio condutor do cronotopo na linguagem e na literatura é o tempo. Ou seja, o excedente de visão que o “eu” adquire sobre o “outro” é válido somente a partir de um determinado tempo que age em um determinado espaço.

Além de Rabelais e Dostoiévski, Bakhtin se dedicou ao estudo profundo das obras de Goethe, inclusive aquelas não literárias (Goethe também era um cientista) principalmente a partir da perspectiva cronotópica. Desse modo, pôde perceber que Goethe buscava os vínculos necessários entre o passado e um presente vivo, ao mesmo tempo em que procurava “compreender o *lugar necessário* do passado na *continuidade da evolução histórica*”. Para Goethe, na percepção de Bakhtin, quaisquer segmentos isolados do passado se tratam de “fantasmas” que nada revelam, pois acredita que o presente é constituído necessariamente a partir do passado.

A tudo que é desvinculado de um passado, Goethe contrapõe às “pedrinhas apanhadas na margem do rio, pois”, são fragmentos visíveis e materiais e a partir deles é “possível formar uma *idéia global* sobre o caráter de toda uma região montanhosa e sobre o passado necessário da terra”. Portanto, é absolutamente necessário para Goethe ter uma resposta concreta sobre os fragmentos encontrados, como a idade geológica, por exemplo, e, assim, encontrar o lugar que essas “pedrinhas” têm ocupado na evolução contínua da terra. Com efeito, segundo Bakhtin, o passado e o presente passam a não estar mecanicamente confundidos porque “tudo tem seu lugar *estável e necessário no tempo*” (BAKHTIN, 2000b, p. 252-253).

As “pedrinhas” de Goethe representam para Bakhtin a necessidade da materialidade, bem como o papel que tudo o que é concreto e visível tem na atividade histórica, pois todos os atos dos homens realizados em épocas determinadas ficam marcados, registrados, fixos em lugares específicos. Por meio dos atos gravados é possível evidenciar as necessidades humanas em cada contexto. Recordações abstratas, por outro lado, não são inteligíveis porque sua necessidade de realização num tempo e lugar determinados não ficou gravada. Assim, conforme Bakhtin,

É no interior do sistema vivo, *visível, sensível*, constituído pelas águas, montanhas, vales, fronteiras e vias de comunicação que se situa o homem construtor em sua atividade histórica: ela saneia os pântanos, constrói caminhos que atravessam os montes e os rios, explora as entranhas das montanhas e lavra o vale irrigado, etc. A *materialidade* e a *necessidade* da atividade histórica do homem é um fato acatado. E se acontecer ao homem empreender guerras, o *modo* como as travou

também estará visível (ou seja, também nesse caso estará presente uma necessidade) (BAKHTIN, 2000b, p. 257).

Os vestígios visíveis, concretos e históricos, para Bakhtin, remetem sempre ao agir-fazer humano e, assim, às suas necessidades em um contexto, “onde o espaço e o tempo estão unidos num vínculo indissolúvel” (2000b, p. 259). A visão do tempo para Goethe é, portanto, uma fusão entre o passado e o presente inscrita no espaço que une o tempo do acontecimento ao lugar concreto da sua realização; um vínculo substancial e que liga o presente com o passado; uma atividade criadora do tempo do passado no presente e do próprio presente; uma necessidade que penetra o tempo, e por isso liga o tempo ao espaço e os tempos entre si; e, por fim, com base na necessidade que impregna o tempo espacializado, torna-se possível a inserção de um futuro que assegura a plenitude ao tempo (2000b, p. 262).

Além dos objetos e fragmentos, na concepção de Bakhtin, todas as coisas, até os conceitos abstratos, carregam consigo as marcas de “um tempo que lhes dá forma e *sentido*”, como também estão concretamente localizados num espaço onde se encontram fixados. “Tudo, neste universo, é *espácio-temporal*, tudo é *cronotopo* autêntico” como também “tudo é visível, concreto, material nesse mundo”, e, ao mesmo tempo, “tudo nele está marcado por um pensamento e por uma atividade necessários”. Isso porque, justifica o autor, o todo do produto do pensamento, desde um tratado científico até um romance, provém do todo da realidade, e é esse fato que confere substancialidade à arte e à ciência (BAKHTIN, 2000b, p. 263).

Como bem exemplifica Bakhtin, o folclore é inteiramente constituído pela temporalidade e pela espacialidade. O tempo no folclore, bem como “a plenitude temporal, o futuro e as medidas de tempo no homem colocam importantes problemas que nada tem de inatural” na sociedade, no local onde foi criado. Por outro lado, “o folclore local pensa e informa o espaço, satura-o de tempo e incorpora-lhe a história” (2000b, p. 274).

Na atividade cronotópica, os sentidos humanos, sobretudo a visão, se mesclam com a racionalidade para assimilar responsivamente as manifestações humanas, das mais simples como a vida cotidiana às mais complexas como é o caso do pensamento científico ou artístico. Os conflitos sociais são sentidos pelo homem e é a partir deles que o homem age, pensa, conhece e se relaciona com o mundo de um modo sempre inacabado. Por isso, para Bakhtin é significativo quando o

(...) trabalho dos olhos que vêm combina-se (...) com um processo muito complexo de pensamento. Qualquer que seja, porém, o nível de profundidade e o grau de generalização desse processo cognitivo, este nunca se separa totalmente do trabalho a que se dedicam os olhos, não se separa do indício sensível e concreto, não se separa da palavra viva e imaginativa (BAKHTIN, 2000b, p. 243).

As contradições socioeconômicas, as quais Bakhtin chama de “forças motrizes da evolução”, aparecem concretamente nas relações e no pensamento do homem. E quanto mais profundamente um autor, um artista ou uma romancista capta, registra e revela tais contradições em sua obra, assegura Bakhtin que mais plena e substancial será a sua visão do tempo e do espaço (BAKHTIN, 2000b, p. 244).

Importante destacar que as contradições socioeconômicas se tratam de conflitos entre sujeitos, com suas distintas ideologias, reivindicações e propostas. Descrever de modo profundo essas contradições para Bakhtin é também dar voz aos sujeitos envolvidos, ao mesmo tempo em que se dá voz as suas ideologias. Todavia, o autor defende que essas vozes devem ser reveladas de modo mais igualitário possível, isto é, de modo polifônico.

2.7 QUESTÕES POLIFÔNICAS

Para desenvolver o conceito de polifonia Bakhtin também recorre ao universo literário, principalmente às obras de Dostoiévski. São nos textos do romancista que Bakhtin encontra a forma suprema da polifonia, pois na sua concepção, Dostoiévski não só conseguiu dar vozes as suas personagens, como fez com que elas tivessem uma relação de isonomia entre si e, ainda, uma relativa autonomia em relação ao seu criador¹⁷ ao ponto de considerar que

¹⁷ “No fundo, a polifonia, além de ilustrativa da filosofia do ato de Bakhtin (...), pode ser vista também como metáfora que recobre sua utopia e que ele viu materializada no projeto artístico de Dostoiévski (...)” (FARACO, 2003, p. 76).

Ao objetivar um pensamento, uma ideia, uma experiência emocional, Dostoiévski nunca o faz pelas costas, nunca ataca pelas costas. Das primeiras às últimas páginas de sua obra de ficção, ele se guia pelo princípio: para objetivar e concluir a consciência do outro, nunca se utilizar de nada que seja inacessível a essa mesma consciência, que esteja fora dos seus horizontes (...) não há, literalmente, uma única palavra essencial que esta não possa dizer sobre si mesma (2011, p. 198).

E quanto à relação entre as personagens com o autor e das personagens entre si, afirma:

Em toda parte há certa interseção, consonância ou intermitência de réplicas do diálogo interior das personagens. Em toda parte certo conjunto de ideias, pensamentos e palavras se realiza em várias vozes desconexas, ecoando a seu modo cada uma delas. O objeto das intenções do autor não é, de maneira alguma, esse conjunto de ideias em si como algo neutro e idêntico a si mesmo. Não, o objeto das intenções é precisamente a realização do tema em muitas diferentes vozes, a multiplicidade essencial e, por assim dizer, inalienável de vozes e a sua diversidade (2011, p. 199).

O termo polifonia foi emprestado por Bakhtin do campo da música, ou dito de outro modo, nas orquestras sinfônicas cada instrumento tem um som distinto e cada um participa à sua maneira integrando o conjunto das execuções musicais. O autor do romance, portanto, passa a ser visto por Bakhtin como um regente das vozes de suas personagens, assim como o maestro rege a orquestra. E essas vozes são também vozes sociais¹⁸, uma vez que o romance reflete a percepção que o seu criador tem do mundo. “A personagem é um dado essencial da relação entre o estético e o real, é um produto da relação do seu criador com a realidade, tem antecedentes concretos e objetivos nessa realidade e é por ela alimentada, por isso não pode inteiramente ser criada” (BEZERRA, 2010, p. 199).

Na percepção de Bezerra (2010, p. 194), o autor ocupa a posição de regente “do grande coro de vozes que participam do processo dialógico”. Todavia, ele rege vozes que ele mesmo cria e recria, deixando com que se manifestem com autonomia, revelando nas

¹⁸ De acordo com Faraco (2003, p. 55), “para designar essas múltiplas refrações o objeto (esses múltiplos discursos sociais), Bakhtin introduz, nesse texto [O discurso no romance, 1930], a expressão vozes sociais (ou línguas sociais), entendendo-as como complexos semiótico-axiológicos com os quais um determinado grupo humano diz o mundo”.

personagens um “outro “eu para si” infinito e inacabável”. Ainda, de acordo com Bezerra (2010, p. 191-192), na ótica polifônica, os seres povoam e fazem parte de um universo em permanente processo de reconfiguração. Daí, o autor identifica a relação entre a polifonia e o dialogismo: o relacionamento eternamente inacabado entre as vozes da vida social, cultural e ideológica, a partir do qual o romancista, com o olhar atento para realidade, recria na sua obra a riqueza das relações humanas traduzidas na multiplicidade de vozes.

Por outro lado, o esforço monológico “nega a isonomia entre as consciências, não vê nessa relação um meio de chegar à verdade, concebe-a de modo abstrato como algo acabado, fechado, sistêmico”. Para Bakhtin, a reificação do homem surge com a sociedade de classes e chega ao limite com o capitalismo. Tal sistema reduz o indivíduo à condição de objeto, assim como no romance monológico o autor faz com os personagens. No capitalismo, o indivíduo é oprimido por forças externas, sujeitando-o, assim, às mais variadas formas de violência. A passagem do monologismo para o dialogismo, “que tem na polifonia sua forma suprema”, tanto na literatura quando na vida, equivale à libertação do indivíduo, que de escravo mudo de quem tem poder sobre ele – no caso do romance, quando a personagem permanece subjulgada pela consciência do autor - “se torna sujeito da sua própria consciência” (BEZERRA, 2010, p. 192-193). Por esse motivo é que para Bakhtin a polifonia é antes de tudo uma categoria filosófica e não literária.

A plurivocidade, conforme Faraco (2003, p. 51), “é a condição de funcionamento dos signos nas sociedades humanas”. No entanto, isso não ocorre somente porque os signos sejam intrinsecamente ambíguos, mas porque seus significados deslizam em múltiplos quadros ao mesmo tempo semânticos e axiológicos. Mas, alerta Fiorin (2008, p. 82), que a plurivocidade não é o mesmo que polifonia. Por se referir à equipolência de vozes, a polifonia acarreta necessariamente a plurivocidade, a polissemia ou a heteroglossia, ou qualquer espécie de plurilinguismo dialogizado. As vozes sociais em função das suas visões de mundo atribuem diversos significados a um termo ou a uma palavra, conferido à linguagem uma dinamicidade semiótica.

A polifonia torna diferente um mesmo material semiótico, pois no ato concreto da enunciação, o significado desse conteúdo estará ligado com a voz social na qual está ancorado. “Isso faz da semiose humana uma realidade aberta e infinita” (FARACO, 2003, p. 51). E para o CB, “a semiose não é um processo de mera reprodução de um mundo

“objetivo”, mas de remissão a um mundo múltipla e heterogeneamente interpretado” (FARACO, 2010, p. 39).

Assim como nas relações dialógicas, a polifonia também demanda uma atuação pautada pelo princípio da exotopia ou exterioridade. No caso do romance, a exotopia requer que o escritor “desista de sua linguagem, saia dela, liberte-se dela, olhe-a pelo olho de outra linguagem, desloque-a para outrem ao mesmo tempo em que se desloca para outra linguagem” para criar suas personagens e seus mundos. Tal descolamento no ato de trabalhar uma linguagem que é exigido do autor faz com que ele possa diga “eu sou eu” na linguagem de outrem e na sua linguagem, “eu sou outro” (FARACO, 2010, p. 41).

O conceito de exotopia foi desenvolvido por Bakhtin (2000a) na obra “O autor e seu herói”, escrita entre os anos de 1920 e 1930, pensando justamente nas relações que o romancista tem com suas personagens. Como é característico do autor, esse escrito é um tratado filosófico acerca das relações entre o “eu” e o “outro” do que propriamente um estudo sobre o romance. Nesse texto, Bakhtin traz elementos conceituais da sua primeira fase, como a singularidade do “eu” e do “outro”, mas ressalta que somente o “outro” tem condições de enxergar o “eu” que não é visto pelo sujeito em razão da sua posição de exterioridade. Desse modo, para o autor,

Quando contemplo um homem situado fora de mim e à minha frente, nossos horizontes concretos, tais como são efetivamente vividos por nós dois, não coincidem. Por mais perto de mim que possa estar esse outro, sempre verei e saberei algo que ele próprio, na posição que ocupa, e que o situa fora de mim e à minha frente, não pode ver: as partes do seu corpo inacessíveis ao seu próprio olhar (...). Quando estamos nos olhando, dois mundos diferentes se refletem na pupila dos nossos olhos. Graças a posições apropriadas, é possível reduzir ao mínimo essa diferença de horizontes, mas para eliminá-la totalmente, seria preciso fundir-se em um, tornar-se um único homem (BAKHTIN, 2000a, p. 43).

Assim, por mais que o sujeito seja único e singular, para Bakhtin ele não é isolável. No romance polifônico, o autor tem sempre um vínculo com suas personagens, mas todos adquirem vozes sociais diversas, conforme a aderência de cada um a uma determinada ideologia. Tal vínculo se refere à necessidade do sujeito se reportar ao outro para compreender a si mesmo e o mundo, pois, para Bakhtin, na interpretação de Tezza (1997, p.

222), “há uma limitação intransponível no meu olhar que só o outro pode preencher”. Como efeito da exotopia, a palavra, tanto antes quanto depois¹⁹ de empregada pelo sujeito, estará sempre inexoravelmente contaminada pelo outro, no mundo bakhtiniano “nenhuma voz, jamais, fala sozinha” mesmo porque é “a natureza da linguagem é inelutavelmente dupla ou bivocal” (1997, p. 221).

Um mundo polifônico idealizado por Bakhtin é, segundo Fiorin (2008, p. 83), um lugar onde o pluralismo é de fato respeitado, porque todas as vozes teriam espaço para se manifestar e, com efeito, “nenhuma voz se imporia como palavra única e definitiva”. Esse mundo com o qual sonha Bakhtin é utópico, pois trata-se, na concepção de Faraco (2003, p. 76), de um mundo verdadeiramente “democrático, pluralista, de vozes equipolentes, em que, (...) nenhum ser humano é reificado; nenhuma consciência é convertida em objeto da outra”.

Partindo do exposto, verifica-se que um problema se apresenta: como um mundo polifônico pode existir em um mundo composto por ideologias? De fato, o que realmente importa para Bakhtin, na interpretação de Faraco (2003, p. 56-57) é que a polifonia seja o ápice da “dialogização das vozes sociais”, vozes que podem se “apoiar mutuamente, se interiluminar, se contrapor parcial ou totalmente, se diluir em outras, se parodiarem, se arremedar, polemizar velada ou explicitamente e assim por diante”. Afinal, para o CB, o diálogo, assim como o dialogismo, não é sinônimo de consenso, mas também se referem ao conflito, ao debate e todas as lutas sociais, principalmente aquelas perceptíveis nos enunciados. O que Bakhtin reivindica é, sobretudo, o respeito entre os sujeitos com posturas ideológicas distintas. Ademais, tais posturas nunca são absolutas e acabadas, visto que a própria consciência de um sujeito pode ser palco de tensões sociais²⁰. O “mundo interior, em sua essência sociosemiótica (sem signos não há consciência) é heterogêneo, na medida em que a realidade linguística social é heterogênea” (FARACO, 2003, p. 81-82). Contudo, quanto mais clareza o sujeito tiver do seu inacabamento, mais aberto ele estará para o diálogo com o outro.

¹⁹ Isso porque, como já visto, nenhuma palavra surge do vazio do mesmo modo que nenhuma palavra é acabada ou eterna, mesmo porque no que se refere ao discurso “só um outro pode nos dar acabamento, assim como só nós podemos dar acabamento ao outro”(TEZZA, 1997, p. 220-221).

²⁰ Para Faraco (2003, p. 81), “o mundo interior é uma arena povoada de vozes sociais em suas múltiplas relações de consonâncias e dissonâncias; e em permanente movimento, já que a interação socioideológica é um contínuo devir”.

2.8 CARNAVALIZAÇÃO DA LINGUAGEM

Outro conceito cunhado por Bakhtin é da carnavalização na linguagem e, como de costume do autor, esse conceito foi desenvolvido a partir da leitura de uma obra literária, ou seja, sobre os trabalhos de Rabelais. A carnavalização foi mais uma transposição de Bakhtin de eventos e costumes que ocorrem na vida real de muitas sociedades, no caso o carnaval, para o estudo filosófico da literatura e da linguagem. Especialmente no trabalho sobre Rabelais²¹, Bakhtin demonstra que, conforme Ponzio (2009, p. 25), “diferentes formas de viver e de ver o mundo podem existir juntas, de forma dialética, na mesma cultura”. Mesmo que algumas formas sempre predominem sobre as demais, nunca tal hegemonia é total. Existem sempre forças diversas que entram em choque com o regime estabelecido.

Assim, Bakhtin aponta “para existência de jogos de poder entre vozes que circulam socialmente, manifestados nas tendências centrípetas e correlacionados a condições sócio-históricas específicas” (FARACO, 2003, p. 67). Os embates entre vozes sociais não são exclusivos das classes sociais como defende o enfoque marxista sobre a luta de classes (2003, p. 68), mas ocorrem também entre diferentes grupos sociais ou comunidades semióticas, como por exemplo, entre grupos de pesquisadores em uma dada comunidade científica.

Na vida social, assim como na obra de Rabelais, Bakhtin identifica a existência de duas forças básicas: as centrípetas e as centrífugas. As forças centrípetas são vozes de autoridade que, para permanecer no poder, buscam impor continuamente uma centralização verbo axiológicas sobre o plurilinguismo da linguagem e o pluralismo do discurso. Já as forças centrífugas são vozes persuasivas que agem com a finalidade de romper as relações de poder estabelecida, corroendo tendências centralizadoras por meio de diversas manifestações dialógicas como a paródia, a ironia e a polêmica, entre outras (FARACO, 2003, p. 67).

Para descrever as consciências centrípetas e centrífugas, Bakhtin utiliza respectivamente os termos “consciência ptolomaica” e “consciência galileana”. Entretanto, ressalta o autor que nenhuma consciência é completamente ptolomaica e tampouco totalmente galileana. Os dois tipos coexistem dentro da consciência de um sujeito, ainda que uma sempre

²¹ Conforme Fiorin (2008, p. 11), em 1946, Bakhtin defende sua tese de doutorado intitulada “Rabelais e a cultura popular”, trabalho que, por ter gerado muita polêmica, somente depois de muitos anos foi aprovado. Porém, mesmo tendo o trabalho aprovado o título de doutor foi negado a Bakhtin. Mais tarde, em 1965, sua tese é publicada sob o título “A cultura popular na idade média no contexto de Rabelais”, obra que rendeu a Bakhtin renome mundial.

esteja em detrimento da outra. Existem, portanto, sujeitos cuja consciência tende a aderir às forças centrípetas, ao passo que a de outros às forças centrífugas. Mas, isso também não significa que as tendências de consciência sejam imutáveis, ou seja, um sujeito pode passar de uma postura ptolomaica para uma galileana, alterando, desse modo, a história da sua consciência.

O carnaval é visto por Bakhtin como uma celebração da mudança, uma festa onde nem a negação e nem a afirmação são absolutas. Ou seja, para ele, o carnaval representa a passagem de um estado de consciência para outro (FIORIN, 2009, p. 93). O carnaval a que se refere Bakhtin, é quando

(...) a vida se põe ao contrário, o mundo inverte-se. Suspendem-se as interdições, as restrições, as barreiras, as normas que organizam a vida social, o desenrolar da vida normal (...). Demole-se tudo o que é ditado pela desigualdade social ou qualquer outra forma de diferença (...). Abolem-se a distância entre as pessoas: o contato é livre e familiar, os gestos libertam-se das coerções e o discurso é franco (FIORIN, 2008, p. 92).

Assim como na vida durante o carnaval, na linguagem e na literatura ocorre o mesmo: palavras que na realidade costumam ser pejorativas, por meio da ironia tornam-se afetuosas; personagens fazem paródia de figuras de autoridade causando risos ao invés dos habituais descontentamentos que tais figuras podem causar. Para Fiorin (2008, p. 95), para ser carnavalizada, tanto a palavra como a obra literária devem ser marcadas pelo riso, pois o riso dessacraliza as verdades estabelecidas, a imposição e a opressão causada por quem está no poder, enfim, liberta de tudo aquilo que se considera absolutamente superior. Assim, a palavra ao mesmo tempo em que nega a atitude impositiva por meio da zombaria ou da gozação, afirma o desejo de liberdade por meio da alegria. Por esse motivo, segundo o autor, é que a carnavalização opera com contrastes, como o baixo e o alto ou o rico e o pobre. Em resumo, nesse processo há sempre a troca de lugares entre dois polos opostos.

Durante o processo de carnavalização, a revolução vai ocorrendo continuamente por meio do riso, arma que Bakhtin considera mais eficaz que qualquer outra, pois acredita que desse modo “a humanidade vai construindo historicamente, por meio do riso e da percepção do plurilinguismo, uma consciência descentrada (que se percebe uma entre muitas), chamada

por ele figurativamente de *consciência galileana*". O discurso que causa risos, portanto, deixa claro sua unilateralidade e fragilidade e, como consequência, o riso acaba por destruir "as grossas paredes que aprisionam a consciência no seu próprio discurso, na sua própria linguagem" (FARACO, 2003, p. 78-79).

2.9 POR UMA MEMÓRIA DIALÓGICA

A evocação da memória, sendo vista como um processo de construção e reconstrução de lembranças do passado, não pode ser considerada uma ação estritamente oriunda da mente individual. Sendo tal processo considerado uma categoria de pensamento e este, como já visto, se trata de uma conjunção de signos absorvidos via seu contato com o mundo, a evocação da memória deve ser também compreendida como um processo interindividual/sociocognitivo.

Em sua obra sobre a memória coletiva, Halbwachs (1990), a partir da análise e compreensão das relações entre este tipo de memória e a memória dita individual, postula que o homem não pode ser entendido fora do seu meio. É crucial para o autor que as relações entre memória coletiva e individual sejam analisadas de forma conjunta. Além disso, conforme Halbwachs, quando as lembranças são resgatadas da memória individual, elas são sempre interpretadas em conjunto com lembranças coletivas ou imagens captadas do exterior. Desse modo, para o autor no que se refere à evocação da memória, "tudo se passa como se confrontássemos vários depoimentos. É porque concordam no essencial, apesar de algumas divergências, que podemos reconstruir um conjunto de lembranças de modo a reconhecê-lo" (1990, p. 25).

Para sustentar tal entendimento, Halbwachs defende que o sujeito, mesmo que esteja fisicamente sozinho, na realidade nunca está só, pois seus pensamentos e lembranças sempre se remetem ao exterior. Logo, as recordações permanecem coletivas, e elas são resgatadas sempre por estímulos vindos do meio do qual o indivíduo faz ou um dia fez parte, mesmo que elas se tratem de fatos ou objetos dos quais somente este indivíduo tenha tomado conhecimento. Ou nas palavras do autor: "(...) nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos em que só nós

estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós” (1990, p. 26).

Diante desse aspecto, faz-se oportuno resgatar as concepções do CB acerca da relação dialógica dos signos, bem como do constante diálogo que sujeito trava com o mundo. As lembranças podem ser consideradas signos apreendidos e armazenados pelo sujeito em decorrência de uma situação ocorrida. Logo, as lembranças são constituídas de signos representativos de um fato concreto vivenciado pelo sujeito no ambiente que habita ou já habitou. Sendo assim, mesmo que naquela ocasião estivesse só, estaria assim fisicamente, mas nunca sozinho em pensamento. Para que o processo de evocação da memória se realize é fundamental a ocorrência de um fato ou a imposição de uma imagem no presente que seja captada pela percepção do indivíduo. Em outras palavras, a evocação da memória acontece somente mediante o encontro de signos oriundos das relações do passado com outros signos oriundos das relações do presente que dialogam entre si.

Imagens impostas pelo nosso meio, segundo Halbwachs, modificam a impressão que possamos ter guardado de um fato antigo. Essas imagens se fundem tão intimamente com as lembranças de modo que elas parecem emprestar a estas sua substância. Assim, para melhor recordar, o sujeito sempre se volta para seu meio, adotando momentaneamente o ponto de vista que tinha em relação ao grupo do qual era membro. De certo modo, na medida em que o indivíduo consegue relembrar, ele mostra ao grupo e também a si mesmo que ainda faz parte dele, uma vez que é capaz de reconstituir ideias e modos de pensar os quais, nem no passado e nem no presente, conseguiria ter chegado sozinho. Isto é, para o autor, toda esta atividade sinaliza que o sujeito ainda não perdeu o vínculo com aquele meio ao qual pertencia.

Por exemplo, quando um determinado sujeito esquece um período da sua vida, ele perde o contato com aqueles que então se encontravam ao seu redor. Ou quando este esquece uma língua estrangeira, é como não estar mais em condições de compreender aqueles que se dirigem a ele nesta língua tanto verbalmente como por meio da escrita (1990, p. 32). Ou seja, se a ativação da lembrança faz o indivíduo retomar seus vínculos com seu antigo contexto, o esquecimento faz ele se desvincular completamente porque, neste caso, os signos do passado e os signos do presente não concordam mais entre si. Com efeito, suas relações com aquele meio foram perdidas.

Dentro deste conjunto de depoimentos exteriores, faz-se necessário trazê-lo como que uma “semente de rememoração” para que ele se transforme em uma massa consistente de

lembranças. Os depoimentos exteriores são signos absorvidos pelo indivíduo em razão da sua compatibilidade com os signos que mantêm na sua consciência. Ou seja, tais signos importados do exterior no presente, só o foram porque fazem sentido em relação aos demais signos que outrora foram captados e armazenados no passado. Por esse motivo, o signo é ideológico, pois ele tem significado para o sujeito, e tal significado, por sua vez, não é atribuído pelo sujeito sem a relação dele com o ambiente social. As lembranças, os depoimentos e os testemunhos, sendo considerados signos, são, portanto, ideológicos. A passagem extraída do texto de Halbwachs reforça o exposto:

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos em contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recorda para ser reconstruída sobre um fundamento comum (...) é necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente destes para aqueles reciprocamente, o que só é possível se fizeram ou continuam a fazer parte de uma mesma sociedade (HALBWACHS, 1990, p. 34).

Entretanto, a intensidade de apreensão dos signos orientada para evocação da memória é variável de indivíduo para indivíduo. Cada pessoa, conforme Halbwachs, atribui um valor ideológico a um signo que represente um estado de espírito ou situação ocorrida, de acordo com a intensidade de sentimentos vivenciada ou o seu grau de envolvimento. Assim, a tendência é que a imagem desse signo evoque mais lembranças ou lembranças mais claras naquelas pessoas, as quais no passado as experimentaram mais intensamente. Em outras palavras, tudo depende do grau de significação atribuído pelo sujeito à determinada situação vivida no passado. E essa significação se trata de um índice de valor que, ainda que criado coletivamente, pode se apresentar mais ou menos representativa dependendo do engajamento do indivíduo. Por isso, explica o autor, existem pessoas que lembram mais de determinadas situações que outras, mesmo que as tenham vivenciado juntas.

Com efeito, tem-se a impressão que as recordações de cada indivíduo são estritamente íntimas ou puramente pessoais. Isso porque parece que as lembranças são reconhecidas e reencontradas pelas pessoas em seu momento de solidão fundamental. No entanto, o que ocorre é apenas uma distinção entre a complexidade das condições necessárias para que a

memória seja evocada que, por sua vez, é correlacionada ao grau de envolvimento de cada um. Mesmo com essa diferenciação, é inegável que a memória sempre permaneça coletiva, embora isto, às vezes, não seja tão claro. Diante dessas diferenças de grau, “nós não percebemos que somos senão um eco” dos outros (HALBWACHS, 1990, p. 47).

Para aprofundar a questão, o autor caracteriza a memória em duas categorias: aquela composta de elementos ligados a um domínio comum e, por este motivo, é evocada pelo sujeito voluntariamente da mesma forma que os demais; aquela cuja evocação não ocorre conforme a vontade, ou seja, há dificuldade de rememoração porque este tipo de memória não pertence aos outros e, assim, não há ninguém além do sujeito que pode reencontrá-la. Em relação ao segundo tipo de memória, para Halbwachs é paradoxal que as recordações mais difíceis de lembrar são aquelas que concernem quase que exclusivamente ao indivíduo, como se estas não pudessem escapar aos outros senão na condição de fugir também do sujeito. Aqui se verifica novamente que o esquecimento e/ou a dificuldade de evocação da memória estão ligados à redução das relações com os outros. Assim, pode-se afirmar que o processo de evocação da memória é, por essência, coletivo e que a diferença entre um tipo de memória e a outra reside no grau de complexidade acerca da existência de condições necessárias no presente para que tal processo aconteça. A memória individual passa a ser vista como um aspecto da memória coletiva que muda conforme o lugar que o ser ocupa no meio. E este lugar também é variável segundo as relações que o sujeito mantém com os demais membros do grupo.

Pode-se dizer que, tanto para o CB como para Halbwachs, a consciência individual nada mais é que um aparelho que seleciona e absorve signos emanados pelo meio. Com efeito, o dialogismo entre os signos que compõem o pensamento ou a memória não segue a lei da mera causalidade; são as circunstâncias sociais do presente determinantes para o desencadeamento do processo de evocação mesmo das memórias consideradas mais pessoais. Logo, é a consistência entre as lembranças dos membros de um determinado grupo social que dá o tom da memória. É, portanto, a intensidade do diálogo do sujeito com outrem que confere força e durabilidade à memória.

2.10 DIALOGISMO COMO MEIO DE MEMÓRIA E DE ACESSO AO CONHECIMENTO

Partindo da diferenciação entre memória e história, Nora (1993) discute a problemática relacionada aos lugares de memória. Para o autor, tais lugares são espaços, tanto físicos quanto simbólicos, destinados à guarda do que sobrou do passado e se fazem necessários devido à crescente redução dos meios de memória. Ou seja, os objetos ou símbolos representativos da vida no passado ou os documentos só são guardados, conforme o autor, porque as relações entre eles e o presente se perderam.

O ato de guardar é, portanto, uma tentativa de reconstituir o passado, pois se acredita que a imagem de determinado objeto ou documento pode desencadear no presente a evocação de modos de agir, pensar ou sentir de outros tempos. Com base nesse raciocínio é que são construídos os arquivos, os museus, as bibliotecas e os demais lugares de memória. Assim se tem a sensação de que a memória está preservada. Entretanto, ressalta o autor que não é somente por meio da manutenção dos fragmentos do passado que a memória pode ser reencontrada. O processo de rememoração pressupõe as relações estabelecidas em “território interindividual” entre os signos do passado e presente. Tais signos devem dialogar entre si para que a memória seja evocada. Esses diálogos nada mais são do que os meios de memória.

O simples armazenamento ou registro do passado, por si mesmo, de acordo com Nora, não garante a evocação da memória. Para que isso ocorra são imprescindíveis os meios de memória; ou seja, é necessário que as pessoas consigam estabelecer elos entre os signos representativos de uma época passada e os signos vigentes no presente. É nesse ponto que convergem as ideias expostas por Bakhtin, Halbwachs e Nora. Não se pode ignorar que de fato o pensamento, o conhecimento e a memória são, antes de tudo, processos formados por signos ideológicos, cuja forma e valor de significação são atribuídos socialmente. A ideologia presente nos signos é ditada conforme padrões estabelecidos pelos membros de um grupo social dentro de determinado contexto cronotópico. Aqui, cabe retomar a reflexão sobre cronotopo realizada por Bakhtin sobre a materialidade física e histórica das “pedrinhas” de Goethe como fragmentos que restaram e que devem encontrar seu lugar necessário no presente.

A memória é um fenômeno dinâmico e social, sempre vivido no presente. Ela somente busca suporte “no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” para se desenvolver. Por isso ela é coletiva e não individual, porque se reporta sempre à realidade exterior. Por outro lado, a história é, segundo Nora, somente uma representação estática do passado. Diferente da memória, a história não se sustenta no dialogismo entre signos do passado e do presente. Por esse motivo, a memória é ao mesmo tempo de “natureza múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada” e, portanto, constituída pela relação do sujeito com seu meio social.

Nora crítica a orientação estritamente histórica à qual se recorre para justificar a construção dos lugares de memória. Esses lugares, de acordo com o autor, “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea (...) se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis” (NORA, 1993, p. 13). Os lugares de memória por si só não são capazes de trazer a “semente de rememoração”. Eles transmitem apenas a ilusão de que guardando restos do passado, a memória estará preservada pela eternidade. Com efeito, a relação dialógica entre os signos que sustentam a formação dos meios de memória acaba sempre sendo negligenciada em decorrência da visão estática e fechada da memória como objeto da história. Assim, quanto mais se acumulam volumes de documentos, objetos, testemunhos, imagens e demais vestígios do passado sem o devido tratamento dialógico, paradoxalmente, mais a memória se perde mediante a “arte de destruição controlada” praticada nos lugares de memória.

O significativo crescimento de comunidades locais ou grupos organizados que congregam minorias sociais pode atestar a falta de eficiência ou até mesmo a falência das instituições de memória. O mero depósito dos vestígios representativos de grupos sociais dominantes não garante uma preservação pluralista das culturas. Assim, tais grupos minoritários são levados a se reorganizarem paralelamente ao sistema oficial e se tornarem mais coesos, mediante o fato de perderem o contato com os modos de pensar e o saber coletivamente construído desde os tempos dos seus ancestrais. Mais importante que o registro e a guarda dos objetos de memória são suas práticas concretas por meio do dialogismo. Tais práticas são vivenciadas nesses grupos principalmente por meio da história oral. Desse modo, de acordo com Pollak (1989, p. 4), as tradições decorrentes das memórias subterrâneas das classes marginalizadas integrantes das culturas minoritárias e dominadas, encontram um meio de sobrevivência face à imposição de uma “memória oficial”.

Pollak, com base na análise do texto Halbwachs, ressalta a existência de “memórias concorrentes”. De acordo com Pollak (1989), os conflitos existentes na sociedade fazem com que a memória também entre em disputa, há sempre uma memória que prevalece sobre as demais, que é a memória coletiva nacional. Diferente de Halbwachs, portanto, Pollak enfatiza “o caráter destruidor, uniformizador e opressor” da memória oficial que faz com que as memórias relacionadas aos grupos minoritários se tornem praticamente subversivas. Os lugares de memória, como instituições oficiais, “naturalmente” privilegiam a memória que se destaca, contribuindo assim para perpetuação da estrutura social estabelecida. Tal colaboração se dá por meio da omissão praticada pelas instituições de memórias em relação à realidade social, uma vez que aceitam passivamente o papel de depósito dos restos do passado enquanto objetos puros e simples. Aqui vale lembrar o exposto sobre a tese bakhtiniana referente às relações de força estabelecidas entre as ideologias hegemônicas ou oficiais e as ideologias marginais ou do cotidiano.

Porém, acredita-se que se as instituições de memória estivessem mais voltadas para produção de meios de memórias tal situação de ineficiência social poderia ser revertida. Essas instituições têm se apresentado para sociedade sempre como um lugar de memória petrificada, segundo a crítica de Nora. Tal postura acaba por negar a possibilidade e a necessidade de interferência ativa das instituições e dos profissionais no processo de apreensão de significados pelos membros da sociedade os quais tem o dever de atender. O discurso da neutralidade, presente no processo de construção de linguagens documentárias e outros instrumentos de representação e organização da informação e do conhecimento, por exemplo, reforça a ideia de que a OC e a CI deve ser posta em prática sem seus profissionais se envolverem intersubjetivamente. Com base nesse discurso é que o campo tem historicamente se posicionado em favor de uma visão de mundo dominante, alegando como justificativa a busca pelo ideal da objetividade e da neutralidade.

Os sistemas de organização e gerenciamento da informação e do conhecimento são dialógicos; logo, devem acompanhar a dinâmica social para cumprir com sua missão. Para tanto, não há como eles serem construídos sob a égide da imparcialidade; eles devem levar em consideração a realidade social e os embates que ocorrem nela para se tornarem efetivamente meios de conhecimento ou meios de memória. As instituições de memória, portanto, devem estar preparadas para lidar com a necessidade de diálogo entre os vestígios do passado que preserva e os membros da sociedade do passado e do presente. Seus profissionais, também

como membros sociais e em função do seu “não álibi-em-existir”, devem estar comprometidos e preparados para interferir etica e declaradamente nesse processo.

Por meio da discussão apresentada acerca do dialogismo presente na linguagem e na memória foi possível elucidar pontos de convergência e complementaridade entre as concepções do CB, de Halbwachs, de Nora e de Pollak. A evocação da memória é aqui tratada como um diálogo do sujeito com o mundo. Tanto o discurso interior quanto o exterior são compostos por elementos representativos do entorno social do sujeito. Tais elementos se encontram sempre em constante diálogo, uma vez que são considerados signos que trazem na essência aspectos ideológicos socialmente construídos. A memória é vista, portanto, como um processo dinâmico, coletivo e atual, pois para que ela exista deve haver sempre uma relação dialógica entre os signos do passado e do presente. Esse diálogo decorrente do encontro entre o passado e o presente é considerado meio de evocação memória.

A exposição desse quadro leva à reflexão sobre os desafios a serem enfrentados pelos profissionais da OC e/ou CI, aqui considerados responsáveis pela gestão dos lugares de memória. Partindo do fato que a memória não é estática e tampouco se encontra desvinculada do meio social, a gestão dela deve igualmente estar calcada nessas concepções. Assim, para buscar eficiência na missão de apoio ao processo de resgate da memória, não basta o mero depósito dos objetos representativos do passado, há de se produzir instrumentos e metodologias de representação e organização do conhecimento que facilitem e estimulem a ativação do diálogo dos sujeitos com tais objetos, garantindo de acordo com Smit e Barreto (2002) a portabilidade no espaço e a permanência no tempo. Tais instrumentos e métodos, com efeito, não podem ser petrificados e/ou ideologicamente neutros, isto é, eles devem ser construídos sempre levando em conta a dinâmica e a pluralidade social nas quais estão inseridos.

A organização e representação da informação e do conhecimento preservado pelos objetos que restaram do passado são aqui consideradas atividades cruciais para fazer dos lugares de memória mais do que um mero depósito. Entretanto, tradicionalmente as linguagens documentárias têm sido fruto de uma postura aparentemente neutra adotada ao longo do tempo pelos profissionais bibliotecários e arquivistas. A pouca eficiência dos lugares de memória sinalizada por Nora (1993), no sentido de auxiliar seu resgate sob a forma de dialogismo, evidencia que o discurso passivo e imparcial deva ser repensado. Afinal, para que os lugares de memória cumpram concretamente com a sua função social, seus gestores não

podem ignorar os conflitos existentes na sociedade que são, por sua vez, variáveis porque são cronotópicos. Para tanto, entende-se como ato necessário a adoção de posturas ideológicas em relação ao cumprimento das atividades inerentes aos processos de representação, organização e mediação do conhecimento e/ou auxílio da evocação da memória.

2.11 POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES BAKHTINIANAS PARA A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

A dialogicidade entre o conhecimento e a linguagem tem sido temática recorrente e privilegiada nos estudos desenvolvidos na área de OC. A Teoria do Conceito, por exemplo, considerada um dos fundamentos principais da OC, versa sobre a relação entre os objetos, seus predicados e os termos que o designam. Como pontua Dahlberg (1978a, 1978b), os conceitos são constituídos por objetos, seus predicados e um termo que os enuncie de modo mais fidedigno. O conceito, assim, constitui unidade básica de pensamento ou, como a autora nomeou posteriormente, unidade de conhecimento (DAHLBERG, 2006), formada a partir de características verdadeiras e necessárias para o reconhecimento de um dado objeto, e que é comunicada somente por meio de sinais linguísticos. Em outras palavras, acredita-se na reciprocidade entre conhecimento e linguagem tendo em vista a mútua necessidade desses elementos de representação e comunicação.

Observa-se que para Dahlberg, a linguagem serve exclusivamente para trazer o conceito do mundo das ideias para o mundo concreto. Ela (a linguagem) não é considerada essencial para formação do conceito, somente para a transmissão dele, já que aqui o conceito é considerado uma entidade totalmente abstrata no sentido de que praticamente não se vincula à realidade social. Portanto, a função da linguagem, diferente do que foi exposto até aqui, fica restrita à comunicação. Tal concepção idealista de linguagem é, de certo modo, coerente com a concepção de conhecimento utilizada como base para fundação do domínio de OC.

Dahlberg (1993) considera o conhecimento como algo subjetiva e objetivamente bem fundamentado por alguém sobre a existência de um fato ou uma matéria. O conhecimento, para autora, não é transferível de forma autônoma ou integral, pois ele pode somente ser elaborado pela reflexão pessoal de cada um. Divergindo da autora, defende-se nesse trabalho

que o conhecimento, como objeto de estudo da área de OC, trata-se daquele (re) construído a partir de determinado consenso social. Tal concepção aproxima-se da linha teórica relativa à concepção de conhecimento socializado e materializado nos documentos, destacada por Guimarães (2001, p. 63) e por Barité (2001). É interessante notar que em Dahlberg se observa certo descompasso entre sua noção de conhecimento como algo individual e não transferível e aquilo que ela denomina como conhecimento-em-ação (DAHLBERG, 1993, 2006).

Acolhe-se de modo mais amplo a concepção de Couzinet (2012) sobre o conhecimento como sendo considerado algo comunicado e comunicável. O conhecimento comunicado é compreendido como aquele que se refere às ideias já expressas, proferidas, materializadas no discurso e/ou nos documentos, ou seja, aquele discurso passível de organização. Já o conhecimento comunicável é aquele que habita a consciência intersubjetiva, é o discurso interior inteiramente exprimível, mas que ainda não foi proferido, falado, escrito, registrado e por isso não pode ser objeto de organização; porém, isso não significa que o conhecimento comunicável seja alheio ao processo de organização, não, o conhecimento comunicável não se ausenta e nem pode ser impenetrável pelo conhecimento comunicado e vice-versa, assim como a consciência de quem organiza e respresenta e sua relação com o mundo não é desligada durante os processos de organização e representação do conhecimento. Tanto o conhecimento comunicado como o comunicável é de origem social, pois ambos são produtos construídos a partir do convívio coletivo, do diálogo do sujeito com os demais e, portanto, ambos são conhecimento-em-ação, de origem sociocognitiva e de origem material na medida em que são frutos da materialidade das condições sócio-históricas em que são constituídos.

Também se acolhe, ainda que parcialmente, a concepção de Frohmann (1990, 2004, 2008) sobre informação. Para o autor, tanto os conceitos como informação e documentação não são frutos de processos cognitivos individuais; ambos são de origem social e material. Afirma o autor que a materialidade está intrinsecamente ligada ao caráter público e social porque configura e é configurada pela vida social. Todavia, Frohmann não atenta para influência exercida no processo de organização pelo discurso interior ou pelo conhecimento material e socialmente constituídos, mas que ainda não foi expresso. Acredita o autor que o conhecimento torna-se possível somente via seu registro físico, somente quando é documentado porque o ato de documentar o estabiliza, possibilitando desse modo sua organização.

Dalhberg até admite a possibilidade de compartilhar o conhecimento via habilidades de lidar com o mundo material e uso de habilidades linguísticas. Entretanto, sendo o conhecimento subjetivo, necessita de formas de representação para que seja socialmente validado por meio do processo comunicativo, tornando-se assim conhecimento intersubjetivo (DAHLBERG, 2006, p. 12). Esta concepção explica o que a autora também denomina como conhecimento-em-ação (DAHLBERG, 1993, p. 214). Mesmo assim, em Dahlberg, nota-se uma separação relativamente rígida entre o conhecimento individual/subjetivo e o conhecimento socializado/em-ação, apesar do uso do termo interindividual²².

Assume-se que noções de conhecimento e linguagem relacionam-se especialmente pela ideia de sentido. Essa percepção é baseada não somente na crescente incorporação dos conceitos inerentes aos campos da Filosofia da Linguagem e da Semiótica à OC e à CI, como também no fato de a linguagem ser componente fundamental e dependente do que se entende por informação e conhecimento, uma vez que, por meio da linguagem, a informação é constituída, expressa, assimilada e transformada em conhecimento. Acredita-se, portanto, que não se pode ter acesso à informação e, logo, ao conhecimento, sem o intermédio da linguagem (BUFREM et al, 2011).

Se, por um lado, a linguagem torna-se responsável por formar, representar e comunicar o conhecimento interindividual, por outro, a mutabilidade do conhecimento fica registrada na linguagem. O conceito e seu rótulo, portanto, são resultantes de um consenso provisório entre membros de uma comunidade específica. Olson (2002) refere-se especificamente a esse rótulo, em especial na atividade indexadora, como fruto de um *poder de nomear* que decorre de competência atribuída ao profissional indexador pela sociedade, espaço em que se verifica a natureza dinâmica do conhecimento e, por extensão, da linguagem, é determinada tanto pela organização social dos indivíduos como pelas condições que a interação acontece.

Para San Segundo (2004), o próprio termo “representação” parte da concepção de que o conhecimento se trata de uma representação mental da complexidade, capaz de ser transferido via realidade para outra mente. Defende-se, portanto, que tal realidade é encarnada pela linguagem, seja ela “natural” ou simbólica, fazendo com que o conhecimento assuma uma forma representante da ideia que o sustenta para ser transmitido de uma mente para

²² Considera-se a interindividualidade ou a intersubjetividade a interação entre o sujeito com os demais, tratando-se, assim, de interação social na qual o sujeito ao mesmo tempo que não se funde no coletivo não está em nenhum momento isolado dos outros. Tal concepção se fundamenta em uma perspectiva sociocognitiva.

outra. Assim, conforme a autora, o conhecimento trata-se de um “pedaço representativo da realidade”²³, o qual é constantemente transformado de tal maneira que uma nova realidade é criada através do qual o próprio canal ou rota de transmissão do conhecimento é que é propriamente chamada de conhecimento.

De acordo com Gracioso e Saldanha (2010), a CI e a OC tem buscado na Filosofia da Linguagem, sobretudo na corrente pragmática, algumas respostas para seus anseios epistemológicos. Para os autores, o processo de construção de linguagens documentárias ocorre no campo a partir da racionalidade do atuar e das regras estabelecidas conforme a pragmatismo de uma determinada área do saber. A partir disso, argumentam os autores que a racionalidade dentro da CI, e aqui aplicável à OC, tem estado “voltada para diversidade de apropriação da informação na realidade, realizada pelos grupos de intérpretes e produtores do conhecimento” (2010, p. 60). Assim, para eles, não há mais como se ater à busca de uma fórmula ideal para o controle da informação, uma vez que a tradicional ideia de categorização que leva a univocidade estabelecida por Aristóteles já não tem sido tão utilizada. Verifica-se que a área se debruça no pragmatismo relativo ao cotidiano de determinado domínio para representar, organizar e, com efeito, mediar informação e conhecimento. Os autores identificam uma tendência de estudos no âmbito teórico da CI a qual denominam de “virada pragmática” que, segundo eles, leva os teóricos do campo a se perguntarem “o que é a informação para...?” no lugar de “o que é a informação”? (2010, p. 44).

Embora as ideias de Bakhtin acerca da linguagem não tenham sido tão utilizadas no campo OC²⁴, pensadores da Filosofia da Linguagem como Wittgenstein que, em parte, convergem com o entendimento de Bakhtin²⁵, têm sido mais aproveitadas pelos pesquisadores do campo. Gracioso e Saldanha (2010) destacam em seu livro os conceitos propostos por Wittgenstein para melhor entendimento da relação entre as práticas linguísticas e as trocas informacionais. Assim, com base nesse filósofo, os autores consideram que linguagem é

²³ A obra de René Magritte “*Ceci n’est pas une pipe*” trata-se de um bom exemplo para ilustra o conceito de pedaço representativo da realidade.

²⁴ Tal constatação é feita com base nos resultados obtidos no trabalho de Bufrem et al (2011) que, por meio de análise de citações de um *corpus* empírico constituído por artigos indexados pela Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), revelou que somente dezoito artigos publicados entre 1972 e 2010 citaram Bakhtin se referiam a temas considerados nucleares do domínio da CI, incluindo aspectos que dizem respeito à relação conhecimento, informação e linguagem.

²⁵ Considera-se que o principal ponto de convergência entre o pensamento de Wittgenstein em sua segunda fase (que se refere à obra “Investigações filosóficas”) e Bakhtin é linguagem vista como um produto em transformação, socialmente reconfigurado e variável conforme o ambiente onde está inserido.

constituída de um interminável jogo que nada mais é que “uma formulação consensual de práticas discursivas que conferem outros significados a velhas palavras, outras palavras a velhos significados”. “O novo” e “o inédito”, portanto, não existem na linguagem. O que existe são mudanças de origem social nas práticas e atividades cotidianas que são constantemente incorporadas e reincorporadas na linguagem (2010, p. 59).

A partir da interpretação dos autores, pode-se dizer que na CI e na OC os usos e hábitos linguísticos e a linguagem cotidiana inerente a um determinado domínio de conhecimento servem como matéria prima para construção de linguagens documentárias representativas desse mesmo domínio. A linguagem cotidiana praticada dentro de um domínio, por sua vez, é entendida pelos autores como um produto contextual constantemente inacabado, fruto de “uma necessidade pragmática, hábitos, costumes e instituições, todos negociados socialmente e variáveis conforme o contexto, ainda que os critérios lógicos sejam respeitados” (GRACIOSO; SALDANHA, 2010, p. 59). Com efeito, pode-se afirmar que a linguagem se trata de um processo de construção social, reflexo do processo resultante da permanente tendência de revisão social do conhecimento.

Kobashi (2007) também destaca a necessidade de se compreender a natureza mutável e dialógica da linguagem durante o processo de construção e atualização de linguagens documentárias. De acordo com a autora, as linguagens documentárias apesar de só poderem “operar adequadamente em horizontes sociais determinados”, não se tratam apenas de “meras nomenclaturas ou listas de palavras e expressões utilizadas para etiquetar documentos para armazenamento”, elas são instrumentos criados para promover o diálogo entre os usuários, os sistemas de informação e os documentos. Com efeito, recomenda a autora que as contribuições de Bakhtin, bem como dos demais autores da Sociolinguística e da Socioterminologia, não podem ser desprezadas, sobretudo aquelas que dizem respeito à concepção social da língua e sua fundação nas necessidades comunicacionais da coletividade.

Os pesquisadores e elaboradores de linguagens documentárias, desse modo, se deparam com o permanente desafio que subjaz todo o processo de reflexão e atuação em OC. Nesse domínio do saber, defronta-se sempre com a questão de como (re) elaborar continuamente as linguagens documentárias que, por sua vez, são caracterizadas como modelos artificiais, provisórios e deterministas²⁶, a fim de representar e organizar o

²⁶ Considera-se que toda organização do conhecimento é artificial porque surge como resultado de uma construção abstrata a partir de um domínio particular. Ou seja, não há uma construção e atualização espontânea,

conhecimento, admitindo que ele se trate de um resultado em processo incessante de reconstrução, determinado conforme a percepção histórica e social que o circunda. Ou melhor: como construir linguagens documentárias que acompanhem, de modo oportuno, o dinamismo do processo de reconfiguração e ressignificação da linguagem e do conhecimento, tendo em vista as necessidades circunstanciais e o contexto específico de uso?

Na OC, a semântica social empregada em um determinado domínio de conhecimento deve ser utilizada como recurso para o desenvolvimento de instrumentos de representação e organização temática para atender às necessidades de informação e conhecimento desse mesmo domínio. Desse modo, a linguagem é tida como um produto constantemente moldado conforme as mudanças que ocorrem em seus contextos históricos e sociais. Sendo considerado um tipo de derivação de linguagem particular de um domínio, as linguagens documentárias e os sistemas de classificação devem acompanhar a variabilidade contextual para não correr o risco de não conseguir representar de modo adequado o conteúdo dos documentos produzidos no domínio em questão.

Além dessas concepções, considera-se crucial uma estreita, intensa e incessante relação de comunicação com os sujeitos do domínio dos quais provêm os conhecimentos e aos quais se destinam os produtos e as atividades de OC. Tal relação ocorre sempre por intermédio da linguagem, sobretudo no uso de termos chaves para compreender e responder questões relacionadas às necessidades de informação da comunidade, a qual se pretende atender. Aqui o papel do constante diálogo do profissional da informação com a comunidade que serve via documentação e via comunicação direta, pois tais ações permitem verificar o estado do conhecimento, a linguagem vigente, os termos mais utilizados, aqueles que são substituídos, além do predomínio de estruturas conceituais. Esse diálogo permite a adequada manutenção e reconfiguração dos elementos que constituem os sistemas de representação e organização do conhecimento, sendo eles constantemente validados pela frequente verificação

automática ou natural. Acredita-se, portanto, que é primordial a interferência do sujeito como representante do consenso coletivo no processo de revisão dos instrumentos de OC. O caráter provisório se refere à revogabilidade dos esquemas, as taxonomias e as classificações, pois eles são produtos históricos, formados de concepções, de paradigmas e tendências dominantes e até de prejuízos de uma época. E ainda tem-se a questão da inevitável obsolescência do conhecimento. O determinismo está ligado à ideia de unilateralidade conceitual que se apresenta em toda classificação, e a aplicação de critérios seletivos de conceitos considerando características ou aspectos mais representativos de um campo temático. Se o universo de conhecimento é um sistema aberto e sem fronteiras precisas, as linguagens documentais e as classificações científicas, ao contrário, formam sistemas fechados e com alcances pré-estabelecidos (BARITÉ, 2001, p. 49-51).

empírica da linguagem materialmente registrada nos documentos e pela linguagem cotidiana materialmente forjada durante os demais processos comunicativos.

Assim, torna-se possível aos instrumentos de organização e representação do conhecimento acompanhar o fluxo dinâmico do conhecimento e cumprirem, desse modo, com sua finalidade que é representar o conhecimento de forma mais fiel aos interesses da comunidade que atendem. Deve-se adotar como pressuposto, portanto, que o conhecimento refletido na linguagem tende a mudar com frequência e os documentos são também responsáveis por fixar nos seus conteúdos toda essa dinâmica, sendo considerados os recursos mais cristalizados para se avaliar as mudanças conceituais e linguísticas. Por outro lado, não se pode desconsiderar a linguagem praticada no diálogo cotidiano de um domínio, porque esta, assim como a linguagem registrada nos documentos, também está baseada na realidade concreta, além de carregar consigo o que há de mais atual, o que ainda não foi cristalizado, o que ainda está mais sensível ao pluralismo e às transformações sociais.

Somado a isso, conforme alerta Baccega (2002), o campo deve saber como lidar com aspectos relacionados a influências socioculturais que determinam a reformulação e o uso do signo como representativos de um modo de pensar predominante, formado com base no consenso social de um dado momento histórico:

A palavra carrega a prática social da sociedade, enfeixa os valores de um determinado momento histórico. É sub-reptícia. Atua, sem que tenhamos consciência do seu papel. Este sujeito que vai “traduzir”²⁷ o texto científico para a *linguagem documentária* carrega consigo essa formação. Também o sujeito que elaborou o texto científico. Na condição de sujeito, cada um terá seu universo de valores, que lhe foi transmitido pela cultura. Como evitar os desvios nessa “tradução”? (BACCEGA, 2002, p. 11).

A autora chama a atenção para os desvios nas linguagens documentárias e a necessidade de evitá-los. Entretanto, os desvios podem ser vistos como “rota alternativa” e não necessariamente como “rota errada”. O questionamento da autora sobre como evitar tais desvios invoca outros questionamentos: será que evitar os “desvios” é algo possível? Será que é possível o processo de organização e representação do conhecimento não ser afetado pelo discurso interior que habita a consciência de quem executa esta tarefa? Será que é possível

²⁷ Considera-se aqui como melhor termo para designar esse processo mediativo mencionado pela autora como decodificação e não como tradução. Vide subcapítulo “O caráter dialógico e ideológico do signo linguístico”.

quem organiza e representa isolar sua consciência do mundo em função da busca pela total objetividade?

Além disso, entende-se que os processos de elaboração e/ou reelaboração de termos que constituem o arcabouço teórico de um domínio, embora não seja considerada uma linguagem de uso controlado tanto quanto as linguagens documentárias, não deixam de ser uma linguagem indispensável para facilitar a comunicação dentro de um domínio específico do saber. Não se pode desconsiderar a influência que o diálogo, inclusive no cotidiano técnico-científico, deve exercer sobre a construção das linguagens documentárias. Desse modo, quem organiza e representa não deve estar alheio a esse diálogo e tampouco agir com indiferença em relação às ideologias que subjazem os termos.

A discussão dos *desvios* aparece como uma das dimensões em que o *Poder de nomear* (OLSON, 2002) pode se manifestar. Assim, os termos *bias*, em inglês ou *sesgos*, em espanhol, que poderiam ser genericamente traduzidos ao português como *vieses*, se manifestam, a partir de duas dimensões: uma primeira, de natureza negativa, prejudicial, discriminatória, em que o sistema representacional serve à exclusão, ao preconceito, ao proselitismo, ao alijamento de determinados segmentos da comunidade usuária, muitas vezes de forma sub-reptícia, em que se teria um desvio propriamente dito (GUIMARÃES, 2006), e uma segunda, em que o sistema representacional assumida e declaradamente opta por uma certa visão de mundo, quando se poderia falar em abordagem, assumindo, desse modo, um compromisso ético com essa comunidade.

Nesse contexto, e aliando-se a essa concepção sociocultural de Olson (2002), há de se mencionar, ainda, as preocupações de Beghtol (2002a, 2002b, 2005) acerca da necessidade de as linguagens de indexação imbuírem-se de uma efetiva garantia cultural, encontrando lastro na realidade social a que se destinam, o que revelaria, em última instância, a assunção de uma ética transcultural de mediação (GARCÍA GUTIERREZ, 2002, 2011b), em que os instrumentos de representação da informação valem-se da linguagem como produto de uma realidade social e, portanto, devendo representar o contexto cultural dessa realidade, como se observa, por exemplo, nas linguagens de indexação multilíngues, como no caso do Canadá, descrito por Hudon (1997).

Por outro lado, a OC tem sofrido uma intensa influência da Ontologia, da Lógica clássica e, sobretudo, da Terminologia. Segundo Campos (2001, p. 60), a Terminologia, enquanto disciplina, tem como objetivo de garantir a comunicação precisa entre os produtores

de conhecimento dentro de uma determinada especialidade técnica ou científica. Com base nessa concepção é que, conforme a autora, Wüester desenvolveu a Teoria Geral da Terminologia, a qual se ocupa dos conceitos de uma linguagem técnica ou científica de um campo específico, os quais se relacionam entre si, constituindo um sistema de conceitos. Assim como Dahlberg, Wüester defende a busca da univocidade como princípio, visando à correspondência exata entre termos e conceitos para facilitar a comunicação (2001, p. 68). Essa teoria tem influenciado as bases teóricas sobre o processo de construção das linguagens documentárias e demais instrumentos terminológicos.

No entanto, de acordo com Kobashi (2007), a Sociolinguística e a Socioterminologia têm contribuído para superar as limitações da terminologia wüesteriana, que, por sua vez, pode enrijecer a estruturação e a necessária atualização das linguagens documentárias e demais terminologias técnicas. A autora leva em consideração os valores relacionais (polissemia, sinonímia, hiperonímia e antonímia, por exemplo) e a ubiquidade do sentido que os termos possuem. Destaca, desse modo, que os signos linguísticos não podem mais ser isolados em sistemas de conceitos únicos e estanques, uma vez que eles possuem valores variáveis, atribuídos conforme o contexto social onde está inserido.

O que deve ser destacado é que, no âmbito prático e teórico da OC, considera-se que a terminologia científica é constituída levando-se em conta principalmente a ambiência e o uso coletivo dos termos, variáveis conforme o desenvolvimento do conhecimento em determinado contexto coletivo. Entende-se que mesmo a linguagem técnica absorve as mudanças relativas ao estado de conhecimento de uma especialidade. Reconhece-se, portanto, que como qualquer campo de conhecimento é constituído e expressado por termos, o sentido deles se altera, porque o sistema de conhecimento ao qual pertencem também se modifica. Desse modo, concebe-se que, ainda que a terminologia relativa a um domínio científico deva tender à univocidade, não se pode ignorar a variabilidade e o sentido ideológico que um termo técnico pode carregar.

Além da Terminologia, a Linguística teve muita influência na formulação de teorias relacionada à organização da informação e do conhecimento. Esse é um dos temas do estudo desenvolvido por Almeida (2011). O autor acredita que o eixo principal de relacionamento entre a CI e a Linguística “se encontra nas atividades e nas reflexões desenvolvidas pela análise documental”, sobretudo no que se referem à aplicação exclusivamente prática das teorias linguísticas, de modo especial aquelas oriundas da matriz conceitual gardiniana no

tratamento do conteúdo documental de textos científicos (2011, p. 90, p. 93, p. 96). Entretanto, pontua o autor que a corrente de pensamento das teorias linguísticas que mais teve impacto no conceito análise documental proposto por Gardin foi o estruturalismo²⁸, além da Lexicografia como subárea da Linguística em um sentido aplicado nas linguagens documentais (2011, p. 112). Assim, a linguagem é tratada como uma estrutura fixada em um texto científico, do qual se retiram as partes consideradas mais relevantes (decomposição) na tentativa de representar o todo da obra (composição).

No entanto, segundo Almeida (2011, p. 115), a noção de linguagem empregada pela análise documental não é a mesma defendida pelo estruturalismo clássico liderado por Saussure, corrente que defende que a linguagem é considerada tão somente a soma da língua com a fala. No contexto da análise documental, uma linguagem documental seria um tipo de linguagem expressa por uma língua formalizada que organiza termos em um sistema com regras próprias onde a “fala” não se manifesta. Para serem estruturalistas de fato, as linguagens documentárias seriam conceituadas como uma língua padronizada e não como um tipo de linguagem. Todavia, não se pode deixar de observar a clara influência do estruturalismo saussuriano na área.

O afastamento da noção de sujeito e suas possibilidades interpretativas durante a interação com os sistemas documentais são vistos por Almeida (2011, p. 116) como consequência do estreito relacionamento entre a análise documental e o estruturalismo linguístico. A noção de que um sistema deve priorizar a coletividade tomando como base o atendimento a um sujeito genérico e universal foi acolhida tanto por Saussure como pelos teóricos de análise documental. Em função disso, verifica o autor que, especialmente depois do término da década de 1990, houve uma mudança de orientação no campo, uma vez que a teoria gardiniana acabou por se mostrar insatisfatória. Ademais, metodologias de análise de conteúdo e análise de discurso passaram a ser adotadas para tratar os documentos porque, além de não se restringirem ao tratamento temático de textos técnico-científicos, - incluindo também os textos de opinião e demais manifestações claramente subjetivas – levam em conta aspectos externos ao texto, como as condições de produção e seus contextos histórico-sociais.

²⁸ “Segundo Barthes (1967, p. 21-2 apud ALMEIDA, 2011, p. 112), o estruturalismo é uma atividade que procura imitar a realidade para torná-la inteligível”. Assim, de acordo com Barthes, as operações típicas do estruturalismo são decomposição e composição, assim como na análise documental na qual os processos são basicamente análise ou leitura, seleção e representação (ALMEIDA, 2011, p. 113).

A partir da percepção sobre o entrelaçamento dos códigos próprios que compõem linguagem pode-se dizer que a ideia que subjaz um termo pode ser compreendida como uma manifestação cultural, e, assim, fruto de uma condição social predominante em determinado momento histórico (BACCEGA, 2002, p. 9-10). Cada linguagem, portanto, registra e traz na sua formação “os dados da experiência segundo padrões que dependem da tradição cultural e do momento social do povo que a fala” (CINTRA et al, 2002, p. 14). Assim, mais do que uma construção oriunda de um processo cognitivo individual, a linguagem, tanto geral como técnica, se trata de uma representação da realidade constituída da relação dialógica dos signos a partir de um acordo coletivo entre os sujeitos.

Tendo em vista o exposto, entende-se que a relação de oposição entre os termos “linguagem natural” e “linguagem documentária” identificada por Barité (2001, p. 35) no domínio de OC, por exemplo, deve ser repensada, pois os próprios autores do campo reconhecem que as linguagens padronizadas como terminologias técnico-científicas e linguagens documentárias, ainda que tenham suas características estruturais próprias, acompanham o ritmo das concepções geradas no convívio social, assim como a linguagem entendida como “natural”. Logo, se todos estes tipos de linguagem se caracterizam por acompanhar o consenso coletivo dentro de cada domínio correspondente, pode-se dizer a relação de oposição a elas atribuída não seja a mais adequada. Em essência, considera-se que o que diferencia estes tipos de linguagens são os modos de uso (livre ou controlado) e os contextos aos quais cada uma pode estar correlacionada.

Segundo Rafferty (2001, p. 182), o termo “linguagem natural” foi criado por Ranganathan para designar a linguagem socializada desenvolvida em comunidade, de natureza não científica e imprecisa e para diferenciar este tipo de linguagem da linguagem notacional, uma linguagem simbólica constituída por padrões de códigos representativos capaz de traduzir uma ideia em estado puro gerada na consciência individual. Com efeito, conforme a autora, Ranganathan acreditava que por meio da linguagem notacional uma ideia individual poderia ser comunicada para os demais com mais precisão do que a linguagem natural.

Outro aspecto considerado relevante para discussão é o que se refere aos modos pelos quais ocorrem mudanças e/ou atualizações na linguagem cotidiana e nas linguagens controladas. Os processos de apropriação pela linguagem comum dos acordos estabelecidos pela coletividade se dão de modo tão dinâmico que parece quase imperceptível. Assim, se tem

a sensação que a linguagem do cotidiano tem vida própria, que ela “naturalmente” se transmuta. No entanto, não é isso que ocorre. As interferências sociais são mais perceptíveis nas linguagens controladas porque tais interferências ocorrem de modo mais institucionalizado do que na linguagem comum, ou seja, a maneira pela qual ocorre a incorporação dos consensos coletivos na linguagem cotidiana tende mais à informalidade do que aos domínios técnico-científicos. Além disso, as linguagens documentárias, por exemplo, acompanham os limites dos sistemas de informação documentária dos quais fazem parte, tornando-as assim mais passíveis de serem controladas e/ou manipuladas do que a linguagem livre. Cintra et al (2002, p. 16) reforça que as linguagens documentárias são mais controláveis porque sua função comunicativa se restringe a contextos documentários específicos com a finalidade de auxiliar o diálogo entre os usuários, os documentos e os sistemas de informação.

Entretanto, mesmo sendo as linguagens documentárias mais “restritas” que a linguagem cotidiana, isso não impede que a primeira também sofra as mesmas alterações de fundo ideológico. O processo de carnavalização da linguagem, por sua vez, revela uma postura relativa ao confronto de uma ideologia dominante com uma ideologia do cotidiano, no qual a ideologia minoritária acaba por se sobressair em relação à ideologia hegemônica, ao ponto de um termo passar a ser utilizado para representar um conceito oposto ao qual representava em outra época ou lugar. Dependendo do domínio (contexto) a ser coberto pelas linguagens documentárias, tais relações de força são mais perceptíveis, por exemplo, nas ciências sociais e humanas em relação às exatas. Porém, isso não significa que o discurso ideológico ocorra até mesmo nas ciências exatas, o que difere nesse caso é o grau de intensidade e aproximação com o cotidiano.

Mesmo que a comunicação seja o fim de qualquer linguagem, é importante ressaltar que a função comunicativa da linguagem “natural” é mais ampla, aberta e plurissignificativa que das linguagens documentárias, por exemplo. Segundo Kobashi (2007), a função desempenhada pelas linguagens documentárias é mais informativa, porque é criada com a finalidade de tratar e recuperar a informação dentro de um ambiente específico. Mas, mesmo assim, o sistema documentário deve necessariamente intermediar os diálogos entre as pessoas, entre os discursos, e, para tanto, deve ser construído dialogicamente.

Ademais, com base nos autores citados, é possível observar que apesar do uso do termo “natural”, admite-se e defende-se a ideia de linguagem como algo socialmente construído, portanto, não natural. O dinamismo inerente ao processo de revisão da linguagem

está associado ao dinamismo da própria realidade. Assim como um processo quase natural, a linguagem parece “espontaneamente” acompanhar as mudanças que ocorrem na realidade. Esta lógica pura e simples leva a conceber a linguagem como resultado de um processo natural, ou seja, é como se a linguagem naturalmente fizesse parte da essência de cada objeto, ação e estado da realidade, sem a interferência da convivência humana em sociedade.

Essa concepção de linguagem como um processo natural remonta às ideias atribuídas a Aristóteles. A partir da leitura dos trabalhos do filósofo grego, Aranalde (2009) sugere que na visão aristotélica a linguagem se trata de um produto lógico do pensamento humano que permite sua expressão, estando atrelada a própria realidade, sendo tão fiel a esta, como se estivesse “perfeitamente colada ao mundo, sendo, assim, capaz de revelá-lo”. Assim, o predicado referente às características de um determinado ser ou objeto (substância), não pode existir por si só, ou seja, está totalmente ligado ao signo que o nomeia, como se este fizesse parte da sua essência. Em relação à representação do conhecimento, San Segundo (2004) afirma que as concepções mais tradicionais ligadas ao representacionismo, inclusive a concepção aristotélica, atribui ao conhecimento a correspondência mais adequada da realidade. Segundo a autora, para Aristóteles e seus seguidores, a mente humana conta com um rol de informações relacionadas a uma ordem pré-existente do universo, o que leva a crer na não existência do problema da representação, isto é, para o filósofo qualquer representação realizada pelo ser humano está associada completamente à realidade.

Nesse sentido, compartilha-se o entendimento de Cintra et al (2002, p. 15) que considera as linguagens controladas como um tipo de extensão da linguagem “natural” (cotidiana), não somente porque elas são constituídas por unidades linguísticas oriundas desta linguagem, mas porque elas não se encontram imunes às interferências culturais. Ainda segundo as autoras, apesar de as linguagens documentárias serem tributárias à linguagem comum, a necessidade de padronização e a tendência à univocidade dos termos gera “um esforço de neutralização” durante o processo de elaboração das linguagens controlada.

Todavia, tem se verificado que no domínio de OC, com base na Filosofia da Linguagem e na Sociolinguística, que a neutralidade não é algo considerado possível, uma vez que qualquer signo está sempre ligado ao seu contexto. Assim, durante as atividades de representação e organização do conhecimento não se pode exigir do classificador e/ou do indexador que anulem suas concepções, suas visões de mundo, suas influências ou que simulem a inexistência ou o “desligamento” momentâneo da sua consciência. Representar e

organizar o conhecimento são também atos responsivos nos termos bakhtinianos que, por seu turno, sofrem influências tanto de discursos externos (discurso do autor e discurso dos usuários, por exemplo) quanto de discursos internos (as vozes ideológicas e sociais que compõem a consciência de quem representa/organiza), ambos correlacionados entre si; e porque o resultado dos atos de representar e organizar se tratam também de uma resposta aos discursos externos e internos.

Retomando as ideias do CB, verifica-se que a representação e a organização do conhecimento são sempre atos realizados a partir de uma posição avaliativa, de um julgamento de valor cronotopicamente localizado. O mesmo ocorre na construção de instrumentos, métodos e sistemas de OC; todos eles, sem exceção, são elaborados a partir de índices de valor atribuídos de modo consciente por quem os constrói, e, como já visto, tais índices não são oriundos da consciência individual, mas, sim da interação de uma consciência com as demais, da posição que ela ocupa na esfera social. Assim, é possível dizer que tais atividades e produtos prescindem tanto de aspectos relacionados à racionalidade como aqueles relacionados à ética, à apreciação estética em certos casos, como a representação de obras de arte e/ou conteúdos literários, pois eles também são considerados inteiramente produtos de uma interpretação específica da realidade.

Considera-se que os julgamentos de valor estão inexoravelmente ligados a qualquer ato responsivo, sobretudo aos relacionados às atividades de representação e organização do conhecimento. Esses atos não podem ser indiferentes às vozes sociais que têm interesse e que são afetadas por eles. Contudo, ao invés do esforço de neutralização, o que se reivindica é um esforço para que todas as vozes sociais envolvidas participem do processo, conforme postula García Gutierrez (2002, 2007, 2011a, 2011b) quando sugere a adoção da “ética transcultural de medição”. Para que isso ocorra, compreende-se que o classificador/indexador não pode privilegiar uma voz em detrimento da outra nem tampouco anular qualquer uma delas, inclusive aquelas que habitam a sua própria consciência. O que se propõe de fato é o exercício da polifonia nos moldes propostos por Bakhtin durante a realização dos atos de representação e organização do conhecimento.

O profissional de OC, com efeito, passaria de um omissor colaborador da ideologia hegemônica, que costuma se esconder por detrás da máscara da neutralidade, a um agente participante e colaborador de um processo democrático, que não suplanta e nem ignora nenhuma postura ideológica envolvida, inclusive a sua. Mais do que isso: além de participar

ativamente do processo assumindo uma postura ideológica, atua como regente das demais vozes sociais, sobretudo aquelas relacionadas à produção e ao uso do conteúdo representado e organizado.

Para tanto, o profissional da OC necessita praticar o princípio da exotopia postulado por Bakhtin para se aproximar o máximo possível do outro, entender seus interesses, suas necessidades. Obviamente que é impossível ver o mundo tal qual o outro o vê, mas, é possível, por meio do excedente de visão que o “eu” tem em relação ao “outro”, o eu simular o outro, no sentido compreendê-lo para melhor representá-lo. Ao mesmo tempo, os aspectos cronotópicos devem ser levados em consideração, pois, como já visto, o “outro”, assim como o “eu”, são também produtos de uma determinada época e lugar.

Em obra crítica sobre as posições epistemológicas adotadas pelo domínio da Documentação, incluindo os campos de Biblioteconomia, de Arquivística, de Museologia, da CI e da OC, García Gutiérrez (2011a) identifica as opções teóricas, metodológicas e práticas que vêm sendo acolhidas pelas áreas citadas. O autor constata que tais opções se respaldam principalmente na lógica clássica (com destaque para o princípio de não contradição), no universalismo e em modelos tecnicistas, todos permeados por reduções de raízes positivistas e neopositivista, inclusive o “novo” e sedutor mundo da digitalidade. A área de Documentação, com efeito, atendendo obedientemente a tais preceitos, sempre trabalhou a favor das ideologias dominantes uma vez que insiste em adotar um modo de atuação excessivamente técnico e apolítico. Essa postura, de acordo com o autor, é sustentada a partir do discurso da “neutralidade” científica e do conhecimento.

Ainda que o domínio conte com vozes dissidentes, a carência de um posicionamento ético sensível às necessidades de conhecimento das mais diversas vozes sociais, a partir de uma atuação que respeite a diversidade e o pluralismo lógico e cultural, para o autor, justifica o estado de inércia em que a área se encontra. Tal estado é evidenciado pelo escasso desenvolvimento dos métodos, das técnicas e das ferramentas existentes para organizar o conhecimento em toda sua pluralidade. Conforme García Gutiérrez (2011a), isso se deve à incorporação massiva e acrítica de artefatos oriundos das novas tecnologias de informação e à crença na qual a mera aplicação dessas tecnologias resolveria todos os problemas de produção, organização e acesso ao conhecimento.

O próprio autor deixa claro no texto que o título da obra “*Epistemología de la documentación*” se trata mais de uma provocação do que a representação do conteúdo da

obra, pois o que ele mais questiona são as posições epistemológicas acolhidas, cultivadas e defendidas como se fossem únicas e definitivas pelos pesquisadores mais tradicionalistas da Documentação, sobretudo na Espanha. Por outro lado, não se prende somente ao processo desconstrutivo mencionado, mas, é a partir da desconstrução que o autor propõe alternativas de cunho pós-epistemológico na tentativa de buscar um horizonte mais amplo e um indicar possível norte que privilegie uma perspectiva pluralista para uma área desencontrada frente à imposição de mundo digital e transcultural. Ou nas palavras do próprio autor:

Mi reclamación irreductible es (...) la sustitución del espíritu, lenguaje y procedimientos de la Epistemología de la Documentación por una Hermenéutica de la Organización de los conocimientos (...) una hermenéutica crítica e implicada con una producción e intercambio igualitarios que redignifiquem conocimientos y memorias desapercibidos (GARCIA GUTIÉRREZ, 2011a, p. 98).

Nesse sentido, orientado pela busca de soluções que visem a uma pragmática contextual, o autor apresenta as seguintes propostas: a adoção de uma teoria de conceitos abertos e inacabados, a prática bem fundamentada da desclassificação e a aplicação dessas concepções nos processos de organização da memória registrada, inclusive a digital, que parece mais preocupar os profissionais da área atualmente.

A teoria aberta de conceitos busca aporte na concepção relacionada aos vários sentidos que um conceito pode ter. Isso decorre da influência que os diversos contextos sociais, culturais, históricos e locais exercem na formulação, uso e transformação dos conceitos. Assim, considera o autor que, no mundo da vida, o conceito quase sempre não é e nem pode ser unívoco e tampouco é capaz de absorver e petrificar a dinâmica da realidade, uma vez que a conceptualização não ultrapassa as barreiras de uma representação construída a partir de uma realidade percebida pelo olhar humano. A realidade em si, segundo o autor, pode somente ser vivida ou sentida, nunca conceitualizada ou pensada tal qual ela é. Contudo, se a área de OC ou qualquer área do saber pretende que seus conceitos e representações se aproximem o máximo possível da realidade, não deve insistir em aplicar sem restrições o princípio da univocidade a todos os conceitos, como costuma fazer. Afinal, os “(...) conceptos que han de expresar com más fidelidad el mundo son instancias versátiles, elásticas, indomables” (GARCIA GUTIÉRREZ, 2011a, p. 131). Diante disso, não se pode mais ignorar

as contradições e as polissemias presentes na linguagem, nos conceitos, no processo de construção do conhecimento, porque todos são e devem ser considerados reflexos do pluralismo cultural e do dinamismo que inexoravelmente fazem parte da vida em sociedade.

A porosidade como característica inerente ao conceito, afirma o autor, é outro aspecto determinante para o sentido e o uso que se faz dos conceitos. Isto é, como os conceitos são permeáveis, podem e são utilizados para representar e validar um regime dominante, do mesmo modo, que também podem e são readaptados e transvalorizados por um novo poder ocupante (2011, p. 113). Logo, a escolha de um conceito como categoria para representar um documento, ou de um determinado sistema de conceitos (ou classificação), por exemplo, trata-se de um ato ideológico, pois se assume uma posição mesmo que não se tenha plena clareza disso, como também se espera que tal representação dialogue com as pessoas. Para o autor, é importante destacar que os conceitos e suas representações, inclusive metaconceitos, são indissociáveis da consciência subjetiva, entendendo que a subjetividade também é construída coletiva e historicamente, ou seja, a consciência é resultado da inserção do indivíduo na sociedade.

A rigidez das categorias e das hierarquias também são alvos da crítica do autor. Para ele, um conceito pode ser tanto geral quanto particular porque tais atributos são determinados sempre a partir de uma referência. Os conceitos não expressam nada por eles mesmos, somente quando ocupam uma posição em uma estrutura específica. As categorias e suas estruturas, com efeito, não podem ser absolutas e nem permanentes, caso contrário estarão sempre orientadas para si mesmas e não para atender e acompanhar a variabilidade das necessidades sociais. O autor considera as categorias necessárias para pensar o mundo, por esse motivo, defende que elas devam ser flexíveis e readaptáveis e, com efeito, orientadas para dinâmica do mundo da vida. Para tanto, é também necessária uma revisão constante e inacabada, uma vigilância ética que ao mesmo tempo respeite a pluralidade e busque o consenso entre posições diversas, sem suplantar nem o passado a favor do presente e vice-versa e assim como nenhum espaço ou grupo social. Tal prática sugerida pelo autor se trata da desclassificação.

Desclassificar é para García Gutiérrez (2007, 2011a) negar o que já está previamente classificado, é não aceitar passivamente uma visão de mundo com última e única. Não se trata, obviamente, de negar pelo simples fato de negar, é uma negação baseada na análise crítica do mundo em que se vive e na observação das mudanças, dos conflitos, dos acordos e

do pluralismo social. Para acompanhar o mundo da vida, um contínuo processo de reclassificação se faz necessário. Não se reclassifica, sem modificar uma classificação já posta ou sem desclassificá-la. Entretanto, as novas classificações, postula o autor, também devem ser sempre sistemas abertos e inacabados, uma vez que a prática da desclassificação se fundamenta no regime de verdades provisórias. Ou melhor, o autor concebe que a verdade é algo sempre construído coletivamente e em um contexto espaço-temporal específico e por isso ela é eternamente provisória.

Diferente da concepção tradicional de classificação, a desclassificação deve ocorrer com base na consciência democrática e na racionalidade crítica impedindo o estabelecimento de privilégios, exclusões ou marginalizações, mesmo que racionalmente ou cientificamente construídos. Logo, sua orientação não será neutra e, assim como todo o discurso, será fruto de um ato político voltado para defesa do cosmopolitismo, da igualdade discursiva, da emancipação e de um consenso que não aniquile o dissenso.

Como argumentos que justificam a desclassificação, o autor resgata da Filosofia concepções de razão dialética, razão ética e política, razão imperfeita, razão contrafática, razão quântica, razão falibilista e razão paraconsistente. Também sugere a adoção da paraontologia para organizar o conhecimento a partir da concepção de que uma instância conceitual não é somente algo, mas é também outra coisa. Ou seja, afirma o autor, tudo pode ser sempre outra coisa (2011a, p. 279), tudo depende do alcance do olhar.

No que se refere à aplicação da desclassificação na organização do conhecimento registrado, o autor propõe o estabelecimento de dois operadores que se complementam mutuamente: o operador complexo, que trabalha para garantir de modo igualitário a expressão de todas as posições e cosmovisões a respeito de um tema; e o operador transcultural que, por sua vez, decide e executa democraticamente a partir de um consenso ampliável, obrigatória e periodicamente revisado, uma síntese transcultural baseada no levantamento realizado pelo operador complexo. O operador transcultural é, conforme o autor, o antídoto para o relativismo do qual poderia ser acusado o operador complexo. O operador complexo, por outro lado, representaria o equilíbrio democrático e hermenêutico no qual o operador transcultural busca respaldo.

Em relação à tecnologia digital, devido seu caráter binarista (apesar de todo o discurso de inovação) alerta o autor sobre os perigos que ela representa ao impor modos únicos de pensar. Assim, sugere que a tecnologia digital deveria ser reinventada e reapropriada a partir

do pluralismo lógico e usos culturais decorrente de necessidades de organização do conhecimento e da memória registrada, e não ao contrário, como tem ocorrido. Antes de ser pensada de modo globalizante, a tecnologia precisa ser vista a partir de concepções etnológicas, participativas, diacrônicas, autonarrativas, críticas e autocríticas, como também a partir de posições específicas vinculadas os contextos aos quais pretende atender.

Tradicionalmente, os conceitos têm sido considerados resultados de um processo lógico-cognitivo isolado ocorrido dentro da consciência do ser quando este, por meio da linguagem, qualifica uma determinada substância. Tal qualificação, por sua vez, atribui características inerentes à substância e, ao mesmo tempo em que revela sua essência, a diferencia das demais. Visto que foi com base nessa visão de mundo relacionada à univocidade da substância, que Dahlberg e Wüester elaboraram respectivamente a Teoria do Conceito e a Teoria Geral da Terminologia. Tais autores, ao contrário de García Gutiérrez (2007, 2011a), de Hjørland (1995, 2002, 2009) e outros aqui já citados, desconsideram o contexto social, histórico e o contexto de uso no processo de formação dos conceitos e, por extensão, da linguagem. O conhecimento, a linguagem e o signo linguístico tradicionalmente tendem a ser caracterizados como objetos abstratos, autônomos e totalmente desvinculados da prática social e do caráter ideológico que os permeiam. Daí pode decorrer o entendimento acerca da linguagem como sendo algo natural e, portanto, neutro, uma vez que se acredita que sua formação ocorre sem as interferências dos acordos coletivos produzidos pela convivência humana em sociedade.

Ao mapear as correntes epistêmicas as quais têm recorrido os pesquisadores do domínio de OC, Hjørland (2009), apesar de defender a adoção de uma postura pragmática e social, evidencia a permanência de um posicionamento voltado para o enfoque empirista e racionalista. Segundo o autor, o empirismo considera que o conhecimento é gerado mediante observação, e esta não depende de variáveis contextuais, uma vez que está dada. Em relação ao conceito, esta corrente defende que ele é formado durante o processo de aprendizagem baseado em relações feitas sempre por meio de observação de semelhança entre objetos por meio de convenções adquiridas ou assimiladas entre objeto e palavras. Já para o racionalismo, o conhecimento é construído a partir de uma base lógica, de princípios, de regras e de modelos previamente definido, divergindo, portanto do empirismo, por este se basear somente na experiência dos sentidos. A realidade na perspectiva racionalista deve aqui ser interpretada por meio de conceitos lógicos e categorias. O conceito, portanto, é formado

pelas estruturas lógico-cognitivas anteriores à experiência e os conceitos complexos são constituídos pela combinação de conceitos simples. De acordo com o autor, o empirismo e o racionalismo têm em comum o fato de não considerar a influência dos contextos social, cultural e histórico na produção dos conceitos (HJØRLAND, 2009, p. 1523- 1525).

Hjørland (2009) salienta que as teorias desenvolvidas até então pelos pesquisadores da CI e OC são mais influenciadas pelos pensamentos empirista e racionalista. Em seu discurso, o autor demonstra insatisfação e preocupação diante de uma certa ausência de propostas, com exceção da teoria analítica de domínio (HJØRLAND, 1995, 2002a, 2004), voltadas para uma perspectiva mais pragmática que procurem resolver o problema epistêmico da OC. O amplo uso do termo “linguagem natural” no campo teórico da OC pode ser compreendido como uma evidência relacionada à preservação de posicionamentos epistêmicos vinculados ao empirismo e ao racionalismo. No entanto, verifica-se que apesar de hegemônica, esta postura tem sido alvo de crítica, sobretudo daqueles que procuram adotar uma postura mais orientada para uma perspectiva historicista, pragmatista e cultural acerca do conhecimento e da linguagem.

Do exposto, verifica-se que a linguagem utilizada e registrada em um domínio de conhecimento ao longo do tempo pode incorporar e, deste modo, revelar quais as concepções filosóficas mais predominantes na constituição de teorias e de métodos. Tal interpretação se sustenta nas ideias bakhtinianas sobre o processo dialógico da linguagem e o caráter ideológico do signo linguístico. O termo, mesmo sendo técnico-científico, portanto é visto como representante da ideologia mais aceita no momento e no ambiente social da sua formação, aceitação e de que como se dá seu uso. Ou seja, o termo, o conceito, a classe, a categoria, o gênero documental, o descritor são, antes de tudo, signos dotados de valor e forma constituídos intersubjetivamente.

Contudo, defende-se que as noções bakhtinianas de signo, enunciado, discurso, estilo e gênero sejam levados em consideração tanto no estudo como na prática de OC e/ou CI, como alternativa para romper com posturas voltadas excessivamente para uma pretensa objetividade e neutralidade científica, posturas estas que têm sido dominantes no domínio em questão. Além disso, adota-se esse ponto de vista para analisar o processo de institucionalização da OC uma vez que será realizado o exame da alternância de termos representativos de posturas ideológicas cronotopicamente localizadas no decorrer de vinte anos de desenvolvimento dess domínio.

3 INSTITUCIONALIZAÇÃO SOCIOCOGNITIVA DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Acredita-se que a consolidação de um domínio científico²⁹ ocorre somente via um contínuo, dinâmico e revisional processo de institucionalização. Assim, entende-se que ao estudar a trajetória de consolidação de uma ciência ou de um domínio é necessário passar obrigatoriamente pela história de suas instituições, uma vez que “o contexto institucional do conhecimento é parte essencial da sua história” (BURKE, 2003, p. 37). Com efeito, compreende-se que o estudo sobre a origem e o desenvolvimento das instituições vinculadas a determinado ramo do saber é crucial para o entendimento da configuração atual e do delineamento de tendências de pesquisa de qualquer domínio.

Para este estudo, adotam-se como ponto de partida as concepções teóricas de Whitley (1974) acerca das duas faces da institucionalização científica: a cognitiva³⁰ e a social que, por sua vez, não deixa de dialogar com o conteúdo exposto até aqui. Segundo o autor, a dimensão cognitiva se refere aos conceitos, às teorias, aos problemas, aos métodos, às leis e às técnicas próprias de uma ciência. Já a dimensão social se volta para a criação de instituições formais que representam a ciência: livros e revistas científicas, sociedades científicas, cursos de graduação e pós-graduação, grupos de pesquisa e eventos, por exemplo. No entanto, é importante destacar que estas duas dimensões relacionam-se entre si de forma dinâmica e recíproca. Para Whitley, orientações filosóficas, aspectos teóricos e epistemológicos, pesquisas e métodos influenciam de modo determinante no andamento das instituições formais, do mesmo modo que as instituições formais impulsionam o desenvolvimento cognitivo da ciência. Apesar de compartilhar com a visão dialética de Whitley acerca da relação das instituições cognitivas e sociais, entende-se que o termo “instituições sociocognitivas” represente melhor tal processo dialético, pois se acredita que em nenhum momento o cognitivo se separa do social; ou seja, considera-se que ambas as dimensões não estão somente justapostas, elas são indissociáveis e mutuamente penetráveis. O livro, utilizado como exemplo de instituição social não deixa de ser também produto de um processo cognitivo, assim como os demais elementos citados anteriormente.

²⁹ Utiliza-se o termo “domínio científico” nos mesmos moldes que utilizam Hjørland e Albrechtsen (1995), Hjørland (2004) e Smiraglia (2012). Apesar de Whitley se referir à ciência, nesse trabalho optou-se pelo termo domínio acreditando que ele represente melhor a área de estudos em questão.

³⁰ Em Whitley (2000), o autor prefere substituir o termo cognitivo pelo intelectual.

A estrutura social é, de acordo com Whitley, sempre correlacionada à estrutura cognitiva no processo de desenvolvimento de uma especialização científica. Cabe ressaltar que as relações entre as estruturas variam de campo para campo, adquirindo características e manifestações particulares. Para entender a conexão entre dimensão social e cognitiva de determinada ciência, o autor sugere como alternativa a reconstrução da história, especialmente das instituições que representam e que congregam o campo científico (WHITLEY, 1974, p. 69).

O conceito de institucionalização científica, para Whitley, refere-se ao padrão de ações e significados, assim como ao nível de coerência e organização de ações e percepções e à extensão em que ideias são articuladas e aceitas para constituir o grau de institucionalização. Ou seja, para o autor, uma área é altamente institucionalizada quando os cientistas dividem uma mesma atitude em relação aos objetivos, métodos e ideais (1974, p. 70). Isso não equivale a dizer que as pessoas devam pensar e agir de modo homogêneo; não, o que Whitley sugere é que os cientistas tenham uma noção acerca dos principais eixos conceituais e objetivos do domínio, que um saiba compreender que tipo de método ou de teoria o outro utiliza e o porquê disso, além da sua real contribuição para o domínio.

Quanto à institucionalização cognitiva, pode-se dizer que ela tem dois aspectos relacionados: primeiro, o grau de consenso e clareza para formulação de problemas de pesquisa considerados relevantes, definição e aceitação de soluções assim como técnicas apropriadas e instrumentação; segundo, o que define a atividade de um cientista em termos de consenso. Em outras palavras, em uma área de alta institucionalização cognitiva, pode-se prever com relativo grau de exatidão o que um cientista fará, que modelos usará e que tipo de explicações ele aceitará. Por outro lado, um baixo grau de institucionalização cognitiva se refere a um baixo grau de ordem intelectual e, correspondentemente, falta de consenso ou compromisso comum. Nesta situação, cientistas provavelmente vão aderir a valores básicos comuns e crenças a respeito da natureza de um empreendimento científico e possivelmente algumas uniformizações percebidas, mas seus trabalhos serão desconexos e desarticulados (WHITLEY, 1974, p. 72). Cabe ressaltar que, apesar do autor se referir à institucionalização cognitiva, ele se refere a posturas e a compromissos que cada cientista deve ter em relação aos demais; ou seja, evidencia a importância do aspecto social.

A institucionalização social, por sua vez, também tem duas dimensões: primeiro, o grau de organização interna; segundo, o grau de integração dentro da estrutura social de

legitimação e alocação de recursos (WHITLEY, 1974, p. 71). Refere-se, portanto, à criação e à manutenção de estruturas formais que demarcam membros de uma estrutura cognitiva. Logo, é improvável, por exemplo, que um baixo grau de institucionalização cognitiva ocorreria com um alto grau de institucionalização social. Isto é, se os pesquisadores não têm um entendimento cognitivo em comum dos conceitos base e da finalidade da área de estudos a que se dedicam, não vão estar dispostos a se organizarem socialmente em torno dessa área.

Sobre a conexão entre as dimensões social e cognitiva pode-se dizer que, conforme Whitley (1974, p. 80), um grau de incerteza cognitiva tende a resultar em formações difusas de grupos sociais, particularmente se a especialidade é nova e carece de legitimação acadêmica e da sociedade em geral. Tal identificação cognitiva seria esperada pela comunidade para conduzir a uma identificação social cujas implicações se verificam na ordem social interna da área, no reconhecimento externo de sua existência e na alocação de recursos para sua continuidade.

A teoria de Whitley pode ser utilizada para ilustrar também o caso do domínio de OC. A incorporação massiva e acrítica de conceitos, de métodos e de tecnologias oriundos de outros domínios, pode elucidar uma falta de entendimento mútuo entre os cientistas. A aceitação ou rejeição da teoria sobre a “Gestão do Conhecimento” como integrante de um eixo temático da OC é um exemplo disso. Outro aspecto que pode ser notado dentro da OC é a relação de reciprocidade entre as instituições cognitivas e sociais. A ISKO, entidade aqui considerada mais representativa da área, pode ser vista como instituição social impulsionadora do desenvolvimento das instituições cognitivas da área, uma vez que oferece uma estrutura concreta para os pesquisadores desenvolverem em conjunto e validarem os fundamentos teóricos do campo. Por outro lado, somente com base na estrutura cognitiva que vem sendo desenvolvida é que as instituições sociais se renovam. Destaca-se, com efeito, o papel sociocognitivo desempenhado pela ISKO dentro do domínio de OC.

A institucionalização da OC nem da CI não é dada a priori, segundo Almeida e Crippa (2009, p. 110) ela é resultado de diferentes momentos históricos de instituições que conservavam e disseminavam informação de forma organizada. Com efeito, para os autores, torna-se necessária uma reflexão em relação aos atores sociais responsáveis e seus métodos de representação do conhecimento de cada época para compreender a configuração atual da OC. Rendon Rojas e Herrera Delgado (2010) compartilham a mesma visão, pois eles consideram a OC produto de formação histórica, moldado a cada época. No entanto, Rendon Rojas e

Herrera Delgado (2010) buscam reconstruir diacronicamente os conceitos filosóficos que embasaram o desenvolvimento do domínio. Os autores buscam aporte na concepção de “ordem” dos filósofos gregos, passando pela concepção dos filósofos modernos e pós-modernos. Concluem os autores que a Biblioteconomia e, por extensão, a OC, são reflexos de uma ciência eminentemente moderna, apesar da influência de concepções pós-modernas como o relativismo, a subjetividade e a arbitrariedade absoluta (2010, p. 16).

Com efeito, considera-se a OC uma área intensamente ligada à Biblioteconomia³¹ porque foram os bibliotecários que criaram instrumentos de organização bibliográfica, que posteriormente aplicados ao uso de computadores. Para Gomes (2009, p. 62), estes instrumentos têm grande representatividade na literatura internacional e têm sido associados a novas concepções de representação do conhecimento, como ontologias e taxonomias, por exemplo, além de serem consideradas pelos pesquisadores da CI e da OC como primeiras iniciativas de organização do conhecimento registrado e armazenado nas bibliotecas.

Dentro dessa perspectiva, considera-se que os estudos de consolidação sobre a OC, enquanto domínio de conhecimento, não podem ser desenvolvidos sem abordar as relações entre os seus processos de institucionalização sociocognitiva. Assim, nos próximos tópicos serão elucidados aspectos inerentes à institucionalização cognitiva que, por sua vez, está diretamente relacionada à origem e ao desenvolvimento dos conceitos, dos termos, dos autores e demais aspectos teóricos fundantes e que tem caracterizado a OC em conjunto com seu aspecto social que se refere aos contextos culturais, históricos e ideológicos cuja influência é considerada determinante. Na sequência são analisados aspectos relacionados à fundação e ao desenvolvimento da ISKO, entendida aqui como uma instituição formal representativa das relações coletivas de produção e compartilhamento de conhecimento que tem ocorrido dentro do domínio de OC, relações estas responsáveis por consolidar o domínio tanto no seu aspecto teórico como social.

Parlemiti e Polity (2002) realizaram estudo sobre a institucionalização científica da CI na França, baseado na análise de conteúdo das teses francesas da área de CI, entre os anos de 1974 e 1994. Para tanto, as autoras utilizaram como ponto de partida para a construção do estudo as concepções teóricas de Whitley (1974) acerca da institucionalização cognitiva e social. Por meio dos resultados da pesquisa foi possível verificar a convergência entre a predominância temática das pesquisas realizadas na França e no Brasil. Observa-se, segundo

³¹ A tal ponto que o termo foi inicialmente cunhado por Bliss (1929), como se observa no item 3.1.

as autoras, que a questão tecnológica é a eleita como tema central da maior parte dos trabalhos realizados nas décadas de 1970 e 1980. Já a década de 1990, as autoras chamam atenção para o crescimento, ainda que tímido, de estudos voltados para questões teóricas, históricas e sociais. Tais temas são considerados pelas autoras como altamente relevantes para o fortalecimento da institucionalização cognitiva como consequência do fortalecimento da institucionalização social do campo.

No Brasil foram realizados outros estudos acerca da institucionalização da CI, também com base no pensamento de Whitley, destacando-se o de Kobashi e Santos (2006), os de Bazi e Silveira (2007) e Silveira e Bazi (2008), o de Eliel (2008), o de Arboit, Bufrem e Kobashi (2011) e o de Arboit, Bufrem e Moreira González (2011). Kobashi e Santos (2006) elaboraram sua pesquisa com o propósito de descrever a institucionalização cognitiva e social da CI mediante a construção de parâmetros metodológicos para mapear e produzir indicadores, com base nas dissertações e teses produzidas pelo sistema nacional de pós-graduação em CI. Eliel (2008), por sua vez, realiza estudo com objetivo de descrever a institucionalização da CI, analisando a convergência entre a produção científica de teses e dissertações em CI, entre os anos de 1978 e 2001, e os marcos regulatórios na área, utilizando o método cientométrico. Já Bazi e Silveira (2007) discutem as distinções e relações entre a constituição e a institucionalização de uma disciplina científica com base em Bunge (1980), e apresentam os principais elementos que particularizam as perspectivas institucionais da ciência cognitiva e a social, a partir das contribuições de Whitley (1974). Como produto final, os autores apresentam um quadro de referências quanto à constituição e à institucionalização da ciência. Em outro estudo, os autores (SILVEIRA; BAZI, 2008) discutem a questão da institucionalização da CI no Brasil, utilizando o método cientométrico para identificar os autores mais citados no periódico *Ciência da Informação*, entre os anos de 1995 e 2005. Arboit, Bufrem e Kobashi (2011) discutem o processo de institucionalização da CI no Brasil com base na trajetória evolutiva dos cursos de graduação de Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, Gestão e Ciência da Informação, criados entre os anos de 1910 e 2008. Arboit, Bufrem e Moreira González (2011) analisam o conceito de institucionalização científica e suas relações com a pesquisa, no contexto da produção científica, representada pelas publicações em livros, artigos de periódicos, capítulos de livro e trabalhos em eventos no exterior, por pesquisadores brasileiros, registrados nos currículos da Plataforma Lattes.

3.1 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: DO TERMO AO CONCEITO, DO CONCEITO AO DOMÍNIO

Mesmo sendo considerado um ponto de encontro entre a CI e a Filosofia, observa-se que a OC tem se debruçado sobre a resolução de problemas de ordem teórica e prática relacionada atividades visam à organização do conhecimento tanto em ambientes informacionais como de modo geral. No entanto, verifica-se que ainda muito se discute sobre a que área do saber a OC estaria mais vinculada, ou se o seu objeto central de estudo seria somente o conhecimento, a informação, ou ainda, se este objeto é somente aquele registrado ou aquele em sentido amplo ou ambos. Com base nesse quadro, acredita-se que a busca por uma trajetória diacrônica do termo “Organização do conhecimento” se faz oportuna, principalmente para oferecer subsídios para uma tomada de posição acerca dessas questões fundamentais para o delineamento das estruturas do domínio em questão.

Foi com esse propósito que Hjørland (2012) analisou na literatura da área de CI a relação entre os termos “*Information organization*”, “*Organization of information*”, “*Information architecture*” e “*Knowledge organization*”. O autor verificou que os termos “informação” e “conhecimento” ainda têm sido largamente utilizados como sinônimos devido a sua estreita relação. Isso ocorre, segundo ele, em função da proximidade entre os temas, conceitos e relações semânticas que são concomitantemente objeto de estudo dos domínios vinculados aos quatro termos e ao fato deles compartilharem as mesmas bases teóricas. Partindo do princípio que os termos são frutos de concepções socialmente negociadas e que, portanto, carregam diferentes significados em diferentes contextos, Hjørland argumenta que “informação” está mais relacionada com correntes teóricas voltadas para Teoria da Informação, tópico voltado para Ciências da Computação, enquanto que “conhecimento” volta-se para o enfoque social da “Semiótica e da Documentação e seu papel nas atividades humanas” (2012, p. 12). Por esse motivo, o autor defende o uso de termo “Organização do conhecimento” (“*Knowledge organization*”) uma vez que, de acordo com os resultados da pesquisa, ele tem sido cada vez mais aceito mesmo no campo da CI e representa uma abordagem mais ampla e voltada para o enfoque sociológico.

Conforme pontua Hjørland (2007a, 2008), a ideia que subjaz o termo “Organização do conhecimento” foi estabelecida aproximadamente em 1900 por Charles A. Cutter, Ernest Cushington Richardson e W. C. Berwick Sayer. Esses autores utilizam os termos “Ordem das

coisas”, “Ordem das ideias”, “Classificação das ideias” e “Classificação do conhecimento” para designar os esquemas abstratos desenvolvidos por filósofos e cientistas. Entretanto, Hjørland (2007a, 2008) e Dahlberg (1993, 1995, 2006), citam o livro “*The organization of knowledge and the system of the sciences*” (1929) de Henry Evelyn Bliss, como o primeiro marco intelectual no processo de institucionalização de OC porque é nesta obra que o termo “Organização do conhecimento” (“*Organization of knowledge*”) é uniformemente empregado pela primeira vez³². Mais tarde, em 1935, Bliss publica “*The organization of knowledge in libraries*”, obra que trata sobre a aplicação dos princípios defendidos em 1929 ao caso específico da biblioteca. Embora reconhecendo que a tarefa de organizar o conhecimento já tenha sido desempenhada por muitos estudiosos desde a Antiguidade, a preocupação principal desses autores no final do século IX e início do século XX era distinguir o conhecimento materialmente documentado nos livros e do conhecimento intelectual em geral.

Sistemas de classificação das ideias ou de conhecimento são, conforme Hjørland (2007a, 2008), responsáveis por organizar o pensamento filosófico ou o pensamento sobre as descobertas científicas. Tais sistemas são construídos com base nas relações que o homem trava com o ambiente e o entendimento que se obtém a partir disso. Como exemplifica o autor, um livro ou uma grade curricular, por exemplo, contém conhecimento organizado pelo cientista ou grupo de cientistas que os elaborou. Uma instituição de ensino trata-se de uma entidade constituída de estudiosos/professores/alunos/pesquisadores que se organizam conforme suas ideias tornando-se desse modo produto de organização do conhecimento intelectual. A classificação bibliográfica, por outro lado, trata-se de um sistema de classificação mais restrito, uma vez que é construído com o fim específico de organizar e gerenciar primordialmente os itens físicos que compõem o acervo de uma biblioteca e, de modo indireto e secundário, as informações sobre as “ideias” contidas neles.

Nesse sentido, Pombo (1994) também diferencia a atividade classificatória em três tipos: a classificação dos seres, que faz referência à ontologia ou teoria do ser de Aristóteles, que agrupa ou separa os seres conforme suas características; a classificação dos saberes ou da ciência, aquela que busca sistematizar para melhor compreender e normatizar o conhecimento científico registrado a partir da observação da relação entre os seres e seu ambiente, conforme

³² Conforme Broughton, considera-se que Bliss foi de fato “a primeira pessoa a insistir sobre as bases filosóficas da classificação bibliográfica, resgatar ela como disciplina em seu próprio direito e a usar o termo ‘*organization of knowledge*’, o qual hoje é largamente utilizado para descrever o campo de assuntos relacionados ao armazenamento, recuperação e disponibilização da informação” (2008, p. 46).

esquemas defendidos por estudiosos como Comte, Àmpere e Spencer, entre outros; e a classificação de livros que busca organizar uma coleção de itens constituintes de uma biblioteca com a finalidade de atender com eficiência quem busca pelas informações contidas nos livros. Apesar de ter uma orientação filosófica e/ou científica, a classificação de livros diverge das outras duas porque, mesmo sendo construída a partir de conceitos abstratos, busca uma aplicação pragmática no mundo concreto, ou seja, ela não se propõe somente a entender o conhecimento humano, mas de ser um instrumento intermediário que leve de modo sistemático as pessoas a terem acesso ao conhecimento registrado nos livros. Enquanto as classificações dos seres e saberes são consideradas mais amplas e abstratas, a classificação de livros procura se restringir a um domínio específico e a se concretizar em um instrumento ou esquema ajustável conforme a necessidade de uso.

A classificação das ideias ou do conhecimento pode ser entendida como a primeira atividade que se propunha a organizar os seres e os conhecimentos obtidos por meio da observação deles em sua relação com a natureza. Tal ponto de vista norteia o trabalho de Pombo (1994), no qual a autora sustenta que a classificação se trata de um método constantemente aprimorado pelo ser humano em seu desejo de ordenar para compreender a variedade que o rodeia. Apesar de a classificação ter sido alvo de preocupação de filósofos como Aristóteles até os filósofos da ciência na modernidade, Pombo (1994) afirma que a constituição de uma “ciência da classificação” tem ocorrido a partir dos esforços teóricos de um “novo” domínio científico cuja tarefa seja construir, com base nos preceitos lógicos a partir da abstração, sistemas passíveis de aplicação na realidade concreta. O domínio em questão, segundo a autora, conjunto hoje conhecido como CI que abarca a Biblioteconomia e a Documentação faz referência à classificação de livros, objetos que contêm as informações registradas e sistematizadas que, por sua vez, constituem, mantêm e transmitem o conhecimento.

Para Fujita (2001, p. 29) a origem da OC enquanto campo disciplinar voltado para Biblioteconomia e CI também ocorre a partir dos estudos para elaboração e aplicação de sistemas de classificação temática por bibliotecários, atividades baseadas nas práticas de “armazenagem e recuperação de documentos no decorrer de um processo de aperfeiçoamento da sistematização do conhecimento humano”. Desse modo, para se entender a constituição teórica atual do domínio, buscam-se subsídios nas primeiras concepções sobre classificação

de livros com a finalidade de alcançar amplo entendimento do conceito de OC postulados pelos autores contemporâneos.

No final do século XIX e início do século XX, Cutter, Richardson, Sayers e Bliss tinham em comum a iniciativa de um movimento teórico sobre atividades de classificação de livros, pois, na época, mesmo com o esquema classificatório de Melvin Dewey já sendo implantado em muitas bibliotecas, percebia-se a necessidade de se estabelecer conceitos e técnicas relacionados aos processos de construção e aplicação dos sistemas de classificação. Argumentavam, segundo Hjørland (2007a), que as classificações bibliográficas deveriam ser uma derivação da classificação do conhecimento científico. Mais do que tomar como base um modelo filosófico de classificação do conhecimento aliado a aspectos práticos ligados à gestão de bibliotecas, eles defendiam que uma classificação de livros deveria ser construída a partir de critérios validados pela ciência. Por este motivo, os quatro autores fazem inúmeras críticas ao sistema construído por Melvin Dewey, classificação segundo eles não elaborada a partir do conhecimento científico, mas sim de acordo com a visão de mundo particular do seu criador, inspirada no modelo baconiano invertido de W. T. Harris e adequações de caráter pragmático (DOUSA, 2009b; RAFFERTY, 2001). Além disso, destaca Broughton (2008, p. 47), que Bliss também criticava severamente os seguidores de Dewey, sobretudo no que se refere à indexação como complemento da classificação, isto é, ele acreditava que a indexação não poderia suprir as falhas de um esquema classificatório projetado de modo inadequado. Por esse motivo, Broughton acredita que as ideias de Bliss não foram tão bem recebidas nos Estados Unidos, onde houve elevada adesão por parte dos bibliotecários ao esquema de Dewey. Na Europa, apesar de Òtlet e La Fontaine terem se reportado à CDD para projetar a CDU, as ideias de Bliss são reconhecidas como visionárias de modo que até hoje teóricos da OC valorizam e tributam o desenvolvimento teórico do domínio ao autor.

Embora com ênfases diferenciadas, se reconhece que os esforços promovidos pelos primeiros teóricos da classificação de livros citados tiveram origem em uma necessidade social, ou seja, na época era considerado imprescindível estabelecer critérios técnicos para melhor organizar os itens de uma biblioteca com finalidade de atender qualquer um que buscasse por conhecimento. Tal ponto de vista é compartilhado com Shera (1980), autor cujo discurso destaca que a criação das bibliotecas e da Biblioteconomia como uma forma de melhor atender os anseios de um público não mais constituído somente por eruditos, mas, pelo menos potencialmente, da população de modo geral. Entretanto, segundo Shera, ao

mesmo tempo em que o campo procurava operacionalizar suas atividades de modo a atender o cidadão, também buscava se adequar aos preceitos da ciência moderna calcada no pensamento positivista.

Ideias positivistas relacionadas à evolução, ao progresso e à fé no desenvolvimento científico defendidas por pensadores como Darwin, Spencer e Comte influenciaram as visões dos primeiros teóricos da classificação. A ordem das coisas ou a ordem do conhecimento, sobretudo o princípio da ordem evolutiva presente nas classificações, tem sido até hoje tema de discussão no âmbito teórico do domínio de OC. Para Dousa (2009b), Cutter, Richardson e, mais tarde, Bliss, foram pioneiros na abordagem teórica sobre questões relativas à ordem evolutiva das ideias. Mesmo levando-se em conta o impacto do contexto intelectual de seu tempo, pode-se dizer que esses autores lançaram bases de uma teoria da classificação a partir do princípio da ordem evolutiva que perduram até hoje como tema de estudo entre os pesquisadores do domínio.

As classificações bibliográficas são compreendidas por Cutter, Richardson, Sayers e Bliss como um tipo de representação criada com a finalidade prática de agrupar sistematicamente os livros nas bibliotecas a partir do universo de conhecimento já sistematizado pela própria ciência. Desse modo, mesmo que o sistema bibliográfico procure acompanhar rigorosamente a ordem, a complexidade, o encadeamento lógico e a evolução dos conceitos científicos, ela, segundo esses autores, deve ser manipulável conforme critérios pragmáticos relacionados às circunstâncias ambientais e diferentes condições da biblioteca, dos livros e dos usuários.

Além de teórico da classificação, Cutter é também conhecido por ter projetado o sistema de classificação de livros que deixou inacabado, a *“Expansive Classification”*. Cutter, de acordo com Dousa (2009b, p. 80 apud CUTTER, 1898, p. 87), ambicionava em primeiro lugar elaborar sua classificação de livros, embora considerasse esse sistema produto de um fazer não científico. Acreditava, entretanto, que uma classificação de livros poderia ter “valor permanente” se for projetada a partir da classificação geral do conhecimento científico. Esta premissa teve um elevado impacto no pensamento dos autores posteriores, sobretudo Bliss que inclusive a coloca como epígrafe na sua obra de 1935 e, conforme relata Dousa (2009b), esta influência ocorre também porque Bliss trabalhava auxiliando Cutter no desenvolvimento da *“Expansive Classification”*. Além disso, a expressão “valor permanente” evidencia a crença de Cutter na estabilidade e no progresso evolutivo do conhecimento científico, ou seja,

uma vez que uma teoria ou um método é descoberto pela ciência, este passa a ser considerado um sólido degrau ou alicerce para as próximas descobertas e as classes dos esquemas bibliográficos deveriam acompanhar a evolução científica, ainda que de modo não científico.

É notório que a ênfase dada por Cutter às ciências naturais, tanto na sua classificação quanto nos seus trabalhos teóricos, reforçava sua posição referente à busca por conformidade na ordem evolutiva da natureza. Entretanto, para Dousa (2009b), Cutter observava a existência de um conflito entre princípios de ordenamento das classes construídas com base na ordem natural e as exigências práticas de uma classificação de livros no ambiente das bibliotecas. Como mais tarde destacou Bliss (1935), quando os assuntos se referiam a temas como arte, por exemplo, a ordenação segundo o princípio evolutivo era mais difícil de ser aplicada. Os tópicos ligados a estes temas “não científicos” deveriam então ser logicamente arranjados de acordo com uma ordem cronológica relacionada à história oficial das descobertas ou à história oficial da civilização. Tal constatação, segundo Dousa (2009b, p. 82-83), também pode ser observada nos textos de Richardson e Sayers.

Richardson (1901), de modo geral, define a classificação como uma atividade em que se procede ao agrupamento de coisas conforme semelhança, utilidade ou gosto. A classificação das ideias, segundo ele, refere-se ao conhecimento sistematizado ou à própria ciência cuja construção respeita a ordem natural das coisas ou a ordem em que ocorrem as descobertas sobre a natureza. Em outras palavras, para Richardson o ordenamento do conhecimento científico segue em paralelo a ordem dos elementos que compõe a natureza (a ordem das coisas). O que não se identifica com esse mundo concreto, lógico e natural ligado à ciência é tratado pelo autor como arte, ou seja, a arte está relacionada às novas ideias ligadas às criações humanas.

Apesar da classificação das ideias ser considerada a “espinha dorsal” da classificação de livros, para Richardson, ela deve ser tratada de modo diverso. A classificação bibliográfica lida com objetos concretos, livros, que são na sua essência diferentes das ideias. A classificação das coisas ou do conhecimento científico é considerada pelo autor como algo perfeito, lógico e natural, ao passo que a classificação dos livros é tida por ele como uma criação realizada pelo homem, logo, é um tipo de arte com tendência à “imperfeição”, e, com efeito, deve ser modificável para atender a necessidades circunstanciais. Assim, os sistemas de organização de livros devem ser projetados para serem ajustáveis de acordo com as

circunstâncias que se apresentam como variáveis ambientais, natureza e tipologia dos livros, modos e intenções de uso (RICHARDSON, 1901, p. 69-70).

Assim como Richardson, Sayers (1915) também diferencia a classificação do conhecimento ou ideias da classificação bibliográfica. Para ele, a classificação do conhecimento é considerada um ideal científico a ser seguido do modo mais minucioso possível pela classificação de livros. Por outro lado, ao se projetar um sistema classificatório de livros, ressalta Sayers que se deve levar em consideração o volume e o tipo de itens sem comprometer a relação lógica entre as partes e o todo. Para se adequar ao ambiente da biblioteca, com efeito, a classificação do conhecimento sofre adaptações variáveis conforme cada contexto específico com a finalidade de atender de modo mais eficaz o público a que se destina. Estes ajustes realizados pelos bibliotecários por vezes podem atingir o rigor lógico do sistema científico, porém evitam que a sua funcionalidade seja prejudicada.

Todavia, a distinção que Sayers (1915) faz entre os livros e as ideias é outra. Ele trata esses dois elementos como complementares, ou seja, para ele os livros são as expressões das ideias em forma concreta. Eles, os livros, nem sempre se encontram em conformidade com a sequência natural do conhecimento e, por isso, esta ordem ideal validada pela ciência deve ser alterada para satisfazer as condições impostas pelo uso dos livros. Por esse motivo, Sayers sugere que a natureza e a origem do conhecimento não devem ser alvo de preocupações nem dos bibliotecários. Tais questões são de caráter metafísico, não de caráter pragmático. O bibliotecário, por conseguinte, deve seguir o sistema cuja estrutura revela logicamente uma clara ordem baseada na evolução do conhecimento científico e fazer as adaptações necessárias para garantir a eficácia da classificação bibliográfica. Pressupõe o autor que o conhecimento está dado pela ciência e, portanto, seu processo de produção não deve ser objeto de estudo da Biblioteconomia.

Verifica-se que até aqui uma reflexão mais profunda sobre a ordem das coisas e a organização do conhecimento científico é considerada como algo distante do bibliotecário. Ademais, tratava-se de uma atividade tida na época como desnecessária para o fazer biblioteconômico, prática vista como rol de atividades de cunho majoritariamente pragmático e, assim, um serviço público cuja eficácia deveria ser garantida. É possível observar que Cutter, Richardson e Sayers incorporam em seus discursos os preceitos do positivismo, visão de mundo dominante na época, que elevam a ciência à condição de perfeição obtida por um processo natural e, portanto, inquestionável. Embora não neguem a necessidade social da

biblioteca para transmissão do conhecimento, tal preocupação não é tão enfatizada quanto aquela referente à gestão de livros.

Em Bliss (1929, 1935) se verifica uma abordagem de vanguarda, pois esse autor procura destacar a relação da constituição e organização global do conhecimento com a esfera social³³. Para ele, em todos os sentidos, o conhecimento deve ser organizado de modo a atender principalmente a necessidade de educação e progresso da sociedade. Assim, para Bliss, apesar da ordem das coisas ser determinada pela natureza, esta ordem só pode ser considerada um sistema útil para a transmissão do conhecimento a partir de um consenso entre os cientistas. As classificações bibliográfica e do conhecimento, embora projetadas para satisfazer diferentes demandas, são consideradas não só instrumentos de sistematização, mas também instrumentos promotores de educação. O bibliotecário, desse modo, antes considerado primordialmente um administrador de biblioteca, assume para Bliss também o papel de educador.

Sua obra de 1929 se trata, segundo Broughton (2008, p. 46), de uma “análise enciclopédica” sobre a OC em sentido amplo, instituições e mecanismos pelos quais o conhecimento é descoberto, validado e disseminado, princípios e sistemas de classificações científicas e filosóficas e uma minuciosa investigação sobre a produção e comunicação do conhecimento e os atores sociais que fazem parte do processo³⁴, ao passo que sua obra de 1935, conforme a autora se dedica mais especificamente à classificação bibliográfica, à organização de catálogos temáticos representativos das coleções de biblioteca e uma descrição das principais características dos esquemas de classificação de livros vigentes na época. Os conceitos propostos por Bliss nas referidas obras na percepção de Broughton (2008) serviram principalmente para fundamentar a construção da segunda versão do seu esquema de classificação a “*Bibliographic Classification*” (BC) publicada em 1935.

Uma classificação de livros em seu aspecto estrutural é definida por Bliss (1935, p. 37) como um tipo de organização do conhecimento. O conceito mais específico de OC em bibliotecas está para o autor intrinsecamente interligado ao conceito amplo de OC defendido em 1929. Um esquema classificatório de livros bem construído, para ele, é aquele que atende

³³ Para Broughton (2008, p. 47), até então Bliss foi o único teórico da época a defender o caráter social da classificação.

³⁴ Conforme Broughton (2008, p. 47), Bliss (1929) tinha uma concepção ampla sobre o papel da comunidade no ciclo produtivo do conhecimento, incluindo a participação do governo, dos profissionais, das organizações de trabalho, igrejas, organizações voluntárias, escolas, associações de lazer e recreação e os cidadãos de modo geral. Para ele, todas estas entidades estão envolvidas não exclusivamente de modo intelectual, mas buscando uma participação social.

ao mesmo tempo a critérios funcionais, científicos e educacionais. Ao combinar essas abordagens, uma classificação de livros torna-se prática, pois o encadeamento lógico e científico da organização do conhecimento é adaptado às variáveis características do ambiente da biblioteca. Mais do que um templo de guarda do saber, a biblioteca deve favorecer o florescimento intelectual e educacional por meio da prestação dos serviços bibliográficos, incluindo a classificação. Como aponta Rafferty (2001, p. 185), para Bliss não era suficiente que um esquema de classificação fosse um instrumento funcional para organizar itens de uma biblioteca; para ele, a classificação deveria também ter um valor educacional. O autor, segundo Rafferty, compreendia que o estabelecimento de relações entre os diferentes ramos do conhecimento presente nas classificações poderia fornecer ao indivíduo uma visão global do mundo das ideias.

De acordo com Broughton (2008, p. 47), para Bliss a relação entre os conhecimentos racional, empírico e bibliográfico não é necessariamente conflituosa. Mesmo acreditando que havia uma ordem natural das coisas, esta ordem se manifestava a partir do conhecimento humano validado em sociedade, acordo coletivo que Bliss chama de consenso científico e educacional. Qualquer classificação, por sua vez, deve seguir o que é considerado funcional pelo grupo conciliado ao seu rigor lógico. Como descreve Broughton (2008, p. 48), Bliss (1929) elabora uma série de princípios de classificação, a “natureza e estrutura do conhecimento e as relações entre as classes e define classe como representativa de um conceito que deve ser composto por um conjunto de atributos e um termo que o que o distinga das demais classes”. Para a autora (2008, p. 49-50), Bliss, durante a elaboração da BC, foi, ainda que de modo embrionário, predecessor do método analítico-sintético e da análise facetada, uma vez que previa uma especificação composta em função da polidimensionalidade de alguns assuntos e, assim, a necessidade de se atribuir mais características por meio da adição de elementos oriundos de tabelas auxiliares. Entretanto, segundo ela, esses aspectos teóricos foram desenvolvidos de modo mais explícito e divulgados posteriormente nas obras de Ranganathan e do *Classification Research Group* (CRG).

O conhecimento deve ser organizado nas bibliotecas conforme o consenso científico e educacional, o qual é considerado por Bliss (1935, p. 42) como algo relativamente estável uma vez que, ao ser teoricamente aceito, tende a tornar-se cada vez mais consolidado. De acordo com Rafferty (2001, p. 186), esta visão reflete ainda uma postura altamente positivista

e otimista em relação à ciência, uma vez que acredita na permanente evolução de um conhecimento universal orientada para a educação das pessoas e o bem-estar social. Os livros, suas referências, seus escritores e seus leitores, por sua vez, são para Bliss (1935) elementos constituintes de uma comunidade intelectual que sofrem influências recíprocas. As bibliotecas, com efeito, não podem ser consideradas meros repositórios de livros ou de conhecimento organizado, elas atuam como centro de influência destas comunidades intelectuais. Deste modo, pode-se dizer que o autor acredita no papel determinante da biblioteca no ciclo de transmissão do conhecimento, uma vez que participam ativamente do processo. Ainda que o autor defenda ideais positivistas em relação ao caráter permanente do conhecimento, seu discurso enfatiza o caráter social e educacional da biblioteca e o seu papel fundamental no processo de transmissão do conhecimento. Também admite a dialogicidade entre o conhecimento registrado nos livros, seus autores e seus leitores, dando relevo ainda que de modo implícito à natureza dinâmica do conhecimento. Além disso, quando admite que a ordem das coisas ou do conhecimento torna-se válida a partir de um consenso entre os cientistas, assume o caráter social e coletivo da ciência e do conhecimento.

Diferente dos autores vistos até aqui, apesar de pertencer à mesma época, em 1911 Hulme concebe que a principal fonte para a elaboração de sistemas de classificação bibliográfica seja a própria documentação e não classificações com orientações filosóficas e/ou científicas pré-definidas. Por meio do acesso ao conhecimento registrado nos livros é possível, segundo autor, verificar o estado atual do conhecimento, os termos mais empregados, os que caíram em desuso e, ainda, identificar a emergência de novas especialidades ou a associação de outras. Assim, conforme Hulme (apud BARITÉ, 2011), a inserção, a manutenção e a reconfiguração das classes que constituem um sistema de classificações bibliográficas são constantemente validadas pela verificação empírica da ocorrência quantitativa dos termos e, com efeito, o predomínio das estruturas conceituais registrado nos documentos. Desse modo, a classificação de livros teria condições de acompanhar a dinamicidade do conhecimento e cumprir com seu objetivo que é representar o conhecimento de forma mais fidedigna possível de modo a manter as pessoas informadas sobre como ele tem sido desenvolvido. Ou seja, Hulme pressupõe que o conhecimento tende a mudar de tempos em tempos e a documentação é responsável por manter o registro concreto de todo este percurso sendo, desse modo, o recurso mais confiável para se acompanhar o movimento do conhecimento porque está baseado na realidade objetiva.

De acordo com Barité (2011), Hulme afirma que tendo definida a tematicidade (“*aboutness*”) do documento, seu agrupamento em uma classe devidamente coordenada com as demais classes de um sistema de classificação e a tradução do resultado em uma notação, a atividade de classificação seria reduzida a uma operação quase que mecânica e o classificador, por conseguinte, a um mero registrador do conhecimento (HULME, 1911, p. 447, apud BARITÉ, 2011, p. 40). Assim, segundo Barité, Hulme propõe um novo enfoque centrado na Documentação e não na Ciência ou nem Filosofia, destacando que as classificações filosóficas e/ou científicas são criadas com propósitos e para atender objetivos diferenciados que a classificação de livros e geralmente têm tendência a reforçar uma postura ideológica. O fato das classificações de livros serem constituídas a partir da documentação, para Hulme, como destaca Barité, as isentava de qualquer preferência filosófica ou científica uma vez que estava calcada em índices quantitativos relacionados aos termos materialmente registrados nos documentos. Para Barité (2011), foi principalmente a partir desta concepção quantitativa de uso e registro de termos nos documentos é que Hulme elaborou o princípio da garantia literária, o qual também o tornou um dos precursores dos estudos bibliométricos.

A própria literatura garante materialmente como até então “verdadeiro” e em função disso autoriza temporariamente a utilização dos termos para o estabelecimento e/ou reformulação de classes nos esquemas de classificação de livros. Assim, não se corre o risco da vigência dos tópicos perderem-se ao longo do tempo, bem como a manutenção das novidades no desenvolvimento ou especialização de áreas do conhecimento. Ao criar o princípio da garantia literária, considera-se, conforme Barité (2001, p. 43), que Hulme foi o primeiro a promover efetivamente uma distinção entre a teoria do conhecimento orientada à sistematização e à transmissão e uma concepção empirista e, por isso, não menos pragmática, voltada para recuperação da informação a partir do regate do conhecimento registrado nos documentos. Além disso, Hulme é considerado pioneiro no que diz respeito à noção da materialidade física do conhecimento via Documentação, uma vez que defendia que o acesso do conhecimento seria possível somente por meio ao acesso do conteúdo registrado nos documentos.

Na década de trinta, o conhecimento é tratado como um universo multidimensional e dinâmico de assuntos por Ranganathan. Divergindo de Cutter, Richardson, Sayers e Bliss, Ranganathan não concebe o conhecimento científico como algo com tendência a estabilidade, ao contrário, em seu discurso enfatiza a natureza polierárquica, revisional e dinâmica do

conhecimento. O sistema de classificação proposto por ele, a *Colon Classification* de 1933, reflete de certo modo sua postura teórica, pois ele retoma de modo mais sistemático que Bliss (BROUGHTON, 2008, p. 55) o modelo ontológico de Aristóteles de classificação dos seres em um esquema que possibilitava a combinação de modo não hierárquico de diversos conceitos/entidades por meio da análise de facetas.

Outro aspecto que demonstra a ruptura promovida por Ranganathan é o fato de ele considerar a classificação, mesmo a de livros, como uma ciência. Para ele, toda ciência segue um método científico e a classificação bibliográfica não é diferente, pois, apesar de não ter o mesmo rigor lógico das classificações do conhecimento, ela é construída de acordo com métodos, leis e princípios preestabelecidos (1967, p. 550-553). Observa-se que grande parte da obra do autor se dedica a elaboração de métodos, leis e princípios que embasam a construção e aplicação de sistemas de organização do conhecimento em bibliotecas (RANGANATHAN, 1931, 1951, 1967, 1989), fato que reforça a crença do autor no caráter científico da classificação bibliográfica.

Segundo Bhattacharyya e Ranganathan (1974, p. 125-126), os modelos de classificação do conhecimento elaborados por filósofos e cientistas serviram mais para sua própria satisfação mental do que para atender a uma finalidade coletiva de transmissão do conhecimento. Também, mesmo com toda conformidade entre a relação e a ordem entre as ideias, estes sistemas são considerados pelos autores amplos demais para auxiliar na construção de sistemas bibliográficos, pois estes necessitam abranger um alto grau de detalhamento para serem realmente funcionais em uma biblioteca. Com efeito, defendem a consolidação de uma teoria da classificação bibliográfica que contemple princípios normativos específicos voltados para a prática da classificação de livros, tais como a teoria dinâmica da classificação bibliográfica de Ranganathan e a obras que trazem uma teoria “estática” da classificação bibliográfica, como o livro de 1935 de Bliss e os de Richardson e de Sayers (1974, p. 129), todos aqui já citados. Aqui fica clara a divergência de pensamento entre Ranganathan e os outros teóricos da classificação de livros mencionados, com exceção de Hulme em relação à dinamicidade do conhecimento.

Em relação à orientação social da formação do conhecimento, observada, ainda que de modo implícito, no discurso de Bliss, Ranganathan também apresenta um posicionamento diferenciado. Embora também ressalte a importância social das bibliotecas e da Documentação enquanto área do saber, Ranganathan faz uma abordagem cognitivista do

conhecimento. Para tanto, o teórico indiano, além de se debruçar sobre aspectos pragmáticos da classificação de livros, adentra em terreno metafísico quando, buscando uma unidade terminológica para o domínio, o autor procura definir alguns termos como memória, conceito, ideia, conhecimento, informação e assunto, se valendo da explicação do funcionamento de mecanismos e processos que ocorrem no interior do cérebro humano. Para ele, a memória é um compartimento da mente, no qual percepções, conceitos e ideias, apreendidos por meio dos órgãos do sentido, intelecto ou intuição, são depositados e armazenados, e dos quais podem ser combinados para formação de novas ideias (BHATTACHARYYA; RANGANATHAN, 1974, p. 119-120). O conceito é a formação, depositada na memória, como um resultado de associações de percepções – puras ou compostas – realizadas somente dentro da memória. A ideia trata-se de um produto do pensamento, reflexão, imaginação, processos intelectuais via integração do raciocínio lógico, seleção de signos e/ou o que é diretamente apreendido pela intuição e armazenado na memória. O conhecimento, por sua vez, é definido como universo de ideias conservadas pela humanidade; a informação é ideia comunicada; e o assunto, um corpo de ideias organizado e sistematizado, das quais “a extensão e a intenção tendem a ser coerentes com o campo de interesse ou compatíveis com a competência intelectual e o terreno da inevitável especialização de um indivíduo” (1967, p. 80-82; 1974, p. 120-121).

Em complementação ao exposto, afirma Rafferty (2001) que ao postular sua metafísica notacional Ranganathan acreditava no conhecimento intuitivo, em classificadores intuitivos e na noção de que a ideia em seu estado mais puro é desvinculada da linguagem, sendo que, em alguns casos, a ideia poderia ser experimentada somente por meio da consciência individual. Para Ranganathan, a existência da ideia e, com efeito, da informação e do conhecimento, precede o signo linguístico. Acreditava assim que somente por meio da linguagem notacional algumas ideias inexprimíveis em linguagem natural poderiam ser expressas e, deste modo, externalizadas. Por este motivo é que Rafferty (2001, p. 190) identifica em Ranganathan uma orientação filosófica voltada para o individualismo subjetivo e que por meio desta postura teórica ele almejava “a reificação da notação”.

Seguido a mesma linha, Hjørland (1992) ao categorizar as diversas abordagens teóricas sobre o conceito de assunto, atribui à teoria de Ranganathan uma orientação filosófica voltada para o idealismo. Afirma Hjørland que para Ranganathan o assunto é uma derivação de uma ideia e esta, por conseguinte, trata-se de um produto gerado mediante reflexão

individual. O documento é para o teórico indiano um conjunto de ideias de um indivíduo expressas sobre um determinado tema e que necessita da análise abstrata e procedimentos uniformes para se desvendar seus verdadeiros assuntos, segundo a intenção do autor. Com efeito, as ideias, os conceitos ou os assuntos com propriedades fixas e universais devem ser tratadas como partes únicas que compõem um sistema. O pensamento, a linguagem e a consciência, por não dependerem do contexto em que ocorrem, podem ter para Ranganathan uma “sintaxe absoluta” que pode ser traduzida de modo mais fidedigno pela linguagem notacional.

O desenvolvimento e o uso das tecnologias da informação influenciaram não somente a CI e a OC como também as ciências de modo geral. Essa influência começa a se intensificar na CI a partir da década de sessenta, quando, por exemplo, conforme cita Hjørland (2000), em 1968 a *American Documentation Institute* muda o nome para *American Society for Information Science* e o termo “Informação” passa a ser utilizado na área como substituto do termo “Documentação”, inclusive no nome de várias instituições de ensino e entidades profissionais, e o termo “*Information storage and retrieval*” também ganha mais visibilidade que a “Documentação”. Para Hjørland (2000), essas mudanças de nomenclatura são reflexos dos embates e da predominância, a partir de uma aceitação coletiva, das orientações teóricas existentes do campo. Ou seja, para o autor, o termo “informação” representa uma ênfase mais voltada para a tecnologia da informação, ou para a Teoria Matemática da Informação postulada nos anos trinta por Shanon e Weaver, cujo impacto se configura com mais força na CI nos anos cinquenta e sessenta. Com efeito, uma abordagem mais filosófica e conceitual da classificação defendida pelos teóricos classificacionistas, de Cutter até Ranganathan, acaba perdendo terreno até a década de setenta quando, principalmente, Dahlberg e Soergel retomam e reforçam essa postura teórica para fundar o “novo” domínio de OC, ao mesmo tempo em que rechaçam o enfoque matemático da informação.

Os ideais de Ranganathan influenciaram de modo profundo o posicionamento dos pesquisadores do domínio da Biblioteconomia e da Documentação, principalmente Dahlberg que, de modo preciso, tributa a Ranganathan algumas das principais concepções que embasaram sua Teoria do Conceito e se refere ao autor como um dos teóricos fundantes da OC. Dahlberg, além de ser considerada uma teórica importante, tem sido frequentemente citada pela comunidade discursiva de OC como principal responsável pela sua fundação, enquanto disciplina científica. Ao mesmo tempo em que desempenhou ativa participação no

processo de institucionalização do domínio, Dahlberg (1978a, 1978b, 1993, 1995, 2006) buscou construir uma base teórica para OC a partir das ideias defendidas em sua tese sobre a Teoria do Conceito.

O termo cunhado por Bliss em 1929 “*Organization of knowledge*” foi utilizado como basilar do domínio, conforme aponta Dahlberg (1993, 1995, 2006). Entretanto, para representar este “novo” domínio foi eleito em 1989 o termo “*Knowledge Organization*”, pois, segundo a autora, ele permitiu uma tradução direta do alemão para o inglês sem provocar equívocos em relação ao termo “ordem” que, no entender de Dahlberg (2006, p. 11), simbolizava a antiga *Society for Classification* fundada na Alemanha em 1977 e extinta em 1989 e também porque este termo se restringia apenas à classificação. O conceito do termo “organização” em sua aceitação na língua alemã, justifica Dahlberg, tem um sentido mais abrangente que apenas “ordem”, isto é, se refere à “construção planejada”, “estrutura” e “formação”, embora isso não seja aplicável em outras línguas nas quais o termo “organização” é usado apenas para designar entidades coletivas como, por exemplo, associações ou uniões. Esta preocupação com a tradução do termo para outras línguas demonstra que, além de consolidar uma área do conhecimento inteiramente nova e mais ampla que Teoria da Classificação, almejava-se que OC tivesse uma representatividade internacional.

De acordo com Barité (2001), foi o autor alemão Soergel que propôs em uma conferência realizada em 1971 a expressão “*Knowledge Organization*”, sugestão imediatamente acolhida pelos demais investigadores que compartilhavam a mesma linha de pensamento, inclusive Dahlberg e outros que saíram da *Society for Classification* para fundar a ISKO em 1989.

Além dos trabalhos de Bliss (1929, 1935), Dahlberg (1995) cita a dissertação de Soergel de 1971, “*Organization of knowledge and documentation*”, e a sua de 1973, “*Foundations of organization universal of knowledge*”, também como os primeiros trabalhos voltados para OC. Soergel e Dalhberg compartilham a concepção de que a CI e a Teoria da Classificação devem se referir às estruturas conceituais e o processo de formação dos conceitos. Porém, como é possível observar nas suas obras vindouras e até mesmo nos termos utilizados nos títulos de suas dissertações, a linha de pensamento de Dahlberg volta-se para um enfoque filosófico enquanto que a de Soergel volta-se para Documentação ou CI. Em outras palavras, enquanto a preocupação de Dahlberg é formular a Teoria do Conceito e

demais fundamentos filosóficos da nova disciplina, a de Soergel era como aplicar esses fundamentos na construção de sistemas de recuperação da informação.

O ponto de ligação entre a OC e a Teoria do Conceito reside na concepção de que a classificação bibliográfica e demais sistemas de organização do conhecimento são modalidades de sistemas de conceitos. Desse modo, a classificação ou qualquer outro sistema similar deve sempre, segundo Dahlberg, sistematizar representações de conceitos que, por sua vez, são constituídos por objetos, seus predicados e um termo que enuncie de forma precisa a relação de tais elementos que o compõe. O conceito é para Dahlberg (1978a, 1978b) a unidade básica de pensamento que sintetiza características verdadeiras e necessárias para a determinação de um dado objeto e que é comunicada por meio de sinais linguísticos. Aqui é possível verificar que a autora compartilha com Ranganathan a concepção de que a ideia e/ou conceito precede a palavra, fato este que evidencia uma postura também inclinada para o cognitivismo/idealismo.

Como já visto, o conceito é para Dahlberg formado pela soma de três elementos: o objeto em si, os predicados inerentes e ele e, por último, o termo que o designa. Esses elementos em conjunto formam um conceito de dado objeto que, levando em conta o agrupamento das suas características, determina a identidade desse objeto mediante diferenciação em relação aos demais. A partir da distinção do objeto e levantamento das suas características, faz-se também necessária a criação de um rótulo que o nomeie de forma mais fidedigna possível, para ser comunicado aos demais por meio da linguagem. Assim, a autora entende como missão da Teoria do Conceito e, logo, dos sistemas de OC, a construção de “uma ponte entre a lexicografia especializada e sistema de ordenação de conceitos” (1978a, p. 18). É possível perceber que, para Dahlberg, a linguagem serve para trazer o conceito do mundo das ideias para o mundo concreto, logo, não sendo ela (a linguagem) considerada essencial para a formação do conceito no seu estado puro.

Diante do exposto, pode-se afirmar que Dahlberg para fundamentar a Teoria do Conceito, assim como Ranganathan, parte em grande medida de uma visão aristotélica de mundo. Ou seja, para eles, um conceito deve ser atribuído ontologicamente e, por conseguinte, univocamente a um dado objeto, de acordo com o conjunto de suas características, não sendo possível, com efeito, a criação de conceitos que expliquem de maneira efetiva mais de um objeto. Tratando-se de um objeto específico, segundo Dahlberg

(1995), para chegar à individualização do conceito devem-se elencar características tantas quantas necessárias.

Nesse sentido, Dahlberg (1995) argumenta a favor da necessidade de se buscar na lógica subsídios para analisar cada campo de acordo com seus objetos de estudo, suas características, relações, finalidades e atividades exercidas a partir disso. Assim, no momento da construção de sistemas de conceito ou sistemas de OC, a sequência de organização das partes deve obedecer a uma relação funcional, respeitando a lógica dos enunciados de determinado campo. Portanto, pode-se dizer que a autora ressalta a importância da delimitação e análise prévia do contexto onde os conceitos relacionados ao objeto de estudo se encontram. Embora a autora praticamente não faça distinção entre a classificação de seres, saberes e bibliográfica, ela ressalta a importância de se fazer um reconhecimento do domínio sobre o qual a classificação irá se debruçar, ou seja, para Dahlberg, o que diferencia um esquema classificatório do outro são as relações conceituais existentes no domínio, quer seja no âmbito prático ou teórico, que será objeto de interesse do classificacionista.

Por conseguinte, Dahlberg (1978a, 1978b) considera que, além de representar os próprios conceitos, as classificações e demais sistemas de OC, também representam as relações estabelecidas entre os conceitos que podem ser genéricas ou hierárquicas, partitivas ou oriundas de parte de um dado objeto, de oposição ou funcionais, esta última, como consequência de determinados conceitos, sobretudo aqueles relativos a processo. A autora também estabelece espécies de conceitos formulando as seguintes categorias: objetos, propriedades, processos, fenômenos, modos de ser, relações, dimensões e, por fim, admite a combinação de algumas destas espécies formando novas modalidades conceitos.

Seguindo essa argumentação, a teórica prossegue explicando que a criação de sistemas de conceitos deve ser realizada tendo vista a obediência a parâmetros objetivos e coerentes com suas finalidades. Isto é, para Dahlberg, um sistema de conceitos ou um sistema classificatório deve ter regras claras e bem definidas de ordenação dos elementos e categorias, seguindo rigorosamente a uma estrutura formal predeterminada. Além disso, tais sistemas conceituais devem possibilitar o entendimento acerca da formação, compreensão, conhecimento das características e relações dos conceitos por eles sistematizados.

Evocando a sua Teoria do Conceito, Dahlberg (1993) define a OC como a ciência que se dedica ao estabelecimento de estruturas e arranjos sistemáticos de unidades do conhecimento (conceitos) de acordo como suas características particulares e à aplicação de

conceitos e classes de conceitos ordenadas de modo a representar o conteúdo do seu objeto ou assunto de referência, cobrindo todos seus tipos. Assim, para Dahlberg (1995) a preocupação da OC, enquanto área de estudo, é responder questões sobre a maneira pela qual as unidades do conhecimento se relacionam e podem ser organizadas, dentro de dado contexto. Apesar do propósito de Dahlberg em estabelecer conceitos universais para a OC, aqui ela enfatiza a relevância de uma análise contextual prévia do contexto em as relações conceituais ocorrem para se projetar um sistema de OC eficiente.

Tanto nas publicações de 1993 como na de 2006, Dahlberg argumenta em prol da visão da OC como uma nova ciência voltada para o campo filosófico. Para justificar tal aceção, a autora atribuiu às teorias de Ranganathan sobre análise facetada e conceitos combinados e aos trabalhos sobre a Teoria Geral da Terminologia de Wüster sobre formação de sistemas baseados em duas formas hierárquicas (divisão e partição) de sistemas conceituais a fundação teórica do novo campo. Assim, postula que a OC seria um novo ramo do conhecimento, fruto de uma combinação entre o campo da “Ciência da ciência” ou Epistemologia com o campo da Sistemologia ou Ciências dos Sistemas. Portanto, a OC, segundo Dahlberg (2006), se trata de uma disciplina mais ampla que a CI porque se volta para organização de conceitos e não somente de documentos. Por este motivo, Dahlberg idealiza a OC como um domínio mais ligado à Filosofia do que com a CI, uma vez que, para a autora, o principal objeto de estudo da OC seja o conhecimento.

Dahlberg (2006) define o conhecimento como algo subjetivamente e objetivamente bem fundamentado por alguém sobre a existência de um fato ou uma matéria, não é transferível de forma autônoma ou integral, porque pode ser elaborado somente pela reflexão individual. Para a autora, somente a representação deste conhecimento pode ser transferida por meio da linguagem falada e/ou escrita. O conhecimento, em função da sua subjetividade, precisa de formas de representação, não somente para entendimento, mas para a comunicação dele entre as pessoas para ser comparado com a realidade e validado, tornando-se assim objetivo pelo menos por uma determinada época. É possível observar que, novamente, Dahlberg enfatiza a importância do contexto onde ou quando um conhecimento é representado como fator determinante no seu processo de comunicação e organização. Porém, quando se trata da formação e constituição do conhecimento, Dahlberg desconsidera o contexto, pois, para ela, o conhecimento, assim como as ideias e os conceitos, é formado na mente individual.

Retomando a Teoria do Conceito, Dahlberg (2006) explica que o conhecimento é representado por **elementos de conhecimento**, que são as características das unidades de conhecimento (conceitos) comunicadas por meio de enunciações das propriedades; por **unidades de conhecimento**, conceitos ou síntese das suas características comunicadas por meio de enunciações e representadas por sinais (palavras, termos, nomes, códigos); por **unidade maior de conhecimento**, combinações de conceitos em enunciações ou em definições ou textos; e por **sistemas de conhecimento**, entidades compostas por unidades de conhecimento arranjadas adequadamente em uma estrutura planejada e coesa. Portanto, o objeto de estudo da OC, conforme a autora, cobriria estes quatro níveis em relação às suas referências em mundo real ou abstrato por meio do aprendizado conceitual e organização destes níveis de acordo com um plano, agrupamento, arranjo ou representação verbal ordenada de modo a permitir o reconhecimento e o uso pelas pessoas.

Além de propor uma definição da OC, bem como a clarificação do objeto de estudo da disciplina, Dahlberg (2006) elenca duas principais vertentes relacionadas aos métodos e/ou às atividades que, segundo ela, são próprias do fazer da disciplina. A primeira aplicação da OC para a autora reside na prática de construção de sistemas de conceitos, ou seja, construção de sistemas de classificação, vocabulários controlados, índices, tesouros e taxonomias. Para construção de tais sistemas a autora identifica três perspectivas vigentes na área: concepção matemática-estatística, essencialmente numérica; concepção matemática-conceitual, um meio termo entre a primeira perspectiva e a relacionada à Teoria do Conceito; e a concepção teórico-conceitual, ligada diretamente à Teoria do Conceito. As segundas e terceiras áreas de aplicação se referem à prática de correlação ou mapeamento das unidades de cada sistema de conceitos com objetos da realidade, ou seja, se refere ao próprio ato de classificar e/ou indexar o registro documental de unidades de conhecimento, adotando sistemas de OC preestabelecidos.

Desde então, argumenta Hjørland (2009) que as concepções teóricas desenvolvidas pelos pesquisadores da CI e OC acerca das “Teorias do Conceito” são mais influenciadas pelas linhas de pensamento empirista e racionalista, que são também as posturas filosóficas adotadas por Dahlberg. Contrariando essa tendência, Hjørland (2009) defende o enfoque relacionado às perspectivas historicista e pragmatista que estão alinhadas com a concepção de que os conceitos devem ser vistos como significados coletivamente negociados e que seu estudo não deve estar centrado no conceito em si mesmo, mas nas relações semânticas

decorrentes dele. O conceito, portanto, deve ser compreendido quanto suas relações de significados e associações inseridas em um determinado contexto social e histórico.

A postura voltada para o enfoque social de Hjørland tem norteado todos seus trabalhos, principalmente os fundamentos teóricos sobre Análise de Domínio que, além de se contrapor à visão cognitivista/idealista proposta por Ranganathan e Dahlberg, constitui-se em uma relevante contribuição para o domínio porque traz o contexto cultural, social e histórico como determinante não só para criação de sistemas de organização da informação e do conhecimento, mas para a produção do conhecimento.

Como metodologia para o desenvolvimento da Análise de Domínio, Hjørland (1995, 2002a, 2003) apresenta onze abordagens que, segundo ele, não são exaustivas e tampouco mutuamente excludentes, podem ser complementares de acordo com critérios claramente estabelecidos. São elas: Produção de guias de literatura (ou “*subject gateways*”); Construção de classificações e tesouros especializados; Indexação e recuperação da informação especializada; Estudos empíricos de usuários; Estudos bibliométricos; Estudos históricos; Estudos de gêneros documentais; Estudos epistemológicos e críticos; Estudos terminológicos, Linguagens para propósitos determinados, semântica de bases de dados e estudo dos discursos; Estrutura e instituições da comunicação científica; e por fim, Cognição científica, conhecimento especialista e inteligência artificial. Todas estas abordagens que também podem ser consideradas atividades de tratamento do conhecimento que devem respeitar, segundo o autor, as peculiaridades do domínio ao qual elas se prestam a atender, reforçando deste modo seu entendimento quanto ao caráter social e coletivo da informação e do conhecimento.

Para tanto, o autor parte da definição de domínio que, segundo ele, trata-se de um “(...) pensamento ou discurso de comunidades, que são partes da divisão da sociedade do trabalho (...)” (HJØRLAND e ALBRECHTSEN, 1995) ou de “(...) uma disciplina, um campo escolar (...) uma comunidade discursiva conectada a um partido político, à religião, ao comércio, ou a um lazer” (HJØRLAND, 2004). Assim, em razão dessa concepção sociológica do conhecimento, a OC e a CI, antes de serem consideradas disciplinas científicas, são para ele domínios de conhecimento cujo objetivo é o estudo teórico e prático dos sistemas de informação e do conhecimento, como esquemas de classificação, tesouros, taxonomias e ontologias, projetados para atender finalidades específicas de determinada comunidade. Uma análise prévia do contexto a que se destina o serviço ou o produto de organização do conhecimento é considerada determinante. Ou seja, para se organizar o conhecimento, antes

de se recorrer a conceitos universais, para Hjørland, deve-se reconhecer a natureza pragmática e histórica do conhecimento observável nos modos discursivos registrados nos documentos. Os discursos e a linguagem como já visto refletem, segundo o autor, as visões de mundo predominantes ou paradigmas vigentes em cada época.

No artigo cujo título é a pergunta “*What is Knowledge Organization?*”, Hjørland (2008) busca contribuir para o esclarecimento quanto a aspectos relacionados à demarcação do domínio no conjunto do saber. Pondera Hjørland (2008, p. 86-87; 2003 p. 88) que a Biblioteconomia e a CI são disciplinas centrais da OC em sentido “restrito”, sendo a OC um campo de estudo que se ocupa da natureza e qualidade dos processos e sistemas de organização do conhecimento, isto é, atividades relativas à descrição de documentos, à indexação, à classificação bibliográfica, a bases de dados bibliográficas, a arquivos e a outros tipos de instituições de memória. Por outro lado, Teoria do Conhecimento, Sociologia do Conhecimento, Estudos da Linguagem e Sistemas Simbólicos e a Metafísica são disciplinas centrais da OC em sentido “amplo”, sendo este o domínio que se dedica ao estudo de questões referentes à divisão social do trabalho mental, por exemplo, a organização de instituições de pesquisa e ensino superior, as estruturas de disciplinas e profissões, a organização social da mídia e a produção e disseminação do conhecimento. Para o autor, a OC em sentido “amplo” se ocupa em resolver questões sobre como a OC em sentido “restrito” se desenvolve, incluindo aspectos relacionados à produção do conhecimento científico. Com efeito, para Hjørland, mesmo que a OC tenha duas dimensões, uma não exclui a outra, ao contrário elas têm uma relação de complementaridade e, em função disso, o autor acredita que a OC se trata de uma disciplina mais ampla que a CI por ser seu objeto de estudo o conhecimento de modo geral.

Para Hjørland (2008, p. 97) orientações filosóficas relativas ao positivismo e ao pragmatismo têm sido dominantes e concorrentes ao longo do desenvolvimento da OC. A descrição das principais concepções dos teóricos fundantes do domínio realizada aqui, principalmente em Cutter e Richardson, demonstra a preocupação desses autores em solucionar o conflito entre a busca de um rigor científico nos modelos classificatórios (positivismo) e as necessidades de uso dos livros (pragmatismo)³⁵. Mesmo divergindo uma da outra, essas correntes de pensamento tem coexistido no campo de OC. Além disso, o autor

³⁵ Para Dousa (2009b) o uso que Cutter e Richardson faziam da ordem evolutiva das coisas “revela uma tensão entre a enunciação de um princípio de ordenação classificatória em teoria e a aplicação dela na prática”.

destaca a predominância na OC e na CI do “mentalismo” (cognitivismo ou idealismo) em coexistência e em concorrência com perspectivas pragmatista e realista (materialista) (HJØRLAND, 1992, 2003, 2008, 2009)³⁶.

Ainda que as contribuições de Ranganathan e Dahlberg³⁷ tenham sido valiosas para o campo, Hjørland (1992, 2008), criticando a postura excessivamente cognitivista dos dois autores, afirma que o viés pragmatista defendido pelos primeiros teóricos da classificação não deveria ter sido perdido e sim seguido pelos autores posteriores. O cognitivismo devido ao seu caráter individual e majoritariamente idealista alimentado pela busca de conceitos universais, segundo o autor, afastou por muito tempo o campo de seu devir social, o que não ocorre com o pragmatismo que, por sua vez, busca atender o que é considerado funcional com base no consenso coletivo em determinado contexto temporal e/ou cultural. Por isso, Hjørland defende a adoção de uma perspectiva pragmática para o domínio de OC. Hjørland (1992) cita Soergel como um dos principais responsáveis pela retomada ao pragmatismo, sobretudo ao criar os conceitos de “conteúdo orientado para indexação” e “solicitação orientada para indexação” relativos a uma descrição de assuntos que aliasse aspectos inerentes às propriedades dos documentos e as necessidades reais e antecipadas dos usuários.

Esclarece Dousa (2009a) que o pragmatismo clássico se trata de uma corrente filosófica criada nos Estados Unidos no final do século dezenove por três estudiosos: Charles Sanders Peirce, representante do pragmatismo orientado para ciência; William James, do pragmatismo subjetivista; e John Dewey, do instrumentalismo voltado para ação social. Apesar da ampla aceitação desses pensadores no domínio OC, observa Dousa uma maior convergência entre os teóricos contemporâneos de OC, como Hjørland por exemplo, e o modelo proposto por John Dewey em função, principalmente, a ênfase dado ao caráter social e pluralista. Além disso, o autor constata no campo de OC uma tendência recente de adoção ao Neopragmatismo de Richard Rorty, corrente filosófica que, segundo Dousa, imbuída do espírito pós-moderno e relativista, prega que o conhecimento é resultado de um jogo de

³⁶ Embora os termos, mentalismo, cognitivismo e idealismo e realismo e materialismo não sejam sinônimos são colocados no texto lado a lado como pertencentes de uma mesma categoria em função das suas semelhanças identificadas a partir da interpretação dos textos de Hjørland.

³⁷ Hjørland (2007b) considera Dahlberg pioneira no campo de estudos relativos à OC com base na teoria de conceitos. A autora é considerada uma das principais responsáveis pelo processo de construção epistemológica da disciplina, fundamentando-se, segundo Hjørland, principalmente em Aristóteles e Frêge. Para o autor, a construção de sistemas classificatórios e de tesouros tem buscado aporte na teoria construída pela autora demonstrando que a teoria de conceitos é aceita de modo amplo na área.

linguagem no qual não se registra a presença de padrões intercomunitários para avaliar reivindicações concorrentes.

Outro autor que tem se destacado principalmente no campo da CI por defender o seu caráter social é o já citado Frohmann da University of Western Ontario, Canadá. Já no início dos anos noventa, o autor parte da crítica ao caráter mentalista da indexação o qual reduz a atividade em uma operação essencialmente intelectual e individual, ou seja, as estruturas cognitivas do indexador são vistas como praticamente as únicas responsáveis por representar o conteúdo de um documento. Assim o indexador é levado pelas estruturas cognitivas a estabelecer índices aos documentos de modo praticamente automático. Para Frohmann (1990, p. 82), isso ocorre em função da crença de que os conceitos são gerados dentro da mente individual e de que qualquer tipo de abstração se trata de um produto de um processo cognitivo. Com base na teoria sobre jogos de linguagem de Wittgenstein, Frohmann (1990) ressalta a necessidade de se construir de modo consistente e explícito regras para indexação a partir da interpretação consciente e socialmente contextualizada do indexador em seu diálogo com o conteúdo expresso nos textos dos documentos. Para tanto, o contexto social de produção e uso da informação deve ser observado uma vez que o autor considera que tanto o produto como o uso é determinado por regras socialmente estabelecidas e, portanto, variáveis, de contexto para contexto.

Como visto anteriormente, o caráter material da informação também tem sido objeto de estudo de Frohmann (2004, 2008), sobretudo no que diz respeito a reforçar o enfoque social da CI e, desse modo, se contrapor ao mentalismo. Para o autor, o conceito mentalista “privilegia os estudos da informação focados nos indivíduos como agentes de atividades práticas do interesse dos estudos de informação” e, com efeito, “os efeitos sociais e públicos dos sistemas de informação tornam-se reféns da questão de quantos indivíduos são afetados”. A materialidade da informação, por outro lado, determina seu caráter social e público, pois uma vez que a informação está materialmente registrada em um documento, ela pode “configurar profundamente a vida social” (2008, p. 21-22). O conhecimento de uma pessoa em sua individualidade torna-se possível somente por meio da Documentação que, por sua vez, contribui para sua inércia, massa e, com efeito, estabilidade do fenômeno científico e para o conhecimento da organização conceitual da ciência (2004, p. 247). Em outras palavras, Frohmann pretende resgatar a importância da Documentação como meio de fixação de conteúdos oriundos de práticas científicas e/ou culturais ligadas ao um contexto histórico e

social, onde a informação se materializa para cumprir com a sua função social de transmissão do saber.

Pode-se dizer que a defesa da materialidade da informação na contemporaneidade remonta ao conceito de garantia literária postulado por Hulme no início do século XX, conforme visto anteriormente. Assim como Hulme, Frohmann procura mover o foco da CI novamente para Documentação, uma vez que para ambos os documentos são responsáveis por registrar todo o processo de desenvolvimento do conhecimento, possibilitando desse modo não só a difusão do saber, mas também o entendimento acerca das práticas intelectuais realizadas em diversas épocas e contextos por meio da análise de ocorrências relativas ao uso e/ou ao desuso dos termos (Hulme) ou por meio da análise dos enunciados ou do discurso registrados nos documentos (Frohmann)³⁸.

Compartilhando similar entendimento acerca do caráter social da OC, Barité (2001) defende que a finalidade central da OC é estabelecer conceitos adequados às diversas práticas e atividades sociais vinculadas ao acesso ao conhecimento e, desse modo, operar como instrumento de tratamento e gestão do uso social da informação, procurando abarcar e integrar os fenômenos e as aplicações ligadas à estruturação, à disposição, ao acesso e à difusão do conhecimento socializado. Para tanto, o objeto de estudo central da OC deve ser, segundo o autor, o conhecimento socializado e como disciplina; para ele, a OC deve se ocupar do desenvolvimento de técnicas para construção, gestão, uso e avaliação de classificações científicas, taxonomias, nomenclaturas e demais linguagens documentárias, além de elaborar metodologias de uso e recuperação por linguagem natural.

Procurando uma justificativa intelectual para existência da OC, Barité (2001) propõe um conjunto de dez premissas básicas para o domínio de OC: 1) “O conhecimento é um produto social, uma necessidade social e um dínamo social”; 2) “O conhecimento se realiza a partir da informação e ao socializar-se se transforma em informação”; 3) “A estrutura e a comunicação do conhecimento formam um sistema aberto”; 4) “O conhecimento deve ser organizado para seu melhor aproveitamento individual e social”; 5) “Existem ‘n’ formas possíveis de se organizar o conhecimento”; 6) “Toda organização do conhecimento é artificial, provisória e determinista”; 7) “O conhecimento é registrado sempre nos documentos, como conjunto organizado de dados disponíveis e admite usos indiscriminados”;

³⁸ Frohmann parte das ideias de Foucault sobre a materialidade dos enunciados, sobre como eles são estabilizados, mantidos nos discursos científicos e, assim, exercem força e poder sobre uma comunidade, como são desestabilizado, decompostos e passam a deixar de existir (2008, p. 22).

- 8) “O conhecimento se expressa em conceitos e se organiza mediante sistemas de conceitos”;
9) “Os sistemas de conceitos se organizam para fins científicos, funcionais ou de documentação”; 10) “As leis que regem a organização de sistemas de conceitos são uniformes e previsíveis e se aplicam igualmente a qualquer disciplina”.

Verifica-se que a maior parte das premissas se refere às características do conhecimento, aqui reconhecido com principal objeto de estudo da OC. Na primeira premissa, Barité (2001, p. 42) parte da ideia de que o “conhecimento é o registro social de tudo que o homem tem compreendido sobre a natureza e de tudo que ele tem agregado a mesma”, abarcando “um conjunto de verdades provisórias, sujeitas à revisão perpétua”. É também possível observar que o autor enfatiza o caráter dinâmico e revisional do conhecimento, além da sua finalidade e funcionalidade estabelecida em função da dimensão sociocultural. Para o autor, o conhecimento é reconfigurado na mesma medida em que ocorrem os fatos e os acordos que ditam a convivência social. Ou seja, o conhecimento incorpora continuamente o reflexo do que acontece na vida em sociedade.

Destaca-se aqui a segunda premissa porque trata da relação entre conhecimento e informação, como já visto tema considerado bastante controverso tanto na OC quanto na CI. Assim como Frohmann para Barité, o conhecimento pode ser compartilhado entre as pessoas somente se ele estiver registrado nos documentos. Para tanto, é antes necessário que o conhecimento se transforme em informação disponível e esta, por sua vez, depende da existência material de um conjunto de dados, os quais passam a ter sentido somente quando contextualizados. O conteúdo de um livro, por exemplo, só poderá ser conhecido por qualquer pessoa se primeiro for identificado como um conjunto de dados fixos, legíveis e organizados de modo a transmitir algum significado, isto é, informação para depois se tornar conhecimento.

A terceira premissa reforça a dinamicidade do conhecimento em função da influência recíproca do contexto social no seu processo de produção, organização e uso. A quarta se refere sobre necessidade de se transmitir e compartilhar o conhecimento, razão pela qual ele deve ser organizado. A quinta está relacionada aos diversos modos de se organizar o conhecimento, desde que respeitados os fins para os quais ele é organizado ou os preceitos e necessidades específicas do domínio que o resultado da organização pretende atender. Na sexta premissa, Barité (2001) caracteriza todo o tipo de OC como artificial porque é resultado de uma construção abstrata e representativa de algo que existe no mundo real; provisória e

revisional porque acompanham a dinâmica do conhecimento e, em função disso, devem sempre se reconfigurar e se reajustar às contínuas e novas realidades. Pode-se dizer que a sétima complementa a segunda, pois nela é reiterada a materialidade dos registros gráficos fixados nos documentos (dados) que possibilitam, por sua vez, o diálogo dos leitores com o conteúdo integrante do documento e, dessa forma, acessar o conhecimento. Na oitava, o autor explica que o conceito é uma unidade de conhecimento e é sempre constituída a partir da sua relação com os demais, formando assim um sistema de conceitos responsável por organizar o conhecimento. A nona, assim como a terceira, destaca a importância dos objetivos para os quais um sistema de conceitos é construído, ressaltando que as características do sistema são reflexos da sua finalidade e, por este motivo, uma classificação científica difere de uma classificação funcional e/ou uma classificação de documentos. A décima, por fim, faz referência aos preceitos lógicos (relações de hierarquia, de partição, de sinonímia ou associativas entre conceitos) que um sistema de conceitos deve seguir independente do domínio que esteja tratando.

Verifica-se no discurso de Barité (2001), sobretudo nas dez premissas propostas, a intenção de aliar aspectos complementares das orientações filosóficas predominantes no campo da OC. É possível observar que nas premissas de um até quatro o caráter social é enfatizado, já as cinco e seis fazem referência direta ao pragmatismo, a sete destaca o materialismo, as oito, nove e dez fazem alusão à Teoria do Conceito de Dahlberg manifestando assim um enfoque mais racionalista e idealista, mesmo que a nove se volte concomitantemente ao caráter pragmático.

De modo semelhante, Gnoli (2004) propõe uma relação dialética entre as abordagens naturalística e pragmatista, que segundo ele, têm estado sempre presentes ao longo do desenvolvimento do domínio de OC. Para Gnoli, referências às estruturas da realidade, como modelos baseados em ontologias podem atuar como um critério unificado para construção de esquemas gerais de OC, onde cada domínio de conhecimento pode ser tratado como universos ao mesmo tempo separados e que podem ser conectados por meio de facetas. Ou seja, para o autor, a determinação de categorias não deve ser somente resultado de fatores pragmáticos, mas da combinação de elementos lógicos relativos à representação unitária do conhecimento e de aspectos relacionados ao contexto do objeto ou fenômeno representado, considerando que o conhecimento como algo independente das fronteiras fixadas entre disciplinas ou domínios científicos. Ao retomar aspectos de uma abordagem naturalística baseado no estabelecimento

de categorias epistemológicas e/ou na construção de modelos ontológicos principalmente a partir da teoria de níveis integrativos, Gnoli (2004, 2009, 2011a) defende uma visão holística do conhecimento, e, por extensão, dos processos de representação e organização.

Em relação aos sistemas de OC como também a própria constituição do domínio de OC, Gnoli (2011a) sustenta a interação entre as dimensões ônticas, epistêmicas e pragmáticas. Para o autor, a OC, além de ser um campo interdisciplinar, se trata de um campo cuja articulação tem ocorrido por meio dos enfoques ontológico, epistemológico e pragmático, que ao mesmo tempo em que concorrem entre si, se complementam, uma vez que estão concomitantemente presentes no conhecimento, nos documentos e nos sistemas de OC, ainda que um dos enfoques seja sempre mais explícito. Com efeito, defende o autor que, apesar de claramente assumir mais o enfoque ontológico, os fenômenos identificados na natureza (ontologia), as perspectivas em relação a estes fenômenos (epistemologia) e os modos de agrupamentos ligados à forma e ao uso (pragmatismo) devem interagir na representação de um documento tendo em vista a efetividade das atividades de OC.

Gnoli (2009) justifica sua preferência pelo modelo ontológico tendo em vista a crescente necessidade de sistemas que possibilitem cada vez mais o compartilhamento de informações, defendendo que a única maneira de se utilizar sistemas de modo conjunto, é estruturá-los a partir de classes e categorias mais gerais. Para o autor, a existência da web semântica torna os modelos gerais de organização do conhecimento cada vez mais relevantes, ao contrário do que apregoa a perspectiva pragmática da OC, que costuma julgar o universalismo cada vez mais fadado ao desuso.

Faz-se necessário retomar as ideias de Beghtol (2002a, 2002b, 2005), García Gutiérrez (2002, 2007, 2011a, 2011b), Olson (2002) e Guimarães (2006) sobre os aspectos éticos da OC, representando aqui uma tendência ideológica e mais contemporânea de pesquisa em OC voltada para a defesa do pluralismo lógico e sociocultural. Estes autores defendem cada qual à sua maneira a adoção de uma abordagem ética claramente assumida, onde durante o processo de organização e representação do conhecimento declaradamente se opta por uma visão de mundo sensível aos interesses da comunidade de usuários à qual se destina tal atividade. Tais posturas assumidas devem se valer da linguagem como produto de uma realidade social e, portanto, devendo representar o contexto cultural dessa realidade, respeitando o consenso e o dissenso existente sem servir à exclusão e à opressão das minorias que integram a comunidade usuária, conforme já visto com mais profundidade no capítulo anterior.

3.2 FUNDAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E IMPORTÂNCIA DA *INTERNATIONAL SOCIETY FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION* PARA O DOMÍNIO DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Desde o Renascimento, as sociedades científicas foram reponsáveis por grande parte do avanço e da comunicação do conhecimento científico. No início, segundo Burke (2003, p. 43), elas se caracterizavam pela marginalidade e inovação enquanto, as universidades, apesar de terem continuado a desempenhar sua função tradicional de ensinar, em função da “inércia institucional” que as envolviam, priorizavam suas tradições corporativistas, a preço do isolamento em relação às novas ideias. Em função dos avanços científicos promovidos pelas sociedades, seu processo de formalização e o apoio financeiro repassado do Estado às sociedades, as universidades gradualmente foram obrigadas a se reorganizar, fazendo reformas nos currículos e regulamentos, de modo que hoje o que se observa é um movimento de integração das sociedades científicas com as universidades (BURKE, 2003, p. 47-48).

As sociedades científicas desde o começo eram constituídas por grupos de estudiosos envolvidos e preocupados com a comunicação científica tanto formal como informal. Também realizavam reuniões regulares, onde se estimulava a difusão de informações e os membros da sociedade relatavam suas pesquisas, faziam demonstrações, trocando assim experiências e conhecimento. De acordo com Meadows (1999, p. 9), desse modo eram estabelecidos os programas editoriais, pelos quais avaliavam e tornavam públicos seus trabalhos, transmitindo o que foi desenvolvido na sociedade para um grupo maior de pessoas, inclusive para as gerações seguintes, desempenhado assim o papel de principal veículo da comunicação das ciências.

Diante do exposto, verifica-se que, além da importância desempenhada pelas sociedades científicas no desenvolvimento científico e educacional, o processo de consolidação delas foi resultado de embates intelectuais e sociais ocorridos durante o processo de produção do conhecimento. Este argumento reforça a ideia defendida por Whitley sobre a relação de codependência entre as dimensões social e cognitiva no campo científico, assim como a perspectiva sociocognitiva adotada nesse trabalho. A ISKO, sendo uma sociedade científica, também se consolidou a partir de conflitos intelectuais e sociais entre grupos de pesquisadores representantes de correntes de pensamento distintas que divergiam sobre os rumos que o domínio de estudo deveria tomar. Conforme relata Dahlberg, tensões ocorridas

no seio da comunidade científica de pesquisadores da antiga *Society for Classification* criada na Alemanha em 1977, são vistas como fatores determinantes para fundação da ISKO, e, conseqüentemente e concomitantemente, no desenvolvimento de uma base teórica para a disciplina de OC calcada na Teoria de Conceitos. Dahlberg (1995, 2008) deixa claro em seu texto que divergências entre os pesquisadores do grupo que formavam a antiga sociedade, sobretudo em relação a uma postura dominante voltada para uma visão essencialmente matemática da classificação, foram determinantes na formação das suas concepções. Desde então, a autora tem adotado uma postura orientada para questões conceituais aplicadas à classificação e demais sistemas de OC, investindo, deste modo, contra a concepção matemática e estatística acerca da classificação que, na época, era a que predominava no grupo.

Acredita-se que esta visão matemática da classificação tenha sido resultado da ampla aceitação da comunidade da Biblioteconomia, Documentação e da CI da Teoria Matemática da Informação, postulada na década de trinta, além das ideias sobre informação científica defendidas por Vannevar Bush em 1945, todas como resultado da influência dos avanços tecnológicos. Com efeito, a ênfase volta-se para os sistemas de recuperação e armazenamento da informação, as bases de dados, a indexação automática, enquanto que a classificação, uma atividade cuja característica essencial sempre estivera voltada para tratamento semântico dos termos, categorias e classes, perde notoriedade até, como já visto, ser retomada por Dahlberg e Soergel na década de 1970.

Entretanto, esclarece Dahlberg (1995), que a década de 1960 foi marcada pelo início de um movimento o qual ela chama de “Período dos Tesouros na Organização do Conhecimento”. Dada importância do tema na época, a *German Documentation Society* decide em 1965 estabelecer um comitê para pesquisa sobre tesouros do qual Dahlberg participou até 1977, quando deixa a sociedade de documentação para fundar a *Society for Classification*. Para justificar a mudança de rumo, a autora afirma que na década de 1970 esta perspectiva orientada quase que exclusivamente para o tesouro mostra sinais de falência diante do fato de praticamente se transformar em uma abordagem voltada para o tratamento da linguagem natural, pela qual se pretendia converter sistemas de classificação universais a tesouros universais. Por este motivo, Dahlberg (1995) chama a década de 1970 como uma fase de “Classificação revista”.

Depois de doze anos de existência da *Society for Classification* que lhe renderam dezessete volumes de trabalhos apresentados em conferências anuais, conforme relata Dahlberg (1995) houve uma ruptura entre os membros da sociedade: a maioria dos participantes defendia uma orientação matemática do tratamento da informação, a qual abarcaria principalmente os estudos voltados para taxonomias numéricas e o uso de métodos matemáticos para o reconhecimento automático de classes de objetos conforme suas características, enquanto o outro grupo defendia a perspectiva voltada para o enfoque conceitual. Assim, segundo a autora, em 1989, foi fundada a ISKO, uma nova sociedade que visa à classificação como um conceito mais amplo, ou seja, como um tipo de organização do conhecimento que contemplasse o modo pelo qual o conhecimento é entendido, organizado, descrito e representado de modo a estar disponível a qualquer um que necessitasse (1995, p. 9-10)

No site oficial da ISKO (2013), a entidade é descrita como “sociedade internacional líder de organização do conhecimento”, que conta com “um escopo amplo e interdisciplinar” e cuja missão é “promover o trabalho conceitual na OC em todos os tipos de formas, e para todos os tipos de fins, tais como base de dados, bibliotecas, dicionários e a Internet”. Como sociedade interdisciplinar, a ISKO congrega profissionais de diversos ramos do saber como “CI, Filosofia, Linguística, Ciência da Computação, bem como domínios especializados como a Informática Médica”. Para atingir sua missão e objetivos

(...) a ISKO trabalha para promover pesquisa, desenvolvimento e aplicação de sistemas de organização do conhecimento voltados para abordagens filosóficas, psicológicas e semânticas de ordenação do conhecimento, fornecer meios de comunicação e redes sobre OC para que seus membros atuem como elo entre todas as instituições e sociedades nacionais, trabalhando com problemas relacionados à organização conceitual e processamento de conhecimento (ISKO, 2013, tradução nossa).

O estatuto da ISKO, elaborado em 1989, em seu artigo quarto dispõe que os objetivos e tarefas da sociedade são “promover a investigação, o desenvolvimento e a aplicação de todos os métodos para a organização do conhecimento em geral ou de campos específicos integrando especialmente as abordagens conceituais da pesquisa de classificação e inteligência artificial”, salientando abordagens filosóficas, lógicas, psicológicas e semânticas

para o ordenamento conceitual dos objetos (ISKO, 1989). De modo específico, a ISKO tem a incumbência de

- a) despertar e apoiar um entendimento para a utilidade prática e heurística de tal organização do conhecimento;
- b) promover, nacional e internacionalmente, a troca de informações e experiências entre cientistas e profissionais nesta área, especialmente dando conselhos na construção, no aperfeiçoamento e na aplicação de ferramentas de organização como sistemas de classificação, tesouros, terminologias, nomenclaturas assim como ferramentas sintáticas indo com eles;
- c) observar os progressos realizados a nível internacional neste trabalho;
- d) concentrar os principais pontos deste campo de conhecimento em grupos especiais de trabalho;
- e) realizar reuniões regulares, a fim de dar suporte a essas atividades (ISKO, 1989, tradução nossa).

Como principais atividades tanto o estatuto como a página oficial citam as conferências internacionais que ocorrem a cada dois anos, as conferências nacionais e regionais, a publicação do periódico científico *Knowledge Organization* (KO), originalmente *International Classification* criado em 1974, o informativo *ISKO News*, publicado como parte integrante da revista KO e os volumes da série *Advances in Knowledge Organization* (AKO), compostos pelos trabalhos apresentados nas conferências internacionais (ISKO, 1989, 2013).

Os países e/ou regiões que atualmente sediam os capítulos regionais ISKO são: Brasil, América do Norte (Estados Unidos e Canadá), China, França, Países germânicos (Alemanha, Áustria e Suíça), Escandinávia, Índia, Irã, Itália, Maghreb (Tunísia, Argélia e Marrocos), Polónia, Península Ibérica (Portugal e Espanha) e Reino Unido, além dos contatos citados com pesquisadores da Austrália, Geórgia, Nordeste Europeu, Romênia, Rússia e Eslováquia (ISKO, 2013). Até 1994, Dalhberg (1995) cita Alemanha, Eslováquia, Bulgária, Itália, Rússia, Espanha e França como países que participaram ou sediaram capítulos regionais, o que leva a crer que a ISKO teve no seu começo uma maior influência européia.

Segundo Guimarães (2008), a ISKO pode ser caracterizada como um espaço acadêmico de interlocução com abrangência global na área. Entre as principais ações da ISKO em prol da consistência teórica da área, o autor cita a concentração de aproximadamente quinhentos pesquisadores de mais de cinquenta países e diferentes áreas do conhecimento em

torno das questões conceituais relacionadas à OC; coopera com diversos organismos internacionais da área; criação e manutenção de publicações e eventos internacionais; busca sistematizar a disciplina, revisando constantemente os conceitos com base no controle da sua produção científica da área por meio do CSKOL, instrumento compilado Dahlberg em 1974, republicado pela autora na revista KO em 1993, que organiza os principais conceitos da área de forma hierárquica e facetada, cujas categorias primárias e secundárias estão dispostas conforme o Quadro 4 e encontra-se disponível na página oficial da ISKO (<http://www.isko.org/lit.html>) com alguns acréscimos de editores posteriores da KO como Gerhard Riesthuis (1997-2006) and Ia C. McIlwaine (2007-2012), onde cada tópico do esquema está vinculado às referências produzidas na área desde 1997. Dahlberg foi editora responsável pelo esquema de 1974 a 1996. Hoje os atuais responsáveis pelo prosseguimento do trabalho são Hur-Li Lee, editor de literatura, e Claudio Gnoli, editor da base de dados relativa à CSKOL.

0 Divisões de Forma	5 Sistemas de Classificação de Objetos Especiais (Taxonomias)
01 Bibliografia	51 Na forma e estrutura Area 1 ³⁹
02 Revisão de Literatura	52 Na energia e matéria Area 2
03 Dicionários, Terminologias	53 No cosmo e geo Area 3
04 Sistemas de Classificação e Tesouros	54 No Bio Area 4
05 Periódicos	55 Nas Humanidades Area 5
06 Relatório de conferências, Anais	56
07 Livros-texto	Sistemas de Classificação de Assuntos Específicos
08 Outras monografias	61 Na forma e estrutura Area 1
09 Normas, diretrizes, guias	62 Na energia e matéria Area 2
1 Fundamentos Teóricos e Problemas Gerais de OC	63 No cosmo e geo Area 3
11 Ordem e OC	64 No Bio Area 4
12 Conceitologia em OC	65 Nas Humanidades Area 5
13 Matemática em OC	66
14 Teoria dos sistemas e OC	7 Representação do Conhecimento por meio de Linguagem e Terminologia
15 Psicologia e OC	71 Problemas gerais da linguagem natural em relação à OC
16 Ciência e OC	72 Semântica
17 Problemas em OC	73 Processamento automático de linguagens
18 Pesquisa sobre Classificação	74 Problemas gramaticais
19 História da OC	75 Sistemas de recuperação online e Tecnologias
2 Sistemas de Classificação e Tesouros (SC&T): estrutura e construção	76 Problemas de léxico/dicionários

³⁹ O código numérico referentes a essas áreas de conhecimento estão disponíveis no *International Coding Classification* (ICC).

21 Questões gerais de SC&T 22 Estrutura e elementos de SC&T 23 Construção de SC&T 24 Relacionamentos 25 Taxonomia numérica 26 Notação. Códigos 27 Manutenção, atualização e armazenamento de SC&T 28 Compatibilidade e concordância entre linguagens de indexação 29 Avaliação de SC&T 3 Classificação e Indexação: metodologia 31 Teoria da classificação e indexação 32 Análise de assunto 33 Técnicas de classificação e indexação 34 Classificação e indexação automática 35 Ordenação manual e automática 36 Codificação 37 Reclassificação 38 Geração de índices e programas 39 Avaliação de classificação e indexação 4 Sistemas de Classificação e Tesouros Universais 41 Sobre sistemas universais em geral 42 Sobre a Classificação Decimal Universal 43 Sobre a Classificação Decimal de Dewey 44 Sobre a Classificação e o Cabeçalho de Assuntos da Library of Congress (LC) 45 Sobre a Classificação Bibliográfica de Bliss 46 Sobre a Classificação de Dois Pontos 47 Sobre a Classificação Bibliográfica de Biblioteca 48 Sobre outros sistemas universais de classificação 49 Livre	77 Problemas de terminologia 78 Assuntos orientados à Terminologia 79 Problemas de sistemas multilinguísticos e de tradução 8 Classificação e Indexação Aplicadas 81 Problemas gerais, catálogos, guias, regras, índices 82 Classificação e indexação de dados 83 Classificação e indexação de títulos 84 Classificação e indexação de literatura primária 85 Classificação e indexação de livros 86 Classificação e indexação de literatura secundária 87 Classificação e indexação de materiais não convencionais 88 Classificação e indexação em campo específico 89 Classificação e indexação em determinadas linguagens 9 Ambiente da OC 91 Ambiente profissional e organizacional; Problemas em geral e instituições 92 Pessoas e instituições em OC 93 Organizações Nacionais e Internacionais de Classificação e Indexação 94 Livre 95 Educação e Treinamento em OC 96 Questões legais 97 Aspectos econômicos em OC 98 Estudos de usuário 99 Padronização do trabalho em OC
---	---

Quadro 4 – Esquema de Classificação da Literatura de Organização do Conhecimento (CSKOL).
Fonte: Dahlberg (1993, tradução nossa)

O CSKOL é descrito por Dahlberg (1993) como um instrumento de controle bibliográfico pertinente à área de OC, cuja sequência estrutural é representada por uma matriz 3x3 de classes principais chamada de “*Systematifier*”⁴⁰. Além disso, a classificação é

⁴⁰ Barité (2011) traduz o termo para sistematizador e segundo o autor Dahlberg utiliza este termo em sua obra de 1977 para designar “um conjunto de princípios do sistema” ou “uma sequência estruturada para as posições nos sistemas”, baseados no reconhecimento de elementos que todo domínio de saber deve conter: um objeto de

composta por um rol de facetas que podem ser combinadas com qualquer área do saber por meio da utilização do sistema universal de classificação de áreas do conhecimento elaborado também por Dahlberg, o ICC. Para Gnoli (2004), a estrutura e a sequência das classes principais do ICC é resultado da aplicação da teoria de níveis integrativos, o que revela a adesão da autora ao modelo ontológico no qual os objetos e/ou fenômenos são tratados como elementares de qualquer sistema de OC antes de se considerar o contexto disciplinar.

Além da estrutura facetada, pode-se dizer que as principais características do CSKOL são, segundo Barité (2011, p. 270-279), a decimalidade, em função de a estrutura principal ser hierárquica e as classes, as subclasses e as notações serem compostas por algarismos decimais, tal qual à CDU; nível de especificidade médio, uma vez que possibilita a composição de notação com até três dígitos; utilização da interpolação e extrapolação, dispositivos que facilitam a tomada de decisão quando é necessário especificar mais a notação para além dos três dígitos com o auxílio do ICC; inexistência de tabelas auxiliares de lugar e tempo e índices; ser resultado da combinação das metodologias *bottom-up* e *top-down*, sendo a primeira utilizada para seleção dos termos significativos da área e a segunda para organizar a estrutura das classes principais representativas do domínio.

Conforme Barité (2011, p. 264), no início o CSKOL foi chamado de *Classification Literature Classification* (CLC), e foi utilizado para organizar a estrutura temática da obra não concluída *International Classification and Indexing Bibliography*, publicada em três fascículos entre os anos de 1982 e 1985, os quais são compostos pelas referências produzidas e sistematizadas da área no período entre 1950 e 1982. Atualmente, todo o fascículo da revista KO tem uma seção de literatura destinada à publicação de novas referências relativas à área de OC e a classificação delas conforme o CSKOL.

Para o autor, o CSKOL foi construído por Dahlberg a partir de três áreas principais: Teoria dos Conceitos, Terminologia Sistemática e OC que também eram os temas cobertos pela revista *International Classification*⁴¹. Este fato para Barité contribuiu progressivamente para delimitar as fronteiras do domínio de OC como é conhecido hoje, e também conferir a Dahlberg o papel de liderar durante mais de vinte anos o processo de estruturação intelectual e formal do domínio. Além disso, destaca o autor que as referências publicadas foram

estudo, métodos e técnicas de pesquisa, circunstâncias especiais e influências externas (DAHLBERG, 1977, apud BARITÉ, 2011, p. 273-274).

⁴¹ O subtítulo deste periódico era conforme aponta Barité (2011): “*devoted to concept theory, systematic terminology and organization of knowledge*” (DAHLBERG, 1993, p. 211).

selecionadas por Dahlberg e seus colaboradores a partir da análise de trezentos periódicos, monografias e anais de congressos considerados relevantes, da CI, Informática, Linguística, Terminologia, Sistemas e áreas correlatas (DAHLBERG, 1993, p. 211-212). A partir disso e do exposto por Dahlberg em seus trabalhos sobre o CSKOL, Barité (2011, p. 265) pontua que a autora apelou para seu próprio juízo, baseado em sua especialização e em seu profundo conhecimento da área para distribuir o domínio em classes principais e para selecionar os tópicos que compreendem cada classe do sistema de classificação, do mesmo modo que outros classificacionistas como Dewey, Cutter, Bliss e Ranganathan.

Mesmo que o CSKOL seja um modelo construído a partir de uma perspectiva “individual”, verifica Barité (2011, p. 266-267) a ampla aceitação deste esquema por parte da comunidade de pesquisadores da ISKO diante do fato dele ainda não ter sofrido alterações significativas em sua estrutura e também dele ser considerado até hoje como referência para mapeamento e controle da produção científica do domínio de OC, sendo utilizado para realizar trabalhos principalmente sobre mapeamento do campo e identificação de linhas e tendências de pesquisa na área como Dahlberg (1995), Zherebchevsky (2010), Friedman (2010), Barité (2011), Arboit, Grácio, Oliveira e Bufrem (2012).

Entretanto, sugere Barité (2011) que tal postura por parte da comunidade de pesquisadores da ISKO em relação ao CSKOL contraria de certo modo o discurso de alguns de seus principais pesquisadores como Hjørland, por exemplo, os quais defendem que a OC é um campo caracterizado pelo dinamismo, diversidade de linhas e tendências de pesquisa e que deve, deste modo, incorporar permanentemente novos conceitos a sua estrutura intelectual. Ademais, Hjørland (2003) alerta para a carência de mapeamento teórico na OC, fato que, segundo ele, a torna uma disciplina subjulgada às mudanças tecnológicas.

Os resultados obtidos por Barité (2011) em pesquisa que cobriu a produção científica controlada pelo CSKOL entre os anos de 1994 e 2009 reforçam a indicação de Hjørland, uma vez que mostram um crescimento regular das pesquisas em torno dos temas relativos aos sistemas de recuperação da informação on-line, à aplicação da classificação e indexação e à influência do ambiente na aplicação da OC, enquanto temas voltados para questões teóricas diminuíram.

No que se refere aos modos e procedimentos de escolha dos temas gerais e subtemas de cada evento, sobretudo, as conferências internacionais que, por sua vez, são o objeto privilegiado dessa pesquisa, buscou-se informações junto à sociedade sobre a existência de

normas que regulassem esse processo. Verificou-se que não existem normas formais registradas (ver Apêndice 6), mas acordos periódicos realizados a cada dois anos entre os membros do conselho executivo da ISKO, os membros da comissão responsável por cada edição e demais sócios. Estes acordos são celebrados em reuniões que acontecem paralelamente aos eventos, durante as quais são realizadas eleições regulares para o cargo de presidente da sociedade, dos membros do conselho executivo e dos membros da comissão responsável pela edição da próxima conferência. Também durante essas reuniões, a sede regional que se candidata ao cargo de responsável pela conferência internacional apresenta suas propostas de temas para o evento, as quais são votadas e eleitas pelos sócios da ISKO. O presidente da comissão eleita passa a integrar o conselho executivo da entidade junto com outros membros provenientes de outras sedes regionais.

Como não foram encontrados documentos que registrem os procedimentos mencionados, foram contactados por e-mail todos os presidentes das comissões organizadoras dos onze eventos ocorridos entre 1990 e 2010. Foi solicitado aos onze pesquisadores que relatassem brevemente o processo de escolha dos temas gerais e subtemas dos eventos por eles coordenado. Dos onze pesquisadores, quatro responderam a pesquisa: J. Tennis (Apêndice 1), R. Green (Apêndice 3), G. Budin (Apêndice 4) e C. Gnoli (Apêndice 5) e um faleceu recentemente, A. Neelameghan (Apêndice 2).

A partir do conteúdo da maioria das respostas, conforme exposto nos Apêndices, foi possível verificar que as escolhas temáticas gerais e específicas foram realizadas com base no interesse de investigação dos pesquisadores que integravam cada comissão, bem como das tendências de pesquisa detectada por eles nos seus contextos espaço-temporais, com a devida validação dos membros do conselho executivo da ISKO. Isso reforça o argumento de que tanto a linguagem e o conhecimento são construídos de modo intersubjetivo e cronotópico, além da própria ideia de domínio já expressa anteriormente.

Quanto à falta de respostas dos coordenadores dos eventos, isso deixa claro que não há um critério pré-definido para a escolha dos temas. Assim, pode-se afirmar que as escolhas passam muito mais pelo contexto e pelos interesses institucionais de quem promove e coordena o evento. Além disso, a resposta de J. Tennis (Apêndice 1) e G. Budin (Apêndice 4) ao referir-se a temas atuais e de interesse deixa essa constatação mais evidente.

Com base na descrição sobre a criação e o desenvolvimento da ISKO em conjunto com as informações extraídas da página web da entidade (ISKO, 2013), aliados à reflexão

sobre o desenvolvimento teórico do domínio realizada no capítulo anterior foi desenhada uma matriz metateórica como tentativa de representar todo conteúdo expresso até aqui, retomando os conceitos postulados esquematizados (ver Quadro 2) por Ritzer (1991). Entretanto, verifica-se como necessária a validação desta matriz por meio da apresentação e análise dos resultados empíricos expostos nos capítulos seguintes.



Quadro 5 – Matriz metateórica do domínio de OC.
 Fone: Autora (2014)

Vale lembrar que a matriz metateórica proposta por Ritzer (1991) (ver Quadro 2), apesar do enfoque sociológico defendido, os quadrantes são completamente delimitados. Lançando mão à perspectiva sociocognitiva adotada como basilar nesse trabalho, optou-se por representar a linha que “separa” os quadrantes da matriz de modo tracejado, entendendo que cada dimensão influencia ao mesmo tempo em que sofre influência umas das outras.

No quadrante interno intelectual, foram dispostas as principais orientações filosóficas, teorias e métodos desenvolvidos “dentro” do domínio da OC. Isso não significa que esses elementos não tenham sido também resultado de um desenvolvimento social interno e externo do domínio ou que o domínio de OC não tenham absorvido, se apropriado ou reelaborado de descobertas realizadas em outras área do saber. Ademais, os quadrantes da matriz proposta são apenas um modo de representar a realidade e como toda representação, esta também é redutora, provisória e artificial.

O quadrante interno social é responsável por elencar as principais instituições relativas ao domínio de OC. Importante ressaltar que estas instituições são constituídas por pesquisadores, pelos seus discursos e pelos embates e consensos frutos das opções ideológicas acolhidas pelos membros de tais instituições, não sendo desse modo completamente dissociada da dimensão interno intelectual.

Já o quadrante externo intelectual traz o nome das áreas do conhecimento que têm influenciado o desenvolvimento teórico e prático da OC, assim como o quadrante externo social traz uma lista de fatos históricos gerais que têm determinado o andamento não só da OC como de outros domínios do conhecimento. Evidentemente que os quadrantes que representam aspectos externos ao domínio de OC são mais gerais do que os que trazem aspectos internos porque são responsáveis por representar uma realidade mais ampla e por esse motivo não é possível exibir nos limites dessa matriz todos os fatos históricos específicos que influenciaram no desenvolvimento sociocognitivo da OC a não ser mencionar um ou outro a título de exemplo, como a criação dos computadores, dos bancos e das bases de dados e da Internet que tiveram impacto nas discussões tanto na área de OC como na CI, sobretudo no que se refere à teoria matemática da informação já mencionada anteriormente.

4 APRESENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo se dedica à apresentação e à descrição dos dados coletados referentes aos trabalhos apresentados nos *proceedings* da ISKO, conforme exposto no Quadro 1. Para tanto, foram analisados os enunciados referentes ao tema e aos subtemas de cada *proceedings*. Assim como os termos extraídos dos títulos de cada trabalho apresentado. Também se procedeu à análise da produção científica dos organizadores em relação às temáticas principais e de alguns autores em relação aos subtemas, entendendo que estes atores sociais teriam influenciado a constituição e a formulação dos enunciados presentes nas edições de cada evento e que os termos e os enunciados trabalhados encarnam as opções filosóficas e as ideologias mais acolhidas pelo domínio no contexto espaço temporal de cada evento.

Em um primeiro momento trabalhou-se no sentido de quantificar os dados correspondentes ao universo de pesquisa, de modo especial àqueles que dizem respeito ao número de trabalhos, de autores participantes e dos tipos de autoria (simples, dupla, tripla e demais tipos) de cada edição do evento. Tais dados quantitativos estão dispostos na Tabela 1.

Evento	Trabalhos⁴²	Autores	Autoria simples	Autoria dupla	Autoria tripla	Demais autorias
1990	58	66	53	5	1	0
1992	38	46	32	5	0	1
1994	53	77	32	15	6	0
1996	47	65	37	8	1	2
1998	52 ⁴³	79	33	11	7	1
2000	59	94	37	13	6	3
2002	78	153	31	24	16	7

⁴² Não foram incluídos em todas as quantidades dispostas na Tabela 1 dados dos trabalhos referentes às seguintes modalidades: *Keynotes address e Posters*.

⁴³ Fazem parte da quantidade de trabalhos apresentados nesse evento doze posters que não foram incluídos no universo de pesquisa.

2004	54	92	27	18	6	3
2006	42	82	30	18	3	4
2008	51	89	33	8	6	5
2010	62	108	32	17	9	3
Totais	594	951	377	142	61	29

Tabela 1 – Quantidades referentes aos trabalhos, autores e tipos de autoria dos Congressos da ISKO (1990-2010). Fonte: A autora.

Diante dos dados mostrados na Tabela 1, verifica-se que as quantidades de trabalhos apresentados em cada edição não variam substancialmente, com exceção entre o segundo evento (de 1992) que apresentou o número mínimo da tabela, 38 trabalhos e 46 autores, e a sexta edição (2002) que apresentou o maior índice da tabela, com 78 trabalhos e 153 autores.

Outro aspecto que pode ser observado na Tabela 1 é a evolução das quantidades dos tipos de autoria. É perceptível que nas primeiras edições o tipo de autoria simples se sobressaía de modo significativo perante os demais. Apesar de até 2010 a quantidade de autoria simples permanece como maior diante dos outros tipos, verificou-se que os índices referentes aos demais tipos de autoria aumentaram, principalmente depois da terceira edição do evento, atingindo uma quantidade elevada em relação à autoria simples em 2002, 2006 e 2010.

A partir de uma análise prévia das temáticas dos trabalhos foi possível perceber que aqueles cuja autoria é composta por três ou mais autores, giram em torno de pesquisas aplicadas ou resultados de execução de projetos, ao passo que os temas dos trabalhos de autoria simples e dupla tendem, especialmente nas edições mais atuais, a discutir questões mais teóricas. Isso fica evidenciado a seguir, na descrição do evento de 2002, onde a quantidade de autorias tripla e de quatro autores ou mais é a maior e as temáticas desses trabalhos centram-se em aplicações tecnológicas.

Os dados referentes aos subtemas, aos autores e aos termos chaves dos títulos, ora considerados signos, foram coletados, sistematizados e apresentados graficamente por meio de redes representativas das relações subtemas-autores e subtemas-termos chaves, perfazendo um total de 22 gráficos, dois por evento. O software Ucinet foi utilizado para a elaboração dessas redes.

Para facilitar o processo de análise de dados como quantidades de trabalhos, de autores e de tipos de autoria por subtemas. Esses dados foram sistematizados em onze tabelas, na medida em que os dados de cada edição são apresentados e descritos.

De acordo como o Quadro 1, a primeira edição do evento ocorreu em 1990, em Darmstadt, na Alemanha e o tema principal foi “Instrumentos para a OC e a interface humana” e o organizador do evento e editor dos *proceedings* foi Robert Fugmann, vinculado desde 1992 à Escola de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Universidade de Indiana.

Fugmann é membro fundador da ISKO e foi encarregado pelo conselho administrativo da sociedade durante o período 1989-1998. Tem uma vasta produção sobre aspectos teóricos e práticos da indexação, utilização do método analítico sintético, recuperação, fornecimento e sistemas da informação, teoria da informação e aplicações do campo informacional na área de Química (FUGMANN, 1970, 1972, 1973, 1979, 1982a, 1982b, 1982c, 1983, 1985, 1993, 1994, 1995, 1999, 2002, 2004). Com base no exame geral nas obras de Fugmann, verifica-se uma orientação filosófica voltada para o empirismo, já que a maior parte das suas obras trata-se da aplicação de teorias e métodos às práticas de organização da informação. Pode-se dizer, portanto, que o enunciado do tema do evento encontra-se alinhado com a linha de pensamento de Fugmann que também não deixa de refletir uma preocupação dominante entre os pesquisadores de OC na época do evento que buscavam descobrir quais as melhores ferramentas para facilitar a execução das atividades vinculadas ao “novo domínio”.

O evento contou com a participação de 66 autores e a apresentação de 58 trabalhos (52 de autoria simples, cinco com autoria dupla e uma autoria tripla). Os *proceedings* foram compostos por sete trabalhos apresentados na sessão plenária, dois trabalhos adicionais e o restante distribuído em doze *workshops* temáticos intitulados pelos enunciados dispostos na Tabela 2, a seguir.

Enunciados escolhidos para representar os subtemas do Congresso da ISKO	Trabalhos Qtd.	Autores Qtd.	Autoria simples	Autoria dupla	Autoria tripla	Demais autorias
“ <u>Sessão plenária</u> ”	7	7	7	0	0	0
“ <u>Questões gerais</u> ”	4	4	4	0	0	0
“ <u>Análise algorítmica de textos</u> ”	4	8	1	2	1	0
“ <u>Terminologia</u> ”	4	4	4	0	0	0
“ <u>OC em sistemas universais</u> ”	4	5	3	1	0	0
“ <u>OC em sistemas especiais</u> ”	8	8	8	0	0	0
“ <u>Questões sobre thesauros</u> ”	4	4	4	0	0	0
“ <u>Recuperação on-line</u> ”	4	4	4	0	0	0
“ <u>Hipermídia</u> ”	4	5	3	1	0	0
“ <u>Recuperação em sistemas universais</u> ”	3	4	2	1	0	0
“ <u>Tecnologias de Recuperação</u> ”	4	4	4	0	0	0
“ <u>Indexação</u> ”	4	4	4	0	0	0
“ <u>Trabalhos adicionais</u> ”	2	2	2	0	0	0

Tabela 2 – Enunciados, quantidades de trabalhos, de autores e de tipos de autoria (FUGMANN, 1990). Fonte: A autora, com base nos dados coletados em Fugmann (1990).

O Gráfico 1 apresenta a representação em redes da relação entre o nome dos autores e os subtemas citados.

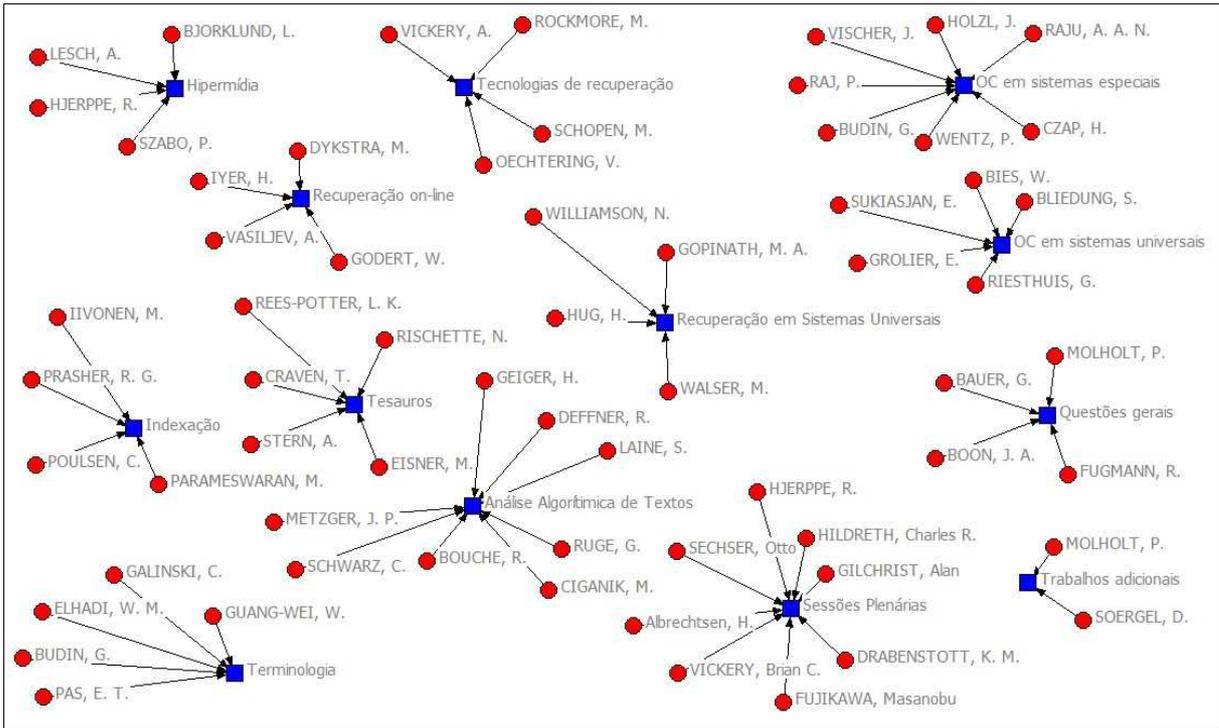


Gráfico 1 – Relação entre subtemas e autores (FUGMANN, 1990).
Fonte: A autora, com base nos dados coletados em Fugmann (1990).

O Gráfico 2 apresenta representação da relação entre os termos chaves selecionados dos títulos dos trabalhos e os subtemas.

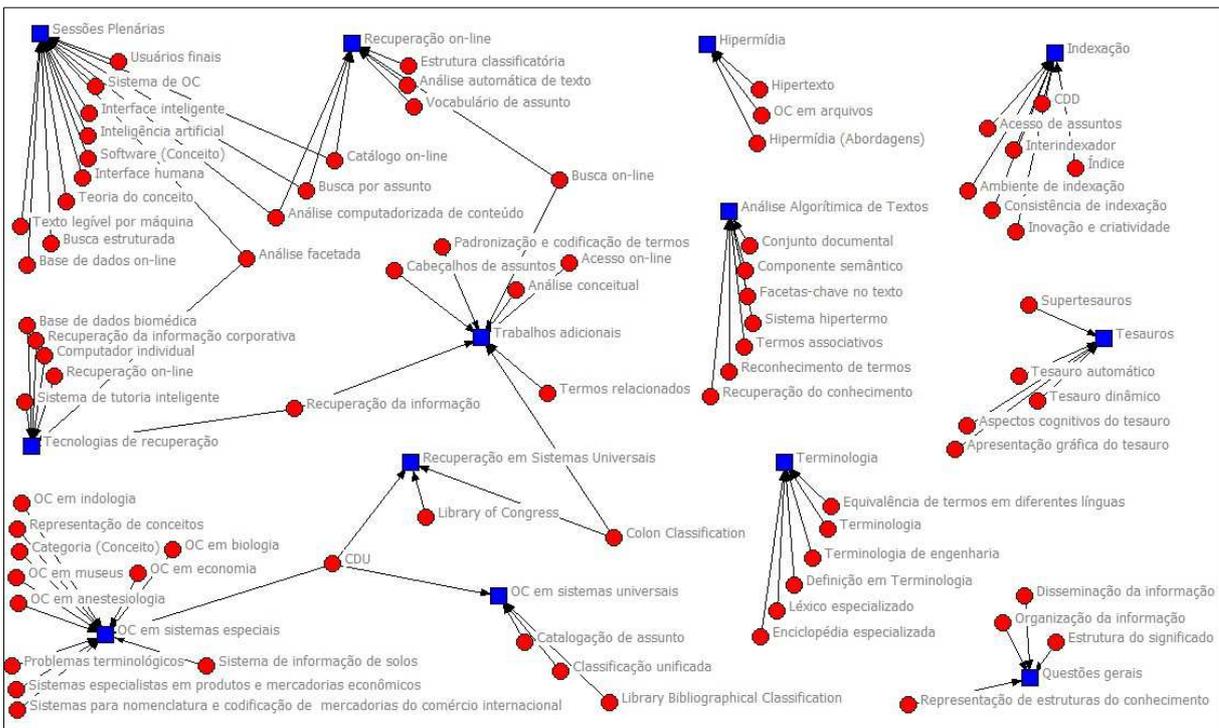


Gráfico 2 – Relação entre termos do título e subtemas, (FUGMANN, 1990).
Fonte: A autora, com base nos dados coletados em Fugmann (1990).

De acordo com Gráfico 2, grande parte dos trabalhos enquadrados na “Sessão Plenária” (localizada no canto esquerdo superior do Gráfico 1) abordam temas referentes à aplicação da tecnologia na OC. Dos termos-chaves coletados com base nos títulos dos trabalhos, os que mais se voltam para aplicação tecnológica são: “Usuários finais”, “Interface inteligente”, “Inteligência artificial”, “Interface humana”, “Software”, “Texto legível por máquina”, “Busca estruturada” e “Base de dados on-line”. Há também os termos tecnológicos como “Catálogo on-line”, “Busca por assunto” e “Análise computadorizada de conteúdo” que também são enquadrados no subtema “Recuperação On-line” e o termo “Análise facetada” que, apesar de ser representativo da área de OC, também se encontra enquadrado no subtema “Tecnologias da Informação”. Além do termo “Análise facetada”, os termos básicos da OC enquadrados na “Sessão Plenária” são “Sistemas de OC” e “Teoria do Conceito”.

Subordinados ao subtema “Questões gerais” (localizado no canto direito inferior do Gráfico 2) encontram-se os termos orientados à OC e CI como “Disseminação da informação”, “Organização da informação”, “Estruturas de significado” e “Representação de estruturas do conhecimento”.

Ao subtema “Análise algorítmica de textos” (lado direito, posição centro-superior do Gráfico 2) estão vinculados termos de interesse sobretudo da relação entre a OC, as Ciências da Linguagem ou Ciências Textuais e Tecnologia da Informação como, “Conjunto documental”, “Componente Semântico”, “Facetas-chave no texto”, “Sistema hipertermo”, “Termos associativos”, “Reconhecimento de termos” e “Recuperação do conhecimento”.

Os termos “Equivalência de termos em diferentes línguas”, “Terminologia”, “Terminologia de engenharia”, “Definição”, “Léxico especializado” e “Enciclopédia especializada” estão ligados ao subtema “Terminologia” (lado direito, posição centro-inferior do Gráfico 2) e são considerados representativos da intersecção das áreas de OC e Ciências da Linguagem, com destaque para Terminologia, conforme o próprio enunciado elegido para expressar o subtema.

Na categoria “OC em sistemas universais” (posição centro-inferior do Gráfico 2), estão dispostos os trabalhos cujos termos-chave são: “Catalogação de assunto”, “Classificação unificada” e “*Library Bibliographical Classification (LCC)*”. O termo “CDU” também aparece vinculado à categoria “OC em sistemas especiais” (canto esquerdo inferior do Gráfico 2). Neste subtema são encontrados os termos: “Representação de conceitos”, “Categorias”, “Problemas terminológicos”, “Sistemas especialistas em produtos econômicos e

mercadorias”, “Sistemas para nomenclatura e codificação de mercadorias do comércio internacional”, “Sistemas de informação de solos, OC em indologia”, “OC em biologia”, “OC em museus”, “OC em economia” e “OC em anestesiologia”.

“Questões sobre Tesouros” (canto direito central do Gráfico 2) é, assim como os dois anteriores, um dos subtemas mais voltados para OC. Vinculados a ele estão os termos, alguns deles claramente expressando uma preocupação tecnológica: “Supertesauro”, “Tesauro automático”, “Tesauro dinâmico”, “Aspectos cognitivos do tesauro” e “Aspectos gráficos do tesauro”. O mesmo vale para o subtema “Indexação” (canto direito superior do Gráfico 2), que contempla os termos “CDD”, “Acesso de assunto”, “Interindexador”, “Índice”, “Ambiente de indexação”, “Consistência de indexação” e “Inovação e Criatividade”.

Os demais subtemas e seus termos chave também expressam uma clara preocupação tecnológica da ISKO. São eles: subtema “Recuperação on-line” (lado superior esquerdo do Gráfico 2) com os termos: “Estruturas classificatórias”, “Análise automática de textos”, “Vocabulário controlado”, “Busca on-line” (também ligado ao subtema “Trabalhos adicionais”) e os termos “Catálogo on-line”, “Busca por assunto” e “Análise computadorizada de conteúdo” que também se encontram vinculados à “Sessão plenária”; o subtema “Hipermídia” (lado superior direito do Gráfico 2) cujos termos são, “Hipertexto”, “OC em arquivos” e “Abordagens de hipermídia”; a categoria “Recuperação em sistemas universais” (posição inferior centro-esquerda do Gráfico 2) com os termos *Library of Congress* (LC), “CDU” (presente também em “OC em sistemas universais e especiais”) e “CC” (presente também em “Trabalhos adicionais”); e “Tecnologias de recuperação” (lado esquerdo, posição central do Gráfico 2) e os termos “Base de dados biomédica”, “Recuperação da informação corporativa”, “Computador individual”, “Busca on-line”, “Sistema de tutoria inteligente”, “Análise facetada” (que compartilha com “Sessão Plenária”) e “Recuperação da informação” (presente também em “Trabalhos adicionais”).

Por fim, na categoria “Trabalhos adicionais” (posição centro-esquerda do Gráfico 2) são encontrados trabalhos sobre “Padronização e codificação de termos”, “Cabeçalho de assuntos”, “Acesso on-line”, “Análise conceitual”, “CC” (que divide com “Recuperação em sistemas universais”), “Busca on-line” (que aparece também em “Recuperação on-line”) e “Recuperação da informação” (também presente em “Tecnologias da informação”).

A segunda edição do evento ocorreu em 1992 em Madras na Índia com o tema principal “Paradigmas cognitivos na OC”. O responsável pela organização deste evento foi

Arashanipalai Neelameghan, professor emérito do *Documentation Research & Training Centre* (DRTC) em Bangalore, na Índia, conhecido internacionalmente por colaborar diretamente com Ranganathan como coautor de algumas de suas obras (RANGANATHAN; NEELAMEGHAN, 1964; 1966, 1972, 1975; RANGANATHAN; NEELAMEGHAN; GUPTA, 1968) e por compilar as principais obras do pensador indiano (NEELAMEGHAN, 1997). Também é conhecido por atuar em instituições como a UNESCO e o *Sarada Ranganathan Endowment for Library Science*. Quanto às demais publicações, verifica-se o interesse por temas rangathanianos como Classificacionistas, Estruturas e universos de assuntos, Sintaxe absoluta, Relações associativas não hierárquicas entre conceitos e Políticas de educação, treinamento e desenvolvimento de bibliotecas e informação pessoal (NEELAMEGHAN, 1964, 1966, 1969, 1972, 1975, 1992b, 2000).

Também publicou em coautoria sobre as bibliotecas e serviços de informação no terceiro mundo (NEELAMEGHAN ET AL, 1993), sistemas de informação em saúde (NEELAMEGHAN; VASUDEVAN, 2003, 2004), aspectos linguísticos, tesouros, relações semânticas, sistemas bilingues e multilíngue, contribuições de Ranganathan (NEELAMEGHAN; RAGHAVAN, 2005; 2006, 2007, 2008, 2012; RAGHAVAN; NEELAMEGHAN, 2008; NEELAMEGHAN, LALITHA, 2011, 2013), sistemas de informação e implicações culturais e sociais na OC (NEELAMEGHAN, 2001, 2008; NEELAMEGHAN; IYER, 2002; NEELAMEGHAN; CHESTER, 2006, 2007; CHESTER; NEELAMEGHAN, 2006; 2008; NEELAMEGHAN; NARAYANA, 2013).

O evento contou com a participação de 46 autores e a apresentação de 38 trabalhos (32 de autoria simples, cinco de autoria dupla e um de autoria quádrupla). Os *proceedings* foram organizados conforme os subtemas sistematizados na Tabela 3.

Enunciados escolhidos para representar os subtemas do Congresso da ISKO	Trabalhos Qtd.	Autores Qtd.	Autoria simples	Autoria dupla	Autoria tripla	Demais autorias
“ <u>Conhecimento e OC: necessidades e modos</u> ”	4	5	3	1	0	0
“ <u>Buscando conhecimento em bibliotecas</u> ”	2	2	2	0	0	0
“ <u>Buscando conhecimento em recuperação da informação</u> ”	5	7	3	2	0	0
“ <u>Buscando conhecimento em resolução de problemas, tomada de decisões e situações de aprendizagem</u> ”	5	5	5	0	0	0
“ <u>Abordagem taxonômica para representação do conhecimento</u> ”	5	7	3	2	0	0
“ <u>Abordagem analítica sintética para OC</u> ”	5	8	4	0	0	1
“ <u>Paradigmas cognitivos e sua aplicação na OC</u> ”	6	6	6	0	0	0
“ <u>Paradigmas cognitivos na base do conhecimento</u> ”	6	6	6	0	0	0

Tabela 3 – Enunciados, quantidades de trabalhos, autores e tipos de autoria, (NEELAMEGHAN, 1992a). Fonte: A autora, com base nos dados coletados em Neelameghan (1992a)

O Gráfico 3 apresenta a representação em redes da relação entre o nome dos autores e os subtemas citados.

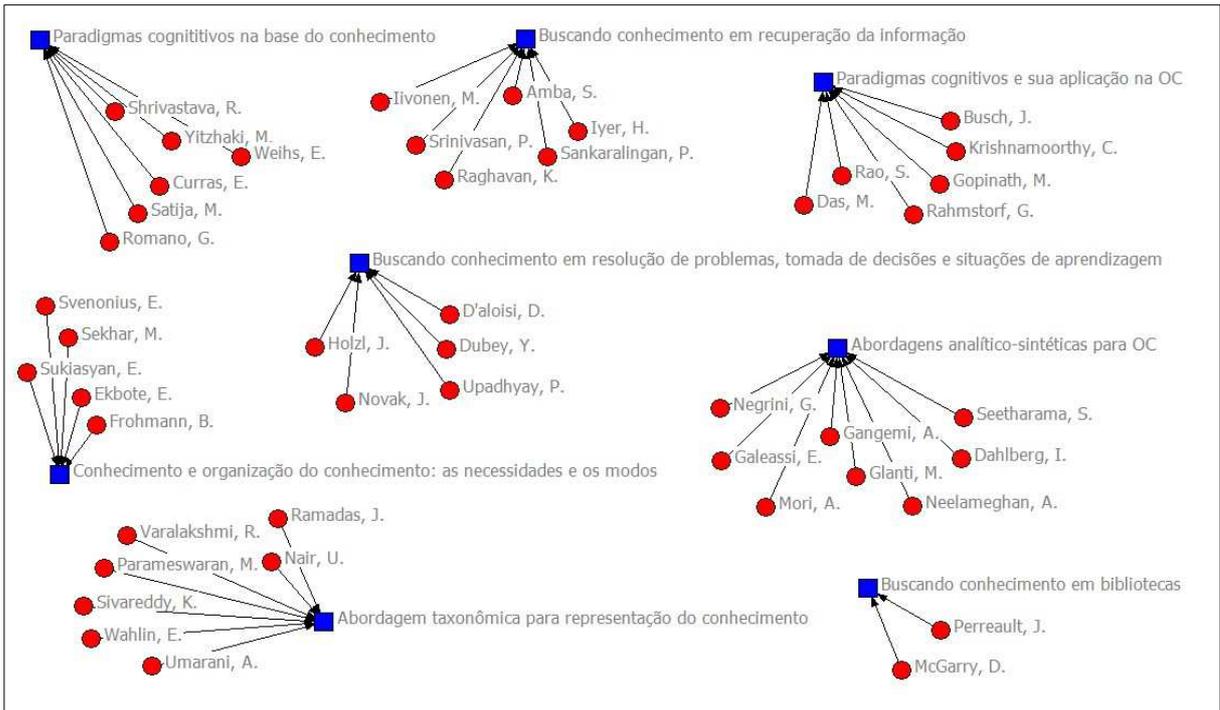


Gráfico 3 – Relação entre subtemas e autores, (NEELAMEGHAN, 1992a).
 Fonte: A autora, com base nos dados coletados em Neelameghan (1992a).

O Gráfico 4 apresenta representação da relação entre os termos chaves selecionados dos títulos dos trabalhos e os subtemas.

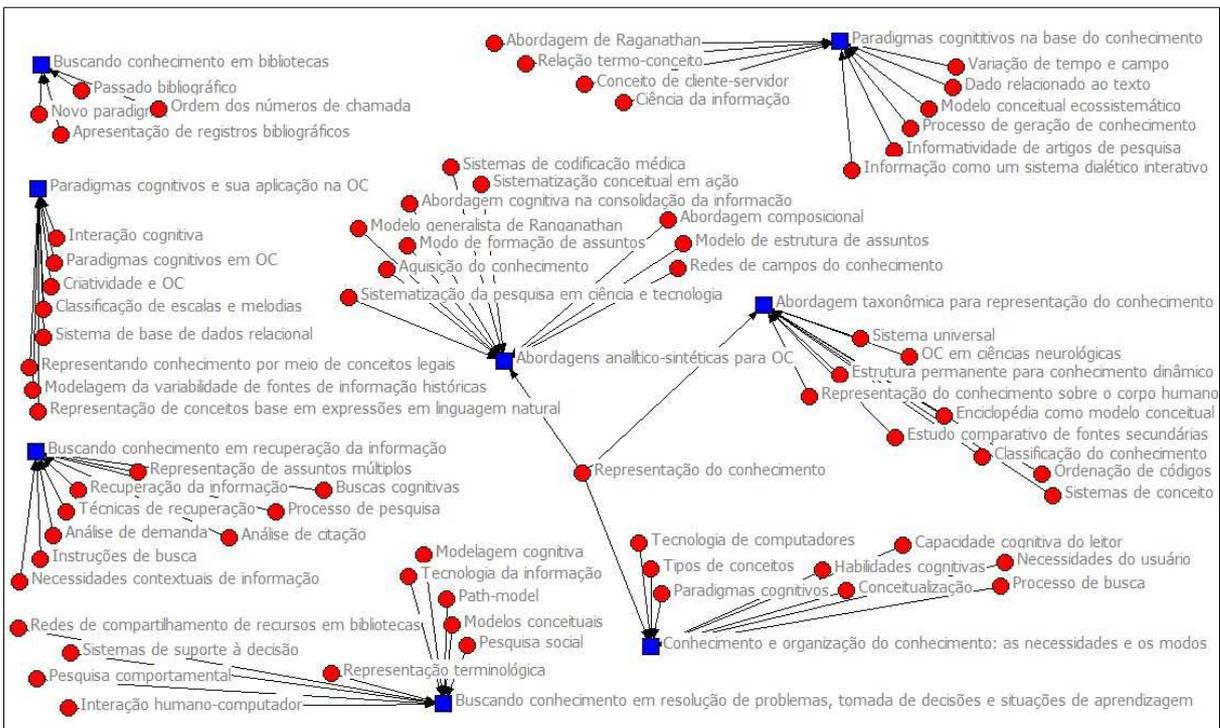


Gráfico 4 – Relação entre termos do título e subtemas, (NEELAMEGHAN, 1992a).
 Fonte: A autora, com base nos dados coletados em Neelameghan (1992a).

Os termos extraídos dos trabalhos enquadrados no subtema “Conhecimento e OC: necessidades e modos” (canto inferior direito do Gráfico 4) se referem especialmente à interação entre as áreas tecnológicas e aquelas vinculadas às Ciências da Cognição como “Tecnologia de computadores”, “Processo de busca”, “Necessidades do usuário”, “Capacidade cognitiva do leitor”, “Habilidades cognitivas”, “Paradigmas cognitivos”, “Tipos de conceitos”, “Conceitualização” e, por fim, o termo “Representação do conhecimento” que também está ligado aos subtemas “Abordagem analítico-sintética para OC” e “Abordagem taxonômica para representação do conhecimento”.

No subtema “Buscando conhecimento em bibliotecas” (canto superior esquerdo do Gráfico 4) estão localizados os termos relacionados a assuntos inerentes à prática biblioteconômica como “Ordem dos números de chamada”, “Apresentação de registros bibliográfico”, “Passado bibliográfico” e um termo de se reporta a uma reflexão filosófica e/ou epistemológica como “Novo paradigma” que se refere ao paradigma cognitivo como já exposto na categoria anterior.

À categoria “Buscando conhecimento em recuperação da informação” (lado esquerdo, parte inferior do Gráfico 4) estão subordinados os termos também de cunho tecnológico “Recuperação da informação”, “Processo de pesquisa”, “Instruções de busca”, “Análise de demanda”, “Buscas cognitivas” e “Técnicas de recuperação”; termos ao campo de OC como “Representação de assuntos múltiplos”, “Necessidades contextuais de informação” e “Análise de citação”.

Inserido no subtema “Buscando conhecimento em resolução de problemas, tomada de decisões e situações de aprendizagem” (parte inferior do quadro do Gráfico 4) se encontram os termos “Tecnologia da informação”, “Sistemas de suporte à decisão”, “Redes de compartilhamento de recursos em bibliotecas”, “Interação humano-computador”, “Modelagem cognitiva”, “Modelos conceituais”, “*Path-model*”, “Pesquisa comportamental”, “Pesquisa social”, que por sua vez, estão relacionados com o intercâmbio de enfoques tecnológicos e cognitivos e o termo “Representação terminológica” ligado à OC.

O subtema “Abordagem taxonômica para representação do conhecimento” (lado direito, parte central do Gráfico 4) abarca os termos “Sistema universal”, “Ordenamento de códigos”, “Classificação do conhecimento”, “Estrutura permanente para conhecimento dinâmico”, “Sistema de conceitos”, “Representação do conhecimento sobre o corpo humano”, “OC em ciência neurológicas”, “Estudo comparativo de fontes secundárias” e “Enciclopédia

como modelo conceitual de OC” e “Representação do conhecimento”, todos ligados aos enfoque cognitivista do campo da OC já evidenciado nas análises sobre as obras de Ranganathan e Dahlberg.

Como a próprio nome apresenta, o subtema “Abordagem analítico-sintética para OC” (área central do Gráfico 4) está diretamente ligado aos conceitos referentes ao método analítico-sintético proposto por Ranganathan, além de demonstrar uma clara preocupação com a questão cognitivista e aspectos conceituais. Os termos representativos dos trabalhos categorizados neste subtema são: “Modelo generalista de Ranganathan”, “Modelo de estrutura de assuntos”, “Modo de formação de assuntos”, “Abordagem cognitiva na consolidação da informação”, “Sistematização da pesquisa em ciência e tecnologia”, “Abordagem composicional”, “Aquisição e representação do conhecimento de sistemas de codificação médica” e “Redes de campos do conhecimento”, “Sistematização conceitual em ação”, “Aquisição de conhecimento” e “Representação do conhecimento” (também vinculado aos subtemas “Conhecimento e OC: necessidades e modos” e “Abordagem taxonômica para representação do conhecimento”). Nessa categoria são enquadrados trabalhos de autoria de Dahlberg e de Neelameghan.

Outro aspecto onde é possível visualizar uma clara preocupação cognitiva é na categoria de subtema “Paradigmas cognitivos e sua aplicação na OC” (parte superior esquerda do Gráfico 4). Além do próprio título do subtema, os termos que compõe esta categoria “Paradigmas cognitivos em OC”, “Criatividade e OC” e “Interação cognitiva” evidenciam tal preocupação. Os “Representando conhecimento por meio de conceitos legais”, “Representação de conceitos base em expressões em linguagem natural”, “Classificação de escalas e melodias”, “Sistema de base de dados relacional”, “Modelagem da variabilidade de fontes de informação históricas” se referem a aplicações de métodos e ferramentas de OC em áreas do conhecimento específicas.

O mesmo interesse cognitivista pode ser verificado em “Paradigmas cognitivos na base do conhecimento” (canto superior direito do Gráfico 4), sobretudo a partir dos termos “Modelo conceitual ecossistemático” e “Abordagem de Ranganathan”, além dos demais que se referem à temática da produção do conhecimento: “Variação de tempo e campo”, “Informatividade de artigos de pesquisa”, “Ciência da informação”, “Informação como um sistema dialético interativo” e “Processo de geração de conhecimento”, “Dado relacionado ao

texto”, “Relação termo-conceito” e, por último, “Conceito de cliente-servidor” que mostra um interesse atrelado à tecnologia.

Conforme o Quadro 1, em 1994 foi realizada na cidade de Copenhague na Dinamarca a terceira edição do congresso da ISKO sob o tema principal “OC e gerenciamento da qualidade”. O evento contou com a apresentação de 53 trabalhos e participação de 77 autores, por meio de 32 propostas de autoria simples, quinze de autoria dupla e uma tripla.

A edição de 1994 foi organizada pelas pesquisadoras Hanne Albrechtsen e Susanne Øernager, então vinculadas a *Royal School Librarianship* da Universidade de Copenhague. A partir do exame geral das suas produções, foi possível observar, principalmente nas publicações de Albrechtsen que, tem sido interesse da autora temas relacionados à classificação de softwares (ALBRECHTSEN, 1990, 1992a, 1992b), indexação automática (ALBRECHTSEN, 1993a), análise de domínio (ALBRECHTSEN, 1992b, 1993b, HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995, ecologia da informação, modelos integração do conhecimento e análise cognitiva de esquemas de classificação (ALBRECHTSEN, 2000; ALBRECHTSEN; JACOB, 1998a, 1998b; ALBRECHTSEN; PEJTERSEN, 2003; PEJTERSEN; ALBRECHTSEN, 2000, 2002). Importante destacar que entre os anos de 1994 e 1998 Albrechtsen era a presidente da ISKO. Øernager pesquisava sobre a imagem como recurso informacional e o tratamento de documentos imagéticos (ØERNAGER, 1989, 1991, 1992, 1994, 1995a, 1995b, 1996, 1997, 1998a, 1998b). O tema geral do evento sobre Qualidade era uma intensa preocupação nos anos 1990, sobretudo nas áreas de gerenciamento de sistemas, fato que pode ter influenciado na escolha da temática principal do evento.

O temário do evento foi composto pelas categorias de enunciados cujos dados estão sistematizados na Tabela 4.

Enunciados escolhidos para representar os subtemas do Congresso da ISKO	Trabalhos Qtd.	Autores Qtd.	Autoria simples	Autoria dupla	Autoria tripla	Demais autorias
“ <u>Qualidade em OC</u> ”	6	9	4	1	1	0
“ <u>Teoria do conhecimento</u> ”	6	6	6	0	0	0
“ <u>Linguística em OC</u> ”	6	8	4	2	0	0
“ <u>Representação do conceito em design de sistemas</u> ”	6	8	4	2	0	0
“ <u>OC em domínios específicos</u> ”	6	10	3	2	1	0
“ <u>Comunicação e OC</u> ”	5	6	4	1	0	0
“ <u>OPAC</u> ”	3	6	1	1	1	0
“ <u>Sistemas baseados em conhecimento</u> ”	3	8	0	1	2	0
“ <u>Ferramentas e técnicas de OC</u> ”	3	5	1	2	0	0
“ <u>Tesauros face às novas tecnologias</u> ”	3	6	1	1	1	0
“ <u>Reestruturação de esquemas de classificação e tesauros</u> ”	3	5	1	2	0	0
“ <u>Perspectivas futuras</u> ”	3	3	3	0	0	0

Tabela 4 – Enunciados, quantidades de trabalhos, autores e tipos de autoria da (ALBRECHTSEN; ØRNAGER,1994).

Fonte: A autora, com base nos dados coletados em Albrechtsen; Ørnager (1994).

O Gráfico 5 apresenta a representação em redes da relação entre o nome dos autores e os subtemas citados.

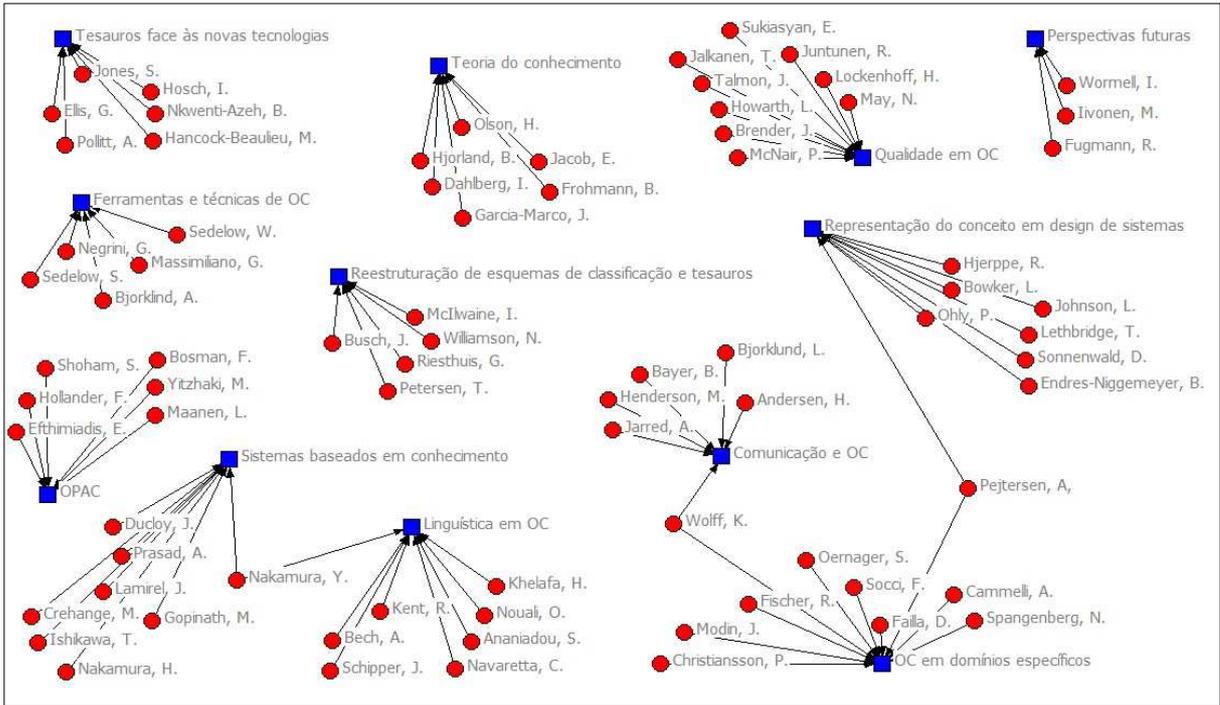


Gráfico 5 – Relação entre subtemas e autores, (ALBRECHTSEN; ØRNAGER, 1994).
 Fonte: A autora, com base nos dados coletados em Albrechtsen; Ørnager (1994).

O Gráfico 6 apresenta representação da relação entre os termos chaves seleccionados dos títulos dos trabalhos e os subtemas.

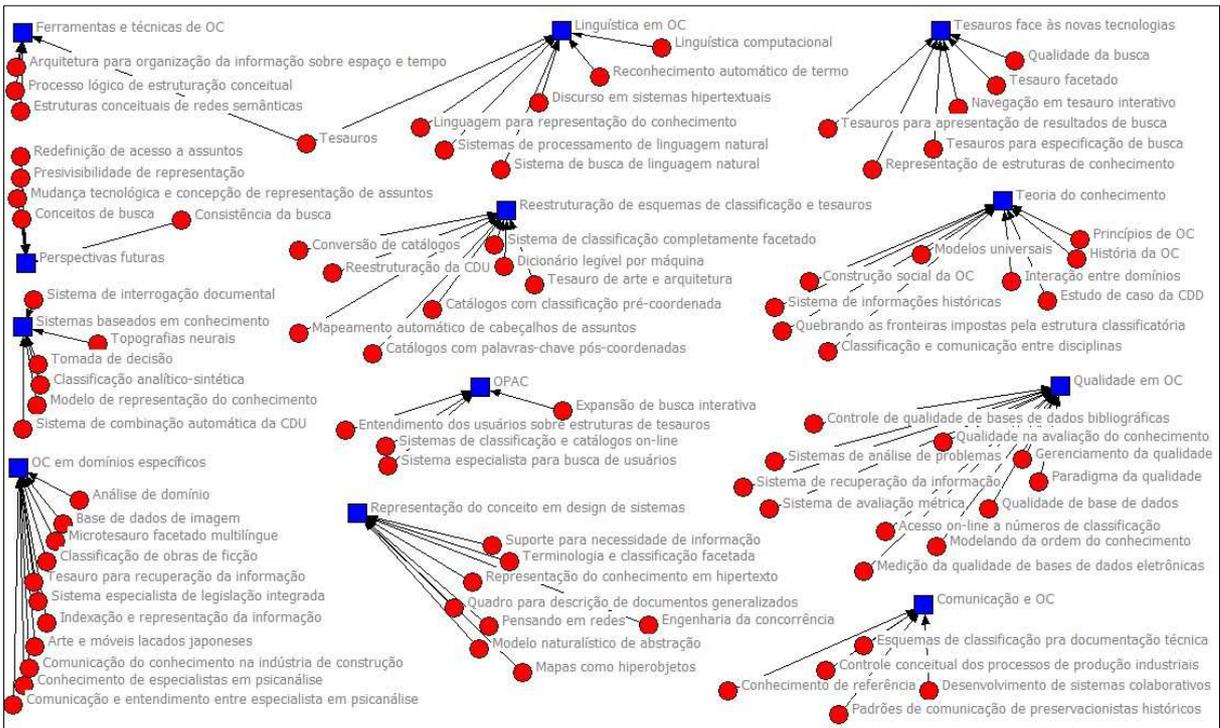


Gráfico 6 – Relação entre termos do título e subtemas, (ALBRECHTSEN; ØRNAGER, 1994).
 Fonte: A autora, com base nos dados coletados em Albrechtsen; Ørnager (1994).

Representativa do tema geral do evento, a categoria “Qualidade em OC” (lado direito, parte inferior do Gráfico 6), de acordo com o gráfico, é composta pelos seguintes termos, dos quais pode-se fazer o mesmo julgamento que o subtema: “Paradigma da qualidade”, “Sistemas de análise de problemas de gerenciamento da qualidade”, “Quadro de qualidade para avaliação do conhecimento”, “Controle de qualidade de bases de dados bibliográficas”, “Medição da qualidade de bases de dados eletrônicas” e “Qualidade de base de dados”. Os demais termos: “Modelando da ordem do conhecimento”, “Sistema de recuperação da informação”, “Acesso on-line a números de classificação”, “Sistema de avaliação métrica”, apesar de não trazerem consigo a palavra “qualidade”, expressam um interesse similar baseado na utilização de ferramentas e métodos de cunho tecnológico e quantitativo para garantir a “qualidade” no funcionamento dos sistemas de OC.

Ao subtema “Teoria do conhecimento” (lado direito, parte central do Gráfico 6) estão vinculados os trabalhos representados pelos termos que evidenciam uma preocupação teórica relativa ao domínio de OC como “Princípios de OC”, “História da OC”, “OC em sistemas de informações históricas” e “Construção social da OC”; termos que abordam questões inter e transdisciplinares como “Interação entre domínios” e “Classificação e comunicação transdisciplinar”; e termos referentes ao estudo crítico das classificações universais como “Modelos universais”, “Quebrando as fronteiras impostas pela estrutura classificatória” e “Estudo de caso da CDD”. Não é coincidência que, de acordo com o Gráfico 5 (parte centro superior), os autores enquadrados nessa categoria sejam Dahlberg, Olson, Garcia-Marco, Hjørland, Jacob e Frohmann, todos cuja produção reflete claramente uma preocupação teórica e crítica em relação aos fundamentos da OC.

O subtema “Linguística em OC” (área centro superior do Gráfico 6) sistematiza trabalhos cujos termos refletem uma preocupação relacionada à aplicação das tecnologias e técnicas de análise de sistemas às ferramentas linguísticas e documentárias como tesouros, por exemplo, além de aplicação de técnicas da linguística computacional, hipertextos e processamento da linguagem natural. Os termos localizados nessa categoria são: “Sistema de busca de linguagem natural”, “Sistemas de processamento de linguagem natural” “Linguagem para representação do conhecimento”, “Linguística computacional”, “Reconhecimento automático de termos”, “Discurso em sistemas hipertextuais” e “Tesouros”.

Na categoria “Representação conceitual em design de sistemas” (parte centro inferior do Gráfico 6) são encontrados termos referentes às estruturas visuais de sistemas propostas

com base no modo de abstração, do pensamento como “Modelo naturalístico de abstração” e “Pensamento em redes” que podem evidenciar uma certa orientação cognitivista; termo relativos à apresentação ou o design de estruturas de sistemas de informação e conhecimento, métodos e técnicas para aplicação a tal atividade como “Quadro para suporte de necessidade de informação”, “Engenharia da concorrência”, “Quadro para descrição de documentos generalizados”, “Mapas como hiperobjetos” e “Representação do conhecimento em hipertexto”; e, por fim, aplicações referentes à interação terminológica e à classificação como “Terminologia e classificação facetada”.

Em “OC em domínios específicos” (canto inferior esquerdo do Gráfico 6) observa-se a ocorrência de termos relativos às técnicas, aos instrumentos e aos métodos para organização de conteúdo, como: “Microtesauro facetado multilíngue”, “Tesauro para recuperação da informação” e “Indexação e representação da informação”, não só de áreas do conhecimento específicas como “Conhecimento de especialistas em psicanálise”, “Comunicação e entendimento entre especialista em psicanálise”, “Comunicação do conhecimento na indústria de construção”, “Arte e móveis lacados japoneses”, mas também no que diz respeito a tipos específicos de materiais e gêneros documentais como “Base de dados de imagem”, “Sistema especialista de legislação integrada” e “Classificação de obras de ficção”; e, por fim, o termo “Análise de domínio”, que nessa época ainda não era considerada uma teoria ou um método da OC e sim um conceito que começou a ser transportado pela escola dinamarquesa (ALBRECHTSEN, HJØRLAND e PEJTERSEN, que é a autora do trabalho representado pelo termo como pode ser visualizado no Gráfico 5) do campo da computação para OC.

O subtema “Comunicação e OC” (canto inferior direito do Gráfico 6) se refere ao desenvolvimento de ferramentas, sistemas e metodologias que assegurem a efetiva comunicação entre os registros de conhecimento e os usuários. Assim, os termos alocados nessa categoria são “Desenvolvimento de sistemas colaborativos”, “Padrões de comunicação preservacionistas históricos”, “Conhecimento de referência”, “Esquemas de classificação pra documentação técnica” e “Controle conceitual dos processos de produção industriais”.

A categoria “OPAC” (localizada no centro do Gráfico 6) traz termos relacionados às metodologias de catálogos on-line para facilitar o acesso dos usuários ao conhecimento por meio não só dos catálogos mas, da interação deles com sistemas de classificação e tesauros, além da aplicação da tecnologia em todo esse processo. “Entendimento dos usuários sobre estruturas de tesauros”, “Expansão de busca interativa”, “Sistema especialista para busca de

usuários” e “Sistemas de classificação e catálogos on-line” são os termos ligados a esse subtema.

A categoria temática “Sistemas baseados em conhecimento” (lado esquerdo, posição centro do Gráfico 6) estrutura os termos a sistemas e técnicas para representação do conhecimento como “Modelo de representação do conhecimento” e “Classificação analítica sintética” (representativo da linha de pensamento rangathiana, e, não casualmente, representativa do trabalho cuja autoria é dividida pelos pesquisadores indianos Gopinath e Prasad conforme o Gráfico 5); termos relacionados à aplicação tecnológica das atividades de representação do conhecimento como “Sistema de combinação automática da CDU”, “Sistema de interrogação documental”, “Topografias neurais”, sistemas esses projetados para auxiliar na atividade representada pelo termo “Tomada de decisão”.

O eixo temático “Ferramentas e técnicas de OC” (canto superior esquerdo do Gráfico 6), como seu próprio nome diz, se refere aos instrumentos e aos métodos próprios da OC para estruturar conceitos, redes de significados e informações espaço temporais como demonstram os termos vinculados “Processo lógico de estruturação conceitual”, “Estruturas conceituais de redes semânticas” e “Arquitetura para organização da informação sobre espaço e tempo”.

Tanto o subtema “Tesouros face às novas tecnologias” (canto superior direito do Gráfico 6) quanto os termos a ele vinculados “Navegação em tesouro interativo”, “Tesouro facetado”, “Tesouros para especificação de busca”, “Tesouros para apresentação de resultados de busca”, “Representação de estruturas de conhecimento” e “Qualidade da busca”, demonstram o interesse e a necessidade na aplicação de tecnologias na utilização de tesouros.

Por meio da categoria “Reestruturação de esquemas de classificação e tesouros” (posição central do Gráfico 6) verifica-se a preocupação relacionada às inovações estruturais e aos métodos de OC em classificações, tesouros, cabeçalhos de assuntos e dicionários, motivadas sobretudo pelo avanço tecnológico. Os termos subordinados a essa categoria são “Mapeamento automático de cabeçalhos de assuntos”, “Tesouro de arte e arquitetura”, “Dicionário legível por máquina”, “Conversão de catálogos”, “Catálogos com classificação pré-coordenada”, “Catálogos com palavras-chave pós-coordenadas”, “Reestruturação da CDU” e “Sistema de classificação completamente facetado”.

Já no item “Perspectivas futuras” (lado esquerdo superior do Gráfico 6) foram categorizados trabalhos cuja temática é representada pelos seguintes termos “Previsibilidade de representação”, “Conceitos de busca”, “Consistência da busca”, “Redefinição de acesso a

assuntos” e “Mudança tecnológica e concepção de representação de assuntos” que evidenciam interesses de pesquisa sobre os impactos das futuras inovações tecnológicas nos sistemas e técnicas de organização e representação do conhecimento.

Em 1996 o capítulo internacional da ISKO foi realizado na cidade de Washington, DC, nos Estados Unidos sob o tema “OC e mudança”. Do evento participaram 65 autores com 47 trabalhos (37 de autoria simples, oito de autoria dupla, uma tripla e dois com quatro autores ou mais), conforme dados apresentados na Tabela 1. A organizadora do evento foi Rebecca Green pesquisadora da Universidade de Maryland desde 1989, e editora assistente da CDD desde 1997. Suas áreas de pesquisa são classificação, design de base de dados, aplicações linguísticas na atividade recuperação da informação, além do conceito de relacionamento ou relações no campo da OC e CDD (GREEN, 1989, 1995, 1996a, 1996b, 1998, 2000, 2001, 2006, 2008a, 2008b, 2010; BEAN; GREEN, 2001; GREEN; BEAN, 1995, 2006; GREEN, BEAN, HUDON, 2002; GREEN; BEAN; MYAENG, 2002).

Os 47 trabalhos apresentados foram arranjados em quatorze tópicos, conforme dados dispostos e organizados na Tabela 5.

Enunciados escolhidos para representar os subtemas do Congresso da ISKO	Trabalhos Qtd.	Autores Qtd.	Autoria simples	Autoria dupla	Autoria tripla	Demais autorias
“ <u>LCC</u> ”	2	2	2	0	0	0
“ <u>OC em configurações transculturais e translinguísticas</u> ”	3	4	2	1	0	0
“ <u>O papel das relações na OC</u> ”	3	3	3	0	0	0
“ <u>OC em ambientes on-line</u> ”	7	8	6	1	0	0
“ <u>Gerenciamento da mudança em esquemas de OC</u> ”	2	2	2	0	0	0
“ <u>Tesouros e metatesouros</u> ”	7	7	7	0	0	0
“ <u>OC e imagem</u> ”	3	4	2	1	0	0
“ <u>OC em ambientes de negócios e econômicos</u> ”	3	9	1	1	0	1
“ <u>Foco no usuário em OC</u> ”	3	9	2	0	0	1
“ <u>Abordagens interdisciplinares para OC</u> ”	4	6	2	2	0	0
“ <u>Interação epistemológica e OC</u> ”	3	3	3	0	0	0
“ <u>Processamento de linguagem natural</u> ”	3	4	2	1	0	0
“ <u>CDD</u> ”	3	3	3	0	0	0
“ <u>120 aniversário de Dewey</u> ”	1	1	1	0	0	0

Tabela 5 – Enunciados, quantidades de trabalhos (GREEN, 1996c).

Fonte: A autora, com base nos dados coletados em Green (1996c).

Como a própria organizadora da conferência relata no prefácio dos *proceedings* do evento (GREEN, 1996c, p. 9), os principais patrocinadores do evento foram a *Library of Congress* e a *OCLC Forest Press*, empresa responsável pela atualização da CDD. Isso poderia explicar a existência de três subtemas (“LCC”, “CDD” e “120 aniversário de Dewey”) dirigidos a produtos de OC sob responsabilidade dessas duas entidades. Os demais subtemas, sobretudo os “OC em configurações transculturais e translinguísticas”, “Processamento de linguagem natural”, “OC em ambientes on-line” e “O papel das relações na OC” são correspondentes à área de pesquisa da organizadora.

O Gráfico 7 apresenta a representação em redes da relação entre o nome dos autores e os subtemas citados.

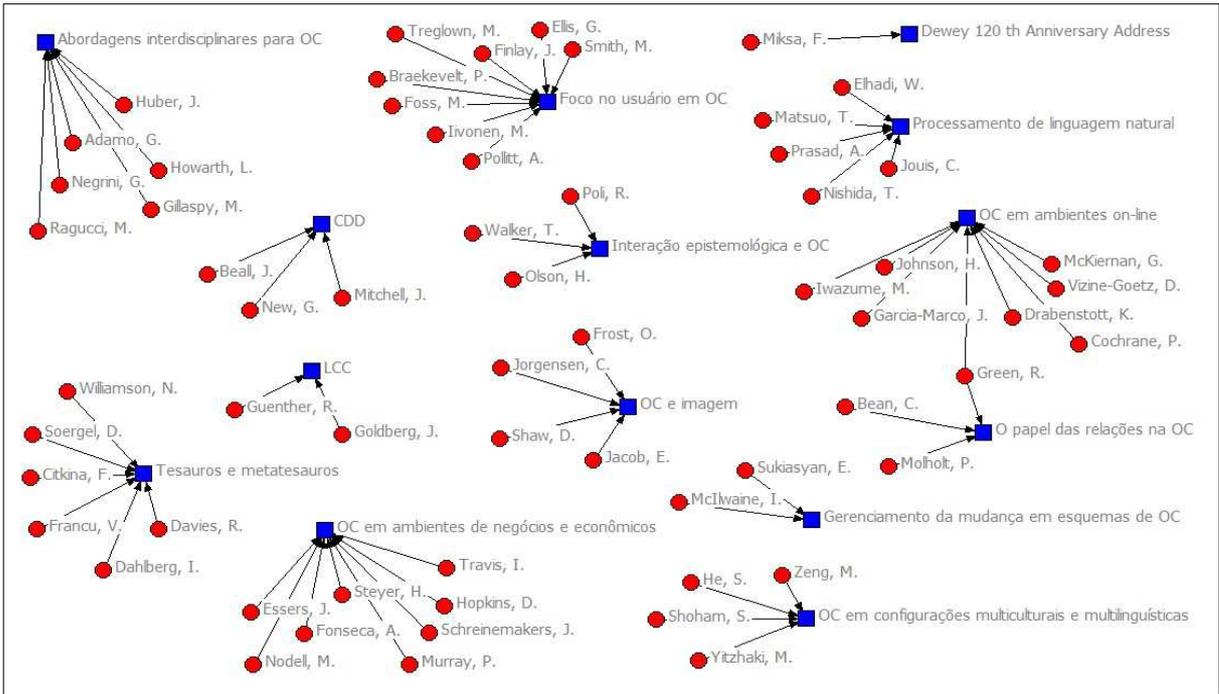


Gráfico 7 – Relação entre subtemas e autores (GREEN, 1996c).
 Fonte: A autora, com base nos dados coletados em Green (1996c)

O Gráfico 8 apresenta representação da relação entre os termos chaves selecionados dos títulos dos trabalhos e os subtemas.

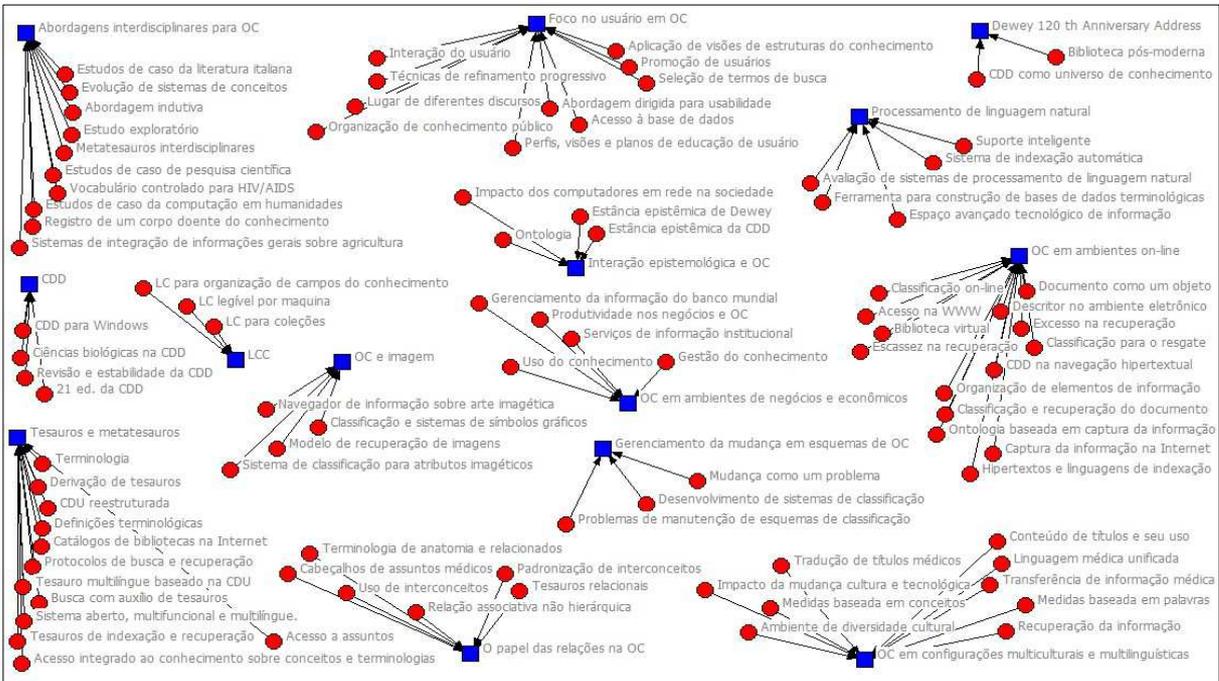


Gráfico 8 – Relação entre termos do título e subtemas (GREEN, 1996c).
 Fonte: A autora, com base nos dados coletados em Green (1996c)

O subtema “LCC” (lado esquerdo, posição superior do Gráfico 8) sistematiza os seguintes termos coletados dos títulos dos dois trabalhos subordinados: “LCC legível por máquina”, “LCC para coleções” e “LCC para organização de campos do conhecimento”. Aqui se verifica a preocupação com a aplicação do sistema classificatório da LC, uma classificação estadunidense, para organizar tanto coleções como conhecimento, bem como aspectos relativos à automatização dessa classificação.

Já na categoria “OC em configurações transculturais e translinguísticas” (canto inferior direito do Gráfico 8), estão arranjados três trabalhos cujos termos coletados foram: os que se referem a aspectos de mudanças culturais e tecnológicas como “Impacto da mudança cultura e tecnológica”, “Conteúdo de títulos e seu uso” e “Recuperação da informação”; e aqueles que se referem à aplicação de métodos de OC no domínio específico da medicina, contemplando elementos de diversidade cultural, conceituais, linguísticos e de comunicação como “Linguagem médica unificada”, “Ambiente de diversidade cultural”, “Medidas baseada em conceitos”, “Medidas baseada em palavras”, “Transferência de informação médica” e “Tradução de títulos médicos”.

O subtema titulado “O papel das relações na OC” (lado esquerdo, parte inferior do Gráfico 8) abarca termos que dizem respeito sobretudo às relações entre conceitos nos instrumentos de OC, como tesouros, cabeçalhos de assunto e terminologias, principalmente na área médica, retirados dos títulos de três trabalhos como: “Padronização de interconceitos”, “Uso de interconceitos”, “Tesouros relacionais”, “Relação associativa não hierárquica”, “Cabeçalhos de assuntos médicos” e “Terminologia de anatomia e relacionados”. No Gráfico 7 é possível verificar a presença de Rebecca Green e Carol Bean (coautora de trabalhos de Green) como autoras de trabalhos vinculados a esse subtema.

Agrupando sete trabalhos, a categoria “OC em ambientes on-line” (lado direito, posição central do Gráfico 8) é uma das mais expressivas desse evento no que se refere à quantidade de trabalhos. Como seu próprio nome diz, a ela estão subordinados os trabalhos relativos à aplicação de tecnologias de rede e de hipertexto às técnicas de OC. Sendo assim, os termos coletados foram: “Hipertextos e linguagens de indexação”, “CDD na navegação hipertextual”, “Classificação para o resgate”, “Excesso na recuperação”, “Escassez na recuperação”, “Descriptor no ambiente eletrônico”, “Classificação on-line”, “Classificação e recuperação do documento”, “Documento como um objeto”, “Organização de elementos de informação”, “Acesso na WWW”, “Biblioteca virtual”, “Ontologia baseada em captura da

informação” e “Captura da informação na Internet”. Também referente a esse subtema, conforme conteúdo representado pelo Gráfico 7, aparece um trabalho da autoria de Rebecca Green.

O subtema “Gerenciamento da mudança em esquemas de OC” (posição central do Gráfico 8) pode ser considerado o mais representativo da temática geral do evento (“OC e mudança”). A ele estão vinculados os termos extraído dos títulos de apenas dois trabalhos ligados a essa categoria como “Mudança como um problema”, “Desenvolvimento de sistemas de classificação” e “Problemas de manutenção de esquemas de classificação”.

Em relação à categoria “Tesouros e metatesouros” (canto inferior esquerdo do Gráfico 8), observa-se a presença de termos selecionados de sete trabalhos relacionados diretamente com tesouros e classificação (especialmente a CDU que, diferente da LC e da CDD não foi utilizada para nomear subtemas) como: “Busca com auxílio de tesouros”, “Tesouro multilíngue baseado na CDU”, “Tesouros de indexação e recuperação”, “Derivação de tesouros” e “CDU reestruturada”; os termos relacionados primordialmente à questão terminológica como “Sistema aberto, multifuncional e multilíngue”, “Acesso integrado ao conhecimento sobre conceitos e terminologias”, “Terminologia” e “Definições terminológicas”; e, por fim, os termos que denotam uma preocupação de cunho tecnológico como “Protocolos de busca e recuperação”, “Catálogos de bibliotecas na Internet” e “Acesso a assuntos”.

O eixo temático “OC e imagem” (lado esquerdo, posição central do Gráfico 8) organiza termos coletados dos títulos de três trabalhos como: “Classificação e sistemas de símbolos gráficos” e “Sistema de classificação para atributos imagéticos”, sobre classificações de símbolos e imagens; e o termos “Navegador de informação sobre arte imagética” e “Modelo de recuperação de imagens” que se referem à aplicação de tecnologias para recuperação e acesso de imagens”.

No subtema “OC em ambientes de negócios e econômicos” (posição central do Gráfico 8) são encontrados termos representativos de três trabalhos como: “Arquitetura de gerenciamento da informação do Banco Mundial”, “Serviços de informação institucional”, “Produtividade nos negócios e OC”, “Uso do conhecimento” e “Gestão do conhecimento” que, por sua vez, se referem à práticas de gestão da informação e do conhecimento em ambientes empresariais.

Em “Foco no usuário em OC” (posição centro-superior do Gráfico 8), podem ser visualizados os termos relacionados à comunicação e à educação do usuário como “Interação do usuário”, “Perfis, visões e planos de educação de usuário” e “Promoção de usuários”; a modos de acesso, busca e seleção de informação potencialmente realizadas por usuário como “Seleção de termos de busca”, “Lugar de diferentes discursos”, “Técnicas de refinamento progressivo” e “Acesso à base de dados”; e, modo de organizar o conhecimento dirigido à visão de mundo do usuário como “Organização de conhecimento público”, “Aplicação de visões de estruturas do conhecimento” e “Abordagem dirigida para usabilidade”. Três trabalhos foram enquadrados nessa categoria.

“Metatesauros interdisciplinares”, “Estudo exploratório”, “Evolução de sistemas de conceitos”, “Estudos de caso de pesquisa científica”, “Estudos de caso da literatura italiana”, “Estudos de caso da computação em humanidades”, “Abordagem indutiva”, “Sistemas de integração de informações gerais sobre agricultura”, “Vocabulário controlado para HIV/AIDS” e “Registro de um corpo doente do conhecimento” foram os termos extraídos dos quatro trabalhos categorizados pelo subtema “Abordagens interdisciplinares para OC” (canto superior esquerdo do Gráfico 8). Todos os termos se referem às técnicas de construção de instrumento de OC aplicadas em estudos e pesquisas em áreas do conhecimento distintas e/ou que se relacionam com mais de uma disciplina.

O subtema “Interação epistemológica e OC” (posição central do Gráfico 8) contempla trabalhos relacionados a questões teóricas da OC e, apesar de dar enfoque ao viés epistemológico, abarca um trabalho cuja a abordagem é ontológica. Os termos retirado de três trabalhos ligados a essa categoria são “Estância epistêmica de Dewey”, “Estância epistêmica da CDD”, “Ontologia”, “Epistemologia de computadores” e “Impacto dos computadores em rede na sociedade”.

Na categoria “Processamento de linguagem natural” (lado direito, posição superior do Gráfico 8) são arranjado três trabalhos cujos termos do título evidenciam um interesse na questão de automatização da linguagem em sistemas de informação e terminológicos como “Sistema de indexação automática”, “Suporte inteligente”, “Espaço avançado tecnológico de informação”, “Avaliação de sistemas de processamento de linguagem natural” e “Ferramenta para construção de bases de dados terminológicas”.

Os dois últimos subtemas, “CDD” (lado esquerdo, área superior do Gráfico 8) e “120 aniversário de Dewey” (canto superior direito do Gráfico 8), que trazem juntos termos de

quatro trabalhos que expressam às inovações do sistema classificatório de Dewey como “Vigésima primeira edição da CDD”, “Revisão e estabilidade da CDD”, “Ciências biológicas na CDD”, “CDD para Windows” e “CDD como universo de conhecimento” e “Biblioteca pós-moderna”.

O congresso da ISKO de 1998 foi realizado em Lille na França e foi organizado pela pesquisadora da *Université Charles-De-Gaulle Lille 3* Widad Mustafa El Hadi em conjunto com os pesquisadores Jacques Maniez e A. Steven Pollitt. O tema geral escolhido para esse evento foi o enunciado “Estruturas e relações na OC”. Nesse congresso, conforme dados compilados na Tabela 1, foram apresentados 52 trabalhos por 79 autores (33 de autoria simples, onze dupla, sete triplas e um com quatro autores ou mais).

Widad Mustafa El Hadi era a atual presidente da ISKO França, cargo que desempenhou entre os anos de 1996 e 2001. Sobretudo no universo da ISKO, verificou-se que a produção de Mustafa El Hadi dedicava-se a abordagens terminológicas e aplicações na OC (MUSTAFA EL HADI, 1990), também sobre processamento de linguagem natural e bases de dados terminológicas (MUSTAFA EL HADI; JOUIS, 1996), sobre auxílio das tecnologias de reconhecimento e extração de termos de linguagens discursivas especiais (MUSTAFA EL HADI, 1998), sobre a influência do paradigma linguístico e terminologia na recuperação da informação (MUSTAFA EL HADI, 2000, 2002), testes em sistemas de informações (DABADDIE; MUSTAFA EL HADI; FRAYSSE, 2004) análise de comunidades discursivas (MUSTAFA EL HADI, 2008).

Já a produção de Jacques Maniez (1976, 1987, 1993, 1997, 1999, 2002; MANIEZ e MANIEZ, 2009) que, em 1998, era pesquisador aposentado *Institut Universitaire de technologie* e da Universidade de Dijón e pesquisador atuante na ISKO França, concentraram-se em temas como aplicação da sintaxe, de aspectos linguísticos e semióticos no contexto documentário, linguagens documentárias, de classificação, de indexação, tesouros, compatibilidade entre base de dados e linguagens documentárias e facetas de indexação e classificação.

A produção de A. Steven de Pollitt, pesquisador vinculado ao *Centre for Database Access Research* da *The University of Huddersfield* (Reino Unido), com a maioria dos trabalhos realizada em coautoria (POLLITT et al, 1994, 1996, 2000; POLLITT, 1998), gira em torno de assuntos como busca em base de dados de tesouros e da CDD, além dos OPACs.

Os trabalhos apresentados em 1998 foram representados por meio dos enunciados constituintes dos subtemas, conforme dados expressos na Tabela 6.

Enunciados escolhidos para representar os subtemas do Congresso da ISKO	Trabalhos Qtd.	Autores Qtd.	Autoria simples	Autoria dupla	Autoria tripla	Demais autorias
“ <u>Epistemologia e ecologia da informação</u> ”	3	4	2	1	0	0
“ <u>Abordagens cognitivas para OC (A): entidades conceituais e modelagem de ontologias</u> ”	3	4	2	1	0	0
“ <u>Modelos computacionais</u> ”	3	7	1	0	2	0
“ <u>Desenvolvimento e análise de sistemas de classificação</u> ”	4	4	4	0	0	0
“ <u>Abordagens interdisciplinares para OC</u> ”	3	5	2	0	1	0
“ <u>Design de sistemas de informação (A): design de tesauros</u> ”	4	4	4	0	0	0
“ <u>Design de sistemas de informação (B): estruturas do conhecimento na interface</u> ”	5	7	3	2	0	0
“ <u>Aspectos linguísticos</u> ”	7	8	6	1	0	0
“ <u>Abordagem comparativa</u> ”	2	4	1	0	1	0
“ <u>Abordagens cognitivas para OC (B): aplicações: recuperação de imagens</u> ”	3	5	1	2	0	0
“ <u>Design de sistemas de informação (C): design de sistemas de conhecimento para fins especiais</u> ”	4	8	1	2	1	0
“ <u>Modelagem conceitual</u> ”	4	6	3	0	1	0
“ <u>Modelagem de perfil do usuário</u> ”	3	5	2	0	1	0
“ <u>Estruturas e relações em ambientes on-line</u> ”	5	9	3	1	0	1

Tabela 6 – Enunciados, quantidades de trabalhos, autores e tipos de autoria (MUSTAFA EL HADI; MANIEZ; POLLITT, 1998).

Fonte: A autora, com base nos dados coletados em Mustafa El Hadi, Maniez e Pollitt (1998).

O Gráfico 9 apresenta a representação em redes da relação entre o nome dos autores e os subtemas citados.

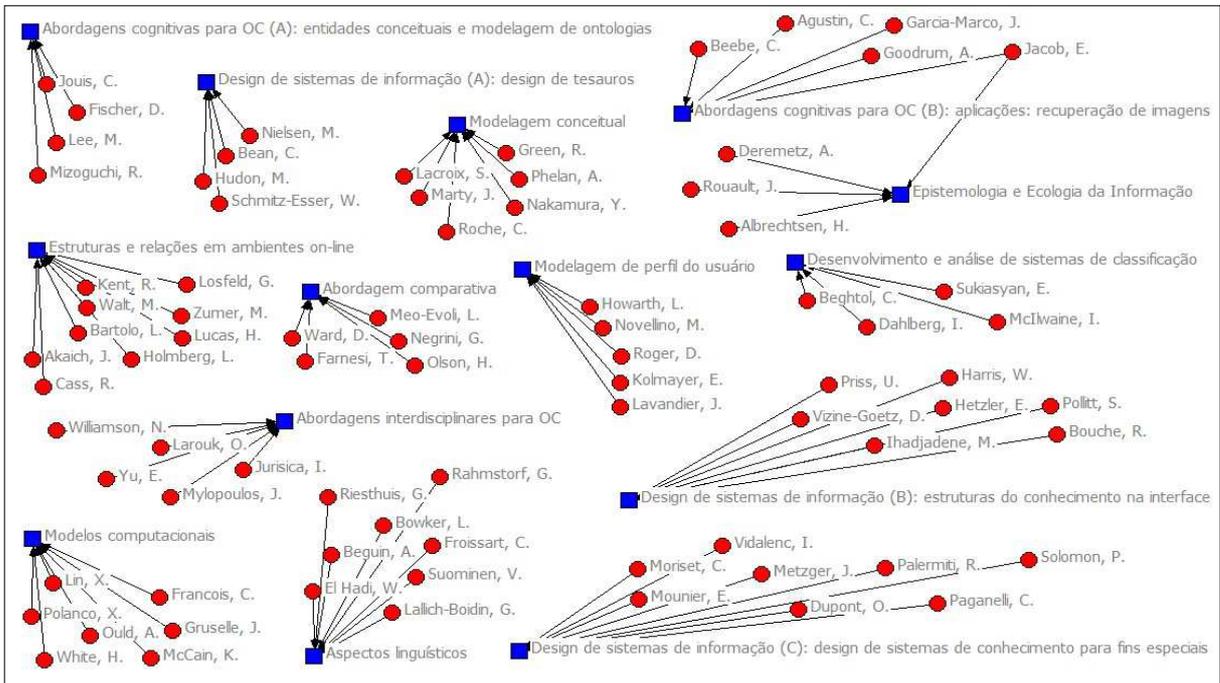


Gráfico 9 – Relação entre subtemas e autores (MUSTAFA EL HADI; MANIEZ; POLLITT, 1998). Fonte: A autora, com base nos dados coletados em Mustafa El Hadi, Maniez e Pollitt (1998).

O Gráfico 10 apresenta representação da relação entre os termos chaves selecionados dos títulos dos trabalhos e os subtemas.

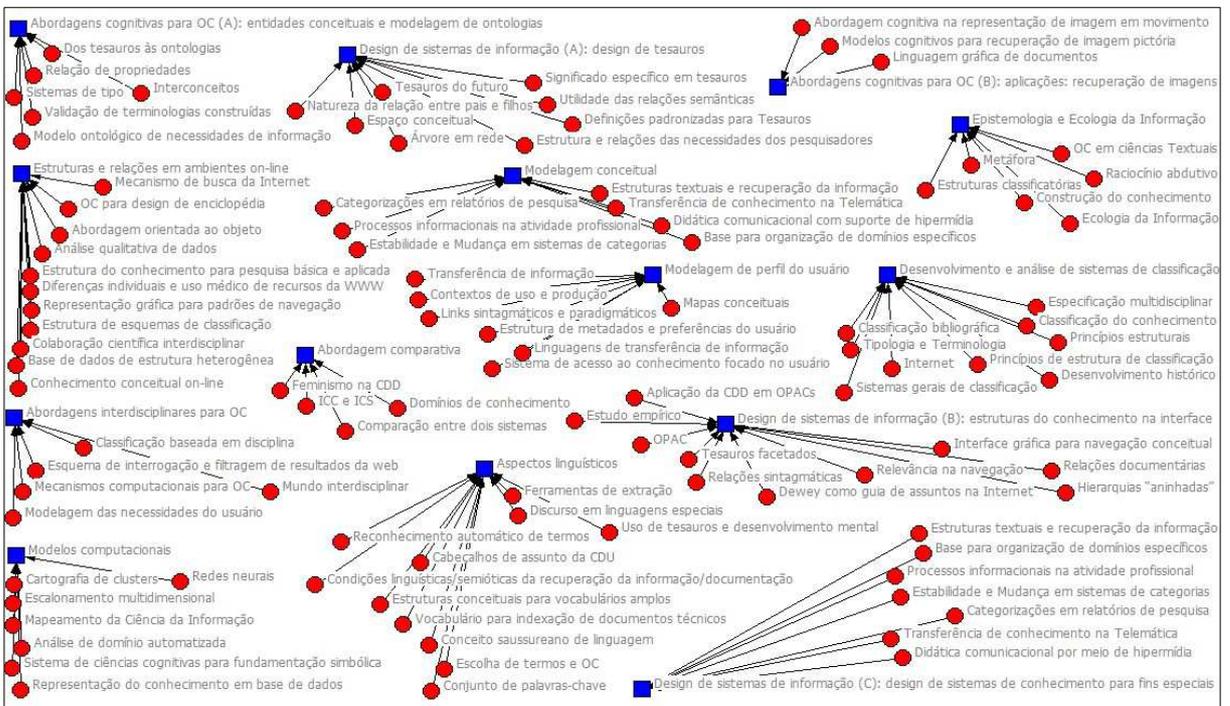


Gráfico 10 – Relação entre termos do título e subtemas (MUSTAFA EL HADI; MANIEZ; POLLITT, 1998). Fonte: A autora, com base nos dados coletados em Mustafa El Hadi, Maniez e Pollitt (1998).

O subtema “Epistemologia e ecologia da informação” (lado direito, parte superior do Gráfico 10) abarca três trabalhos cujos termos foram extraídos dos títulos foram os seguintes: “Estruturas classificatórias”, “Ecologia da informação”, “Metáfora”, “Construção do conhecimento”, “OC em Ciências Textuais” e “Raciocínio abduutivo”.

Já a categoria nomeada “Abordagens cognitivas para OC (A): entidades conceituais e modelagem de ontologias”, (canto superior esquerdo do Gráfico 10) agrupa três trabalhos sobre a adoção da perspectiva ontológica para organizar conceitos. Os termos selecionados foram “Dos tesouros às ontologias”, “Modelos de ontologia”, “Necessidade de informação”, “Sistemas de tipos”, “Interconceitos”, “Relação de propriedades” e “Terminologias construídas”.

A categoria “Modelos computacionais” (canto inferior esquerdo do Gráfico 10) traz três trabalhos sobre a utilização da tecnologia alidada a modelos cognitivos nas atividades de organização e representação do conhecimento. Os termos “Sistema de ciências cognitivas para fundamentação simbólica”, “Análise de domínio automatizada”, “Escalonamento multidimensional”, “Mapeamento da Ciência da Informação”, “Redes neurais”, “Representação do conhecimento em base de dados” e “Cartografia de clusters” foram considerados representativos desse subtema.

No eixo temático “Desenvolvimento e análise de sistemas de classificação” (lado direito, parte central do Gráfico 10) são encontrados os termos “Desenvolvimento histórico de sistemas de classificação”, “Tipologia e Terminologia”, “Princípios de estrutura de classificação”, “Sistemas gerais de classificação”, “Princípios estruturais”, “Especificação multidisciplinar”, “Classificação do conhecimento”, “Classificação bibliográfica” e “Internet”. Esse subtema se refere principalmente às estruturas, desenvolvimento histórico, multidisciplinaridade e a relação com a Internet dos sistemas classificatórios, sobretudo os esquemas mais gerais. De acordo com os dados expostos no Gráfico 9, encontram-se vinculadas a esse subtema autores cuja produção dedica-se a aspectos teóricos da classificação como Sukiasyan, Dahlberg, Beghtol e McIlwaine.

Ligados ao enunciado “Abordagens interdisciplinares para OC” (lado esquerdo inferior do Gráfico 10) são encontrados os termos “Modelagem das necessidades do usuário”, “Esquema de interrogação e filtragem de resultados da web”, “Mundo interdisciplinar”, “Classificação baseada em disciplina” e “Mecanismos computacionais para OC” retirados de três trabalhos que, por sua vez, se referem à relação interdisciplinar entre a OC e a área de

Computação como também à perspectiva interdisciplinar confrontada com classificações usualmente construídas a partir da segmentação disciplinar. Esse último tema é representativo do trabalho de Williamson (ver Gráfico 9), pesquisadora cujo interesse gira em torno do papel das questões interdisciplinares na OC, principalmente nos sistemas classificatórios.

Em relação ao subtema “Design de sistemas de informação (A): design de tesouros” (área superior, posição central do Gráfico 10) pode ser visualizado os termos, retirados de quatro trabalhos, “Natureza da relação entre pais e filhos”, “Árvore em rede”, “Utilidade das relações semânticas”, “Definições padronizadas para tesouros”, “Significado específico em tesouros”, “Espaço conceitual”, “Tesouros do futuro” e “Estrutura e relações das necessidades dos pesquisadores”, a maioria referente à estruturação e às relações entre conceitos presentes nos tesouros.

Já no subtema “Design de sistemas de informação (B): estruturas do conhecimento na interface” (lado direito, parte inferior do Gráfico 10), são abordados aspectos relacionados ao projeto de sistemas, também no que tange a questões estruturais e de relacionamento entre conceitos, porém dando ênfase à aplicação de sistemas de OC às tecnologias de informação e comunicação, sobretudo no ambiente da Internet. Os termos extraídos dos cinco trabalhos presentes nessa categoria são: “Relações sintagmáticas”, “Relevância na navegação”, “OPAC”, “Estudo empírico”, “Relações documentárias”, “Aplicação da CDD em OPACs”, “Interface gráfica para navegação conceitual”, “Tesouros facetados”, “Hierarquias aninhadas” e “Dewey como guia de assuntos na Internet”.

O subtema “Aspectos linguísticos” (parte inferior, posição central do Gráfico 10) arranja sete trabalhos dos quais os termos selecionados foram “Estruturas conceituais para vocabulários amplos”, “Reconhecimento automático de termos”, “Ferramentas de extração”, “Discurso em linguagens especiais”, “Escolha de termos e OC”, “Cabeçalhos de assunto da CDU”, “Conjunto de palavras-chave”, “Uso de tesouros e desenvolvimento mental”, “Condições linguísticas/semióticas da recuperação da informação/documentação”, “Conceito saussureano de linguagem” e “Vocabulário para indexação de documentos técnicos”. Esses termos se referem majoritariamente a aspectos linguísticos e terminológicos aplicados a atividades de indexação e classificação com o auxílio das tecnologias. Também observa-se a presença de um interesse voltado para o enfoque cognitivo e semiótico. O trabalho de Mustafa El Hadi, conforme o Gráfico 9, se encontra subordinado a essa categoria devido a sua trajetória de produção nessa área como já mencionado.

A categoria titulada “Abordagem comparativa” (lado esquerdo, área central do Gráfico 10) abarca dois trabalhos que utilizam o método comparativo para estudar dois sistemas de classificação ou aspectos relacionados ao um domínio específico do conhecimento presente em um determinado esquema, como a CDD. Os termos coletados forma “ICC e ICS”, “Comparação entre dois sistemas”, “Domínios de conhecimento” e “Feminismo na CDD”.

O enunciado “Abordagens cognitivas para OC (B): aplicações: recuperação de imagens” (canto superior direito do Gráfico 10) representa a categoria que agrupa três trabalhos cuja preocupação é centrada em atividades de recuperação da informação em documento imagético a partir de uma abordagem cognitivista. Os termos ligados a esse subtema são “Linguagem gráfica de documentos”, “Abordagem cognitiva na representação de imagem em movimento” e “Modelos cognitivos para recuperação de imagem pictória”.

Na categoria “Design de sistemas de informação (C): design de sistemas de conhecimento para fins especiais” (canto inferior direito do Gráfico 10) são encontrados quatro trabalhos representados pelos termos “Categorizações em relatórios de pesquisa”, “Base para organização de domínios específicos”, “Estabilidade e mudança em sistemas de categorias”, “Processos informacionais na atividade profissional”, “Estruturas textuais e recuperação da informação”, “Transferência de conhecimento na Telemática” e “Didática comunicacional com suporte de hipermídia”. Tais termos expressam interesses relativos a atividades de organização, recuperação, transferência/comunicação do conhecimento desenvolvidas em domínios do conhecimento distintos com o suporte da tecnologia.

“Modelagem conceitual” (área centro superior do Gráfico 10) foi o nome dado ao subtema que organiza quatro trabalhos nos quais a preocupação está centrada na construção de modelos para organização e relacionamento de conceitos por meio de atribuições de características, por diferenciação seguindo abordagens ontológicas, por subdivisão e conjunção, bem como aplicação em domínios específicos. Com efeito, os termos identificados foram “Atribuição e relacionalidade”, “Modelo de ontologia por diferenciação”, “Subdivisão vs. Conjunção”, “Base de dados e representação do conhecimento” e “Base de dados de legislação grega”.

A categoria “Modelagem de perfil do usuário” (área central do Gráfico 10) é composta por três trabalhos dos quais foram escolhidos os termos a seguir: “Estrutura de metadados e preferências do usuário”, “Sistema de acesso ao conhecimento focado no

usuário”, “Transferência de informação”, “Contextos de uso e produção”, “Linguagens de transferência de informação”, “Mapas conceituais” e “Links sintagmáticos e paradigmáticos”. Aqui se verifica a presença de conteúdo relacionado à aplicação da OC somada a tecnologia para o processo de transferência de informação, levando em conta as preferências dos usuários em consequência da influência exercida pelos contextos de uso e produção. Apesar da bagagem cognitivista, essa categoria apresenta alguns aspectos que se voltam para questões pragmáticas e culturais.

Por fim, o subtema “Estruturas e relações em ambientes on-line” (parte superior, lado esquerdo do Gráfico 10) agrupa os termos referentes ao enfoque estrutural como também às relações conceituais em ambientes em rede e, desse modo, é representativo da temática global do evento “Estruturas e relações na OC”. Sendo assim, os termos selecionados dos cinco trabalhos presente nessa categoria foram: “Estrutura de esquemas de classificação”, “Mecanismo de busca da Internet”, “Conhecimento conceitual on-line”, “Base de dados de estrutura heterogênea”, “Estrutura do conhecimento para pesquisa básica e aplicada”, “Colaboração científica interdisciplinar”, “Representação gráfica para padrões de navegação”, “Diferenças individuais e uso médico de recursos da WWW”, “Análise qualitativa de dados”, “OC para design de enciclopédia” e “Abordagem orientada ao objeto”.

A edição do Congresso da ISKO de 2000 foi realizada na cidade de Toronto, no Canadá sob-responsabilidade de Clare Beghtol, Lynne Howarth e Nancy J. Williamson, da *Faculty of Information Studies da University of Toronto*. O enunciado “Dinamismo e estabilidade na OC” foi escolhido como tema geral dessa edição. É perceptível que esse enunciado tem uma clara relação como aquele escolhido para representar o evento de 1996, ocorrido nos Estados Unidos, “OC e mudança”. De acordo com a Tabela 1, foram apresentados 59 trabalhos por 94, dos quais 37 foram de autoria simples, treze de autoria dupla, seis triplas e três contendo quatro autores ou mais.

Importante destacar que entre os anos de 1998 e 2002 Clare Beghtol era a presidente da ISKO. A produção da pesquisadora reflete seu interesse por classificação bibliográfica e aspectos linguísticos e cognitivos (BEGHTOL, 1986), por princípios teóricos para classificação de obras de ficção (BEGHTOL, 1994, 1995c, 1997), sobre questões gerais de classificação (BEGHTOL, 1998a, 1998b, 2000, 2001a, 2003, 2004a, 2004b, 2008), sobre classificação facetada (BEGHTOL, 1995a, 1995b, 2006a), o conceito de gênero (BEGHTOL,

2001b) e sobre validade semântica e aspectos éticos e culturais na organização e representação do conhecimento (BEGHTOL, 2002a, 2002b, 2005, 2006b).

Quanto aos interesses de pesquisa de Lynne C. Howarth verificou-se o enfoque dado especialmente a temas como categorização como um processo cognitivo relacionado com metatesauros (HOWARTH, 1996), metadados (HOWARTH, 1998, 2000, 2001, 2003, 2004, 2005a, 2005b; HOWARTH; HANNAFORD, 2003; HOWARTH; CRONIN; HANNAFORD, 2002; HOWARTH; WEIHS, 2007), interação entre classificação com a catalogação (HOWARTH, 1994), repositórios multilíngues e interfaces de usuário (HOWARTH, 2005c; HOWARTH; MILLER, 2005, 2006) e mapeamento do conhecimento (HOWARTH, 2008, 2010).

A produção de Nancy J. Williamson volta-se para temas sobre o sistema de classificação da LC (WILLIAMSON, 1990), sobre reestruturação e facetação da CDU (WILLIAMSON; MCILWAINE, 1994; MCILWAINE; WILLIAMSON, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999a, 1999b, 2000, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008; WILLIAMSON, 2004), derivação de tesaurus da CDU (WILLIAMSON, 1996), estruturas de conhecimento na Internet (WILLIAMSON, 1997, 2006, 2007), interdisciplinaridade nos esquemas de classificação (WILLIAMSON, 1998), tesaurus na era digital (WILLIAMSON, 2000), OC, classificação e recuperação da informação (WILLIAMSON; BEGHTOL, 2004).

Os enunciados escolhidos para representar e agrupar os trabalhos apresentados no evento se encontram dispostos na Tabela 7, junto com a quantidade de trabalhos, de autores, de tipos de autoria vinculados a cada subtema do evento em questão.

Enunciados escolhidos para representar os subtemas do Congresso da ISKO	Trabalhos Qtd.	Autores Qtd.	Autoria simples	Autoria dupla	Autoria tripla	Demais autorias
“ <u>Teorias do conhecimento e OC</u> ”	9	10	8	1	0	0
“ <u>Cultura, linguagem e comunicação em OC</u> ”	7	9	6	0	1	0
“ <u>Novas tecnologias da informação para OC</u> ”	9	21	2	4	2	1
“ <u>Fundamentos cognitivos e linguísticos</u> ”	10	10	10	0	0	0
“ <u>Sistemas de informação: conceitos, projeto e implementação</u> ”	10	20	4	3	2	1
“ <u>Políticas de informação e gerenciamento de estruturas de conhecimento</u> ”	3	6	1	1	1	0
“ <u>Usuários globais e usos do conhecimento e OC</u> ”	3	3	3	0	0	0
“ <u>OC de sistemas universais e especiais</u> ”	4	12	1	2	0	1

Tabela 7 – Enunciados, quantidades de trabalhos, autores e tipos de autoria (BEGHTOL; HOWARTH; WILLIAMSON, 2000).

Fonte: A autora, com base nos dados coletados em Beghtol, Howarth e Williamson (2000).

O Gráfico 11 apresenta a representação em redes da relação entre o nome dos autores e os subtemas citados.

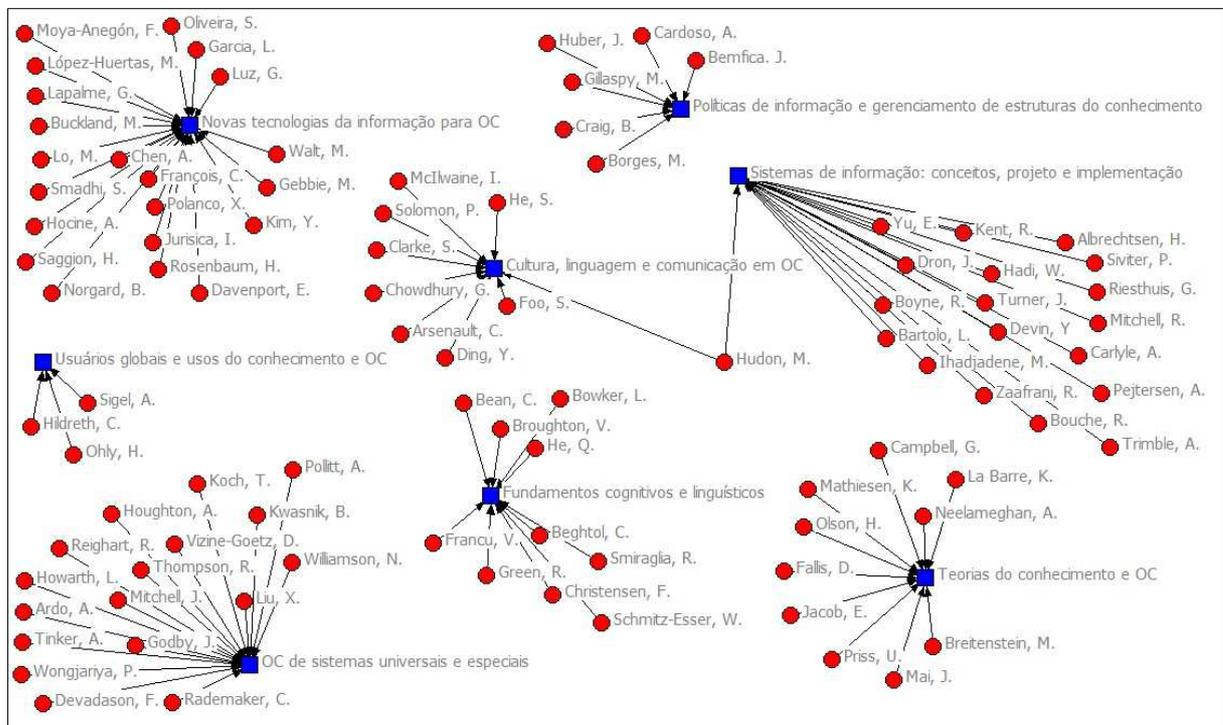


Gráfico 11 – Relação entre subtemas e autores, autoria (BEGHTOL; HOWARTH; WILLIAMSON, 2000).

Fonte: A autora, com base nos dados coletados em Beghtol, Howarth e Williamson (2000).

princípio da relevância dos sistemas de classificação, dos quais foram extraídos os termos “Consistência das regras para esquemas de classificação”, “Relevância dos princípios tradicionais de classificação” e “Linguagens de marcação semânticas para texto eletrônico”. No total, foram agrupados nove trabalhos nessa categoria de subtema.

Composta por sete trabalhos a categoria “Cultura, linguagem e comunicação em OC” (área centro superior do Gráfico 12) traz termos que se referem, em grande medida, a conceitos relacionados às técnicas de OC e da Linguística (com foco na tradução) desenvolvidas a partir do avanço tecnológico como “Palavras-chave em pesquisa web”, “Análise de copalavras”, “Esquemas de OC na Internet”, “Biblioteca virtual”, “Tesouros, tópicos e outras estruturas em software de OC”, “Agregação silábica em campos romanizados da linguagem chinesa de registros bibliográfica”, “Equivalência conceitual na tradução automática do inglês para o chinês simplificado e tradicional”, “Diferença representacional na tradução automática do inglês para o chinês simplificado e tradicional”, como também termos voltados para a reflexão acerca do impacto das mudanças nas estruturas dos sistemas e no domínio de OC como “Estruturação em OC e tensões entre estabilidade e dinamismo” e “Interdisciplinaridade como um novo problema de recuperação”.

O eixo temático representado pelo enunciado “Novas tecnologias da informação para OC” (canto superior esquerdo do Gráfico 12), além de demonstrar a crescente preocupação relacionada à aplicação das tecnologias na OC, sistematiza nove trabalhos dos quais os termos extraídos foram: “Indexação de subdomínios em sistemas de OC”, “Modelo automático para atualização de estrutura conceitual de disciplinas específicas”, “Recuperação da informação na web”, “Base de conceitos e XML”, “Análise seletiva para geração automática de sumários”, “Mecanismos de busca, diretórios e portais sul-africanos”, “OC para elaboração de busca na Internet”, “OC para suporte de resposta técnica”, “Sistema para organização situacional de conhecimento”, “Organização baseada na forma de documentos”, “Agrupamento de dados”, “Mapeamento de agrupamentos”, “Visualização em processamento de textos e mineração de dados” e “OC para gerenciamento sistemático de conhecimento e descobertas”.

À categoria nomeada “Fundamentos cognitivos e linguísticos” (área central do Gráfico 12) estão subordinados dez trabalhos de cunho teórico linguístico cujos autores estão orientados para uma perspectiva cognitiva do conhecimento. Os termos ligados a esse subtema são “Variação na organização de termos médicos”, “‘Força’ de índice e análise de

copalavras”, “Dinamismo em ontologias”, “Identificação automática de estruturas semânticas e relacionais”, “Harmonização de sistema de classificação universal com tesouro interdisciplinar multilíngue”, “Elementos estruturais, linguísticos e matemáticos em linguagens de indexação e mecanismos de busca”, “Uso de linguagens de indexação em ambientes eletrônicos e fora da Biblioteconomia e CI”, “Signos e cânones”, “Relações semânticas e estruturais entre termos designados pelos usuários”, “Poder e a produção da verdade nas ciências” e “O todo, seus tipos e suas partes”.

Vinculados ao item “Sistemas de informação: conceitos, projeto e implementação” (lado direito, posição superior do Gráfico 12) estão dez trabalhos dos quais foram selecionados como representativos os seguintes termos: “Estabilidade e mudança no desenvolvimento de sistemas de informação”, “Trabalho ecológico baseado em esquemas de classificação”, “Fluxo de informações para organização do conhecimento conceitual”, “Projeto de base de dados de estruturas heterogêneas”, “Mapeamento de vocabulário de grupo de pesquisa multidisciplinar e multi-institucional”, “Dinâmica do paradigma linguístico na recuperação da informação”, “Acesso a assuntos multilíngues”, “Tesouro multilíngue”, “Auto-organização de base de recursos”, “Agrupamento de registro em catálogos para obras de ficção”, “Natureza dinâmica da busca e navegação em Web OPACs” e “Gerenciamento de vocabulários para coleções de imagem em movimento”.

Em “Políticas de informação e gerenciamento de estruturas de conhecimento” (canto superior direito do Gráfico 12) são encontrados os termos identificados em três trabalhos sobre o gerenciamento de dados e informações em organizações e sobre o reflexo do discurso nas estruturas de conhecimento em domínios específicos. Os termos coletados foram “Registro do tesouro britânico entre as guerras mundiais”, “Discurso da homossexualidade como reflexo de vocabulários médicos”, “Estruturas classificatórias e recursos informacionais” e “Informação e conhecimento organizacional face às teorias contemporânea do conhecimento”.

Na categoria enunciativa “Usuários globais e usos do conhecimento e OC” (lado esquerdo, área inferior do Gráfico 12) foram enquadrados três trabalhos, dos quais foram extraídos termos sobre os contextos de uso e produção do conhecimento como “Ponto de vista bibliométrico”, “Efetividade da recuperação dos OPACs” e “Análise construtivamente guiada orientada para o usuário”.

Por último, verifica-se a presença de quatro trabalhos ligados ao subtema “OC de sistemas universais e especiais” (canto inferior esquerdo do Gráfico 12), dos quais foram selecionados termos sobre os diferentes instrumentos de OC, como tesouros, classificação, taxonomia, como também sobre sistemas de classificação como a CDD e outros sistemas projetados para atender domínios específicos. “Tesouro na era digital”, “Classificação de projetos ornamentais no sistema de classificação de patentes dos EUA”, “Servidor taxonômico”, “Decomposição de códigos da CDD”, “Estruturas de classificação em websites comerciais” e “Sistemas facetados para objetos organizados de modo alfabético e hierárquico” são os termos ligados a esse enunciado.

A sétima edição do Congresso da ISKO foi realizada em Granada, Espanha, sob a coordenação de Maria José López-Huertas e Francisco J. Muñoz-Fernández, pesquisadores da Universidade de Granada. O enunciado eleito para designar a temática geral do evento foi “Desafios na representação e organização do conhecimento no século 21: integração do conhecimento através das fronteiras”. De acordo com a Tabela 1, nesse evento foram apresentados 78 trabalhos por 153 autores, sendo que 31 deles foram de autoria simples, 24 duplas, 16 triplas e sete contendo quatro autores ou mais.

López-Huertas tem se dedicado à pesquisa sobre linguagens documentais (LÓPEZ-HUERTAS, 1991a, 1991b), tesouros (LÓPEZ-HUERTAS, 1997a, 1997b, 1999), representação do conhecimento e representação da informação (LÓPEZ-HUERTAS, FERNÁNDEZ MOLINA, MUÑOZ-FERNANDÉZ, 1999), tendências de investigação em OC (LÓPEZ-HUERTAS, 2003, 2008a; JIMÉNEZ CONTRERAS, 2004), terminologia e estudos de gêneros (LÓPEZ-HUERTAS; BARITÉ, 2002; LÓPEZ-HUERTAS, TORRES RAMÍREZ, BARITÉ, 2004; LÓPEZ-HUERTAS, TORRES RAMÍREZ, 2007), análise de domínio interdisciplinar (LÓPEZ-HUERTAS, 2006a), mapa temático como representação do conhecimento (LÓPEZ-HUERTAS, 2006b), domínio de assunto e aspectos culturais (LÓPEZ-HUERTAS, 2008b) terminologia e representação e organização do conhecimento (LÓPEZ-HUERTAS, 2009) e aspectos epistemológicos da OC (LÓPEZ-HUERTAS, 2010). Depois de presidir a ISKO Espanha, a pesquisadora foi eleita presidente da ISKO internacional entre os anos de 2006 e 2010 e foi até maio do ano corrente a vice-presidente da instituição. Já o pesquisador Francisco J. Muñoz-Fernández, além de ajudar a coordenar esse evento, atua na área de estudos métricos da informação no Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Universidade de Granada e no Grupo Scimago.

Os dados do temário do evento e as referidas quantidades de trabalhos se encontram dispostos e organizados na Tabela 8 abaixo.

Enunciados escolhidos para representar os subtemas do Congresso da ISKO	Trabalhos Qtd.	Autores Qtd.	Autoria simples	Autoria dupla	Autoria tripla	Demais autorias
“ <u>Modelos teóricos e universais em organização e representação do conhecimento</u> ”	5	5	5	0	0	0
“ <u>Fundamentos epistemológicos para estruturas e análises de conhecimento</u> ”	4	8	1	2	1	0
“ <u>Modelos e métodos para representação do conhecimento</u> ”	6	8	4	2	0	0
“ <u>Modelos e métodos para OC. Ferramentas e sistemas</u> ”	5	7	3	2	0	0
“ <u>Modelos e métodos para OC e recuperação</u> ”	5	13	0	3	1	1
“ <u>Organização integrada do conhecimento em ambientes eletrônicos. A Internet</u> ”	5	10	3	0	1	1
“ <u>Modelos e métodos para OC e relações conceituais</u> ”	6	13	1	3	2	0
“ <u>Integração do conhecimento na Internet. Representando o conhecimento em websites</u> ”	6	13	2	3	0	1
“ <u>Modelos e métodos para integração do conhecimento em sistemas de informação</u> ”	6	12	2	2	2	0
“ <u>Aplicação de técnicas de inteligência artificial à recuperação da informação</u> ”	13	45	2	1	5	5
“ <u>Integração do conhecimento em domínios com orientação multicultural e sistemas gerais</u> ”	8	13	4	3	1	0
“ <u>Abordagens epistemológicas para princípios, design e construção de classificação</u> ”	5	7	4	0	1	0
“ <u>Ética profissional. Estruturas de Usuários e Informação. Sistemas de avaliação</u> ”	6	12	2	2	2	0

Tabela 8 – Enunciados, quantidades de trabalhos, autores e tipos de autoria (LÓPEZ-HUERTAS, 2002). Fonte: A autora, com base nos dados coletados em López-Huertas (2002).

O Gráfico 13 apresenta a representação em redes da relação entre o nome dos autores e os subtemas citados.

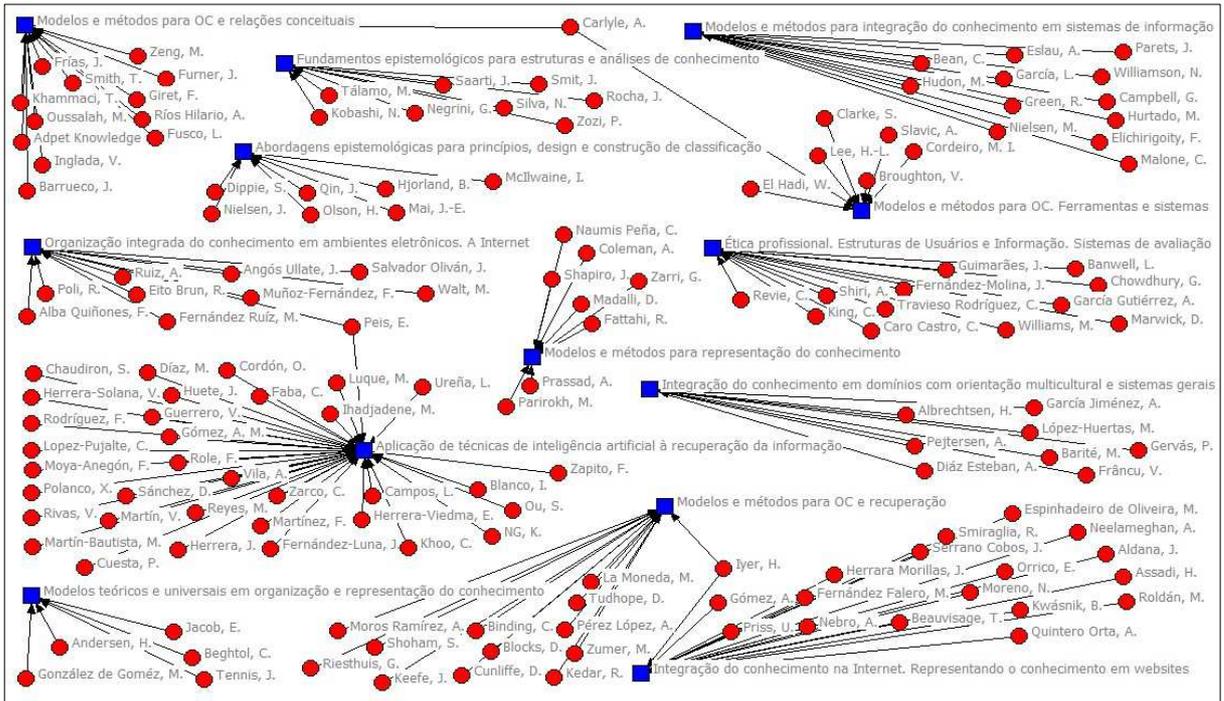


Gráfico 13 – Relação entre subtemas e autores, (LÓPEZ-HUERTAS, 2002).
 Fonte: A autora, com base nos dados coletados em López-Huertas (2002).

O Gráfico 14 apresenta representação da relação entre os termos chaves seleccionados dos títulos dos trabalhos e os subtemas.

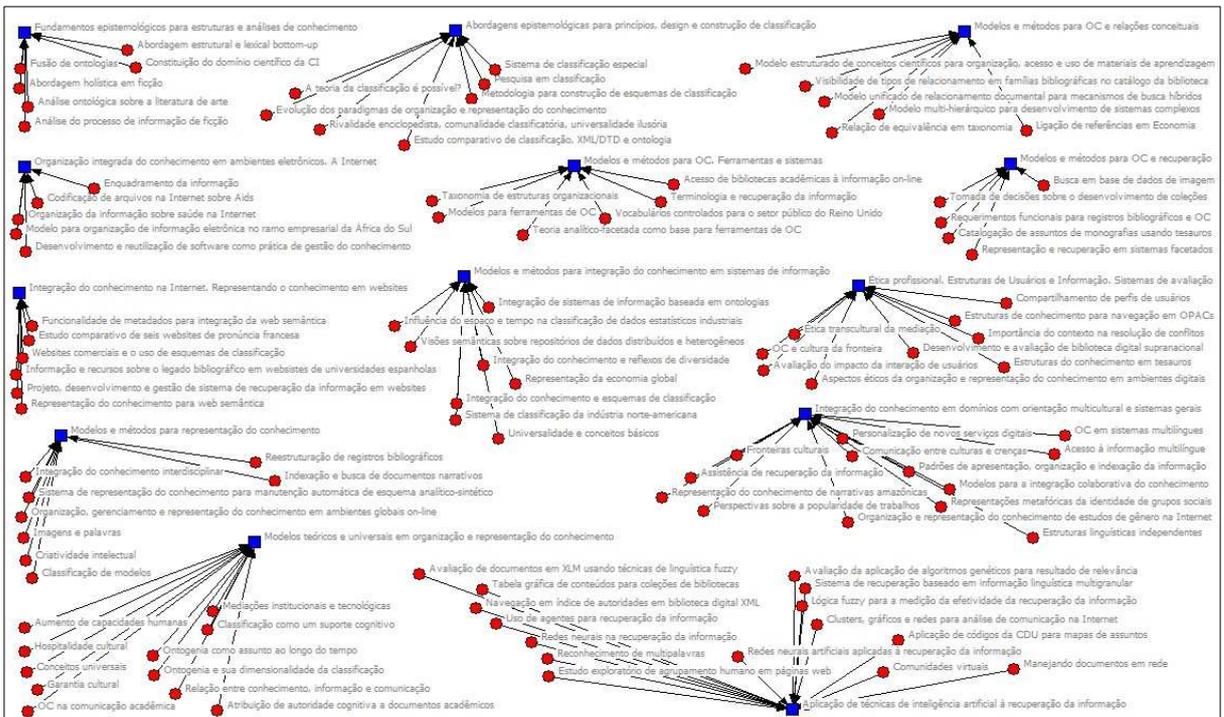


Gráfico 14 – Relação entre termos do título e subtemas, (LÓPEZ-HUERTAS, 2002).
 Fonte: A autora, com base nos dados coletados em López-Huertas (2002).

O subtema nomeado “Modelos teóricos e universais em organização e representação do conhecimento” (canto inferior esquerdo do Gráfico 14) é composto por cinco trabalhos, dos quais foram extraídos dos títulos os termos “Atribuição de autoridade cognitiva a documentos acadêmicos”, “OC na comunicação acadêmica”, “Aumento de capacidades humanas” e “Classificação como um suporte cognitivo” que se reportam a uma orientação cognitivista expressa pelos autores Andersen e Jacob; os termos “Conceitos universais”, “Garantia cultural” e “Hospitalidade cultural”, selecionados do trabalho apresentado por Beghtol, e assim, carregando uma orientação mais voltada para questão cultural; os termos “Relação entre conhecimento, informação e comunicação” e “Mediações institucionais e tecnológicas”, extraídos do título do trabalho de González de Gómez; e, por fim, os termos do trabalho de Tennis “Ontogenia como assunto ao longo do tempo” e “Ontogenia e sua dimensionalidade da classificação” que evidenciam uma preocupação relacionada aos impactos do contexto histórico na classificação.

Na categoria “Fundamentos epistemológicos para estruturas e análises de conhecimento” (canto superior esquerdo do Gráfico 14) são encontrados quatro trabalhos cujos títulos e, conseqüentemente, os termos selecionados demonstram a adoção de uma perspectiva ontológica como “Fusão de ontologias”, “Abordagem estrutural e lexical bottom-up” e “Análise ontológica sobre a literatura de arte”; enquanto os termos “Análise do processo de informação de ficção”, “Abordagem holística em ficção” e “Constituição do domínio científico da CI” voltam-se para o enfoque epistemológico.

Os seis trabalhos agrupado na categoria “Modelos e métodos para representação do conhecimento” (lado esquerdo, parte inferior do Gráfico 14) trazem termos referentes a modelos e métodos aplicados em contextos de conhecimento gerais, específicos e interdisciplinares como “Classificação de modelos”, “Indexação e busca de documentos narrativos”, “Integração do conhecimento interdisciplinar”, “Criatividade intelectual”, “Reestruturação de registros bibliográficos”, “Organização, gerenciamento e representação do conhecimento em ambientes globais on-line”, “Sistema de representação do conhecimento para manutenção automática de esquema analítico sintético” e “Imagens e palavras”.

Já o subtema “Modelos e métodos para OC. Ferramentas e sistemas” (área centro superior do Gráfico 14) abarca três trabalhos cujo enfoque é dado ao embasamento teórico para construção de instrumentos e sistemas de OC representados pelos termos “Modelos para ferramentas de OC”, “Terminologia e recuperação da informação” e “Teoria analítico

facetada como base para ferramentas de OC”; e dois trabalhos que enfocam casos de aplicação de ferramentas e sistemas de OC em contextos específicos como “Vocabulários controlados para o setor público do Reino Unido”, “Acesso de bibliotecas acadêmicas à informação on-line” e “Taxonomia de estruturas organizacionais”.

O subtema “Modelos e métodos para OC e recuperação” (lado direito, parte superior do Gráfico 14) agrupa cinco trabalhos que são resultados de pesquisas sobre a aplicação de modelos e métodos focados na recuperação da informação em sistemas de OC específicos. Os termos coletados foram: “Requerimentos funcionais para registros bibliográficos e OC”, “Catalogação de assuntos de monografias usando tesouros”, “Tomada de decisões sobre o desenvolvimento de coleções”, “Busca em base de dados de imagem” e “Representação e recuperação em sistemas facetados”.

Como o próprio enunciado expressa, o subtema “Organização integrada do conhecimento em ambientes eletrônicos. A Internet” (lado esquerdo, parte superior do Gráfico 14) é responsável por arranjar cinco trabalhos cuja preocupação central é resolver questões relativas às atividades de organização da informação na Internet e em áreas do conhecimento específicas conforme os termos “Organização da informação sobre saúde na Internet”, “Codificação de arquivos na Internet sobre Aids”, “Modelo para organização de informação eletrônica no ramo empresarial da África do Sul” e “Desenvolvimento e reutilização de software como prática de gestão do conhecimento”. O termo “Enquadramento da informação” extraído do título do trabalho de Poli, tendo em vista o contexto de produção do autor, carrega consigo um viés mais filosófico.

A categoria nomeada “Modelos e métodos para OC e relações conceituais” (canto direito superior do Gráfico 14) sistematiza seis trabalhos cuja finalidade seja a construção de modelo e a aplicação de métodos para organizar o conhecimento a partir de relações estabelecidas entre conceitos em diferentes domínios. “Modelo estruturado de conceitos científicos para organização, acesso e uso de materiais de aprendizagem”, “Modelo multi-hierárquico para desenvolvimento de sistemas complexos”, “Modelo unificado de relacionamento documental para mecanismos de busca híbridos”, “Ligação de referências em Economia”, “Relação de equivalência em taxonomia” e “Visibilidade de tipos de relacionamento em famílias bibliográficas no catálogo da biblioteca” foram os termos capturados dos títulos dos trabalhos ligados a essa categoria temática.

Outro subtema que agrupa trabalhos cujo interesse central é a Internet é o representado pelo enunciado “Integração do conhecimento na Internet. Representando o conhecimento em websites” (lado esquerdo, parte central do Gráfico 14). Essa categoria abarca seis trabalhos referentes a estudos exploratórios e de coleta de dados, como também outros demonstram casos de aplicação de métodos e teorias de organização e representação do conhecimento em sites da web. Os termos selecionados foram “Estudo comparativo de seis websites de pronúncia francesa”, “Websites comerciais e o uso de esquemas de classificação”, “Projeto, desenvolvimento e gestão de sistema de recuperação da informação em websites”, “Informação e recursos sobre o legado bibliográfico em websistes de universidades espanholas”, “Funcionalidade de metadados para integração da web semântica” e “Representação do conhecimento para web semântica”.

Ao subtema “Modelos e métodos para integração do conhecimento em sistemas de informação” (área central do Gráfico 14) estão ligados seis trabalhos sobre a interação entre domínios de conhecimento em sistemas de classificação e de informação, alguns trabalhos abordando aspectos mais teóricos como os representados pelos termos “Universalidade e conceitos básicos”, “Integração do conhecimento e reflexos de diversidade” e “Integração do conhecimento e esquemas de classificação”; e os demais abordando aspetos mais práticos e aplicados a contextos específicos cujos termos são “Visões semânticas sobre repositórios de dados distribuídos e heterogêneos”, “Integração de sistemas de informação baseada em ontologias”, “Sistema de classificação da indústria norte-americana”, “Influência do espaço e tempo na classificação de dados estatísticos industriais” e “Economia global”.

Quantitativamente mais expressiva, a categoria nomeada “Aplicação de técnicas de inteligência artificial à recuperação da informação” (canto inferior esquerdo do Gráfico 14) reúne treze trabalhos que expressam um interesse voltado quase que exclusivamente para o desenvolvimento e a aplicação de ferramentas tecnológicas. Assim, os termos selecionados foram: “Estudo exploratório de agrupamento humano em páginas web”, “Navegação em índice de autoridades em biblioteca digital XML”, “Clusters, gráficos e redes para análise de comunicação na Internet”, “Comunidades virtuais”, “Sistema de recuperação baseado em informação linguística multigranular”, “Uso de agentes para recuperação da informação”, “Avaliação da aplicação de algoritmos genéticos para resultado de relevância”, “Tabela gráfica de conteúdos para coleções de bibliotecas”, “Aplicação de códigos da CDU para mapas de assuntos”, “Manejando documentos em rede”, “Redes neurais na recuperação da

informação”, “Reconhecimento de multipalavras”, “Avaliação de documentos em XLM usando técnicas de linguística fuzzy”, “Redes neurais artificiais aplicadas à recuperação da informação” e “Lógica fuzzy para a medição da efetividade da recuperação da informação”.

Em relação ao subtema “Integração do conhecimento em domínios com orientação multicultural e sistemas gerais” (lado direito, parte central do Gráfico 14), pode-se dizer que, apesar da clara e persistente preocupação ligada à aplicação das novas tecnologias da informação, há um interesse por temas linguísticos, sociais e culturais. Os termos extraídos dos oito trabalhos contemplados por esse subtema foram: “OC em sistemas multilíngues”, “Personalização de novos serviços digitais”, “Organização e representação do conhecimento de estudos de gênero na Internet”, “Estruturas linguísticas independentes”, “Acesso à informação multilíngue”, “Modelos para a integração colaborativa do conhecimento”, “Fronteiras culturais”, “Perspectivas sobre a popularidade de trabalhos”, “Padrões de apresentação, organização e indexação da informação”, “Comunicação entre culturas e crenças”, “Representação do conhecimento de narrativas amazônicas”, “Representações metafóricas da identidade de grupos sociais” e “Assistência de recuperação da informação”.

A categoria temática “Abordagens epistemológicas para princípios, design e construção de classificação” (posição superior central do Gráfico 14) volta-se para aspectos teóricos relativos às atividades de projeto e construção de sistemas de classificação. Assim, sistematiza cinco trabalhos, dos quais foram extraídos os seguintes termos: “Metodologia para construção de esquemas de classificação”, “Rivalidade enciclopedista, comunalidade classificatória, universalidade ilusória”, “Evolução dos paradigmas de organização e representação do conhecimento”, “Estudo comparativo de classificação, XML/DTD e ontologia”, “A teoria da classificação é possível?“, “Pesquisa em classificação” e “Sistema de classificação especial”. De acordo com o Gráfico 13, nessa categoria são encontrados nomes como Hjørland, Olson, Mai e McIlwaine, que são conhecidos por seus trabalhos teóricos e críticos também a respeito do tema classificação.

Por fim, ao subtema “Ética profissional. Estruturas de Usuários e Informação. Sistemas de avaliação” (lado direito, parte central do Gráfico 14) estão vinculados seis trabalhos relativos às interferências éticas e culturais nas atividades de produção, organização e representação do conhecimento, nas estruturas dos sistemas de OC e inter-relação com o usuário. “Aspectos éticos da organização e representação do conhecimento em ambientes digitais”, “Avaliação do impacto da interação de usuários”, “Estruturas do conhecimento em

tesauros”, “Estruturas de conhecimento para navegação em OPACs”, “Desenvolvimento e avaliação de biblioteca digital supranacional”, “OC e cultura da fronteira”, “Ética transcultural da mediação”, “Importância do contexto na resolução de conflitos” e “Compartilhamento de perfis de usuários”.

A edição de 2004 ocorreu em Londres sob a responsabilidade de Ia McIlwaine da *School of Library, Archive and Informations Studies* da *University College London*. O tema geral do evento foi “OC e a sociedade global de informação”.

A partir do exame das publicações de autoria de McIlwaine, observa-se que ao longo de sua trajetória a pesquisadora tem se interessado por temas que se referem de modo especial a questões relativas à CDU (MCILWAINE, 1993a, 1993b, 1995, 1997a, 1998a, 1998c, 1998d, 1998e, 2000a, 2000c, 2003c, 2010b; MCILWAINE; BUXTON, 1994; MCILWAINE; HUMBLET, 1995; MCILWAINE; WILLIAMSON, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999a, 2000, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008; MCILWAINE; SAN SEGUNDO, 2003; MCILWAINE; MITCHELL, 2006), à classificação de modo geral (MCILWAINE, 1997b, 1997c, 1998b, 2002, 2004, 2010a), à OC (2003a, 2003b), à análise de assunto (MCILWAINE; WILLIAMSON, 1999b) e à interdisciplinaridade (MCILWAINE, 2000b). Entre os anos de 2002 e 2006 foi presidente da ISKO; entre os anos de 2007 e 2012 foi responsável pela edição de literatura da ISKO e, atualmente, faz parte do conselho científico da entidade.

Durante o evento, foram apresentados 54 trabalhos por 92 autores, dos quais 27 foram de autoria simples, dezoito de autoria dupla, seis triplas e três de outros tipos de autoria, conforme dados da Tabela 1. Os dados referentes ao temário e às quantidades relacionadas a cada subtema estão dispostas na Tabela 9.

Enunciados escolhidos para representar os subtemas do Congresso da ISKO	Qtd. Trabalhos	Qtd. Autores	Autoria simples	Autoria dupla	Autoria tripla	Demais autorias
“Fundamentos teóricos da OC”	10	17	6	3	0	1
“Abordagens linguísticas e culturais para OC”	6	14	1	2	3	0
“Aplicações de inteligência artificial e representação do conhecimento”	3	7	2	0	0	1
“Conceitos sociais e sociológicos na OC”	4	5	3	1	0	0
“OC de sistemas universais e especiais”	10	17	4	5	1	0
“Aplicações de representação do conhecimento”	9	13	5	4	0	0
“Aplicações especiais”	4	7	2	1	1	0
“OC em sistemas corporativos de informação”	3	4	2	1	0	0
“OC de informação não impressa: som, imagem, multimídia”	3	6	1	1	1	0
“Teorias do conhecimento e OC”	3	8	1	0	1	1

Tabela 9 – Enunciados, quantidades de trabalhos, autores e tipos de autoria (MCILWAINE, 2004). Fonte: A autora, com base nos dados coletados em McIlwaine (2004).

O Gráfico 15 apresenta a representação em redes da relação entre o nome dos autores e os subtemas citados.

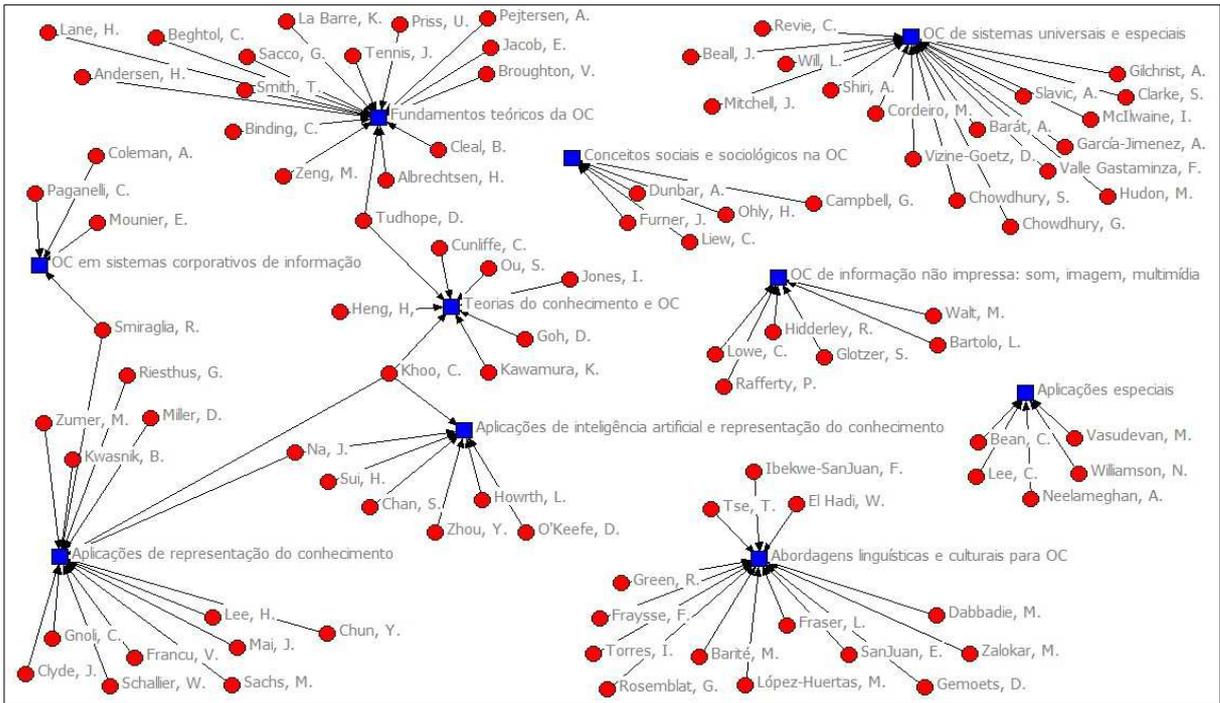


Gráfico 15 – Relação entre subtemas e autores, (MCILWAIN, 2004).
 Fonte: A autora, com base nos dados coletados em McIlwaine (2004).

O Gráfico 16 apresenta representação da relação entre os termos chaves seleccionados dos títulos dos trabalhos e os subtemas.

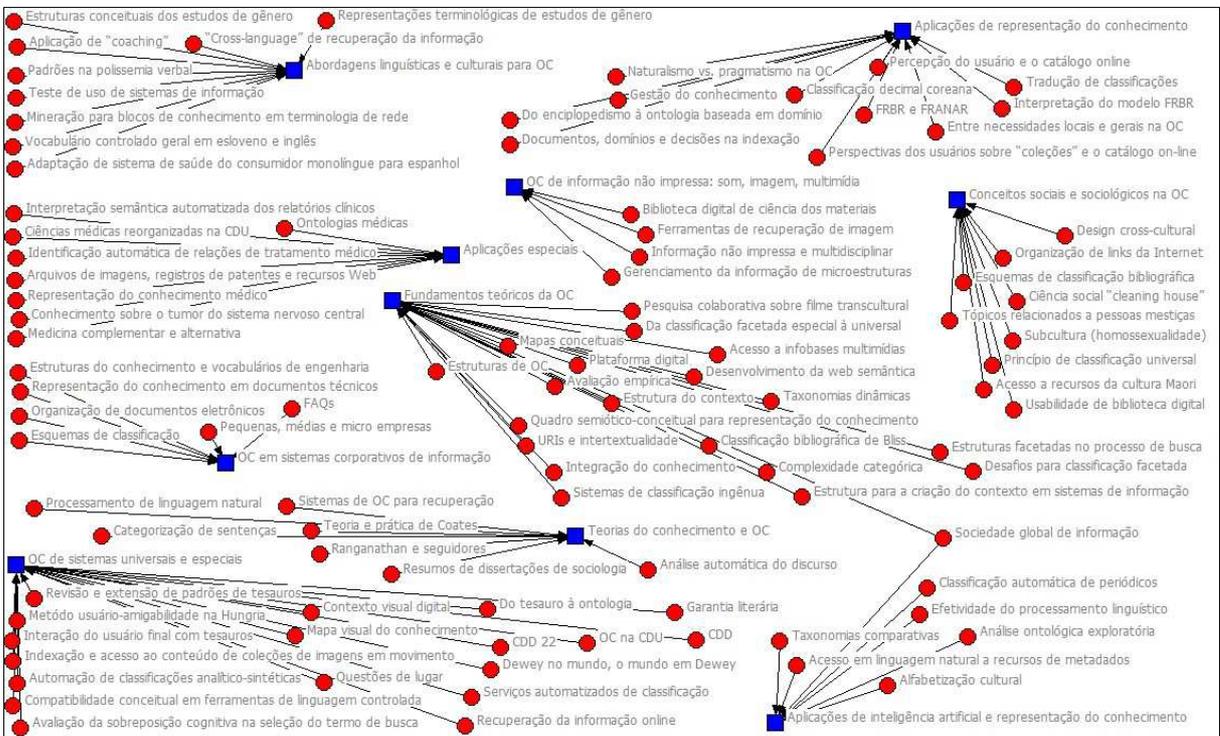


Gráfico 16 – Relação entre termos do título e subtemas (MCILWAIN, 2004).
 Fonte: A autora, com base nos dados coletados em McIlwaine (2004).

Ao subtema nomeado “Fundamentos teóricos da OC” (área central do Gráfico 16) estão vinculados os termos extraídos dos títulos de dez trabalhos, dos quais “Complexidade categórica”, “Integração do conhecimento”, “Sistemas de classificação ingênua”, “Sociedade global de informação”, “Quadro semiótico conceitual para representação do conhecimento” e “Estruturas de OC” se referem a aspectos teóricos mais gerais da OC; enquanto que “Estruturas facetadas no processo de busca”, “Classificação bibliográfica de Bliss”, “Da classificação facetada especial para universal via plataforma digital”, “Desafios para classificação facetada”, “Estrutura do contexto”, “Estrutura para a criação do contexto em sistemas de informação”, “Avaliação empírica de pesquisa colaborativa sobre filme transcultural”, “Mapas conceituais”, “Acesso à infobases multimídias”, “Taxonomias dinâmicas”, “URIs e intertextualidade” e “Desenvolvimento da web semântica” se referem à aplicação teorias, métodos e ferramentas de OC em contextos e sistemas informacionais específicos.

À categoria “Abordagens linguísticas e culturais para OC” (canto superior esquerdo do Gráfico 16) estão ligados termos selecionados dos títulos de seis trabalhos que, assim como o enunciado do subtema, se referem a questões relacionadas ao uso da linguagem na OC em contextos culturais gerais e específicos. “Padrões na polissemia verbal”, “Representações terminológicas de estudos de gênero”, “Estruturas conceituais dos estudos de gênero”, “Mineração para blocos de conhecimento em terminologia de rede”, “Adaptação de sistema de saúde do consumidor monolíngue para espanhol”, “*Cross-language* de recuperação da informação”, “Vocabulário controlado geral em esloveno e inglês”, “Aplicação de *coaching*” e “Teste de uso de sistemas de informação” são os termos reunidos por essa categoria, conforme dados apresentados no Gráfico 16.

O enunciado “Aplicações de inteligência artificial e representação do conhecimento” (canto inferior direito do Gráfico 16) se refere à aplicação de métodos da área de inteligência artificial principalmente na representação do conhecimento. Agrupados por essa categoria são encontrados no Gráfico 16 os termos “Efetividade do processamento linguístico”, “Classificação automática de periódicos”, “Alfabetização cultural”, “Sociedade global de informação” (que além de compor o enunciado do tema geral do evento, também aparece ligado ao subtema “Fundamentos teóricos da OC”), “Análise ontológica exploratória”, “Taxonomias comparativas” e “Acesso em linguagem natural a recursos de metadados”. Verifica-se quanto a esse subtema que, apesar de demonstrar uma preocupação tecnológica,

são encontrados termos como “Alfabetização cultural” e “Sociedade global de informação” que não deixam de evidenciar um interesse pela questão cultural abordada com mais ênfase pela categoria temática do evento anterior (“Abordagens linguísticas e culturais para OC”).

Já o subtema “Conceitos sociais e sociológicos na OC” (lado direito, parte superior do Gráfico 16) reúne quatro trabalhos cujo objetivo é evidenciar o impacto das questões sociais, sem descartar o aspecto cultural já visto na categoria anterior, no âmbito teórico e prático da OC. Portanto, os termos subordinados a essa categoria são “Princípio de classificação universal e subcultural (homossexualidade)”, “Tópicos relacionados a pessoas mestiças”, “Esquemas de classificação bibliográfica”, “Organização de links da Internet”, “Ciência social *cleaning house*”, “Design cross-cultural”, “Usabilidade de biblioteca digital” e “Acesso a recursos da cultura Maori”.

A partir do exame dos subtemas de todos os eventos analisados até aqui, é possível perceber que a categoria “OC de sistemas universais e especiais” (canto inferior esquerdo do Gráfico 16) trata-se de uma temática recorrente no ambiente dos congressos da ISKO. Conforme os dados apresentados no Gráfico 16 estão ligados a esse subtema termos referentes aos sistemas de classificação universais como “CDD”, “CDD 22. ed.”, “Dewey no mundo, o mundo em Dewey” e “OC na CDU”; termos que refletem uma preocupação relacionada ao uso da tecnologia nos sistemas de OC como “Mapa visual do conhecimento”, “Recuperação da informação online”, “Serviços automatizados de classificação”, “Método usuário amigabilidade na Hungria”, “Automação de classificações analítico-sintéticas”, “Contexto visual digital”, “Interação do usuário final com tesouros” e “Avaliação da sobreposição cognitiva na seleção do termo de busca”; os termos que se referem a sistemas e métodos de OC em contextos especiais como “Revisão e extensão de padrões de tesouros”, “Do tesouro à ontologia” e “Indexação e acesso ao conteúdo de coleções de imagens em movimento”; e, por fim, aqueles que se referem aos princípios fundamentais relacionados a construção de sistemas de OC como “Garantia literária”, “Questões de lugar”, “Compatibilidade conceitual em ferramentas de linguagem controlada”. Todos os termos dessa categoria foram selecionados dos títulos de dez trabalhos, segundo dados da Tabela 9.

Em relação à categoria temática “Aplicações de representação do conhecimento” (canto superior direito do Gráfico 16), observa-se a presença de um grupo de nove trabalhos, dos quais foram extraídos os termos relacionados à prática das atividades de representação do conhecimento desenvolvida em sistemas contextos e por meio de métodos específicos como

“FRBR e FRANAR”, “Interpretação do modelo FRBR”, “Do enciclopedismo à ontologia baseada em domínio”, “Gestão do conhecimento”, “Tradução de classificações” e “Classificação decimal coreana”, bem como termos que representam uma postura reflexiva sobre as influências contextuais do usuário, dos documentos, de orientações e posturas filosóficas, de domínios como “Perspectivas dos usuários sobre coleções” e o “Catálogo online”, “Percepção do usuário e o catálogo online”, “Documentos, domínios e decisões na indexação”, “Naturalismo vs. pragmatismo na OC” e “Entre necessidades locais e gerais na OC”.

Os quatro trabalhos reunidos no subtema “Aplicações especiais” (posição centro-esquerda do Gráfico 16) têm em comum o interesse pela aplicação de ferramentas e métodos, pela análise e pela descrição de sistemas de OC construídos para áreas do conhecimento específicas, sobretudo a área médica. Os termos elencados nessa categoria, de acordo com o Gráfico 16, são: “Representação do conhecimento médico”, “Interpretação semântica automatizada dos relatórios clínicos”, “Identificação automática de relações de tratamento médico”, “Ontologias médicas”, “Arquivos de imagens, registros de patentes e recursos Web”, “Conhecimento sobre o tumor do sistema nervoso central”, “Medicina complementar e alternativa” e “Ciências médicas reorganizadas na CDU”.

“OC em sistemas corporativos de informação” (lado esquerdo, posição inferior do Gráfico 16) foi o nome dado ao subtema responsável por agrupar três trabalhos sobre a aplicação de instrumentos e métodos da OC para constituição de sistemas de informação voltados para fins corporativos. Assim, de acordo com os dados expostos pelo Gráfico 16, foram selecionados dos títulos dos trabalhos os seguintes termos: “Estruturas do conhecimento e vocabulários de engenharia”, “Representação do conhecimento em documentos técnicos”, “FAQs”, “Esquemas de classificação”, “Organização de documentos eletrônicos” e “Pequenas, médias e microempresas”.

O enunciado “OC de informação não impressa: som, imagem, multimídia” (posição centro superior do Gráfico 16) foi escolhido para nomear o subtema que arranhou três trabalhos sobre o tratamento de informação não textual. “Gerenciamento da informação de microestruturas”, “Informação não impressa e multidisciplinar”, “Biblioteca digital de ciência dos materiais” e “Ferramentas de recuperação de imagem” foram os termos considerados representativos dos trabalhos enquadrados nessa categoria.

Para finalizar a análise do evento de 2004, a categoria intitulada “Teorias do conhecimento e OC” (área centro inferior do Gráfico 16) composta por grupo de três trabalhos, os quais se dedicam a refletir sobre concepções de conhecimento influentes no domínio de OC, como por exemplo, a linha de pensamento de Ranganathan e aquelas que postulam a análise e processamento automáticos do discurso e da linguagem natural. Sendo assim, os termos coletados foram: “Ranganathan e depois”, “Teoria e prática de Coates”, “Análise automática do discurso”, “Resumos de dissertações de sociologia”, “Categorização de sentenças”, “Processamento de linguagem natural” e “Sistemas de OC como finalidade de recuperação”.

A edição do Congresso da ISKO de 2006 ocorreu em Viena, Áustria sob a coordenação dos pesquisadores Gerhard Budin, Christian Swertz e Konstantin Mitgutsch, vinculados à Universidade de Viena. O enunciado escolhido para representar a temática geral do evento foi “OC para uma sociedade global de aprendizagem”, a partir do qual é possível perceber a semelhança com tema geral da edição de 2004 (“OC e a sociedade global de informação”), sobretudo no que se refere ao uso do termo “sociedade global”.

Os interesses de pesquisa de Gerhard Budin giram em torno das seguintes temáticas: terminologia e OC (BUDIN, 1988, 1993, 1994, 1995b, 1996, 1997a, 2000, 2001, 2003, 2006a, 2006b, 2007), multilinguismo e tradução (BUDIN, 1992, 1995a, 1998, 2002a, 2002b, 2010b) e linguagens para propósitos especiais (BUDIN, 1990, 1991a, 1991b, 1999a, 1999b, 2004, 2010a, 2013). Já a linha de investigação de Christian Swertz é permeada pelos temas Educação e aprendizagem à distância (SWERTZ, 2006, 2008a, 2008b) e jogos de computador (SWERTZ, 2010a, 2010b, 2010c; SWERTZ; FRICK, 2009a, 2009b; FRICK; SWERTZ, 2009a, 2009b; SWERTZ; SCHULTZ; TOIFL, 2008). E, por fim, as áreas de pesquisa de Konstantin Mitgutsch são: jogos de computador (MITGUTSCH, 2007, 2008; 2009b, 2011a, 2011b, 2013; MITGUTSCH; KLIMMT; ROSENSTINGL, 2010; MITGUTSCH; MATTHEW, 2011; MITGUTSCH; ROSENSTINGL, 2008; MITGUTSCH; ROSENSTINGL; WIMMER, 2012; MITGUTSCH; WAGNER, 2010, 2011), OC e tecnologia (OHLY; NETSCHER; MITGUTSCH, 2008) e ensino e aprendizagem à distância (MITGUTSCH, 2005, 2006, 2009a; MITGUTSCH; SATTLER, 2008).

Observa-se que as áreas de pesquisa de voltadas para a questão da aprendizagem Swertz e Mitgutsch ganham destaque no enunciado escolhido para representar a temática geral do evento, “OC para uma sociedade global de aprendizagem”.

De acordo com a Tabela 1, esse evento contou com a apresentação de 42 trabalhos e 82 autores, sendo trinta trabalhos de autoria simples, dezoito dupla, três de autoria tripla e quatro com quatro autores ou mais. Os dados acerca dos subtemas eleitos para agrupar os trabalhos e as quantidades vinculadas a eles estão dispostas na Tabela 10.

Enunciados escolhidos para representar os subtemas do Congresso da ISKO	Trabalhos Qtd.	Autores Qtd.	Autoria simples	Autoria dupla	Autoria tripla	Demais autorias
“ <u>Sistemas de informação e aprendizagem na sociedade global: conceitos, design e implementação</u> ”	12	23	6	2	3	1
“ <u>Sociedade global em teoria do conhecimento e OC</u> ”	7	7	7	0	0	0
“ <u>Problemas multilíngues de recuperação da informação</u> ”	4	6	2	2	0	0
“ <u>Representação do conhecimento educacional e didático</u> ”	9	18	5	1	1	2
“ <u>Bases teóricas da OC: soluções universais vs. locais</u> ”	6	10	3	2	1	0
“ <u>Usuários e usos da OC</u> ”	6	12	4	0	0	2
“ <u>Ontologias</u> ”	2	2	2	0	0	0
“ <u>OC para multimídia não impressa</u> ”	2	3	1	1	0	0
“ <u>Abordagens linguísticas e culturais</u> ”	3	3	3	0	0	0

Tabela 10 – Enunciados, quantidades de trabalhos, autores e tipos de autoria (BUDIN; SWERTZ; MITGUTSCH, 2006).

Fonte: A autora, com base nos dados coletados em Budin, Swertz e Mitgutsch (2006).

O Gráfico 17 apresenta a representação em redes da relação entre o nome dos autores e os subtemas citados.

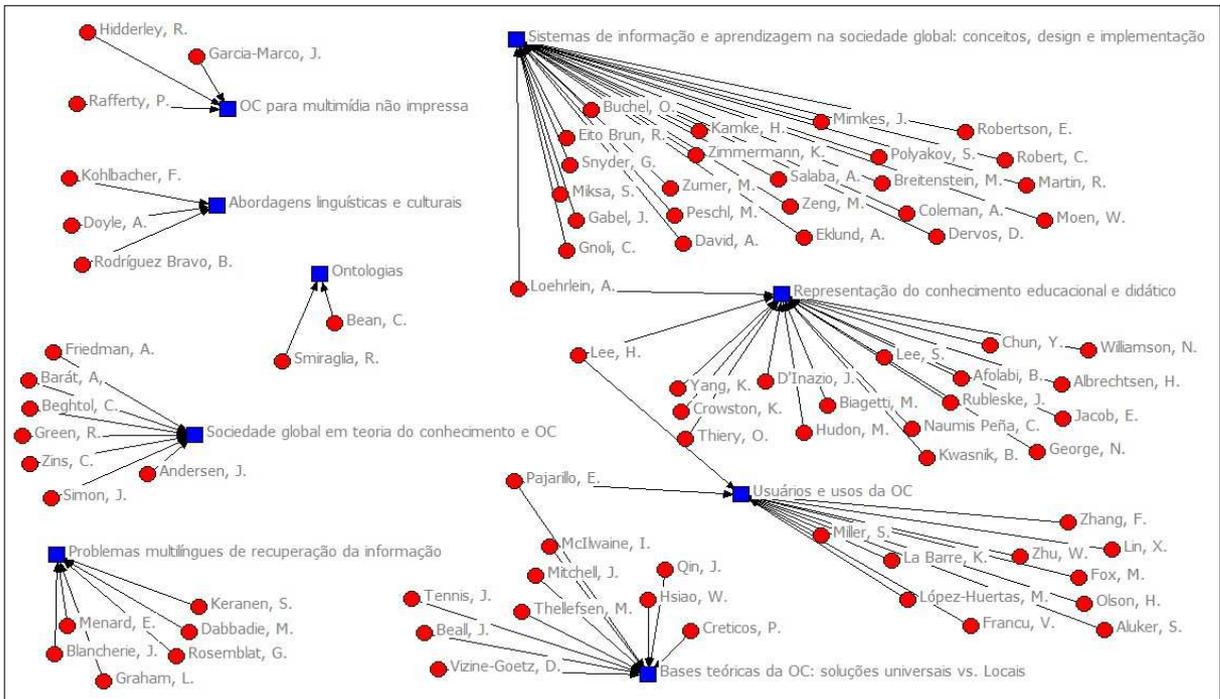


Gráfico 17 – Relação entre subtemas e autores (BUDIN; SWERTZ; MITGUTSCH, 2006).
 Fonte: A autora, com base nos dados coletados em Budin, Swertz e Mitgutsch (2006).

O Gráfico 18 apresenta representação da relação entre os termos chaves selecionados dos títulos dos trabalhos e os subtemas.

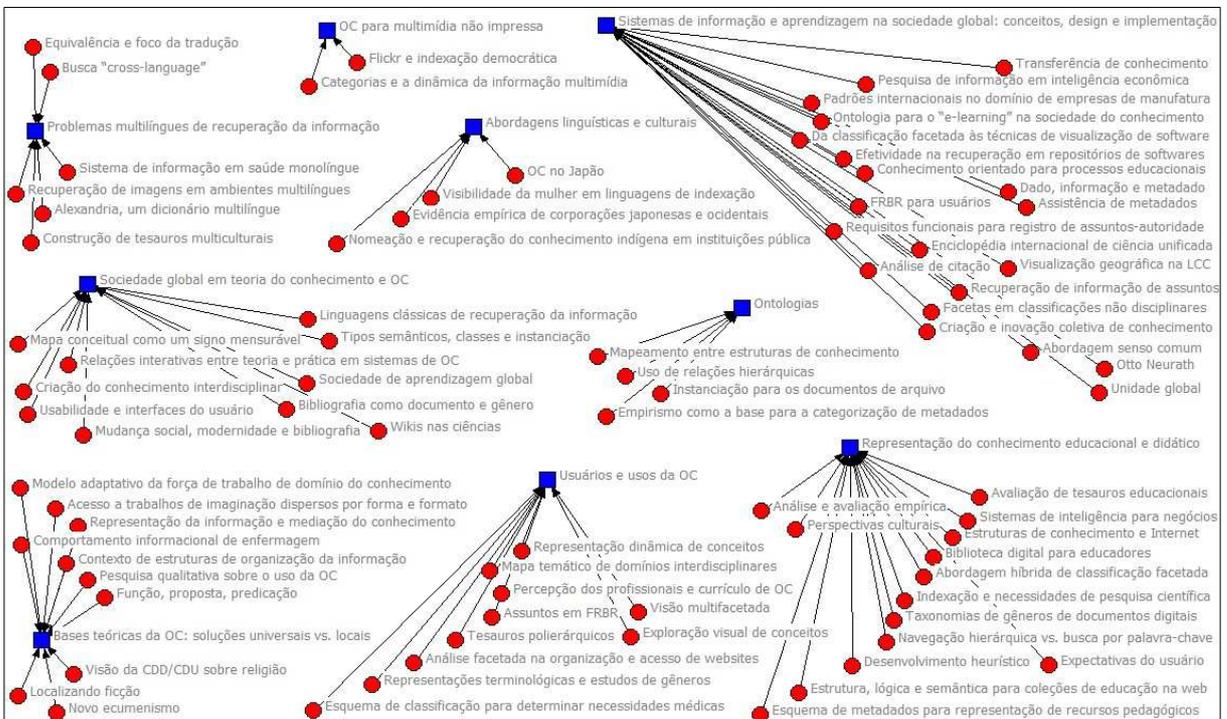


Gráfico 18 – Relação entre termos do título e subtemas (BUDIN; SWERTZ; MITGUTSCH, 2006).
 Fonte: A autora, com base nos dados coletados em Budin, Swertz e Mitgutsch (2006).

O primeiro item do temário é o enunciado “Sistemas de informação e aprendizagem na sociedade global: conceitos, design e implementação” (canto superior direito do Gráfico 18), categoria mais representativa do evento tanto no que se refere à semelhança com a temática geral como no que se refere à quantidade de trabalhos que agrupa, treze no total. Verifica-se que os trabalhos sobre “sistemas de informação” e não sobre “aprendizagem na sociedade global” foram responsáveis pelos elevados índices apresentados por essa categoria. Os termos coletados dos títulos dos trabalhos que se referem ao assunto “sistemas de informação” são: “Facetas em classificações não disciplinares”, “Recuperação de informação de assuntos”, “Análise de citação”, “Padrões internacionais no domínio de empresas de manufatura”, “Pesquisa de informação em inteligência econômica”, “Assistência de metadados”, “FRBR para usuários”, “Abordagem senso comum”, “Dado, informação e metadado”, “Efetividade na recuperação em repositórios de softwares”, “Da classificação facetada às técnicas de visualização de software”, “Visualização geográfica na LCC” e “Requisitos funcionais para registro de assuntos-autoridade”. Já os termos “Conhecimento orientado para processos educacionais”, “Transferência de conhecimento”, “Criação e inovação coletiva de conhecimento”, “Ontologia para o *e-learning* na sociedade do conhecimento”, “Unidade global”, “Otto Neurath” e “Enciclopédia internacional de ciência unificada” se referem diretamente ao assunto “aprendizagem na sociedade global”.

No próximo subtema, “Sociedade global em teoria do conhecimento e OC” (lado direito, posição central do Gráfico 18), também se verifica a presença do termo “sociedade global”, reforçando desse modo a temática geral do evento. Aqui se observa que apenas um dos termos retirados dos títulos, “Sociedade de aprendizagem global”, se refere diretamente ao assunto destacado “sociedade global”. Os demais termos se referem a aspectos teóricos sobre as atividades de produção e organização do conhecimento, bem como a aplicação desses aspectos nos sistemas de OC como: “Mudança social, modernidade e bibliografia”, “Bibliografia como documento e gênero”, “Usabilidade e interfaces do usuário”, “Linguagens clássicas de recuperação da informação”, “Criação do conhecimento interdisciplinar”, “Wikis nas ciências”, “Mapa conceitual como um signo mensurável”, “Tipos semânticos, classes e instanciação” e “Relações interativas entre teoria e prática em sistemas de OC”. Ao todo os termos elencados por essa categoria foram retirados do título de sete trabalhos.

Em relação ao subtema, “Problemas multilíngues de recuperação da informação” (canto superior esquerdo), foram encontrados quatro trabalhos. Dos títulos desses trabalhos

foram retirados os termos “Recuperação de imagens em ambientes multilíngues”, “Busca *cross-language*”, “Sistema de informação em saúde monolíngue”, “Equivalência e foco da tradução”, “Construção de tesouros multiculturais” e “Alexandria, um dicionário multilíngue”, que demonstram uma preocupação mais orientada para os aspectos técnicos de recuperação da informação relacionados ao tratamento da linguagem.

O enunciado do subtema “Representação do conhecimento educacional e didático” (canto inferior direito) é também representativo da temática geral do evento, sobretudo no que diz respeito à questão da “aprendizagem”. Os termos selecionados dos títulos dos nove trabalhos ligados a essa categoria são: “Análise e avaliação empírica”, “Esquema de metadados para representação de recursos pedagógicos”, “Biblioteca digital para educadores”, “Estruturas de conhecimento e Internet”, “Taxonomias de gêneros de documentos digitais”, “Navegação hierárquica vs. busca por palavra-chave”, “Perspectivas culturais”, “Indexação e necessidades de pesquisa científica”, “Expectativas do usuário”, “Sistemas de inteligência para negócios”, “Desenvolvimento heurístico”, “Abordagem híbrida de classificação facetada”, “Estrutura, lógica e semântica para coleções de educação na web” e “Avaliação de tesouros educacionais”.

O enunciado “Bases teóricas da OC: soluções universais versus locais” (canto inferior esquerdo do Gráfico 18) foi o escolhido para representar a temática relativa aos sistemas gerais e especiais de OC considerada clássica no âmbito da ISKO. Além disso, o enunciado dá destaque ao conflito que pode surgir na adoção de qualquer um dos tipos de sistemas. “Representação da informação e mediação do conhecimento”, “Modelo adaptativo da força de trabalho de domínio do conhecimento”, “Localizando ficção”, “Acesso a trabalhos de imaginação dispersos por forma e formato”, “Função, proposta, predicação”, “Contexto de estruturas de organização da informação”, “Pesquisa qualitativa sobre o uso da OC”, “Comportamento informacional de enfermagem”, “Novo ecumenismo” e “Visão da CDD/CDU sobre religião” foram os termos extraídos dos seis trabalhos enquadrados nessa categoria.

Reunindo seis trabalhos, a categoria temática nomeada “Usuários e usos da OC” (posição centro-inferior do Gráfico 18) traz termos relacionados principalmente a aspectos referentes à organização para a facilitação do uso do conhecimento. Assim, os termos coletados foram: “Mapa temático de domínios interdisciplinares”, “Representações terminológicas e estudos de gêneros”, “Esquema de classificação para determinar

necessidades médicas”, “Percepção dos profissionais e currículo de OC”, “Visão multifacetada”, “Análise facetada na organização e acesso de websites”, “Representação dinâmica de conceitos”, “Exploração visual de conceitos”, “Assuntos em FRBR” e “Tesouros polierárquicos”.

Quanto à categoria nomeada “Ontologias” (área centro-direita do Gráfico 18), apesar de agrupar somente dois trabalhos, é representativa da importância dada ao tema “ontologia” pelo comitê organizador o evento. Os termos coletados foram “Empirismo como a base para a categorização de metadados”, “Instanciação para os documentos de arquivo”, “Uso de relações hierárquicas” e “Mapeamento entre estruturas de conhecimento”.

Semelhante ao subtema “OC de informação não impressa: som, imagem, multimídia” da edição anterior, o subtema “OC para multimídia não impressa” (área centro superior do Gráfico 18), reuni dois trabalhos, dos quais foram extraídos os seguintes termos: “Categorias e a dinâmica da informação multimídia” e “*Flickr* e indexação democrática”.

O mesmo ocorre com o subtema “Abordagens linguísticas e culturais” (área centro-superior do Gráfico 18) que, por sua vez, segue como uma tendência de pesquisa no âmbito da ISKO, acompanhado a categoria “Abordagens linguísticas e culturais para OC” do evento ocorrido em 2004. “Visibilidade da mulher em linguagens de indexação”, “OC no Japão”, “Evidência empírica de corporações japonesas e ocidentais” e “Nomeação e recuperação do conhecimento indígena em instituições pública” foram os termos selecionados dos três trabalhos vinculados ao subtema em questão.

Em 2008, o evento foi realizado em Montreal, no Canadá, sob-responsabilidade de Clément Arsenault da Universidade de Montreal e Joseph T. Tennis da Universidade de Washington. O enunciado do tema geral dessa edição foi “Cultura e identidade na OC”.

Clément Arsenault é vinculado a Escola de Biblioteconomia e Ciências da Informação da Universidade de Montreal. Suas áreas de estudo são: Sistemas de informação multilíngues e multitextuais (ARSENAULT, 2001a, 2004, 2005a, 2005b, 2006a; MÉNARD; ARSENAULT, 2006); Transliteração (ARSENAULT, 2000, 2001b, 2002); Sistemas eletrônicos de codificação (ARSENAULT, 2003); Catalogação e classificação (ARSENAULT; LEIDE, 2002; ARSENAULT; MÉNARD; LEIDE, 2008; ARSENAULT; NORUZI, 2011, 2012a, 2012b) e Pesquisa em informação e OC (ARSENAULT; MÉNARD, 2005, 2006, 2007; ARSENAULT, 2006b; ARSENAULT; SYLVA, FOREST, MARCOUX; MAUREL, 2009; ROBERT; ARSENAULT, 2010; HUDON, ARSENAULT, SYLVA,

FOREST, 2009; ARSENAULT; MUSTAFA EL HADI, 2012; MUSTAFA EL HADI, ARSENAULT, 2012).

Os interesses de pesquisa de Joseph T. Tennis da Escola de Informação da Universidade de Washington encontram-se centrados nas seguintes temáticas: Metateoria e OC (TENNIS, 2006, 2008); Web semântica (TENNIS, 2004, 2007); Nova bibliografia (TENNIS, 2011); Linguagens de indexação e vocabulários controlados (GOOD; TENNIS, 2009; GOOD, TENNIS, WILKINSON, 2009; TENNIS, SUTTON, 2008); Informática descritiva (TENNIS, 2009); Teoria da classificação (TENNIS, 2005, 2010, 2011; TENNIS; JACOB, 2008); Ontogenia (TENNIS, 2002, 2012) e Análise de domínio (TENNIS, 2003).

Nessa edição foram apresentados 51 trabalhos, 89 por autores, sendo que, 33 foram de autoria simples, oito dupla, seis tripla e cinco de outros tipos de autoria. Os enunciados escolhidos para representar os subtemas e os índices vinculados são apresentados na Tabela 11.

Enunciados escolhidos para representar os subtemas do Congresso da ISKO	Trabalhos Qtd.	Autores Qtd.	Autoria simples	Autoria dupla	Autoria tripla	Demais autorias
“ <u>Modelos e métodos em OC</u> ”	10	15	6	3	1	0
“ <u>Ambientes multilíngues e multiculturais</u> ”	5	8	3	1	1	0
“ <u>OC para bibliotecas, arquivos e museus</u> ”	5	7	3	2	0	0
“ <u>OC para gerenciamento e recuperação da informação</u> ”	11	23	3	6	1	1
“ <u>Fundamentos epistemológicos da OC</u> ”	11	12	10	1	0	0
“ <u>Materiais não textuais</u> ”	2	5	1	0	0	1
“ <u>Comunidades discursivas e OC</u> ”	3	6	2	0	0	1
“ <u>Usuários e contexto social</u> ”	8	14	4	3	0	1
“ <u>Sistemas, ferramentas e avaliação</u> ”	2	4	0	2	0	0

Tabela 11 – Enunciados, quantidades de trabalhos, autores e tipos de autoria (ARSENAULT; TENNIS, 2008). Fonte: A autora, com base nos dados coletados em Arsenault e Tennis (2008).

O Gráfico 19 apresenta a representação em redes da relação entre o nome dos autores e os subtemas citados.

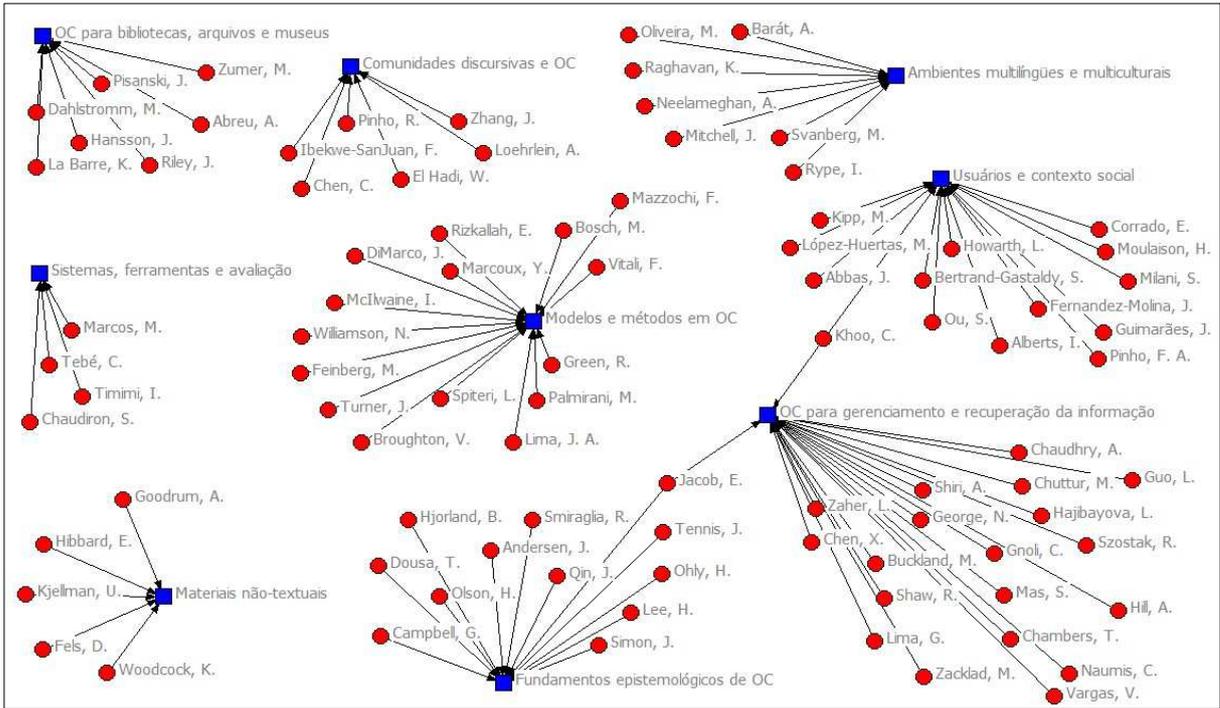


Gráfico 19 – Relação entre subtemas e autores (ARSENAULT; TENNIS, 2008).
 Fonte: A autora, com base nos dados coletados Arsenault e Tennis (2008).

O Gráfico 20 apresenta representação da relação entre os termos chaves selecionados dos títulos dos trabalhos e os subtemas.

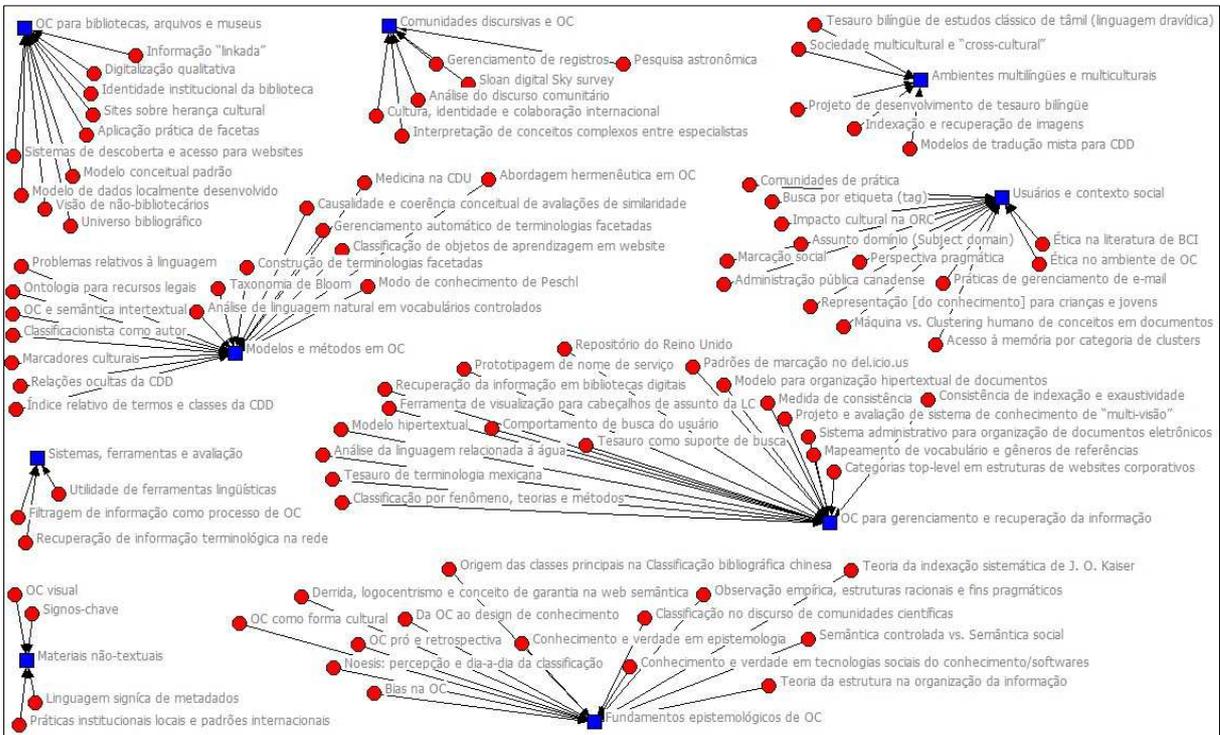


Gráfico 20 – Relação entre termos do título e subtemas (ARSENAULT; TENNIS, 2008)
 Fonte: A autora, com base nos dados coletados em Arsenault e Tennis (2008).

A categoria “Modelos e métodos em OC” (área central, lado direito do Gráfico 20), composta por dez trabalhos, traz termos relacionados aos modelos e os modos de fazer e avaliar os sistemas de OC como, “Causalidade e coerência conceitual de avaliações de similaridade”, “Relações escondidas da CDD”, “Índice relativo de termos e classes da CDD”, “Taxonomia de Bloom”, “Análise de linguagem natural em vocabulários controlados”, “Problemas relativos à linguagem”, “Construção de terminologias facetadas”, “Gerenciamento automático de terminologias facetadas”, “Medicina na CDU” e “Ontologia para recursos legais”; além de termos que sugerem novos modos de olhar ou novas concepções filosóficas para as atividades de OC como “Modo de conhecimento de Peschl”, “Classificação de objetos de aprendizagem em website”, “Classificacionista como autor”, “Abordagem hermenêutica em OC”, “OC e semântica intertextual” e “Marcadores culturais”.

O subtema “Ambientes multilíngues e multiculturais” (canto superior direito do Gráfico 20) traz termos coletados dos títulos dos cinco trabalhos que evidenciam uma preocupação com a pluralidade de idiomas como consequência da pluralidade cultural, reforçando a ênfase cultural presente no tema geral do evento. Assim, de acordo com os dados expostos no Gráfico 20, os termos subordinados a essa categoria são “Projeto de desenvolvimento de tesouro bilíngue”, “Tesouro bilíngue de estudos clássico de tâmil (linguagem dravídica)”, “Indexação e recuperação de imagens”, “Sociedade multi e cross-cultural” e “Modelos de tradução mista para CDD”.

No subtema “OC para bibliotecas, arquivos e museus” (canto superior esquerdo do Gráfico 20) os contextos institucionais onde são realizadas as atividades de OC são destacados, junto com as respectivas funções de cada um desses tipos de sistema de OC. Os termos coletados dos títulos de cinco trabalhos são: “Sistemas de descoberta e acesso para websites”, “Sites sobre herança cultural”, “Aplicação prática de facetas”, “Digitalização qualitativa”, “Identidade institucional da biblioteca”, “Informação linkada”, “Modelo de dados localmente desenvolvimento”, “Modelo conceitual padrão”, “Universo bibliográfico” e “Visão de não bibliotecários”.

Quantitativamente expressiva em função da presença de onze trabalhos, a categoria “OC para gerenciamento e recuperação da informação” (lado direito, posição inferior do Gráfico 20) agrupa trabalhos cujos termos representam um interesse voltado para medidas de aplicação de métodos e ferramentas em sistemas de informação e do conhecimento. Os termos vinculados a esse subtema são: “Projeto e avaliação de sistema de conhecimento

multi-visão”, “Sistema administrativo para organização de documentos eletrônicos”, “Medida de consistência”, “Consistência de indexação e exaustividade”, “Mapeamento de vocabulário e gêneros de referências”, “Categorias *top-level* em estruturas de websites corporativos”, “Padrões de marcação no del.icio.us”, “Ferramenta de visualização para cabeçalhos de assunto da LC”, “Modelo para organização hipertextual de documentos”, “Modelo hipertextual”, “Recuperação da informação em bibliotecas digitais”, “Comportamento de busca do usuário”, “Tesauro como suporte de busca”, “Análise da linguagem relacionada à água”, “Tesauro de terminologia mexicana”, “Prototipagem de nome de serviço”, “Repositório do Reino Unido” e “Classificação por fenômeno, teorias e métodos”.

Também contando com a presença de onze trabalhos, o subtema nomeado “Fundamentos epistemológicos da OC” (canto inferior direito do Gráfico 20) traz termos não somente voltados para questões epistemológicas, mas também alguns voltados para questões culturais, repercutindo a temática geral do evento. Assim, os termos mais voltados para epistemologia são: “OC pró e retrospectiva”, “Conhecimento e verdade em epistemologia”, “Teoria da estrutura na organização da informação”, “OC como forma cultural”, “Teoria da indexação sistemática de J. O. Kaiser” e “Da OC ao design de conhecimento”; enquanto que os termos “Conhecimento e verdade em tecnologias sociais do conhecimento/software”, “Derrida, logocentrismo e conceito de garantia na web semântica”, “Semântica controlada vs. Semântica social”, “Classificação no discurso de comunidades científicas”, “Observação empírica, estruturas racionais e fins pragmáticos”, “*Noesis*: percepção e dia a dia da classificação”, “*Bias* em OC” e “Origem das classes principais na Classificação bibliográfica chinesa” se voltam para questões culturais.

O enunciado “Materiais não textuais” (canto inferior esquerdo do Gráfico 20) segue a tendência em se dar destaque a suportes de informação não tradicionais, assim como nos últimos dois eventos, tendência essa evidenciada pelo uso dos enunciados “OC de informação não impressa: som, imagem, multimídia”, em 2004, e “OC para multimídia não impressa”, em 2006. Somente com a presença de dois trabalhos a essa categoria estão ligados os seguintes termos: “Signos-chave”, “Linguagem sígnica de metadados”, “OC visual” e “Práticas institucionais locais e padrões internacionais”.

Já o enunciado “Comunidades discursivas e OC” (área centro superior do Gráfico 20) tem uma direta ligação com o enfoque cultural dado ao evento em função do emprego do termo “comunidades discursivas”. A essa categoria foram enquadrados três trabalhos, cujos

termos extraídos do título foram: “Interpretação de conceitos complexos entre especialistas”, “Gerenciamento de registros”, “*Sloan digital Sky survey*”, “Pesquisa astronômica”, “Cultura, identidade e colaboração internacional” e “Análise do discurso comunitário”.

A categoria nomeada “Usuários e contexto social” (área superior, lado direito do Gráfico 20) também reforça a temática geral do evento, assim como dá sequência ao subtema “Usuários e usos da OC” empregado no evento de 2006. O subtema em questão abarca oito trabalhos, dos quais foram selecionados os seguintes termos: “Marcação social”, “Comunidades de prática”, “Busca por etiqueta (*tag*)”, “Acesso à memória por categoria de clusters”, “Máquina vs. *Clustering* humano de conceitos em documentos”, “Impacto cultural na ORC”, “Assunto domínio (*Subject domain*)”, “Perspectiva pragmática”, “Práticas de gerenciamento de e-mail”, “Administração pública canadense”, “Representação [do conhecimento] para crianças e jovens”, “Ética no ambiente de OC” e “Ética na literatura de BCI”.

O item “Sistemas, ferramentas e avaliação” (lado esquerdo, parte inferior do Gráfico 20) agrupa dois trabalhos cujo objetivo é a aplicação de técnicas e ferramentas, sobretudo com o suporte da tecnologia de informação, aos sistemas de informação. Assim, dos títulos desses trabalhos foram selecionados os termos: “Filtragem de informação como processo de OC”, “Recuperação de informação terminológica na rede”, “Utilidade de ferramentas linguísticas”.

O evento de 2010 ocorreu em Roma, na Itália, e foi organizado por Cláudio Gnoli, da Universidade de Pávia, e Fúlvio Mazzocchi, do Instituto de Sistemas Complexos, vinculado ao Conselho Nacional de Pesquisa da Itália. O enunciado selecionado para representar a temática geral do congresso foi “Paradigmas e sistemas conceituais na OC”.

Claudio Gnoli é membro da ISKO desde 2003. Entre os anos de 2006 e 2014 tem atuado na entidade como membro do conselho executivo, segundo vice-presidente, webmaster, editor da base de dados de literatura (sistema CSKOL) e ocupante da cadeira relativa à composição dos programas dos eventos bienais. Seus interesses de pesquisa tem foco nas seguintes temáticas: fundamentos filosóficos da OC, sobretudo visões orientadas para ontologia (GNOLI, 2004, 2006, 2009, 2011; GNOLI; POLI, 2004; SZOSTAK; GNOLI, 2008; HJØRLAND; GNOLI, 2009); tendências de pesquisa em OC (GNOLI, 2008), interdisciplinaridade e OC (GNOLI; BOSH; MAZZOCCHI, 2007; GNOLI, 2010); sistemas

livremente facetados (GNOLI, 2005; GNOLI; MERLI, 2005; GNOLI; HONG, 2006; ILC, 2007, 2011).

Fúlvio Mazzocchi tem se dedicado a pesquisa sobre os seguintes assuntos: Paradigmas em OC e aspectos filosóficos (MAZZOCCHI, 2008; MAZZOCCHI; BOSH, 2008; MAZZOCCHI; TIBERI, 2009; MAZZOCCHI; FEDELLI, 2013); conhecimento e pensamento em Ranganathan (MAZZOCCHI, 2013a, 2013b); classificação, tesouros multilingues e linguagens de OC orientadas para o realismo (MAZZOCCHI, 2011; MAZZOCCHI; TIBERI; DE SANTIS, PLINI, 2007; GNOLI; BOSH; MAZZOCCHI, 2007; MAZZOCCHI; MARINELLI, TIBERI, 2008) e sistemas complexos (MAZZOCCHI, 2010, 2012).

Nos *proceedings* desse evento (GNOLI; MAZZOCCHI, 2010), os trabalhos se encontram organizados conforme o CSKOL, embora na apresentação dessa publicação conste a lista de subtemas escolhidos para o evento. Já na página web da conferência (ISKO 2010 CONFERENCE, 2010), os trabalhos aparecem organizados conforme os subtemas escolhidos. Optou-se então por analisar a categorização dos trabalhos seguindo o esquema apresentado na página web por ser um modo de organização de trabalhos similar aos *proceedings* anteriores.

Conforme os dados apresentados na Tabela 1, nesse congresso foram apresentados 62 trabalhos por 108 autores, sendo que 32 foram de autoria simples, 17 de autoria dupla, nove de autoria tripla e três com quatro autores ou mais. As categorias de enunciado escolhidas para representar os subtemas e os índices referentes à quantidade de trabalhos, autores e tipos de autorias estão dispostas na Tabela 12.

Enunciados escolhidos para representar os subtemas do Congresso da ISKO	Trabalhos Qtd.	Autores Qtd.	Autoria simples	Autoria dupla	Autoria tripla	Demais autorias
“Fundamentos ontológicos”	5	8	4	0	0	1
“Fundamentos epistemológicos”	14	22	7	6	1	0
“Fundamentos pragmáticos”	15	23	10	1	4	0
“Interdisciplinaridade e complexidade”	9	13	4	3	1	0
“Níveis de realidade como paradigma de OC”	5	4	5	0	0	0
“Estruturas de sistemas de OC específicos”	20	44	7	6	5	2

Tabela 12 – Enunciados, quantidades de trabalhos, autores e tipos de autoria da (ISKO 2010 CONFERENCE, 2010).

Fonte: A autora, com base nos dados coletados em ISKO 2010 Conference (2010).

O Gráfico 21 apresenta a representação em redes da relação entre o nome dos autores e os subtemas citados.

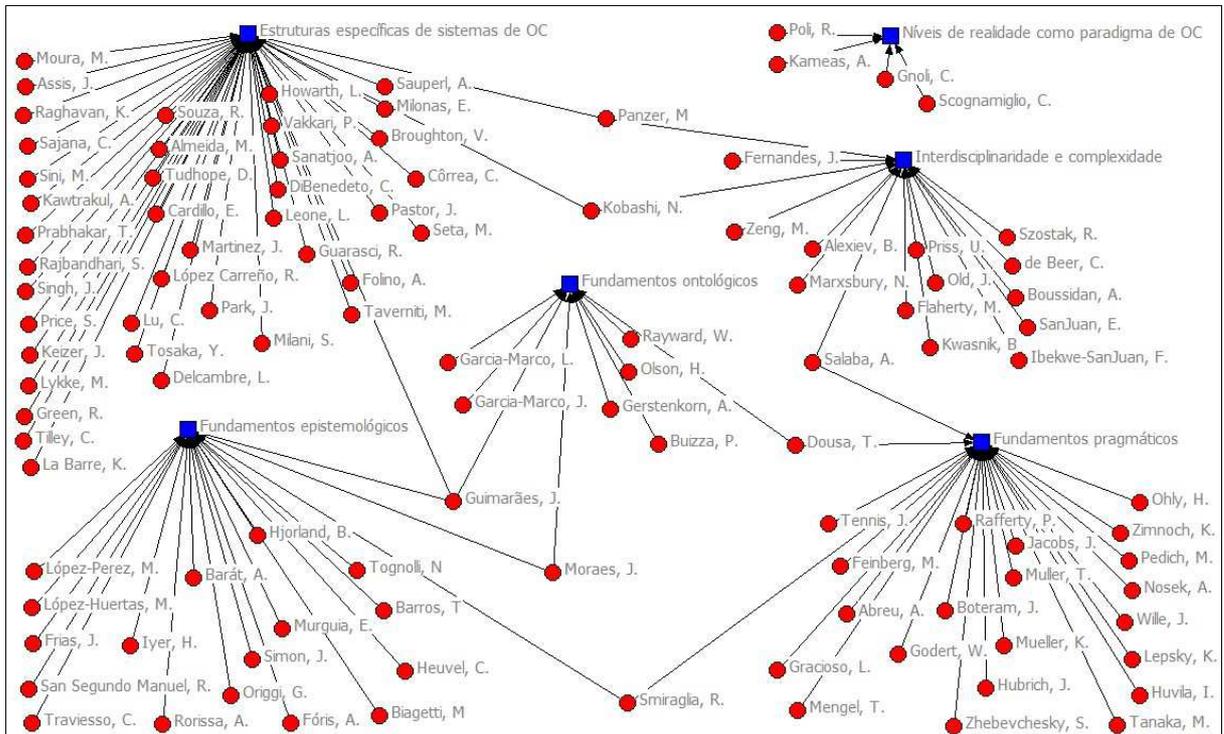


Gráfico 21 – Relação entre subtemas e autores (ISKO 2010 CONFERENCE, 2010).

Fonte: A autora, com base nos dados coletados em ISKO 2010 Conference (2010).

O Gráfico 22 apresenta representação da relação entre os termos chaves seleccionados dos títulos dos trabalhos e os subtemas.

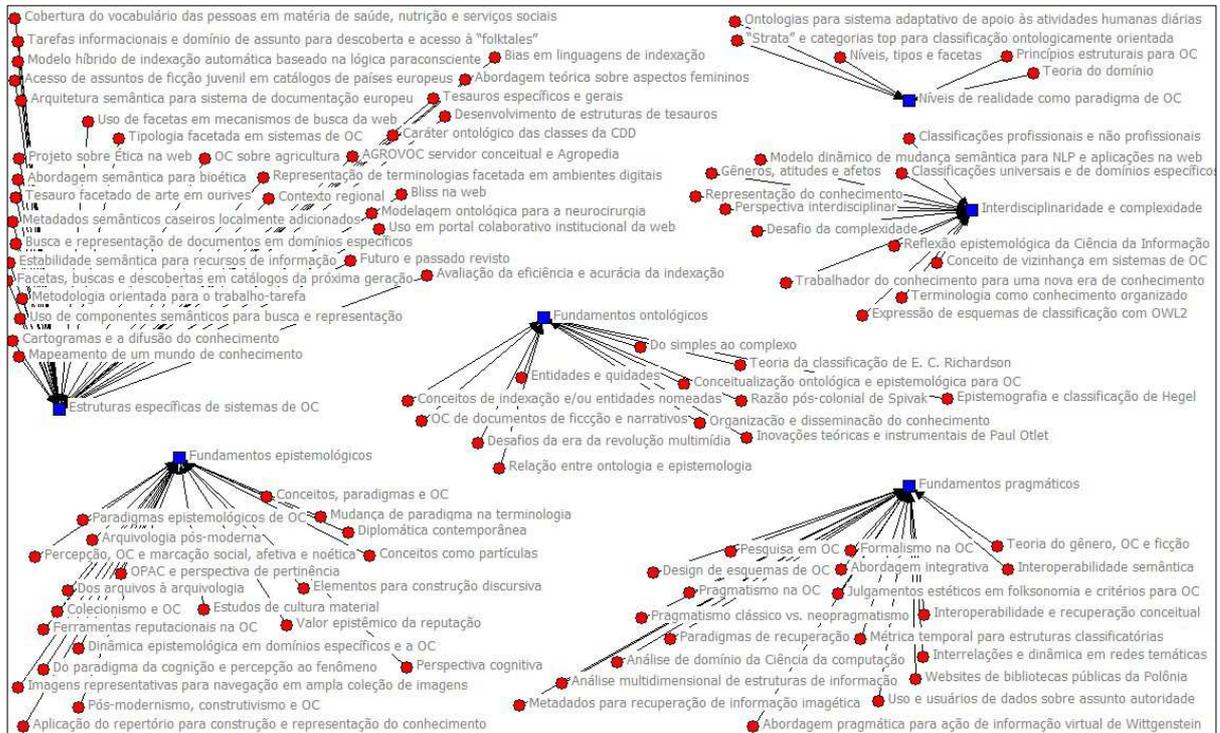


Gráfico 22 – Relação entre termos do título e subtemas, (ISKO 2010 CONFERENCE, 2010).

Fonte: A autora, com base nos dados coletados em ISKO 2010 Conference (2010).

No primeiro subtema nomeado “Fundamentos ontológicos” (área central do Gráfico 22), – a partir do exame da produção de Gnoli, pode-se dizer que esse enunciado evidencia a influência do pesquisador, sendo ele o principal organizador do evento, na ordem e na elaboração dos enunciados representativos dos subtemas - de acordo com dados da Tabela 12 foram categorizados cinco trabalhos, dos quais foram extraídos os seguintes termos chaves, dos quais os cinco primeiros demonstram claramente uma ligação direta com enunciado do subtema: “Entidades e quidades”, “Conceitualização ontológica e epistemológica para OC”, “Do simples ao complexo”, “Relação entre ontologia e epistemologia”, “Conceitos de indexação e/ou entidades nomeadas”, “Organização e disseminação do conhecimento”, “Inovações teóricas e instrumentais de Paul Otlet”, “Teoria da classificação de E. C. Richardson”, “Epistemografia e classificação de Hegel”, “Razão pós-colonial de Spivak”, “OC de documentos de ficção e narrativos” e “Desafios da era da revolução multimídia”.

Ao enunciado “Fundamentos epistemológicos” (canto inferior esquerdo do Gráfico 22), estão ligados quatorze trabalhos, dos quais foram selecionados como representativos os seguintes termos: “Paradigmas epistemológicos de OC”, “Conceitos, paradigmas e OC”, “Colecionismo e OC”, “Estudos de cultura material”, “Mudança de paradigma na terminologia”, “Percepção, OC e marcação social, afetiva e noética”, “Conceitos como partículas”, “Dos arquivos à arquivologia”, “Elementos para construção discursiva”, “OPAC e perspectiva de pertinência”, “Valor epistêmico da reputação”, “Ferramentas reputacionais na OC”, “Dinâmica epistemológica em domínios específicos e a OC”, “Arquivologia pós-moderna”, “Diplomática contemporânea”, “Do paradigma da cognição e percepção ao fenômeno”, “Imagens representativas para navegação em ampla coleção de imagens”, “Perspectiva cognitiva”, “Pós-modernismo, construtivismo e OC” e “Aplicação do repertório para construção e representação do conhecimento”.

Vinculados ao subtema “Fundamentos pragmáticos” (canto inferior direito do Gráfico 22) se encontram quinze trabalhos voltados não somente para aspectos teóricos do pragmatismo, como também da aplicação dessa orientação filosófica a sistemas, ambientes e domínios distintos. Os termos selecionados para compor essa categoria foram: “Abordagem integrativa”, “Design de esquemas de OC”, “Formalismo na OC”, “Pesquisa em OC”, “Análise de domínio da Ciência da computação”, “Pragmatismo na OC”, “Pragmatismo clássico vs. neopragmatismo”, “Interoperabilidade e recuperação conceitual”, “Uso e usuários de dados sobre assunto autoridade”, “Métrica temporal para estruturas classificatórias”, “Julgamentos estéticos em folksonomia e critérios para OC”, “Metadados para recuperação de informação imagética”, “Análise multidimensional de estruturas de informação”, “Websites de bibliotecas públicas da Polônia”, “Abordagem pragmática para ação de informação virtual de Wittgenstein”, “Interoperabilidade semântica”, “Paradigmas de recuperação”, “Interrelações e dinâmica em redes temáticas” e “Teoria do gênero, OC e ficção”.

Quanto à categoria titulada “Interdisciplinaridade e complexidade” (lado direito, posição superior do Gráfico 22), verificou-se a presença de nove trabalhos com objetivos voltados para atividades de organização e representação do conhecimento onde aspectos tocantes à interdisciplinaridade, à pluralidade, à relação entre domínios de conhecimento refletida em esquemas, sistemas e linguagens de OC são temas privilegiados. Assim, os termos coletados dos títulos desses trabalhos foram: sobre classificação, “Classificações universais e de domínios específicos”, “Expressão de esquemas de classificação com OWL2”

e “Classificações profissionais e não profissionais”; sobre a relação entre domínios, “Perspectiva interdisciplinar”, “Conceito de vizinhança em sistemas de OC”, “Desafio da complexidade”, “Reflexão epistemológica da Ciência da Informação” e “Trabalhador do conhecimento para uma nova era de conhecimento”; sobre linguagens e representação do conhecimento, “Terminologia como conhecimento organizado”, “Gêneros, atitudes e afetos”, “Representação do conhecimento” e “Modelo dinâmico de mudança semântica para NLP e aplicações na web”.

A categoria “Níveis de realidade como paradigma de OC” (canto superior direito do Gráfico 22) traz cinco trabalhos apresentados em workshops promovidos pela organização do evento, sendo inclusive Gnoli autor de um deles, conforme apresentado no Gráfico 21. Observa-se que tanto o enunciado do subtema como os termos representativos do conteúdo dos trabalhos revelam a adoção de uma perspectiva ontológica para OC. “Níveis, tipos e facetas”, “Princípios estruturais para OC”, “Teoria do domínio”, “*Strata* e categorias top para classificação ontologicamente orientada” e “Ontologias para sistema adaptativo de apoio às atividades humanas diárias” foram os termos selecionados dos títulos dos trabalhos para compor essa categoria.

Quantitativamente mais expressiva, a categoria “Estruturas de sistemas de OC específicos” conta com a presença de vinte trabalhos, cujo foco é a aplicação de sistemas, modelo e métodos da OC em ambientes e domínios específicos do conhecimento. Assim os termos coletados foram os seguintes: os vinculados às ontologias, “Modelagem ontológica para a neurocirurgia” e “Caráter ontológico das classes da CDD”; aqueles cuja finalidade é o estudo e aplicação de sistemas facetados, “Facetas, buscas e descobertas em catálogos da próxima geração”, “Uso de facetas em mecanismos de busca da web”, “Bliss na web”, “Representação de terminologias facetadas em ambientes digitais” e “Tipologia facetada em sistemas de OC”; sobre tesouros, vocabulários controlados e indexação, “Avaliação da eficiência e acurácia da indexação”, “Tesouros específicos e gerais”, “Cobertura do vocabulário das pessoas em matéria de saúde, nutrição e serviços sociais”, “*Bias* em linguagens de indexação”, “Modelo híbrido de indexação automática baseado na lógica paraconsistente” e “Desenvolvimento de estruturas de tesouros”; sobre representação em domínios específicos e aspectos semânticos, “Tarefas informacionais e domínio de assunto para descoberta e acesso às *folktales*”, “Futuro e passado revisto”, “Uso de componentes semânticos para busca e representação”, “Busca e representação de documentos em domínios

específicos”, “Metadados semânticos caseiros localmente adicionados”, “Abordagem teórica sobre aspectos femininos”, “OC sobre agricultura”, “AGROVOC servidor conceitual e Agropedia”, “Acesso de assuntos de ficção juvenil em catálogos de países europeus”, “Contexto regional”, “Metodologia orientada para o trabalho tarefa”, “Estabilidade semântica para recursos de informação”, “Uso em portal colaborativo institucional da web”, “Mapeamento de um mundo de conhecimento”, “Cartogramas e a difusão do conhecimento”, “Abordagem semântica para bioética”, “Projeto sobre ética na web” e “Arquitetura semântica para sistema de documentação europeu”.

De um modo geral, pode-se dizer que o desenvolvimento das temáticas que têm sido empregadas para estruturar os eventos reflete uma preocupação com assuntos próprios da área e outros que refletem facetas, como ambiências e ferramentas, relacionados a assuntos em voga no momento em ocorrem os eventos. Em função disso, é perceptível a existência de subtemas que se inserem em temas gerais distintos como também a categorização de trabalhos em subtemas que talvez não fossem os mais adequados para representá-los, categorização esta que se compreende como sendo algo decorrente do juízo de valor aliado a ajustes pragmáticos vistos como necessários pelos coordenadores e editores dos *proceedings* de cada evento. Porém, acredita-se que estes “desvios” não afetam o potencial representativo do domínio que tais estruturas de temas e subtemas adquirem.

Quanto à participação dos autores, observa-se a existência de um grupo relativamente pequeno de pesquisadores que estiveram presentes de modo constante no conjunto de conferências, visto que a maioria participou como autor única ou ocasionalmente durante o período analisado. Isso possibilita a identificação de um grupo de elite ou um grupo de pesquisadores que têm sido mais influentes em determinadas épocas no âmbito da ISKO e, com efeito, no domínio de OC e nas temáticas que caracterizam os interesses de pesquisa mas também os modos de pensar de cada um.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo apresenta reflexões e discussões sobre os resultados apresentados e descritos no capítulo anterior. Tal processo interpretativo ocorreu com base nos apontamentos teóricos realizados nos segundo e terceiro capítulos, nos dados empíricos apresentados no capítulo anterior e, conforme o exposto, sobre o método metateórico, sobretudo no que se refere à interrelação das suas quatro dimensões, interno cognitiva, interno social, externo cognitiva e externo social.

Para facilitar o processo de análise e interpretação dos dados empíricos, optou-se por fazer uma compilação de todos os enunciados representativos dos subtemas coletados nos onze *proceedings*. Ou seja, os enunciados semelhantes foram reunidos em oito grupos temáticos nomeados da seguinte forma: Questões teóricas; Questões de linguagem; Sistemas, processos, produtos e instrumentos; Aplicações tecnológicas; Materiais não textuais; Ambientes corporativos; Contextos culturais de uso e Miscelânea. Porém, é importante ressaltar que os enunciados não foram enquadrados nesses grupos como itens mutuamente excludentes, pois se observou que um enunciado poderia pertencer a mais de um grupo, sobretudo aqueles que têm relação com os grupos questões de linguagem e contextos culturais de uso. Desse modo, admite-se a existência da contradição e da ambiguidade nos sistemas de OC, acolhendo a teoria da desclassificação defendida por Garcia Gutierrez (2007, 2011a).

A categorização mencionada é apresentada no Quadro 6, onde os enunciados aparecem reunidos em grupos acompanhados das quantidades de trabalhos que foi responsável por agrupar em cada evento e do ano da edição correspondente.

Além da análise qualitativa, optou-se pela realização de uma análise quantitativa, entendendo que ambas se complementam. Assim, com base nos dados apresentados no Quadro 6, foram elaborados os gráficos 23 e 24. O Gráfico 23 traz as quantidades dos trabalhos apresentados em todos os eventos de 1990 a 2010, separadas pelos oito grupos temáticos mencionados. Já o Gráfico 24, traz as quantidades por grupo temático e por evento, sendo traçada, desse modo, uma perspectiva diacrônica.

Grupos	Enunciados	Qtd.	Ano
Questões teóricas	“Paradigmas cognitivos e sua aplicação na OC”	6	1992
	“Paradigmas cognitivos na base do conhecimento”	6	1992
	“Conhecimento e OC: necessidades e modos”	4	1992
	“Teoria do conhecimento”	6	1994
	“Abordagens interdisciplinares para OC”	4	1996
	“Interação epistemológica e OC”	3	1996
	“O papel das relações na OC”	3	1996
	“Epistemologia e ecologia da informação”	3	1998
	“Abordagens interdisciplinares para OC”	3	1998
	“Teorias do conhecimento e OC”	9	2000
	“Fundamentos cognitivos e linguísticos”	10	2000
	“Modelos teóricos e universais em organização e representação do conhecimento”	5	2002
	“Fundamentos epistemológicos para estruturas e análises de conhecimento”	4	2002
	“Abordagens epistemológicas para princípios, design e construção de classificação”	5	2002
	“Fundamentos teóricos da OC”	10	2004
	“Teorias do conhecimento e OC”	3	2004
	“Sociedade global em teoria do conhecimento e OC”	7	2006
	“Bases teóricas da OC: soluções universais vs. locais”	6	2006
	“Fundamentos epistemológicos da OC”	11	2008
	“Fundamentos ontológicos”	5	2010
“Fundamentos epistemológicos”	14	2010	
“Fundamentos pragmáticos”	15	2010	
“Interdisciplinaridade e complexidade”	9	2010	
“Níveis de realidade como paradigma de OC”	5	2010	
Questões de linguagem	“Análise algorítmica de textos”	4	1990
	“Terminologia”	4	1990
	“Linguística em OC”	6	1994
	“Comunicação e OC”	5	1994
	“OC em configurações transculturais e translinguísticas”	3	1996
	“Processamento de linguagem natural”	3	1996
	“Aspectos linguísticos”	7	1998
	“Abordagens linguísticas e culturais para OC”	6	2004
	“Fundamentos cognitivos e linguísticos”	10	2000
	“Cultura, linguagem e comunicação em OC”	7	2000
	“Problemas multilíngues de recuperação da informação”	4	2006
	“Abordagens linguísticas e culturais”	3	2006
	“Ambientes multilíngues e multiculturais”	5	2008
“Comunidades discursivas e OC”	3	2008	
Sistemas, processos, produtos e instrumentos	“OC em sistemas universais”	4	1990
	“OC em sistemas especiais”	8	1990
	“Questões sobre tesouros”	4	1990
	“Indexação”	4	1990
	“Abordagem taxonômica para representação do conhecimento”	5	1992
	“Abordagem analítica sintética para OC”	5	1992
	“Reestruturação de esquemas de classificação e tesouros”	3	1994
	“Ferramentas e técnicas de OC”	3	1994
	“OC em domínios específicos”	6	1994

	“Sistemas baseados em conhecimento”	3	1994
	“LCC”	2	1996
	“Gerenciamento da mudança em esquemas de OC”	2	1996
	“Tesouros e metatesouros”	7	1996
	“CDD”	3	1996
	“120 aniversário de Dewey”	1	1996
	“Abordagens cognitivas para OC (A): entidades conceituais e modelagem de ontologias”	3	1998
	“Desenvolvimento e análise de sistemas de classificação”	4	1998
	“Design de sistemas de informação (A): design de tesouros”	4	1998
	“Design de sistemas de informação (B): estruturas do conhecimento na interface”	5	1998
	“Design de sistemas de informação (C): design de sistemas de conhecimento para fins especiais”	4	1998
	“Modelagem conceitual”	4	1998
	“OC de sistemas universais e especiais”	4	2000
	“Modelos e métodos para representação do conhecimento”	6	2002
	“Modelos e métodos para OC. Ferramentas e sistemas”	5	2002
	“Modelos e métodos para OC e relações conceituais”	6	2002
	“Fundamentos epistemológicos para estruturas e análises de conhecimento”	4	2002
	“Abordagens epistemológicas para princípios, design e construção de classificação”	5	2002
	“OC de sistemas universais e especiais”	10	2004
	“Ontologias”	2	2006
	“Representação do conhecimento educacional e didático”	9	2006
	“Modelos e métodos em OC”	10	2008
	“Estruturas de sistemas de OC específicos”	20	2010
Aplicações tecnológicas	“Recuperação on-line”	4	1990
	“Recuperação em sistemas universais”	3	1990
	“Tecnologias de recuperação”	4	1990
	“Buscando conhecimento em recuperação da informação”	5	1992
	“Representação do conceito em design de sistemas”	6	1994
	“OPAC”	3	1994
	“OC em ambientes on-line”	7	1996
	“Modelos computacionais”	3	1998
	“Estruturas e relações em ambientes on-line”	5	1998
	“Novas tecnologias da informação para OC”	9	2000
	“Sistemas de informação: conceitos, projeto e implementação”	10	2000
	“Modelos e métodos para OC e recuperação”	5	2002
	“Organização integrada do conhecimento em ambientes eletrônicos. A Internet”	5	2002
	“Integração do conhecimento na Internet. Representando o conhecimento em websites”	6	2002
	“Modelos e métodos para integração do conhecimento em sistemas de informação”	6	2002
	“Aplicação de técnicas de inteligência artificial à recuperação da informação”	13	2002
	“Aplicações de inteligência artificial e representação do conhecimento”	3	2004
	“Aplicações de representação do conhecimento”	9	2004
“Aplicações especiais”	4	2004	
“Sistemas de informação e aprendizagem na sociedade global: conceitos, design e implementação”	12	2006	

	“OC para gerenciamento e recuperação da informação”	11	2008
	“Sistemas, ferramentas e avaliação”	2	2008
Materiais não textuais	“Hipermissão”	4	1990
	“OC e imagem”	3	1996
	“Abordagens cognitivas para OC (B): aplicações: recuperação de imagens”	3	1998
	“OC de informação não impressa: som, imagem, multimídia”	3	2004
	“OC para multimídia não impressa”	2	2006
	“Materiais não textuais”	2	2008
Ambientes corporativos e gerenciais	“Buscando conhecimento em resolução de problemas, tomada de decisões e situações de aprendizagem”	5	1992
	“Qualidade em OC”	6	1994
	“OC em ambientes de negócios e econômicos”	3	1996
	“Gerenciamento da mudança em esquemas de OC”	2	1996
	“Políticas de informação e gerenciamento de estruturas de conhecimento”	3	2000
	“OC em sistemas corporativos de informação”	3	2004
	“OC para gerenciamento e recuperação da informação”	11	2008
Contextos culturais de uso	“Buscando conhecimento em bibliotecas”	2	1992
	“Foco no usuário em OC”	3	1996
	“OC em configurações transculturais e translinguísticas”	3	1996
	“Modelagem de perfil do usuário”	3	1998
	“Usuários globais e usos do conhecimento e OC”	3	2000
	“Cultura, linguagem e comunicação em OC”	7	2000
	“Integração do conhecimento em domínios com orientação multicultural e sistemas gerais”	8	2002
	“Ética profissional. Estruturas de Usuários e Informação. Sistemas de avaliação”	6	2002
	“Conceitos sociais e sociológicos na OC”	4	2004
	“Abordagens linguísticas e culturais para OC”	6	2004
	“Abordagens linguísticas e culturais”	3	2006
	“Usuários e usos da OC”	6	2006
	“Sociedade global em teoria do conhecimento e OC”	7	2006
	“Sistemas de informação e aprendizagem na sociedade global: conceitos, design e implementação”	12	2006
	“Representação do conhecimento educacional e didático”	9	2006
	“Ambientes multilíngues e multiculturais”	5	2008
	“Comunidades discursivas e OC”	3	2008
“Usuários e contexto social”	8	2008	
“OC para bibliotecas, arquivos e museus”	5	2008	
Miscelânea	“Sessão plenária”	7	1990
	“Questões gerais”	4	1990
	“Trabalhos adicionais”	2	1990
	“Perspectivas futuras”	3	1994
	“Abordagem comparativa”	2	1998

Quadro 6 – Enunciados arranjados em grupos, quantidade de trabalhos e ano do evento (1990-2010)

Fonte: A autora

O Gráfico 23 demonstra a quantidade de trabalhos vinculada aos grupos mencionados no Quadro 5.

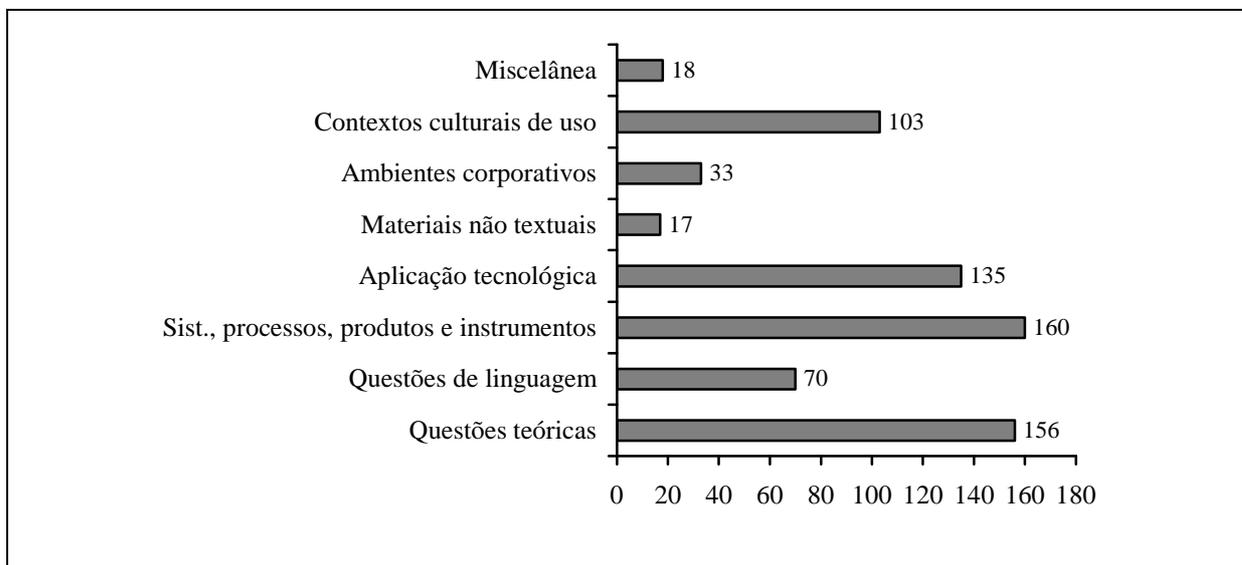


Gráfico 23 – Quantidade de trabalhos vinculada aos grupos temáticos dos enunciados (1990-2010)
Fonte: A autora

A seguir, o Gráfico 24, que apresenta diacronicamente os dados presentes no Quadro 5, simultaneamente categorizados por grupo temático e por edição do evento.

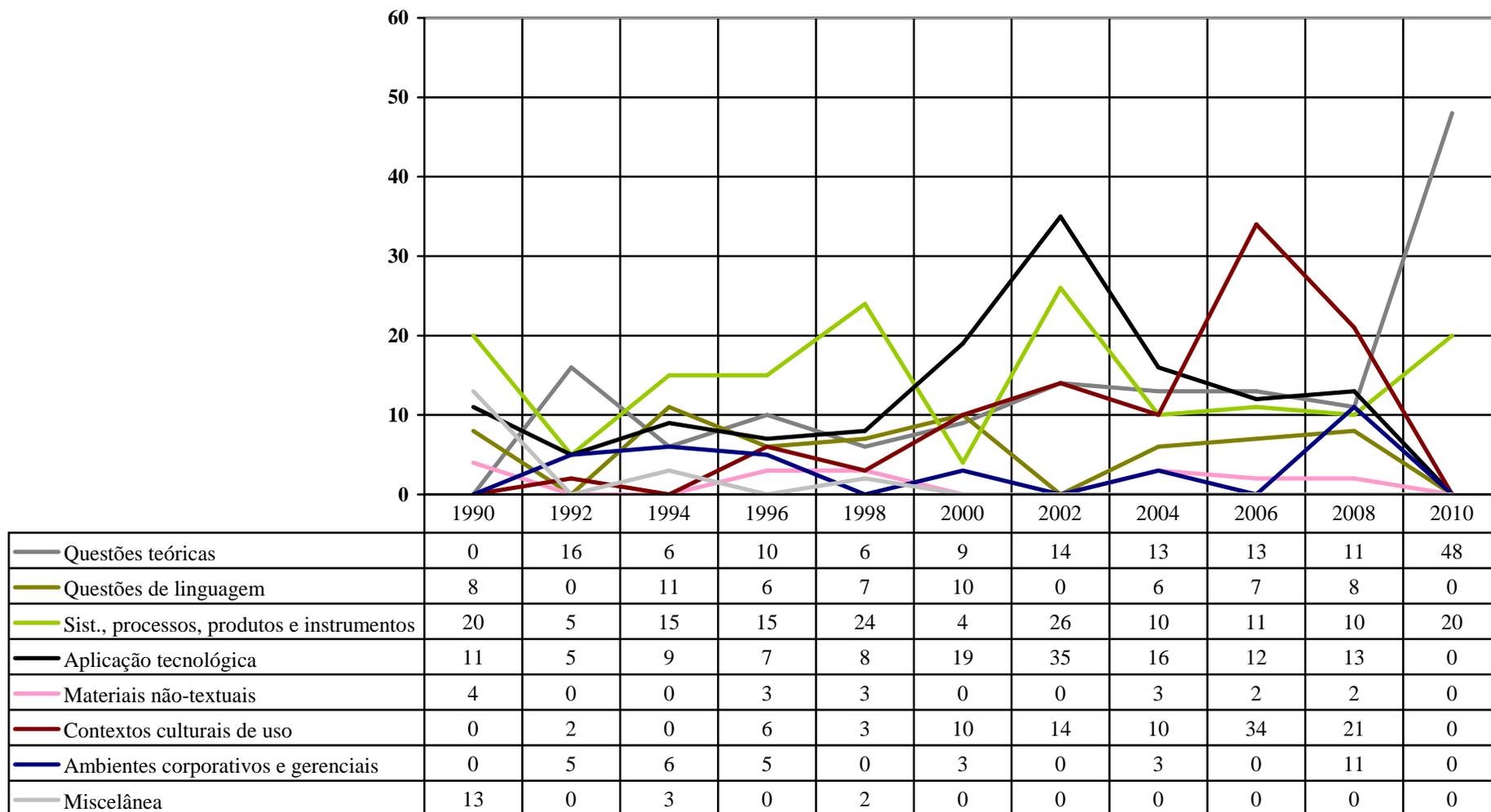


Gráfico 24 – Trajetória de quantidade de trabalhos por grupo temático (1990-2010). Fonte: A autora

Por meio da análise dos dados expostos pelo Quadro 6, sobretudo no que se refere ao grupo denominado “Questões teóricas”, é possível observar que a temática ganha mais destaque no ambiente da ISKO somente a partir da segunda edição do evento, mesmo porque a temática geral dessa edição e das posteriores (ver Quadro 1) abre espaço para o debate teórico, diferente da primeira que, por sua vez, privilegia aspectos voltados para as técnicas e as ferramentas de OC, ainda que tenha sido detectada a presença de trabalhos teóricos sobretudo nos subtemas “Sessão plenária” e “Questões gerais” conforme dados apresentados no Gráfico 2.

Já na edição de 2010, de acordo com os dados expostos no Gráfico 24, verifica-se que a quantidade de trabalhos dedicados a aspectos teóricos atinge seu ápice. Isso ocorre devido a orientação teórico-filosófica do evento de 2010, expressa no próprio enunciado da temática geral (ver Quadro 1), bem como a adotada pelos seus organizadores, Gnoli e Mazzocchi. É importante ressaltar que, em 2008, um dos fascículos (v. 35, n. 2/3) da revista KO foi dedicado exclusivamente a questões epistemológicas da área, como reflexo de uma preocupação teórica da ISKO.

De modo geral, a quantidade de trabalhos expressa no Gráfico 23 sobre o grupo “Questões teóricas”, ainda que não sejam valores absolutos devido à opção feita pela categorização não mutuamente excludente, aponta que a abordagem teórica tem sido alvo das preocupações dos pesquisadores do domínio, ainda que de um modo não linear. Tais preocupações, como já explicitado, têm ganhado notoriedade mais recentemente.

No que se refere ao grupo “Questões de linguagem”, considera-se a partir do exame dos dados contidos no Quadro 6 que a linguagem é tratada no domínio, sobretudo nas primeiras edições (1990, 1994 e 1996), como um aspecto predominantemente técnico voltado principalmente para os pontos de vista da Terminologia e da Linguística. Em 1996, nota-se a inclusão de questões culturais e, em 2000, a inclusão de uma perspectiva cognitivista. De 2002 até 2006, constata-se a presença dos aspectos linguísticos ligados a aspectos culturais e em 2008 a forte presença de aspectos discursivos e culturais, uma vez que o enunciado “Comunidades discursivas” remete claramente a essa ideia. Além disso, tem o próprio enunciado do tema geral do evento de 2008, “Cultura e identidade na OC” evidencia o interesse pelo aspecto cultural.

No geral, o interesse por questões de linguagem no âmbito da ISKO não tem tido grande representatividade, conforme consta nos gráficos 23 e 24. Porém, verifica-se certa

linearidade na trajetória dessa temática, pois os índices variam entre seis e onze trabalhos durante os anos de 1990, 1994, 1996, 1998, 2000, 2004, 2006 e 2008. Ou seja, mesmo que o interesse pelo tema não tenha sido quantitativamente substancial, ele é marcado por certa constância na trajetória das conferências internacionais da ISKO. Isso pode revelar que a linguagem é considerada como um instrumento fundamental para a área e, de certa forma, a trajetória da área já tenha dado conta das questões fundamentais a ela inerentes.

Em relação ao grupo “Sistemas, processos, produtos e instrumentos”, pode-se constatar que esse seja o foco de interesse do domínio, uma vez que se trata da área responsável por criar, desenvolver e projetar produtos e serviços de OC, valendo-se majoritariamente de aspectos aplicados. Tal constatação não se refere somente à quantidade apresentada no Gráfico 23 que atesta o maior índice dentre os grupos temáticos (160 trabalhos), mas, pela trajetória linear mostrada no Gráfico 24, com exceção somente dos eventos de 1992 e 2000 que apresentam números abaixo da média dos outros anos.

A partir do conteúdo expresso no Quadro 6 quanto ao grupo “Sistemas, processos, produtos e instrumentos”, verifica-se que com passar do tempo os produtos e modos de realização de atividades e aplicação de métodos tendem a passar de um contexto universal para contextos cada vez mais específicos de uso. Um dos enunciados escolhidos em 1990, “OC em Sistemas Universais” e o único enunciado escolhido para representar a temática em 2010, “Estruturas de sistemas de OC específicos”, por exemplo, podem ser considerados elucidativos desse processo de mudança de concepção.

O grupo temático “Aplicações tecnológicas” está presente em todas as edições, conforme consta no Quadro 6, com exceção da de 2010, como já visto, em função da clara abordagem teórica eleita naquele ano. No início, os assuntos predominantes eram aqueles relativos à recuperação da informação por meio da tecnologia, sobretudo em 1990 e 1992, passando para o design de sistemas e os catálogos on-line (OPAC), em 1994 e 1996; em 1998, além do aspecto relativo ao ambiente on-line, foram privilegiados os modelos computacionais; as novas tecnologias e os sistemas de informação em 2000; em 2002, além dos assuntos já mencionados observa-se um aprofundamento de questões relativas à aplicação da inteligência artificial, assim como em 2004, a aplicação da inteligência artificial na representação do conhecimento; em 2006 sistemas de informação para aprendizagem, em consonância com o tema geral do evento (ver Quadro 1); e, por fim, em 2008, atividades, sistemas e ferramentas para avaliação, gerenciamento e recuperação da informação.

No Gráfico 23, o grupo “Aplicações tecnológicas” aparece como terceiro mais representativo (com 135 trabalhos, atrás somente dos grupos “Sistemas, processos, produtos e instrumentos” e “Questões teóricas”), mostrando que no domínio da ISKO e, por extensão da OC, há uma intensa preocupação quanto à aplicação e à incorporação de tecnologias da informação e comunicação às atividades de organização e representação do conhecimento.

Quanto à trajetória diacrônica do grupo “Aplicações tecnológicas”, verifica-se no Gráfico 24 um elevado índice de trabalhos em 2002, sobretudo se comparado também ao índice do grupo “Questões teóricas” do mesmo ano. Em relação aos outros anos, o número de trabalhos sobre aspectos teóricos somente supera esse grupo em 1992, 1996, 2006 e 2010. É interessante observar que a partir de 2008 esse tema decresce ao passo que a questão teórica cresce. Sendo assim, é possível afirmar que esses índices indicam um novo direcionamento para as discussões da ISKO voltado para aspectos teóricos.

No tocante ao grupo “Materiais não textuais”, verifica-se o menor índice tanto na quantidade de enunciados como na quantidade de trabalhos, conforme dados organizados no Quadro 6 e gráficos 23 e 24. Também, em relação aos enunciados, é possível verificar uma maior uniformidade de termos, evidenciando uma preocupação com a recuperação de informação registrada em suportes não tradicionais, sobretudo as imagens.

Vale mencionar que, embora esse grupo temático esteja presente sob a forma de subtema em seis das onze edições examinadas, observa-se a ocorrência de trabalhos desse tema, ainda que em uma quantidade não significativas, ligados a subtemas sobre domínios específicos e OC, como no Gráfico 6; Sistemas de informação, como no Gráfico 12; Modelos e métodos de OC para recuperação e para representação do conhecimento, como no Gráfico 14; Sistemas e aplicações especiais no Gráfico 16; e sobre fundamentos epistemológicos e pragmáticos, como no Gráfico 22. Isso demonstra a interlocução do referido grupo, principalmente com os grupos “Sistemas, processos, produtos e instrumentos” e “Aplicações tecnológicas”.

O grupo temático “Ambientes corporativos” também não apresenta uma elevada quantidade total de trabalhos ao longo do período delimitado pela pesquisa, visto que no Gráfico 23 foi constatada a presença de apenas 33 trabalhos. Somado a isso, também se verificou a presença desse grupo representado por subtemas em seis eventos (1992, 1994, 1996, 2000, 2004 e 2008), dos quais, somente quatro foram categorizados exclusivamente nesse grupo conforme demonstram os dados do Quadro 5 e Gráfico 24.

Quanto à interlocução desse grupo com os demais, constatou-se no evento de 1990 que havia trabalhos sobre a temática do grupo no subtema “OC em sistemas especiais” (ver Gráfico 2); em 1994, além do subtema citado no Quadro 5 que se refere à Qualidade, foram detectadas as relações com os subtemas “OC em domínios específicos”, “Comunicação e OC” e “Representação do conceito em design de sistemas” (ver Gráfico 6); em 2002 a ligação foi com o subtema “OC em ambientes eletrônico. A Internet” cujo tema do trabalho que representa tal ligação era Gestão do conhecimento, e também o subtema “Ética profissional. Estruturas de Usuários e Informação. Sistemas de avaliação” cujo tema do trabalho era Resolução de conflitos, conforme o Gráfico 14; em 2004, observou-se a conexão com o subtema “Aplicações de representação do conhecimento” cujos temas de dois trabalhos foram Gestão do conhecimento, novamente, e tomada de decisão no processo de indexação (ver Gráfico 16); no evento de 2006 verificou-se ligação com os subtemas “Abordagens linguísticas e culturais”, “Representação do conhecimento educacional e didático” e “Sistemas de informação e aprendizagem na sociedade global” (ver Gráfico 18); em 2008 com o subtema “Materiais não textuais” (ver Gráfico 20); e em 2010 com o subtema “Estruturas específicas de sistema em OC”.

Quanto ao grupo nomeado “Contextos culturais de uso”, constatou-se que a presença dessa temática no universo da ISKO ocorre somente a partir de 1992, de modo não muito expressivo, com apenas dois trabalhos (ver Gráfico 24) cujo tema estava centrado nas bibliotecas como ambiente de conhecimento. Já em 1996, de acordo como o Quadro 6, a temática volta-se para o usuário sob uma ótica cognitivista e para ambientes transculturais e translinguísticos (intersecção com o grupo “Questões de linguagem”), perfazendo um total de seis trabalhos de acordo com o Gráfico 24. Em 1998, aparece composto por três trabalhos o subtema “Modelagem de perfil do usuário” ainda elucidativo de uma visão mais voltada para o aspecto cognitivo da OC. Questões orientadas para o aspecto social e cultural ganham mais peso em 2000, quando aparecem como subtemas os enunciados “Usuários globais e usos do conhecimento e OC”, com três trabalhos, e “Cultura, linguagem e comunicação em OC” com sete que também se trata de um ponto de intersecção com o grupo “Questões de linguagem”. Essa tendência sociocultural permanece e se intensifica nos eventos de 2002, 2004 e, sobretudo em 2006 e 2008, onde são detectados os maiores índices relativos a quantidades de trabalhos sobre temas culturais conforme Gráfico 24. Além disso, nas edições de 2006 e 2008

os temas gerais dos eventos versavam respectivamente sobre aspectos sociais e sobre aspectos culturais de acordo com os enunciados do Quadro 1.

Em relação à quantidade geral de trabalhos enquadrados nesse grupo temático, no Gráfico 23, verifica-se que, apesar da não linearidade visto que o interesse por temas socioculturais se intensifica principalmente nos últimos eventos, o índice de 103 trabalhos é considerado significativo em comparação com os demais, fato que pode evidenciar uma tendência de pesquisa em OC voltada para o contexto de uso, para as comunidades de uso, para o uso em domínios específicos, acompanhando ao aumento de trabalhos presentes também no grupo “Sistemas, processos, produtos e instrumentos” cujo assunto principal é orientado para os sistemas, técnicas, ferramentas e atividades de OC desenvolvidos para contextos/domínios específicos de uso. Tal tendência pode demonstrar a adoção de uma perspectiva pragmática como fundamento filosófico para o campo de OC, perspectiva esta que em 2010 aparece claramente representada por um dos subtemas do evento.

No grupo “Miscelânea” foram categorizados os subtemas, dos quais os enunciados se mostram excessivamente genéricos e agrupam trabalhos de temas muito diversos entre si não constituindo, desse modo, uma identidade para o grupo. De acordo com o Gráfico 23, a quantidade geral de trabalhos desse grupo não se mostra significativa diante das demais e, conforme o Gráfico 24, esse tipo de grupo foi detectado em três edições do evento até 1998. A ausência desse tipo de subtema depois desse período pode demonstrar que houve uma consciência na sociedade de que tais grupos temáticos não informavam, nem organizavam e representavam de modo eficiente os trabalhos por eles arranjados.

A partir dos dados representados pelo Quadro 6 e gráfico 24 e 23 e das análises realizadas sobre eles, foi construído um mapa conceitual diacrônico na tentativa de elucidar a trajetória temática de um modo qualitativo no universo das conferências da ISKO, conforme o período que se pretendeu cobrir na tese. Também foi construído mapa semelhante levando em consideração a presença dos autores no desenvolvimento conceitual. Esses mapas são apresentados a seguir, mas, para melhor compreendê-los, entendeu-se como necessária a elaboração de uma legenda dos mapas, conforme Quadro 7.

LEGENDA DOS MAPAS CONCEITUAIS	
	Análise algarítima de textos/Terminologia/Linguística/Comunicação Processamento de linguagem natural/Aspectos linguísticos Problemas multilíngues de recuperação da informação
	Sistemas universais/Abordagem taxonômica Recuperação em sistemas universais/LCC Dewey CDD Modelos teóricos e universais
	Sistemas especiais/Reestruturação de esquemas de classificação e tesouros Domínios específicos/Gerenciamento da mudança em esquema de OC Desenvolvimento e análise de sistemas de classificação Design de sistemas de conhecimento para fins especiais Representação do conhecimento/Representando o conhecimento em websites Princípios, design e construção de classificação Sistemas universais e especiais/ Soluções universais vs. locais Aplicações de representação do conhecimento Representação do conhecimento educacional e didático Estruturas de sistemas de OC específicos
	Tesouros/Papel das relações/Tesouros e metatesouros Entidades conceituais e modelagem de ontologias Design de tesouros/Modelagem conceitual/Relações conceituais Ontologias/Fundamentos ontológicos/Paradigmas de OC e níveis de realidade
	Paradigmas cognitivos/Abordagem analítico sintética Abordagens cognitivas/Foco no usuário Abordagens cognitivas na recuperação de imagem Modelagem de perfil do usuário Fundamentos cognitivos e linguísticos/Usuários globais
	Recuperação on-line/Tecnologia de recuperação/Recuperação da informação Design de sistemas/OPAC/Ambientes on-line/Modelos computacionais Estruturas e relações em ambientes on-line/Novas tecnologias da informação Sistemas de informação/Modelos e métodos para OC e recuperação Ambientes eletrônicos/Internet/Integração do conhecimento na Internet Modelos e métodos para integração do conhecimento em sistemas de informação Aplicação de técnicas de inteligência artificial e representação da informação Aplicações especiais/Sistemas de informação e aprendizagem na sociedade global Gerenciamento e recuperação da informação/Sistemas, ferramentas e avaliação
	Hipermídia/OC e imagem/Informação não impressa Multimídia não impressa/Materiais não textuais
	Conhecimento e OC/Teoria do conhecimento/Sistemas baseados em conhecimento Interação epistemológica/Epistemologia e ecologia da informação Estruturas do conhecimento na interface Gerenciamento de estruturas do conhecimento/Abordagens epistemológicas Estruturas e análises do conhecimento/Fundamentos teóricos Teoria do conhecimento/Sociedade global e teoria do conhecimento Fundamentos epistemológicos
	Resolução de problemas/Tomada de decisões/Situações de aprendizagem Qualidade em OC/Ambientes de negócios e econômicos/Gerenciamento da mudança Sistemas corporativos de informação
	Ferramentas e técnicas/Modelos e métodos/Ferramentas e sistemas Modelos e métodos

	Abordagem interdisciplinar/Interdisciplinaridade e complexidade
	Buscando conhecimento em bibliotecas Configurações translinguísticas e transculturais Cultura, linguagem e comunicação/Políticas de informação/Usos do conhecimento Ética profissional. Estruturas de usuários e informação. Sistemas de avaliação Abordagens linguísticas e culturais/Conceitos sociais e sociológicos Usuários e usos/Aprendizagem na sociedade global Ambientes multilíngues e multiculturais/Comunidades discursivas Usuários e contexto social/Bibliotecas, arquivos e museus

Quadro 7 – Legenda do mapa conceitual representativo da ISKO (1990-2010)
 Fonte: Autora (2014).

Para sistematizar conceitos expostos no Quadro 7, procurou-se reunir todas as expressões que ao longo de vinte anos de fundação da ISKO representassem conceitos e ideologias semelhantes entre si. Como é possível visualizar o quadro acima, cada grupo foi representado por cores distintas que foram empregadas para representar não só o desdobramento dos conceitos, mas também o movimento ou os *cross-links* presentes dentro dos mapas conceituais das posturas filosóficas e ideológicas cronotopicamente acolhidas, representados pelos gráficos 25 e 26.

Optou-se por representar estas orientações filosóficas e ideológicas por cores porque é um tipo de signo diferente e menos complexo nesse contexto do que as palavras, na tentativa de simplificar o processo interpretativo expresso nos gráficos a seguir. Além das cores, foram estampados nos mapas conceituais o diacronismo e os principais eixos temáticos tornando desse modo possível visualizar de modo amplo como se foi se desenvolvendo uma determinada temática, uma determinada ideia, uma determinada concepção e como determinada postura ideológica se localiza dentro dos temas ao longo do tempo. Por esse motivo, os mapas são considerados uma tentativa de representação tridimensional.

Na sequência são apresentados o Gráfico 25, mapa conceitual diacrônico composto pelos termos que povoaram os eventos da ISKO, e o Gráfico 26, mapa conceitual diacrônico onde estão localizados os autores dentro da estrutura temática.

	Questões teóricas	Questões de linguagem	Sistemas, processos, produtos e instrumentos	Aplicação tecnológica	Materiais não textuais	Ambientes corporativos e gerenciais	Contextos culturais de uso
1990		Análise algorítmica de textos	Sistemas universais	Recuperação on-line	Hipermissão	Sistemas especiais	
			Sistemas especiais	Tecnologias de recuperação			
		Terminologia	Tesouros	Recuperação em sistemas universais			
1992	Paradigmas cognitivos		Abordagem taxonômica	Recuperação da informação		Resolução de problemas	Buscando conhecimento em bibliotecas
	Conhecimento e OC		Abordagem analítica sintética			Tomada de decisões	
1994	Teoria do conhecimento	Linguística	Reestruturação de esquemas de classificação e tesouros	Design de sistemas	OPAC	Qualidade em OC	
			Ferramentas e técnicas				
		Comunicação	Domínios específicos				
			Sistemas baseados em conhecimento				
1996	Abordagem interdisciplinar	Configurações translinguísticas e transculturais	LCC Dewey CDD	Ambientes on-line	OC e imagem	Ambientes de negócios e econômicos	Foco no usuário
	Interação epistemológica		Gerenciamento da mudança em esquemas de OC				Configurações translinguísticas e transculturais
	Papel das relações	Processamento de linguagem natural	Tesouros e metatesouros				Gerenciamento da mudança
1998	Epistemologia e Ecologia da informação	Aspectos linguísticos	Abordagens cognitivas	Modelos computacionais	Abordagens cognitivas na recuperação de imagens		Modelagem de perfil do usuário
			Entidades conceituais e modelagem de ontologias				
			Desenvolvimento e análise de sistemas de classificação				
			Design de tesouros				
	Estruturas do conhecimento na interface		Estruturas e relações em ambientes on-line				
	Design de sistemas de conhecimento para fins especiais						
Modelagem conceitual							
2000	Teoria do conhecimento	Cultura, linguagem e comunicação	Sistemas universais e especiais	Novas tecnologias da informação		Políticas de informação	Usuários globais
	Fundamentos cognitivos e linguísticos		Fundamentos cognitivos e linguísticos	Gerenciamento de estruturas de conhecimento	Sistemas de informação: conceitos, projeto e implementação		Gerenciamento de estruturas de conhecimento
2002	Modelos teóricos e universais		Modelos e métodos	Modelos e métodos para OC e recuperação			Domínios com orientação multicultural e sistemas gerais
			Representação do conhecimento	Ambientes eletrônicos Internet			
			Ferramentas e sistemas	Integração do conhecimento na Internet			
			Relações conceituais	Representando o conhecimento em websites			
							Ética profissional Estruturas de Usuários e Informação Sistemas de avaliação

	Abordagens epistemológicas		Estruturas e análises de conhecimento Princípios, design e construção de classificação	Modelos e métodos para integração do conhecimento em sistemas de informação Aplicação de técnicas de inteligência artificial à recuperação da informação			
2004	Fundamentos teóricos Teoria do conhecimento	Abordagens linguísticas e culturais	Sistemas universais e especiais	Aplicações de inteligência artificial e representação do conhecimento Aplicações de representação do conhecimento Aplicações especiais	Informação não impressa: som, imagem, multimídia	Sistemas corporativos de informação	Conceitos sociais e sociológicos Abordagens linguísticas e culturais
2006	Sociedade global e Teoria do conhecimento Soluções universais vs. locais	Problemas multilíngues de recuperação da informação Abordagens linguísticas e culturais	Ontologias Representação do conhecimento educacional e didático	Sistemas de informação e aprendizagem na sociedade global: conceitos, design e implementação	Multimídia não impressa		Abordagens linguísticas e culturais Usuários e usos Aprendizagem na sociedade global Representação do conhecimento educacional e didático
2008	Fundamentos epistemológicos	Ambientes multilíngues e multiculturais Comunidades discursivas	Modelos e métodos	Gerenciamento e recuperação da informação Sistemas, ferramentas e avaliação	Materiais não textuais	Gerenciamento e recuperação da informação	Ambientes multilíngues e multiculturais Comunidades discursivas Usuários e contexto social Bibliotecas, arquivos e museus
2010	Fundamentos ontológicos Fundamentos epistemológicos Fundamentos pragmáticos Interdisciplinaridade e complexidade Paradigmas de OC e níveis de realidade		Estruturas de sistemas de OC específicos				

Gráfico 25 – Mapa conceitual diacrônico de termos-chave empregados pela ISKO (1990-2010)
Fonte: Autora (2014)

Com a finalidade de situar os autores como sujeitos constituintes e constituídos pelos seus discursos em um determinado domínio, foi elaborado com base no primeiro um segundo mapa conceitual diacrônico. Assim, foi necessário delimitar um grupo de pesquisadores composto pelos sujeitos que têm participado no desenvolvimento sociocognitivo da sociedade de modo contínuo. Para tanto, foram selecionados os autores que participaram quatro vezes ou mais das edições dos eventos por meio da apresentação de trabalhos. Desse modo, foi obtido o grupo de 42 autores mais produtivos e respectiva quantidade de trabalhos apresentados com limite de apresentação de até quatro trabalhos, conforme dados organizados abaixo pela Tabela 13.

Jacob, E.	10	Lee, H.-L.	5
Green, R.	9	Moya-Anegón, F.	5
Williamson, N.	9	Mitchell, J.	5
McIlwaine, I.	8	Neelameghan, A.	5
Olson, H.	8	Negrini, G.	5
Smiraglia, R.	8	Ohly, H.	5
Howarth, L.	7	Pejtersen, A.	5
Bean, C.	6	Priss, U.	5
Mustafa El Hadi, W.	6	Sukiasyan, E.	5
Hudon, M.	6	Tennis, J.	5
Khoo, C.	6	Vizine-Goetz, D.	5
López-Huertas, M.	6	Zeng, M.	5
Riesthuis, G.	6	Zumer, M.	5
Albrechtsen, H.	5	Hjørland, B.	5
Beghtol, C.	5	Barát, A.	4
Broughton, V.	5	Campbell, G.	4
Francu, V.	5	Dahlberg, I.	4
Garcia-Marco, J.	5	Gnoli, C.	4
Guimarães, J.	5	Iivonen, M.	4
Iyer, H.	5	Kwasnik, B.	4
La Barre, K.	5	Walt, M.	4

Tabela 13 – Pesquisadores mais produtivos nas Conferências Internacionais da ISKO (1990-2010). Fonte: A autora (2014)

Desses autores que compõem a tabela acima, verificou-se que a maioria ocupa ou já ocupou cargos na ISKO no contexto internacional ou nos contextos regionais como coordenadores de eventos, editores e membros da revista KO, como membros do conselho executivo ou do conselho científico. Pode-se dizer que esse fato seja determinante para a constância na produção de trabalhos desse grupo de pesquisadores nos eventos, demonstrando desse modo a indissociabilidade as estruturas sociais e cognitivas do domínio em questão.

	Questões teóricas			Questões de linguagem			Sistemas, processos, produtos e instrumentos			Aplicação tecnológica			Contexto cultural de uso		Materiais não textuais	OC em ambientes corporativos	Miscelânea
1990				Mustafa El Hadi, W.	Iivonen, M.	Riesthuis, G. Sukiasyan, E.	Williamson, N.	Iyer, H.									Albrechtsen, H.
1992	Dahlberg, I. Neelameghan, A.	Negrini, G.	Sukiasyan, E.		Dahlberg, I.	Negrini, G.	Neelameghan, A.	Iyer, H.	Iivonen, M.								
1994	Dahlberg, I. Hjørland, B.	Garcia-Marco, J. Jacob, E.	Olson, H.		McIlwaine, I.	Pejtersen, A. Riesthuis, G.	Williamson, N. Negrini, G.	Pejtersen, A.						Howarth, L. Sukiasyan, E.		Iivonen, M.	
1996	Green, R. Bean, C.	Howarth, L. Negrini, G.	Olson, H.	Mustafa El Hadi, W. Zeng, M.	Dahlberg, I. Frâncu, V.	McIlwaine, I. Mitchell, J.	Sukiasyan, E. Williamson, N.	Green, R.	Vizine-Goetz, D. Garcia-Marco, J.	Iivonen, M.	Zeng, M.	Jacob, E.	Sukiasyan, E. McIlwaine, I.				
1998	Albrechtsen, H. Jacob, E.	Williamson, N.		Mustafa El Hadi, W. Riesthuis, G.	Dahlberg, I. Beghtol, C.	McIlwaine, I. Sukiasyan, E.		Priss, U.	Walt, M.	Garcia-Marco, J.						Negrini, G. Olson, H.	
2000	Bean, C. Beghtol, C. Broughton, V. Campbell, G.	Frâncu, V. Green, R. La Barre, K. Jacob, E.	Neelameghan, A. Olson, H. Priss, U. Smiraglia, R.	Bean, C. Beghtol, C. Broughton, V. Frâncu, V.	Green, R. Hudon, M. McIlwaine, I. Smiraglia, R.	Howarth, L. Kwasnik, B. Mitchell, J.	Vizine-Goetz, D. Williamson, N.	Albrechtsen, H. Mustafa El Hadi, W. Hudon, M. López-Huertas, M.	Moya-Anegón, F. Pejtersen, A. Riesthuis, G. Walt, M.	McIlwaine, I.	Hudon, M.	Ohly, H.					
2002	Beghtol, C. Hjørland, B. Jacob, E.	McIlwaine, I.	Olson, H.		Broughton, V. Mustafa El Hadi, W. López-Huertas, M. Frâncu, V.	Zeng, M. Lee, H.-L. Pejtersen, A. Albrechtsen, H.		Bean, C. Campbell, G. Green, R. Hudon, M.	Kwasnik, B. Moya-Anegón, F. Moya-Anegón, F. Moya-Anegón, F.	Priss, U. Riesthuis, G. Smiraglia, R. Walt, M.	Albrechtsen, H.	Guimarães, J.					
2004	Albrechtsen, H. Beghtol, C. Broughton, V. Jacob, E. Khoo, C.	La Barre, K. Pejtersen, A. Priss, U. Tennis, J. Zeng, M.	Mustafa El Hadi, W. Green, R. López-Huertas, M.	Barát, A. Hudon, M. McIlwaine, I.	Mitchell, J. Vizine-Goetz, D.		Bean, C. Frâncu, V. Gnoli, C. Howarth, L. Khoo, C.	Khoo, C. Kwasnik, B. Lee, H.-L. Neelameghan, A.	Riesthuis, G. Smiraglia, R. Williamson, N. Zumer, M.	Mustafa El Hadi, W. Green, R.	López-Huertas, M. Campbell, G. Ohly, H.	Walt, M.	Smiraglia, R.				
2006	Barát, A. Beghtol, C. Green, R. McIlwaine, I.	Mitchell, J. Tennis, J. Vizine-Goetz, D.			Albrechtsen, H. Bean, C. Hudon, M. Jacob, E.	Kwasnik, B. Lee, H.-L. Smiraglia, R. Williamson, N.		Zeng, M.	Gnoli, C.	Zumer, M.	Jacob, E. Williamson, N. Albrechtsen, H.	La Barre, K. Hudon, M. Kwasnik, B.	Garcia-Marco, J.				
2008	Campbell, G. Hjørland, B. Jacob, E.	Ohly, H. Olson, H. Smiraglia, R.	Barát, A. Mustafa El Hadi, W. Mitchell, J.		Broughton, V. Green, R.	McIlwaine, I. Williamson, N.		Gnoli, C. Jacob, E.	Khoo, C.		Barát, A. Mustafa El Hadi, W. Howarth, L. Guimarães, J.	López-Huertas, M. Mitchell, J. Khoo, C. Neelameghan, A.		Gnoli, C. Jacob, E.			



Gráfico 26 – Mapa conceitual diacrônico de autores constituintes da ISKO (1990-2010)
 Fonte: Autora (2014)

De acordo com os dados expostos no Gráfico 26, verificou-se que a maioria dos autores (26) transitou em quatro (McIlwaine, I., Mustafa El Hadi, W., Hudon, M., López-Huertas, M., Riesthuis, G., Beghtol, C., Broughton, V., Guimarães, J., Neelameghan, A., Negrini, G., Sukiasyan, E., Tennis, J., Dahlberg, I., Iivonen, M.) ou três (Olson, H., Bean, C., Khoo, C., Albrechtsen, H., La Barre, K., Mitchell, J., Ohly, H., Pejtersen, A., Priss, U., Barát, A., Campbell, G., Kwasnik, B.) orientações distintas durante sua participação nas conferências da ISKO entre 1990 e 2010. Além desses, observou-se que cinco autores (Iyer, H., Vizine-Goetz, D., Zumer, M., Gnoli, C. e Walt, M.) transitaram em duas orientações, quatro (Jacob, E., Williamson, N., Smiraglia, R. e Howarth, L.) por seis, quatro (Francu, V., Garcia-Marco, J., Lee, H.-L. e Zeng, M.) por cinco, dois (Moya-Anegón, F. e Hjørland, B.) por uma e somente um (Green, R.) por sete.

Dos autores que participaram no evento desde 1990 (Williamson, N., Mustafa El Hadi, W., Riesthuis, G., Albrechtsen, H., Iyer, H., Sukiasyan, E. e Iivonen, M.) é possível notar que todos modificaram suas abordagens no decorrer dos anos. Em N. Williamson, uma das autoras mais produtivas com nove trabalhos na ISKO (ver Tabela 13), verifica-se no início um interesse pelo estudo dos sistemas universais de classificação, passando em 1994 para a temática relacionada a sistemas específicos. Já em 1996, a autora se dedica à relação entre a CDU e os tesouros, ao passo que, em 1998, a preocupação da autora volta-se para a questão da interdisciplinaridade nos sistemas de OC; em 2000, a autora volta a abordar a questão dos sistemas especiais; em 2002 e 2004, a possibilidade de integrar o conhecimento por meio dos sistemas de informação foi o tema escolhido pela autora, aliando as abordagens sobre sistemas de OC, interdisciplinaridade e tecnologia de informação; já em 2006 e 2008 a autora aborda temas mais tradicionais como os sistemas específicos e modelo e métodos de OC. Quanto à localização da autora no mapa (Gráfico 26), é possível verificar a presença em três grupos/lugares distintos: “Sistemas, processos, produtos e instrumentos”, “Questões teóricas” e “Aplicações tecnológicas”, sendo que a maior permanência ocorreu no primeiro grupo.

Quanto à W. Mustafa El Hadi, com seis trabalhos de acordo com a Tabela 13, verifica-se uma clara mudança de orientação dentro da sua especialidade de estudo. No início (1990, 1996 e 1998) seu interesse estava centrado em aspectos terminológicos e técnicos da linguagem dentro da OC, conforme o Gráfico 26. A partir de 2000, a autora passa a se interessar pela aplicação tecnológica e em 2002 pelas ferramentas e sistemas de OC. Já em 2004 e 2008, a autora passa a tratar a linguagem em seu aspecto cultural e discursivo dentro

da sua área de estudo. Nas seis edições que autora participou, nas de 1990, 1996 e 1998, Mustafa El Hadi permaneceu no grupo “Questões de linguagem”; em 2000 migrou para o grupo “Aplicações tecnológicas”, mas, em 2002, 2004 e 2008, retorna para seu grupo de origem e, em função da interlocução entre os grupos sobre linguagem e cultura, também aparece nestes anos no grupo “Contextos culturais de uso”.

A produção de G. Riesthuis composta por seis participações se inicia com uma abordagem voltada para os sistemas universais em 1990 que depois, em 1994, passa para os sistemas específicos de OC e em 1998 se dedica a questões terminológicas e técnicas da linguagem. Nas edições de 2000 e 2002 a preocupação do autor volta-se para as aplicações tecnológicas. Logo, a trajetória de G. Riesthuis nos grupos se inicia em 1990 e 1994 no grupo “Sistemas, processos, produtos e instrumentos”, em 1998 passa pelo grupo “Questões de linguagem” e termina em 2000 e 2002 no grupo “Aplicações tecnológicas”.

H. Albrechtsen, com cinco participações como autora de trabalhos, começa sua trajetória abordando o “conceito de software” em 1990, passando pelos aspectos epistemológicos da “ecologia da informação” em 1998, pela aplicação da tecnologia da informação em OC em 2000, pelos sistemas específicos de OC em 2002, retoma a abordagem epistemológica em 2004 e, finaliza sua trajetória em 2006 retornando aos sistemas específicos de OC. Sendo assim, a autora transita pelos seguintes grupos: “Miscelânea” em 1990, “Questões teóricas” em 1998, “Aplicações tecnológicas” em 2000, “Sistemas, processos, produtos e instrumentos” em 2002 e, por fim, retorna ao grupo “Questões teóricas” em 2004.

Os interesses de pesquisa dentro da ISKO de H. Iyer, também com cinco participações, se iniciam em 1990 e 1992 sobre ferramentas e aplicações tecnológicas; em 2002 a temática permanece a mesma com dois trabalhos apresentados nessa edição e somente em 2010 a pesquisadora retorna ao ambiente da ISKO apresentando uma abordagem epistemológica. Assim, durante 1990, 1992 e 2002 a autora esteve presente no grupo “Aplicações tecnológicas” e em 2010 aparece no grupo “Questões teóricas”.

E. Sukiasyan inaugura sua participação tratando dos sistemas universais em 1990, ao passo que, em 1992, faz uma abordagem epistemológica; em 1994, passa a tratar a prática de organização do conhecimento em ambientes corporativos e em 1996, segue estudando o tema, mas, enfatizando os sistemas específicos de OC, assim como em 1998 quando fecha sua trajetória de participação nas conferências internacionais da ISKO. Com efeito, o autor passa pelos seguintes grupos de 1990 a 1998: “Sistemas, processos, produtos e instrumentos”,

“Questões teóricas”, “Ambientes corporativos” e em dois anos consecutivos retorna para “Sistemas, processos, produtos e instrumentos”.

A pesquisadora M. Iivonen foi a única do rol de mais produtivos que tratou do tema “indexação”. Ela começa sua atuação na ISKO com esse tema em 1990, passando em 1992 para questões de tecnologia da informação, em 1994 para perspectivas futuras do domínio para e em 1996 para uma abordagem cognitiva. Assim, durante sua trajetória de participação na ISKO a autora esteve presente nos grupos “Sistemas, processos, produtos e instrumentos”, “Aplicações tecnológicas”, “Miscelânea” e “Contexto cultural de uso”, ainda que nesse último tenha adotado uma perspectiva orientada ao cognitivismo.

Além dos autores que participaram do evento desde 1990, optou-se por analisar com mais profundidade a trajetória daqueles que defenderam ideias consideradas como alguns dos marcos intelectuais do domínio, também citados nos capítulos que compõem o referencial teórico. Desse modo, na sequência são analisadas as trajetórias de H. Olson, C. Beghtol, B. Hjørland, I. Dahlberg e C. Gnoli. As análises seguem a mesma ordem de disposição dos autores da Tabela 13.

As participações de H. Olson (oito, de acordo com a Tabela 13) nas conferências internacionais da ISKO iniciaram-se em 1994. Deste ano até 2002 a orientação temática da autora é categorizada por enunciados que representam uma abordagem voltada para questões epistemológicas. Porém, em 2006 o trabalho por ela apresentado é enquadrado como representativo do enfoque sociocultural; em 2008 retorna à abordagem epistemológica e em 2010 é classificado como um tipo de abordagem ontológica. Em relação aos grupos temáticos a autora marca presença no grupo “Questões teóricas” em 1994, 1996, 2000, 2002, 2008 e 2010, no grupo “Miscelânea” em 1998 e em 2006 no grupo “Contexto cultural de uso”. Assim, pode-se constatar que os trabalhos de H. Olson quase sempre são resultados de reflexões orientadas para o aspecto teórico do domínio e, esse fato, valida o julgamento de que as ideias defendidas pela autora representam um marco intelectual e social dentro do domínio de OC.

Quanto à C. Beghtol que, por sua vez, obteve um índice de cinco participações dentro do período e contexto analisado, observa-se que a autora começa sua atuação em 1998 discutindo os sistemas específicos de OC, passando em 2000 para uma abordagem mais cognitiva; em 2002 debate a questão da efetividade dos sistemas universais e em 2004 e 2006 recorre a um direcionamento enquadrado pelos enunciados dos subtemas como

epistemológico. A presença da autora nos grupos temáticos ocorreu da seguinte forma: em 1998 no grupo “Sistemas, processos, produtos e instrumentos” e no período de 2000 a 2006 no grupo “Questões teóricas”. A partir desta descrição se pode constatar o mesmo que em H. Olson sobre a presença de autora no referencial teórico do domínio.

Em relação à atuação de B. Hjørland verifica-se que as questões epistemológicas e ao mesmo tempo teóricas – a presença do autor ocorreu somente no grupo “Questões teóricas” – foram alvo das reflexões do autor nas suas quatro participações em 1994, 2002, 2008 e 2010. Entretanto, Hjørland é também conhecido por defender uma orientação pragmática, voltada para os contextos culturais e de uso, conforme postula na teoria analítica de domínios, fato esse que de certo modo contraria a representação obtida no mapa, principalmente no que se refere a um direcionamento exclusivamente epistemológico.

As quatro participações de I. Dahlberg como autora de trabalhos apresentados nas conferências internacionais da ISKO seguiram uma linha mais cognitivista em 1992, epistemológica em 1994, ontológica em 1996 e direcionada para aspectos relativos aos sistemas específicos de OC em 1998. Com efeito, a autora esteve presente no grupo “Questões teóricas” em 1992 e 1994 e no grupo “Sistemas, processos, produtos e instrumentos” em 1996 e 1998. Apesar de ser considerada a principal teórica fundadora do domínio de OC, é possível observar mediante os dados dispostos no mapa do Gráfico 26, que a aplicação da teoria em sistemas de OC é uma das características marcantes da produção da autora tanto no ambiente da ISKO, como o próprio CSKOL, esquema elaborado por Dahlberg, destinado especificamente à área de OC.

A primeira das quatro participações de C. Gnoli ocorreu em 2004. Neste ano, o trabalho do autor foi categorizado como voltado para tecnologia da informação. Todavia, como já citado nesta tese, esse trabalho faz um mapeamento das duas principais orientações filosóficas presentes no domínio de OC, o naturalismo e o pragmatismo. A partir disso, sugere-se que este trabalho de 2004 não se encontra representado do modo considerado mais adequado no Gráfico 26, apesar de a criação e implantação de sistemas de OC ser uma linha de pesquisa que caracterize o autor. Em 2006 e 2008, a orientação do autor permanece direcionada para aplicação da tecnologia da informação. Já em 2010, evento que o próprio autor coordenou, o trabalho de Gnoli é enquadrado como uma abordagem ontológica, orientação filosófica claramente defendida pelo autor (GNOLI, 2004, 2009, 2011), como já explicitado anteriormente.

De modo geral, percebe-se tanto no Gráfico 25 como 26, que as abordagens ou orientações do conjunto de autores e temas analisados se modificam ao longo do tempo como reflexo dos conflitos e acordos que ocorrem entre os pesquisadores do domínio em questão, assim com em qualquer outro domínio, inclusive aqueles considerados não científicos. A visualização dos mapas permite constatar que em contextos temporais e espaciais distintos os conjuntos de cores representativas das diversas orientações filosóficas e ideológicas se alteram, assim como as opções e interesses de pesquisa dos autores, sujeitos aqui considerados sociais e singulares ao mesmo tempo. Por fim, todas essas alterações ficam registradas na linguagem e é por esse motivo que um termo não é somente um rótulo de um conceito, ele é reflexo das ideologias ou do choque de ideologias presentes nos discursos e nos modos de pensar e agir dos sujeitos que integram um determinado contexto espaço temporal dentro do domínio de OC.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A institucionalização de qualquer domínio do conhecimento é aqui considerada um processo caracterizado pelo inacabamento. Como condição de garantir sua própria existência, compreendeu-se que as instituições não se encontram isoladas dos atos realizados na vida social. Tais atos são sociocognitivos por excelência porque são realizados pelos sujeitos em sua ambiência coletiva, onde são influenciados e influenciam os demais obedecendo às variações que ocorrem cronotopicamente. Com efeito, concebe-se que as instituições e os domínios científicos, apesar de materializarem as relações entre as superestruturas e as infraestruturas, nada mais são que grupos de pessoas que se comunicam, dialogam, debatem, negociam, celebram acordos, entram em choque, disputam, defendem pontos de vistas, se polemizam.

Dentro dessa convivência entre sujeitos, a linguagem torna-se fundamental, pois é por meio dela que os sujeitos interagem e se afetam mutuamente. A linguagem é responsável por constituir, representar e comunicar visões de mundo ou pontos de vista e por esse motivo acompanha e materializa o ritmo das ideologias oficiais, marginais e a relação de força entre elas. Em função disso, acredita-se que não há linguagem sem ideologia e vice-versa.

Recorreu-se, portanto, à noção bakhtiniana de linguagem como representativa de concepções intersubjetivas, ideológicas e espaço-temporais. Isso se deve ao próprio caráter dialógico da linguagem e do signo linguístico, do modo como eles constituem e são constituídos pela consciência, pelos atos responsáveis e responsivos, pela sua relação com o conhecimento, na constante recomposição de estilos e gêneros com base nos processos de cronotopia, carnavalização e na possibilidade da perspectiva polifônica da linguagem que se trata da forma mais evoluída de uma representação plural e democrática.

Além disso, procurou-se discutir esses conceitos e sua relação com o conceito de memória, acesso ao conhecimento e suas possíveis contribuições para atividades voltadas para organização e representação do conhecimento. Assim, verificou-se que o conhecimento não está desvinculado da linguagem porque assim como esta, o conhecimento é constantemente reestabelecido seguindo as variáveis cronotópicas nas quais ele se insere. O conhecimento é construído e reconstruído a partir das leituras dialógicas que os sujeitos fazem dos signos que são representativos das incessantes mudanças, ao mesmo tempo em que promovem outras.

Durante tal processo dialógico, os sujeitos que fazem suas escolhas orientando-se pelas diretrizes ideológicas difundidas pela coletividade e desse modo atribuem forma e valor aos signos e, por extensão, aos conceitos, às teorias, às práticas e demais elementos que constituem o conhecimento.

Isso fica evidenciado nas áreas que se dedicam à organização e representação do conhecimento, pois em função do conhecimento ser seu objeto de estudo é possível acompanhar de perto e continuamente as mudanças que ocorrem nele. Apesar de o conhecimento registrado ser considerado o objeto privilegiado de estudo do domínio de OC, isso não significa que o conhecimento ainda não registrado e/ou ainda não comunicado não interfira nos processos ou nos atos voltados para organização e representação do conhecimento. O conhecimento registrado ou comunicado assim como o conhecimento ainda não registrado ou não comunicado é de origem intersubjetiva, é representativo de pontos de vista e, por isso, interfere na adoção ou na rejeição de diversas abordagens. Durante o ato de representar e organizar conhecimento considera-se, portanto, impossível escapar dessas influências e das subseqüentes tomadas de posições em razão do sentido que se encontra nelas, do mesmo modo que é impossível isolar completamente o discurso interior do exterior. Considera-se, desse modo, que o ato de representar e organizar trata-se de uma tarefa necessariamente ideológica porque os signos, aos quais se recorrem para representar e/ou organizar encarnam visões de mundo, já são recheados de pontos de vista, munidos de intersubjetividade e, por sua vez, transmitem conteúdos racional e ideológico ao mesmo tempo. Do contrário, os atos de representar e organizar o conhecimento seriam estritamente frutos de uma ação puramente mecânica.

O discurso impresso e/ou falado e o discurso interior são constituídos de signos que dialogam e que por vezes fazem sentido entre si. Em razão disso, a consciência não é construída isoladamente; ela é constituída a partir da convivência do sujeito com o ambiente onde está inserido. Entretanto, não é o coletivo que determina inteiramente o sujeito ou o sujeito que se dilui completamente no coletivo; é o sujeito que com base no conteúdo que o mundo lhe apresenta faz suas opções, que constrói intersubjetivamente seu discurso, que acolhe, que rechaça, que complementa certas ideias, que escolhe fazer parte de um grupo ou de outro. Assim como a memória deve ser vista como algo dinâmico, é o conhecimento, é o discurso, é a consciência. Não é somente a guarda, a representação e organização estática de documentos que garantem sua preservação ou a preservação do conhecimento neles

registrado. Para que haja um resgate efetivo do passado, o que sobrou dele deve necessariamente ser capaz de dialogar com o presente, assim como o discurso impresso deve ser capaz de dialogar com o discurso interior para fazer sentido. Acredita-se que não há como se tratar documentos ou informação e conhecimento do modo efetivo sem levar em conta a dialogicidade deles com o mundo em seus aspectos cronotópicos e tampouco isolá-los do enfoque ideológico que subjaz todo esse processo.

No que se refere ao discurso científico, é possível constatar que qualquer tipo de linguagem, inclusive aquelas oriundas de esferas mais elaboradas, não se encontra desvinculada do cotidiano, pois é característica de todas as linguagens corresponderem às relações entre os mais diversos grupos sociais. Admite-se, portanto, que na linguagem e até no próprio conhecimento não há como estabelecer uma linha divisória que delimite completamente o campo formal do informal, o campo pessoal do profissional ou do acadêmico, o subjetivo do objetivo, o racional do ético e do ideológico. Os discursos científicos assim como quaisquer outros são movidos por interesses não exclusivamente objetivos e coletivos de quem os constrói, de quem os profere, de quem os registra, de quem os publica, de quem os representa, de quem os organiza. Por isso, acreditou-se que para se estudar o desenvolvimento institucional de um domínio científico deve-se recorrer à observação do movimento das ideologias que sustentam os discursos de seus pesquisadores conforme determinados contextos.

Por conseguinte, para se conhecer a trajetória das ideologias ou das orientações filosóficas que povoam os discursos de um domínio, entendeu-se como necessário o resgate dos termos vistos como representantes das estruturas sociocognitivas que têm sido empregados na ambiência desse domínio, desde o seu início. No caso da OC, se recorreu ISKO porque, além da entidade ser vista como a mais representativa internacionalmente, verificou-se que, de modo geral, uma parte relevante dos termos enunciados durante o processo de institucionalização permanecem registrados em cada *proceedings* das conferências internacionais da ISKO. O acesso e a análise dessa documentação em conjunto com a leitura e interpretação dos marcos teóricos possibilitou um olhar diacrônico, visto aqui como requisito fundamental para se descrever e compreender a constituição e a trajetória do campo em questão.

Os termos empregados no contexto das conferências internacionais de ISKO foram vistos, portanto, como signos carregados de intersubjetividades correspondentes aos acordos e

debates que ocorrem dentro desta sociedade científica. A partir da análise e da sistematização em rede e em mapas conceituais dos enunciados dos temas gerais, subtemas e suas respectivas correlações com os organizadores e os autores de trabalhos, foi possível verificar concretamente alguns ângulos referentes às transições de pontos de vista e interesses defendidos dentro do ambiente da entidade.

Com base no confronto das informações levantadas sobre os temas e os subtemas escolhidos para sistematizar cada evento com as informações levantadas sobre a produção e os interesses de pesquisa de quem coordenou os eventos, foi possível perceber a existência de uma clara convergência entre esses elementos. Isso realça não somente os influxos de cunho espaço-temporais, mas também as opções ideológicas e orientações filosóficas de um grupo de sujeitos ou que uma instituição faz constantemente durante sua trajetória. Os mapas conceituais apresentados nos Gráficos 25 e 26 elucidam tais aspectos, sobretudo quando em determinadas épocas um grupo temático ou uma orientação filosófica representada pelas cores se sobressaía ou praticamente desapareciam e os autores vinculados a cada uma delas.

No caso da ISKO assim como no referencial teórico sobre o processo constitutivo do domínio de OC, verificou-se que no início os interesses eram majoritariamente permeados por perspectivas técnicas, idealistas e cognitivas do conhecimento, como resultado do acolhimento das ideias defendidas principalmente por Dahlberg e Ranganathan. Depois uma mudança de orientação para enfoques genealógicos, pragmáticos, culturais e éticos, representados principalmente por autores como Hjørland, Frohmann, Olson, Beghtol, Guimarães e García Gutiérrez, mas não se abandonando completamente o idealismo em virtude da defesa do naturalismo e do enfoque ontológico defendido por Gnoli, conforme ressaltado no referencial teórico.

No ambiente da ISKO são perceptíveis ocorrências de transições gradativas de orientação filosófica que se destacaram, conforme dados dispostos nos Gráficos 25 e 26, como por exemplo: o desaparecimento de subtemas sobre os sistemas universais a partir de 1998, com retomada somente em 2002 por Beghtol, Jacob e Tennis sustentando uma concepção crítica dirigida a esses tipos de sistemas; a existência de temas guiados por aspectos linguísticos e terminológicos aplicados à OC até 1998 defendidos por principalmente Mustafa El Hadi e depois uma alteração também encabeçada pela mesma pesquisadora rumo ao estudo da linguagem enfocando aspectos culturais e discursivos; em 1996, 1998 e a retomada em 2010 por temas referentes a questões interdisciplinares; de 2000 a 2004,

principalmente um interesse substancial por temas relacionados a aplicações tecnológicas que, na sequência, foi decaindo até não aparecer mais na forma de subtema em 2010; a partir de 2000 o crescimento de temáticas voltadas para aspectos culturais, éticos e do contexto de uso do conhecimento, defendidos principalmente por pesquisadores como Guimarães, López-Huertas e La Barre até 2008, ano em que essa tendência se fez presente no enunciado do tema geral do evento; além da concentração de temas direcionados para o cognitivismo em 1992, 1998 e 2000 e sua ausência nos subtemas a partir de 2002. Em contrapartida, observa-se também a relativa permanência do enfoque epistemológico de 1994 até 2010, corrente liderada por pesquisadores como Hjørland, Olson, Jacob e Beghtol e do enfoque voltados para sistemas e instrumentos de OC para contextos específicos de 1994 a 2010, com exceção de 2008 e conduzido principalmente por Williamson e McIlwaine. Todavia, é importante ressaltar que dentro do mapa a maioria dos autores transitou por vários enfoques, como Beghtol, por exemplo, que inicia sua participação nas conferências internacionais de ISKO em 1998 com o interesse voltado para sistemas específicos de OC; em 2000 apresenta uma postura dirigida ao cognitivismo; em 2002, uma postura crítica em relação ao universalismo; e, em 2004 e 2006 aborda aspectos epistemológicos.

Evidentemente que a representação dos autores, dos temas e da correlação entre eles dentro dos mapas conceituais propostos não conseguiu captar de um modo amplo e ao mesmo tempo pormenorizado a trajetória discursiva de todos os autores selecionados, nem tampouco atingiu uma correspondência total entre a atuação deles dentro da ISKO e a atuação discursiva global da carreira de cada um. Os casos de autores como Hjørland e Gnoli mencionados anteriormente elucidam esta questão; vários aspectos defendidos por esses autores em outras obras consultadas não foram representados adequadamente no contexto da ISKO e conseqüentemente nos mapas conceituais. Esse é um dos problemas inerentes aos sistemas de organização do conhecimento que visam retratar o desenvolvimento de um domínio do conhecimento como um todo, pois quanto maior a extensão, menor a profundidade; por essa razão, concebe-se que sistemas dessa natureza devam estar em permanente processo de revisão. O que os mapas tentaram representar foi uma interpretação acerca do ponto de vista institucional, ou seja, da ISKO em relação a aspectos temáticos e aos autores que integraram os eventos que, de modo geral, convergem com o exposto no referencial teórico. A alternância das opções sustentadas por correntes filosóficas como o idealismo, cognitivismo e tecnicismo, que antes eram hegemônicas, para opções que se apoiam em perspectivas pragmáticas,

culturais e contextuais é visível tanto no referencial teórico como nos mapas. Essa transição é pode também ser visualizada por meio do Gráfico 24, cujos resultados apontam para uma tendência de crescimento de temas de cunho teórico, ético, cultural e demais relacionados aos contextos de uso em detrimento de temas aplicados, sobretudo aqueles que se concentram em questões de tecnologia da informação.

Além dos mapas conceituais, a matriz metateórica do domínio de OC (Quadro 5) proposta reforça os aspectos sociocognitivos e a reciprocidade das dimensões internas e externas pode ser considerada uma tentativa de aliar o conteúdo explicitado no referencial teórico quanto ao domínio de OC como um todo e os resultados obtidos a partir da análise empírica do congressos da ISKO. Tanto a matriz como os mapas conceituais são iniciativas de sistematizar as correntes de pensamento, conceitos desenvolvidos na própria área e outros que foram apropriados de outras áreas que têm relação com a OC, os atores sociais, – na matriz são as instituições, sendo que algumas levam o nome de teóricos como a *Dahlberg Library*, ao passo que nos mapas são os próprios autores – e os fatos sociais – na matriz representados pelo quadrante externo-social e nos mapas encontram-se imbutidos nos conceitos, como por exemplo, aqueles relacionados às tecnologias da informação – buscando melhor compreendê-los, ainda que de um modo mais genérico.

Embora o trabalho apresente evidências relacionadas à natureza intersubjetiva e não neutra da linguagem e do conhecimento no contexto da ISKO, considera-se necessária realização de uma análise mais profunda dos discursos que compõem o domínio. Entrar em contato por e-mail com os coordenadores de evento foi uma tentativa de obter respostas mais concretas em relação à eleição dos temas e subtemas, como também, uma busca por um modo mais efetivo de ouvir a voz dos sujeitos envolvidos, procurando colocar em prática assim a atitude voltada a para polifonia que aqui se defende. Mesmo que as poucas respostas obtidas reforcem as principais considerações sobre os resultados da pesquisa, acredita-se que esta tese ainda não responde satisfatoriamente sobre as decisões políticas relacionadas ao direcionamento temático que ocorrem dentro da ISKO. Para tanto, verifica-se como necessário um contato mais próximo, menos superficial com os sujeitos envolvidos por meio de um diálogo mais direto, seja por meio de análise do discurso de textos completos, por meio de entrevistas ou ambos.

Além disso, existem questões relacionadas às políticas de aceitação ou rejeição de determinados trabalhos nos eventos, ou mesmo em outros veículos vinculados à sociedade

como a revista KO, por exemplo, que precisam ser elucidadas. Se não há neutralidade na organização e representação, tampouco há neutralidade no processo de produção do conhecimento. As políticas de publicação, portanto, são consideradas cruciais no desenvolvimento de qualquer domínio. Para adquirir um entendimento realmente significativo e plural das ideologias hegemônicas e marginais que habitam uma determinada área, supõe-se que seja imprescindível o acesso a todos os discursos, não somente àqueles oficialmente aceitos ou validados. As instituições, naturalmente, tendem a sustentar os discursos mais aceitos ou dominantes porque, de modo geral, são os sujeitos que proferem e defendem tais discursos que dirigem tais entidades até que novas concepções gradualmente passem a galgar posições mais privilegiadas nesse cenário. Essas novas concepções, por sua vez, permanecem nesse lugar superior até serem corroídas (nunca completamente) por outras novas concepções e assim sucessivamente de modo inacabado.

REFERÊNCIAS

ALBRECHTSEN, H. Domain analysis for classification of software. In: PROCEEDINGS of the ASIS annual meeting, v. 29, p. 317-317, 1992b.

_____. Domain analysis in Information Science: investigations into the nature and structure of knowledge domains for classification and retrieval. In: PROCEEDINGS of the ASIS annual meeting, v. 30, p. 290-290, 1993b.

_____. PRESS: A thesaurus-based information system for software reuse. In: WILLIAMSON, N.; HUDON, M. (Eds.). **Classification research for knowledge representation and organization**. Amsterdam: Elsevier Science Publishers, 1992a. p. 137-144.

_____. Software concepts: knowledge organization and the human interface. In: FUGMANN, R. (Ed.). **Tools for knowledge organization and the human interface: Proceedings of the 1st International ISKO Conference** (Darmstadt, Germany, August 14-17, 1990). Advances in knowledge organization, no. 1/2. Frankfurt/Main: Indeks Verlag, 1990. p. 48-64.

_____. Subject analysis and indexing: from automated indexing to domain analysis. **The indexer**, v. 8, n. 4, p. 219-224, out. 1993a.

_____. The dynamism and stability of classification in information ecologies-problems and possibilities. In: BEGHTOL, C., HOWARTH, L.; WILLIAMSON, N. J. (Eds.). **Dynamism and stability in knowledge organization: Proceedings of the Sixth International ISKO Conference** (Toronto, Canada, July 10-13, 2000). Würzburg: Ergon Verlag, 2000. Advances in knowledge organization, n. 7.

ALBRECHTSEN, H.; JACOB, E. K. The dynamics of classification systems as boundary objects for cooperation in the electronic library. **Library trends**, v. 47, n. 2, p. 293-312, 1998a.

_____. The role of classificatory structures as boundary objects in information ecologies. In: MUSTAFA EL HADI, W.; MANIEZ, J.; POLLITT, A. S. (Eds.). **Structures and relations in knowledge organization: Proceedings of the Fifth International ISKO Conference** (Lille, France, August 25-29, 1998). Würzburg: Ergon, 1998b. p. 1-3. Advances in knowledge organization, n. 6.

ALBRECHTSEN, H.; ØRNAGER, S. (Eds.). **Knowledge organization and quality management: Proceedings of the Third International ISKO Conference** (Copenhagen, Denmark, June 20-24, 1994). Advances in knowledge organization, no. 4, 1994.

ALBRECHTSEN, H.; PEJTERSEN, A. M. Cognitive work analysis and work centered design of classification schemes. **Knowledge organization**, v. 30, n. 3-4, p. 213-227, 2003.

ALMEIDA, C. C. de. **Elementos de linguística e semiologia na organização da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

ALMEIDA, M. A. de; CRIPPA, G. De Bacon à Internet: considerações sobre a organização do conhecimento e a constituição da Ciência da Informação. **Pontodeacesso**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 109-131, ago. 2009.

ARANALDE, M. M. Reflexões sobre os sistemas categoriais de Aristóteles, Kant e Ranganathan. **Ciência da Informação**, v. 38, n. 1, p. 86-108, jan./abr. 2009.

ARBOIT, A. E.; BUFREM, L. S. Produção em trabalhos científicos em eventos nacionais da área de Ciência da Informação. **Transinformação**, v. 23, n. 3, p. 207-217, set./dez. 2011.

ARBOIT, A. E.; BUFREM, L. S.; KOBASHI, N. Y. A institucionalização da Ciência da Informação no Brasil sob a ótica da evolução quantitativa dos cursos de graduação na área. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 21, n. 1, p. 145-158, jan./abr. 2011.

ARBOIT, A. E.; BUFREM, L. S.; MOREIRO GONZÁLEZ, J. A. A produção brasileira em Ciência da Informação no exterior como reflexo de institucionalização científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 3, p. 75-92, jul./set. 2011.

ARBOIT, A. E.; GRÁCIO, M. C. C.; OLIVEIRA, E. T.; BUFREM, L. S. Relationship between authors and main subject categories in the Knowledge Organization domain: a bibliometric approach. In: NEELAMEGHAN, A.; RAGHAVAN, K. S. (Ed.). **Categories, contexts and relations in Knowledge Organization**: proceedings of the twelfth international ISKO conference. Würzburg: Ergon Verlag, 2012. p. 44-50.

ARSENAULT, C. Aggregation consistency and frequency of Chinese words and characters. **Journal of Documentation**, v. 62, n. 5, p. 606-633, 2006a.

_____. Analyse de la consistance dans l'agrégation des transcriptions pinyin polysyllabiques dans les bases de données bibliographiques. **CJILS/RCSIB**, v. 26, n. 2/3, p. 91-106, 2001.

_____. L'utilisation des langages documentaires pour la recherche d'information. **Documentation et bibliothèques**, v. 52, n. 2, p. 139-148, 2006b.

_____. Pinyin Romanization for OPAC Retrieval: Is Everyone Being Served? **Information Technology and Libraries**, v. 21, n. 2, p. 45-50, 2002.

_____. Problèmes de repérage des ressources bibliographiques en langue chinoise: une perspective occidentale. **Documentation et bibliothèques**, v. 51, n. 3, p. 175-184, 2005a.

_____. Retrieval issues for Chinese-language library resources: A North American perspective. **The International Information & Library Review**, v. 37, n. 2, p. 404-412. 2005b.

_____. Testing the impact of syllable aggregation in romanized fields of Chinese language bibliographic records. In: BEGHTOL, C.; HOWARTH, L.; WILLIAMSON, N. J. (Eds.). **Dynamism and stability in knowledge organization**: Proceedings of the Sixth International ISKO Conference (Toronto, Canada, July 10-13, 2000). Advances in knowledge organization, no. 7. Würzburg: Ergon, 2000. p. 143-149.

_____. Using XML for the creation of a web-based multiscript OPAC. In: PROCEEDINGS of the Crimea 2003, 10th International Conference, « Libraries and Associations in the Transient World: New Technologies and New Forms of Cooperation ». Sudak (Ukraine), 7-15 juin 2003.

_____. Word division in the transcription of chinese script in the title fields of bibliographic records. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 32, n. 3, p. 109-137, 2001.

ARSENAULT, C.; MUSTAFA EL HADI, W. Dynamism and stability in knowledge organization: from one conference to another: Toronto 2000, Lille 2011. **Knowledge Organization**, v. 39, n. 4, p. 255-258, 2012.

ARSENAULT, C.; NORUZI, A. Analysis of work-to-work bibliographic relationships through FRBR: a canadian perspective. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 50, n. 5/7, p. 641-652, 2012a.

_____. Les relations bibliographiques entre une œuvre et une autre œuvre selon le modèle FRBR: la perspective canadienne. In: MUSTAFA EL HADI, W. **L'organisation des connaissances**: dynamisme et stabilité. Paris: Hermès-Lavoisier, 2012b. p. 105-117b.

_____. Work-to-work bibliographic relationships from FRBR point of view: a canadian perspective. In: MCKENZIE, P. JOHNSON, C., STEVENSON, S. **CAIS/ACSI 2011**. Exploring interactions of people, places and information. NB : CAIS/ACSI. 2011.

ARSENAULT, C.; LEIDE, J. Format integration and the design of cataloging and classification curricula. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 34, n. 1-2, p. 189-201, 2002.

ARSENAULT, C.; MÉNARD, E. Le traitement des articles initiaux dans les catalogues de bibliothèque: une étude de cas. In: VAUGHAN, L. **CAIS/ACSI 2005**, 33e congrès annuel de l'Association canadienne des sciences de l'information. Données, information et connaissances dans un monde réseauté. Toronto : CAIS/ACSI, 2005.

_____. Recherche des titres débutant par un article: analyse du comportement de recherche. In: MOUKDAD, H. **Congrès de l'Association canadienne des sciences de l'information**. Reconsidérer les sciences de l'information pour mieux faire face à l'innovation. Toronto: CAIS/ACSI, 2006.

_____. Searching titles with initial articles in library catalogs: a case study and search behavior analysis. **Library Resources "&" Technical Services**, v. 51, n. 3, p. 190-203, 2007.

ARSENAULT, C.; MÉNARD, E.; LEIDE, J. Tensions in cataloging: standards and implementation. **Journal of Information Ethics**, v. 17, n. 1, p. 28-2, 2008.

ARSENAULT, C.; SYLVA, L., FOREST, D., MARCOUX, Y., MAUREL, D. La recherche d'information. In: SALAÜN, J., ARSENAULT, C. Introduction aux sciences de l'information. Montréal: Université de Montréal, 2009. p. 101-158.

ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Eds.). **Culture and identity in knowledge organization: Proceedings of the Tenth International ISKO Conference** (Montréal, Canada, August 5-8, 2008). Advances in knowledge organization, n. 11. Würzburg: Ergon, 2008.

BACCEGA, M. A. Apresentação. In: CINTRA, A. M. M. et al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. São Paulo: Polis, 2002. p. 9-12.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. Formas de tempo e de cronotopo no romance. BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética (a teoria do romance)**. São Paulo: Unesp, 1988. p. 211-349. Manuscrito de 1973 publicado postumamente.

_____. Metodologia das ciências humanas. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Saraiva, 2011b. p. 393-410.

_____. **Mikhail Bakhtin em diálogo: conversas de 1973 com Viktor**. São Paulo: Pedro & João, 2012.

_____. O autor e o herói In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000a. p 25-220. Manuscrito de 1920-1930 publicado postumamente.

_____. O romance de educação na história do realismo. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000b. p 223-276. Manuscrito de 1936-1938 publicado postumamente.

_____. **Para uma filosofia do ato responsável**. São Carlos: Pedro e João, 2010. Manuscrito de 1920-1924 publicado postumamente.

BAKHTIN, M (VOLOCHÍNOV). **O freudismo: um esboço crítico**. São Paulo: Perspectiva, 2009. Publicado originalmente em 1927.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. Publicado originalmente em 1929.

BARITÉ, M. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, K. (Org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: Unesp-Marília-Publicações, 2001. p. 35-60.

_____. **La garantía literaria como herramienta de revisión de sistemas de organización del conocimiento: modelo y aplicación.** 2011. 360 f. Tese (Doutorado em Informação Científica) - Facultad de Comunicación y Documentación. Universidad de Granada, 2011.

BAZI, R. E. R.; SILVEIRA, M. A. A. Constituição e institucionalização da ciência: apontamentos para uma discussão. **Transinformação**, Campinas, v. 2, n. 19, 129-137, maio/ago. 2007.

BEAN, C. A.; GREEN, R. (Eds.). **Relationships in the organization of knowledge.** Norwell, Mass.: Kluwer Academic Publishers, 2001.

BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002a.

_____. A whole, its kinds, and its parts. In: BEGHTOL, C.; HOWARTH, L.; WILLIAMSON, N. J. (Eds.). **Dynamism and stability in knowledge organization: Proceedings of the Sixth International ISKO Conference (Toronto, Canada, July 10-13, 2000).** Advances in knowledge organization, no. 7. Würzburg: Ergon, 2000. p. 313-319.

_____. Classification for information retrieval and classification for knowledge discovery: Relationships between “professional” and “naïve” classifications. **Knowledge Organization**, v. 30, n. 2, p. 64-73, 2003.

_____. Domain analysis, literary warrant, and consensus: the case of fiction studies. **JASIS**, v. 46, n. 1, p. 30-44, 1995c.

_____. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 56, n. 9, p. 903-912, 2005.

_____. Exploring new approaches to the organization of knowledge: James Duff Brown. **Library Trends**, v. 52, n. 4, p. 702-718, 2004a.

_____. ‘Facets’ as interdisciplinary undiscovered public knowledge: S.R. Ranganathan in India and L. Guttman in Israel. **Journal of Documentation**, v. 51, n. 3, p. 94-114, 1995a.

_____. From the universe of knowledge to the universe of concepts: the structural revolution in classification for information retrieval. **Axiomathes**, n. 18, p. 131-144, 2008.

_____. General classification systems: structural principles for multidisciplinary specification. In: MUSTAFA EL HADI, W., MANIEZ, J.; POLLITT, A. S. (Eds.). **Structures and relations in knowledge organization: Proceedings of the Fifth International ISKO Conference (Lille, France, August 25-29, 1998).** Advances in knowledge organization, n. 6. Würzburg: Ergon, 1998a. p. 89-96.

_____. Knowledge domains: multidisciplinary and bibliographic classification systems. **Knowledge organization**, 25, n. 1-2, p. 1-12. 1998b.

_____. Mapping sentences and classification schedules as methods of displaying facets. 6th ASIS SIG/CR Classification Research Workshop, p. 1-12, 1995b.

_____. Naïve classification systems and the global information society. In: MCILWAINE, Ia C. (Ed.). **Knowledge organization and the global information society: Proceedings of the Eighth International ISKO Conference** (London, England, July 13-16, 2004). Advances in knowledge organization, n. 9. Würzburg: Ergon, 2004b. p. 19-22.

_____. Relationships in classificatory structure and meaning. In: BEAN, C. A.; GREEN, R. (Eds.). **Relationships in the organization of knowledge**. Norwell, Mass.: Kluwer Academic Publishers, 2001a. p. 99–113.

_____. Stories: applications of narrative discourse analysis to issues in information storage and retrieval. **Knowledge Organization**, v. 24, n. 2, p.64-71, 1997.

_____. Semantic validity: concepts of warrant in bibliographic classification systems. **Library Resources & Technical Services**, v. 30, n. 2, p. 109–125, 1986.

_____. **The classification of fiction**. Michigan: Scarecrow Press, 1994.

_____. The concept of genre and its characteristics. **Bulletin of the American Society for Information Science and Technology**, v. 27, n. 2, p. 17-19, dez. 2000/jan 2001b.

_____. The facet concept as a universal principle of subdivision. In: RAGHAVAN, K.S & PRASAD, K.N. (Eds.) **Knowledge organization, information systems and other essays: Prof. A. Neelameghan**. New Delhi: Ess Ess Publications, 2006a. p. 41–52.

_____. The global learning society and the interactive relationship between theory and practice in knowledge organization systems. In: BUDIN, G.; SWERTZ, C.; MITGUTSCH, K. (Ed.). **Proceedings of the Ninth International ISKO Conference** (4-7 July 2006, Vienna, Austria). Würzburg: Ergon Verlag, 2006b. p. 159-164.

_____. Universal concepts, cultural warrant, and cultural hospitality. In: LÓPEZ HUERTAS, M. J. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries**. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002b. p. 45-49.

BEGHTOL, C., HOWARTH, L., WILLIAMSON, N. J. (Eds.). **Dynamism and stability in knowledge organization: Proceedings of the Sixth International ISKO Conference** (Toronto, Canada, July 10-13, 2000). Advances in knowledge organization, n. 7. Würzburg: Ergon, 2000.

BEZERRA, P. **Polifonia**. In: BRAIT, B. (org.). *Bakhtin: conceitos-chaves*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 191-200.

BHATTACHARYYA, G.; RANGANATHAN, S. R. From knowledge classification to library classification. In: WOJCIECHOWSKI, J. A. (Ed.). **Conceptual basis of the classification of knowledge**. Pullach / Munchen: Verlag DoKumentation, 1974. p. 119-143.

BLISS, Henry E. **The organization of knowledge and the system of the sciences**. New York: H. Holt and Company, 1929.

_____. **The organization of knowledge in libraries**. New York: The H. W. Wilson Company, 1935.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**. São Paulo: UNESP, 2004.

BRAIT, B. A natureza dialógica da linguagem: formas e graus de representação dessa dimensão constitutiva. In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. (Org.). **Diálogos com Bakhtin**. 4. ed. Curitiba: UFPR, 2007. p. 61-80.

BROUGHTON, V. Henry Evelin Bliss – the other immortal, or a prophet without honour? **Journal of Librarianship and Information Science**, v. 40, n. 1, p. 45-58, mar. 2008.

BUDIN, G. A critical evaluation of the state-of-the-art of terminology theory. **Terminology Science and Research**, v. 12, n.1-2, p. 7-23, 2001a.

_____. Investigating concepts of cultural studies. In: SANDRINI, P. (Ed.). **Terminology and Knowledge Engineering, Proceedings of International Congress on Terminology and Knowledge Engineering**, Innsbruck, August 1999b. Wien: TermNet. p. 763-770.

_____. Interkulturelle Verständigung – ein Ding der Unmöglichkeit, eine Kunst, oder eher eine Wissenschaft? [Cross-cultural understanding – impossibility, an art or rather a science?] In: FESTSCHRIFT für Christer Laurén, Univ. Vaasa, 2002b.

_____. Knowledge organization – multilingual concept systems and ontologies for single source applications. In: WETTENGEL, T. **Proceedings**. Single Sourcing Strategies. Limoges: UPL, 2000.

_____. Knowledge organization and modelling of terminological knowledge. In: SCHMITZ, K.-D. [Eds.]. **TKE'93: Terminology and Knowledge Engineering, Proceedings Third International Congress on Terminology and Knowledge Engineering, 25-27 August 1993**, Cologne, FRG. Frankfurt/M: INDEKS-Verlag, 1993. p.1-7.

_____. Language and knowledge in cultural studies. On the dynamics and complexity of their terminologies. In: CONFERENCE on international cultural studies, Unesco, Paris, 1999a.

_____. **Languages for special purposes – an international handbook**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2013.

_____. L'apport de la philosophie autrichienne au développement de la théorie de la terminologie: épistémologie, ontologie et théorie de l'objet. *Epistemologie et Histoire des Langues*, 2007, **Langages**, v. 168, p. 11-23, dec. 2007.

_____. Maschinelle Übersetzungen – Evaluierung von Translationsleistungen [Machine Translation – Evaluating Translations]. In: SNELL-HORNBY, M. et al. **Handbuch Translation**. Tübingen: Stauffenburg, 1998. p. 387-390.

_____. Multilingualism in specialised communication. In: PROCEEDINGS of the LSP Symposium, Vienna, TermNet (2 v.), 1995a.

_____. On the concept of terminology management. **Terminology Science and Research**, v. 6, n. 1, p. 41-43, 1995b.

_____. Prospects of a philosophy of terminology. **Terminology Science and Research**, v. 14, n. 1/2, p. 71-80, 2003.

_____. Socio-terminology and computational terminology – toward an integrated, corpus-based research approach. In: DE CILIA, R. et al. (Eds.). **Discourse, Politics, Identity**. Tübingen: Stauffenburg Verlag, 2010a. p. 21-31.

_____. Sprachtechnologien als Instrumente der Forschung und der Lehre in der Translationswissenschaft [Language technologies as instruments of research and teaching in translation studies]. In: GRBIC, N.; HEBENSTREIT, G.; VORDERORBERMEIER, G.; WOLF, M. (Eds.). **Translationskultur revisited**. Tübingen: Stauffenburg Verlag, 2010b. p. 218-230.

_____. Terminological analysis of LSP phraseology. **Terminology Science and Research**, v. 1, n. 1-2, p. 64-69, 1990.

_____. Terminological problems in the organization and presentation of biological knowledge. In: FUGMANN, R. [Eds.]. **Advances in Knowledge Organization**, vol. 2. Frankfurt: Indeks, 1991a, p. 118-123.

_____. Terminologische Wissenstheorie und Wissenstechnik [Terminological theory of knowledge a knowledge engineering]. In: LEX, W. (Ed.). TAGUNGSBAND des Symposiums Begriffsanalyse und Künstliche Intelligenz, Gesellschaft für Klassifikation, Clausthal, 1988.

_____. Terminology science in german-speaking countries. In: BUDIN, G.; LAURÉN, C., PICHT, H., et al: (Eds.) **The theoretical foundations of terminology comparison between eastern europe and western countries**. Würzburg: Ergon Verlag, 2006a.

_____. The structure and role of specialized information in scientific and technical terminologies. In: BOCK H.-H.; IHM P. (Eds.) **Classification, data analysis, and knowledge organization models and methods with applications**. Springer Verlag, 1991b. p. 216-220.

_____. Theoretical and operational problems of semiotic models in terminology theory. **Terminology Science and Research**, v. 8, n. 1/2, p. 79-83, 1997a.

_____. Thesaurus and terminology. Providing access to reference knowledge in environmental information systems. In: STANČIKOVÁ, P.; DAHLBERG, I. (Eds.). **Environmental Knowledge Organization and Information Management**. Proceedings of the First European ISKO Conference 14-16 Sept 1994, Bratislava, Slovakia. Frankfurt: Indeks Verlag, 1994. p. 65-73.

_____. Übersetzungsorientierte Phraseologieverwaltung in Terminologiedatenbanken [Translation-oriented phraseology management in terminology databases]. **Terminologie & traduction**, n. 2/3, p. 565-574, 1992.

_____. Wissensorganisation und Systemtheorie [Knowledge Organization and Systems Theory]. In: FEIGL, W.; EDLINGER, K. (Eds.). **Systemtheorie**. Tagungsband. Peter Lang Verlag, 2006b.

_____. **Wissensorganisation und Terminologie – Komplexität und Dynamik wissenschaftlicher Informations- und Kommunikationsprozesse**. [Knowledge organisation and terminology – complexity and dynamics of scientific information and communication processes]. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1996.

_____. Wissensmanagement in der Translation [Knowledge Management in Translation]. In: BEST, J.; KALINA, S. (Eds.). **Übersetzen und Dolmetschen. Eine Orientierungshilfe**. Tübingen und Basel: A. Francke Verlag (UTB Taschenbuch 2329), 2002a. p. 74-84.

BUDIN, G.; SWERTZ, C.; MITGUTSCH, K. (Eds.). **Knowledge organization for a global learning society: Proceedings of the Ninth International ISKO Conference** (Vienna, Austria, July 4-7, 2006). Advances in knowledge organization, n. 10. Würzburg: Ergon, 2006.

BUFREM, L. S.; ARBOIT, A. E.; SORRIBAS, T. Diálogo entre a teoria do Círculo de Bakhtin e a ciência da informação. **Ciência da Informação**, n. 40, v. 2, p. 145-159, maio/ago. 2011.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

CAMPOS, M. L. A. **Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração**. Rio de Janeiro: EdUFF, 2001.

CASTRO, G. Os apontamentos de Bakhtin: uma profusão temática. In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. (Org.). **Diálogos com Bakhtin**. 4. ed. Curitiba: UFPR, 2007. p. 81-96.

CHESTER, G.; NEELAMEGHAN, A. Comparing news media in disseminating critical indigenous information to rural communities in the united states. **TRANS. Internet-Zeitschrift für Kulturwissenschaften**, n. 17, 2008.

_____. Information professional: knowledge and skills development for serving marginalized and rural communities. **Webology**, v. 3, n. 3, 2006.

CINTRA, A. M. M. et al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. São Paulo: Polis, 2002.

COUZINET, V. L'organisation des connaissances au regard des sciences de l'information et COUZIde la communication, une exception française? In: MUSTAFA EL HADI, W. (Ed.). **L'organisation des connaissances: dynamism et stabilité**. Lavosier, 2012. p. 35-50.

DABBADIE, M.; MUSTAFA EL HADI, W.; FRAYSSE, F. Coaching applications: a new conception for usage testing on information systems. Testing usage on a corporate information system with K-Now. In: MCILWAINE, Ia C. (Ed.). **Knowledge organization and the global information society: Proceedings of the Eighth International ISKO Conference** (London, England, July 13-16, 2004). Advances in knowledge organization, n. 9. Würzburg: Ergon, 2004. p. 331-336.

DAHLBERG, I. **Current trends in knowledge organization**. In: GARCIA MARCO, Francisco Javier. (org.). Organización del conocimiento em sistemas de información y documentación. Zaragoza : Unizasadidad de Zaragoza, 1995.

_____. Feature. Interview with Ingetraut Dahlberg. **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2/3, p. 82-85, 2008.

_____. Fundamentos teóricos-conceituais da classificação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 6, n. 1, p. 9-21, jan./jun. 1978a.

_____. Knowledge organization: a new science? **Knowledge Organization**, v. 33, n. 1, p. 11-19, 2006.

_____. Knowledge organization: its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, v. 20, n. 4, p. 211-222, 1993.

_____. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978b.

DOUSA, T. M. Classical pragmatism and its varieties: on a pluriform metatheoretical perspective for knowledge organization. In: PROCEEDINGS from North American Symposium on Knowlegde Organization. Washington, 2009a. v. 2, p. 1-9.

_____. Evolutionary order in the classification theories of C. A. Cutter & E. C. Richardson: its nature and limits. In: PROCEEDINGS from North American Symposium on Knowlegde Organization. Washington, 2009b. v. 2, p. 76-90.

ELIEL, R. A. Institucionalização da Ciência da Informação no Brasil: estudo da convergência entre a produção científica e os marcos regulatórios da área. **Transinformação**, Campinas, v. 3, n. 20, p. 207-224, set./dez. 2008.

FARACO, C. A. Autor e autoria. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin conceitos-chave**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 37-60.

_____. **Linguagem e diálogo**: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin. Curitiba: Criar, 2003.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.

_____. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2008.

FRICK, E.; SWERTZ, C. Serious games in environmental education. Potentials and Limitations. In: PROCEEDINGS of the Hawaii international conference on education. University of Louisville, Pepperdine University, California State University: Honolulu, 2009a. p. 4674-4686.

_____. The influence of youth culture on preferred digital game genres in Austria. In: PROCEEDINGS of the Hawaii international conference on education. University of Louisville, Pepperdine University, California State University: Honolulu, 2009b. p. 4687-4702.

FRIEDMAN, A. Concept mapping a measurable sign. In: BUDIN, G.; SWERTZ, C.; MITGUTSCH, K. (Ed.). **Proceedings of the Ninth International ISKO Conference (4-7 July 2006, Vienna, Austria)**. Würzburg: Ergon Verlag, 2006. p. 131-139.

_____. The use of concept maps in Knowledge Organization: an analysis of conference papers. **Knowledge Organization**, v. 37, n. 1, p. 43-50, 2010.

FROHMANN, B. Rules of indexing: a critique of mentalism in information retrieval theory. **Journal of Documentation**, v. 46, n. 2, p. 81-101, jun. 1990.

_____. **Deflating information**: from science studies to documentation. Toronto; Buffalo: University of Toronto Press, 2004.

_____. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.; MARTELETO, R.; LARA, M. (Orgs). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008, p. 19-34.

FUGMANN, R. Galileo and the inverse precision-recall relationship. **Knowledge Organization**, v. 21, n. 3, p. 153-154, 1994.

_____. Guardians of science: fairness and reliability of peer review. **Journal of chemical information and computer sciences**, v. 35, n. 3, p. 656, 1995.

_____. **Learning the lessons of the past**. American Society for Information Science and Technology, 2004. p. 168-181.

_____. Natural vs indexing language in chemical documentation. **Angewandte Chemie, Edition International in English**, n. 21, p. 609-612, 1982a.

_____. On the role of subjectivity in establishing, using, operating and evaluating information retrieval systems. Treatise II on retrieval system theory. **Information Storage and Retrieval**, v. 9, n. 7, p. 353-372, 1973.

_____. **Subject analysis and indexing**: theoretical foundation and practical advice. Frankfurt am Main : Indeks Verlag, 1993

_____. The analytico-synthetic foundation for large indexing and information retrieval system. **Sarada Ranganathan Empowerment Lectures**, n. 14, 1983.

_____. The five-axiom theory of indexing and information supply. **Journal of American Society for Information Science**, v. 36, n. 2, p. 116-129, 1985.

_____. The complementarity of natural and indexing languages. **International Classification**, n. 9, p. 140-141, 1982b.

_____. The complementarity of natural and index language in the field of information supply. **Knowledge organization**. v. 29, n. 3, p. 217, 2002.

_____. The empirical approach in the evaluation of information systems. **Knowledge organization**, v. 26, n. 1, p. 3-9, 1999.

_____. The theoretical foundation of IDC system. **Aslib proceedings**, n. 24, p. 123, 1972.

_____. (Ed.). **Tools for knowledge organization and the human interface: Proceedings of the 1st International ISKO Conference** (Darmstadt, Germany, August 14-17, 1990). Advances in knowledge organization, n. 1/2. Frankfurt/Main: Indeks, 1990.

_____. Theoretical aspects of communication in chemistry. **Angewandte Chemie International Edition in English**, v. 9, n. 8, p. 555-576, ago. 1970.

_____. Toward a theory of information supply and indexing. Treatise VI on retrieval system theory. **International Classification**, n. 6, p. 3-6, 1979.

FUJITA, M. S. L. Organização do conhecimento: algumas considerações para o tratamento temático da informação. In: CARRARA, K. (Org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: Unesp-Marília-Publicações, 2001. p. 24-39.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Desclasificados**: pluralismo lógico y violencia de la clasificación. Barcelona: Anthropos, 2007.

_____. **Epistemología de la documentación**. Barcelona: Stonberg, 2011a.

_____. Knowledge organization from a “culture of the border”: towards a transcultural ethics of mediation. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century**: integration of knowledge across boundaries. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002. p. 516-522.

_____. **Pensar en la transcultura**. Madrid: Plaza y Valdés, 2011b.

GNOLI, C. BC2 classes for phenomena: an application of the theory of integrative levels. **The Bliss classification bulletin**, 47, p. 17-21, 2005.

_____. Classification transcends library business. **Knowledge organization**, v. 37, n. 3, p. 223-229, 2010.

_____. Metadata about what?: distinguishing between ontic, epistemic, and documental dimensions in knowledge organization. In: MUSTAFA EL HADI, W. (Ed.). **Stabilité et dynamisme dans l'organisation des connaissances**: actes du 8e Colloque International de l'ISKO France: Lille, 27-28 Juin 2011b. Hermès Science.

_____. Naturalism vs. pragmatism in knowledge organization. In: MCILWAINE, Ia C. (Ed.). **Knowledge organization and the global information society: Proceedings of the Eighth International ISKO Conference** (London, England, July 13-16, 2004). Advances in knowledge organization, n. 9. Würzburg: Ergon, 2004. p. 263-268.

_____. Ontological foundations in knowledge organization: the theory of integrative levels applied in citation order. **Scire**, n. 1, v. 17, p. 29-34, jan./jun., 2011a.

_____. Ten long-term questions in Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2/3, p. 137-149, 2008.

_____. The meaning of facets in nondisciplinary classifications. In: BUDIN, G., SWERTZ, C., MITGUTSCH, K. (Eds.). **Knowledge organization for a global learning society: Proceedings of the Ninth International ISKO Conference** (Vienna, Austria, July 4-7, 2006). Advances in knowledge organization, n. 10. Würzburg: Ergon, 2006. p. 11-18.

_____. The ontological approach to knowledge organization: invited paper sent for discussion at the 2nd Seminar on Ontology Research, Rio de Janeiro, 21-22 September 2009. Disponível em <<http://ontobra.comp.ime.eb.br/>>. Acesso em 17 set. 2013.

GNOLI, C., BOSCH, M., MAZZOCCHI, F. A new relationship for multidisciplinary knowledge organization systems: dependence. In: RODRÍGUEZ BRAVO, B., ALVITE DIEZ, M. L. (Eds.). **Interdisciplinarity and transdisciplinarity in the organization of scientific knowledge**, proceedings of the Eighth ISKO-Spain Conference 18-20 April 2007 León, Spain. León: Universidad de León, Secretariado de Publicaciones, 2007 p. 399-409.

GNOLI, C., HONG M. Freely faceted classification for Web-based information retrieval, **New Review of Hypermedia and Multimed**, v. 12, n. 1, 2006.

GNOLI, C.; MAZZOCCHI, F. (Eds.). **Paradigms and conceptual systems in knowledge organization: Proceedings of the Eleventh International ISKO Conference** (Rome, Italy, February 23-26, 2010). Advances in knowledge organization, n. 12. Würzburg: Ergon, 2010.

GNOLI, C.; MERLI, G. Notazione e interfaccia di ricerca per una classificazione a livelli. **AIDA informazioni**, v. 23, n. 1-2, p. 57-72, 2005.

GNOLI, C.; POLI, R. Levels of reality and levels of representation. **Knowledge organization**, v. 31, n. 3, p. 151-160, 2004.

GOMES, H. E. Tendências da pesquisa em organização do conhecimento. **Pesq. Bras. Ci Inf.**, Brasília, v. 2, n.1, p. 60-81, jan./dez. 2009.

GRACIOSO, L. S.; SALDANHA, G. S. **Ciência da informação e filosofia da linguagem: da pragmática informacional à web pragmática**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010.

GREEN, R. Attribution and relationality. In: MUSTAFA EL HADI, W., MANIEZ, J.; POLLITT, A. S. (Eds.). **Structures and relations in knowledge organization: Proceedings of the Fifth International ISKO Conference** (Lille, France, August 25-29, 1998). *Advances in knowledge organization*, n. 6. Würzburg: Ergon, 1998. p. 328-335.

_____. Automated identification of frame semantic relational structures. In: BEGHTOL, C.; HOWARTH, L.; WILLIAMSON, N. J. (Eds.). **Dynamism and stability in knowledge organization: Proceedings of the Sixth International ISKO Conference** (Toronto, Canada, July 10-13, 2000). *Advances in knowledge organization*, no. 7. Würzburg: Ergon Verlag, 2000. p. 193-199.

_____. Description in the electronic environment. In: GREEN, R. (Ed.). **Knowledge organization and change: Proceedings of the Fourth International ISKO Conference** (Washington, DC, July 15-18, 1996). *Advances in knowledge organization*, n. 5. Frankfurt/Main: Indeks, 1996a. p. 242-248.

_____. Development of relational thesaurus. In: GREEN, R. (Ed.). **Knowledge organization and change: Proceedings of the Fourth International ISKO Conference** (Washington, DC, July 15-18, 1996). *Advances in knowledge organization*, n. 5. Frankfurt/Main: Indeks, 1996b. p. 72-79.

_____. (Ed.). **Knowledge organization and change: Proceedings of the Fourth International ISKO Conference** (Washington, DC, July 15-18, 1996). *Advances in knowledge organization*, n. 5. Frankfurt/Main: Indeks, 1996c.

_____. Making visible hidden relationships in the dewey decimal classification how relative index terms relate to DDC classes. In: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Eds.). **Culture and identity in knowledge organization: Proceedings of the Tenth International ISKO Conference** (Montréal, Canadá, August 5-8, 2008). *Advances in knowledge organization*, n. 11. Würzburg: Ergon Verlag, 2008b. p. 8-14.

_____. Relationship in knowledge organization. **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2/3, p. 150-159, 2008a.

_____. Relationships in the organization of knowledge: an overview. In: BEAN, C.; GREEN, R. (Eds.). **Relationships in the organization of knowledge**. Norwell, Mass.: Kluwer Academic Publishers, 2001. p. 3–18.

_____. Semantic types, classes, and instantiation. In: BUDIN, G., SWERTZ, C., MITGUTSCH, K. (Eds.). **Knowledge organization for a global learning society: Proceedings of the Ninth International ISKO Conference** (Vienna, Austria, July 4-7, 2006). Advances in knowledge organization, n. 10. Würzburg: Ergon, 2006. p. 151-158.

_____. **The expression of syntagmatic relationships in frame-based indexing**. Thesis (Ph.D.)--University of Maryland, College Park, 1989.

_____. The ontological character of classes in the Dewey Decimal Classification. In: GNOLI, C., & MAZZOCCHI, F. (Eds.). **Paradigms and conceptual systems in knowledge organization: Proceedings of the Eleventh International ISKO Conference** (Rome, Italy, February 23-26, 2010). Advances in knowledge organization, n. 12. Würzburg: Ergon, 2010.

_____. Topical relevance relationships: why topic matching fails. **Journal of American Society for Information Science**, v. 46, p. 646-656, 1995.

GREEN, R.; BEAN, C. Topical relevance relationships: an exploratory study and preliminary typology. **Journal of American Society for Information Science**, v. 46, p. 654-662, 1995.

_____. Aligning systems of relationships. In: RAGHAVAN, K.S & PRASAD, K.N. (Eds.) **Knowledge organization, information systems and other essays**: Prof. A. Neelameghan. New Delhi: Ess Ess Publications, 2006. p. 101–128.

GREEN, R.; BEAN, C.; HUDON, M. Universality and basic level concepts. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Eds). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century**. Würzburg: Ergon Verlag, 2002. p. 311-317.

GREEN, R.; BEAN, C.; MYAENG, S. H. **The semantics of relationships**: an interdisciplinary perspective. Dordrecht; Boston : Kluwer Academic Publishers, 2002.

GOOD, B. M., TENNIS, J. T. Term based comparison metrics for controlled and uncontrolled indexing languages. **Information Research**, v. 14, n. 1, 2009.

GOOD, B. M., TENNIS, J. T., WILKINSON, M. W. Social tagging in the life sciences: characterizing a new metadata resource for bioinformatics. **To BMC Bioinformatics**, n. 10, p. 313, 2009.

GUIMARÃES, J. A. C. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (O.R.C.): uma reflexão preliminar. In: Maria Nélida González de Gomez; Evelyn Goyannes Dill Orrico. (Org.). **Políticas de memória e informação**: reflexos na organização do conhecimento. Natal: EDUFRN, 2006, , p. 237-264

_____. Perspectiva de ensino e pesquisa em organização do conhecimento nos cursos de Biblioteconomia: uma reflexão. In: CARRARA, K. (Org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: Unesp-Marília-Publicações, 2001. p. 61-74.

_____. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 77-99, jan./jun. 2008.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HJØRLAND, B. Concept theory. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v.60, n.8, p. 1519–1536, aug. 2009.

_____. **Discussion of Dahlberg's theory of concepts and knowledge organization (KO)**. 2007b. Disponível em: <
http://www.iva.dk/bh/lifeboat_ko/concepts/discussion_of_dahlberg.htm>. Acesso em:
15/09/2010.

_____. Domain analysis in information science: eleven approaches – traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 4, p. 422- 462, 2002a.

_____. Domain analysis: a socio-cognitive orientation for Information Science research. **Bulletin of the American Society for Information Science and Technology**, feb./mar. 2004.

_____. Epistemology and the socio-cognitive perspective in Information Science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 4, n. 53, p. 257-270, 2002b.

_____. Fundamentals of knowledge organization. **Knowledge Organization**, v.30, n.2, 2003.

_____. Knowledge Organization = Information Organization? NEELAMEGHAN, A.; RAGHAVAN, K. S. (Eds.). **Categories, contexts and relations in knowledge organization: Proceedings of the Twelfth International ISKO Conference** (Mysore, India, August 6-9, 2012). Advances in knowledge organization, no. 13. Würzburg: Ergon, 2012. p. 8-14.

_____. The concept of subject in information science. **Journal of Documentation**, v. 48, n. 2, p. 172-200, jun. 1992.

_____. What is knowledge organization (KO)? **Knowledge Organization**, v.35, n.2-3, 2008.

_____. **What is Knowledge Organization (KO)?** 2007a. Disponível em: <
http://www.iva.dk/bh/lifeboat_ko/CONCEPTS/knowledge_organization.htm>. Acesso em:
15/09/2010.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v.46, n.6, p.400-425, 1995.

HJØRLAND, B.; GNOLI, C. Phylogenetic classification revisited. **Knowledge organization**, v. 36, n. 1, p. 78-79, 2009.

HOWARTH, L. An exploratory study into requirements for an interdisciplinary metathesaurus. n: GREEN, R. (Ed.). **Knowledge organization and change: Proceedings of the Fourth International ISKO Conference** (Washington, DC, July 15-18, 1996). Advances in knowledge organization, n. 5. Frankfurt/Main: Indeks, 1996. p. 273-274.

_____. Creating pathways to memory: enhancing life histories through category clusters. In: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Eds.). **Culture and identity in knowledge organization: Proceedings of the Tenth International ISKO Conference** (Montréal, Canadá, August 5-8, 2008). Advances in knowledge organization, n. 11. Würzburg: Ergon Verlag, 2008. p. 326-332.

_____. Designing a “human understandable” metalevel ontology for enhancing resource discovery in knowledge bases. HOWARTH, L.; WILLIAMSON, N. J. (Eds.). **Dynamism and stability in knowledge organization: Proceedings of the Sixth International ISKO Conference** (Toronto, Canadá, July 10-13, 2000). Advances in knowledge organization, no. 7. Würzburg: Ergon Verlag, 2000. p. 391-397.

_____. Designing a metadata-enabled namespace for enhancing resource discovery in knowledge bases. In: INTERNATIONAL Conference on Electronic Resources: Definition, Selection, and Cataloguing, Rome, Italy, 24-29 November, 2001.

_____. Designing a common namespace for searching metadata-enabled knowledge repositories domains: an international perspective. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 37, n. ½, p. 19-38, 2003.

_____. Enabling metadata: creating core records for resource discovery. **International Cataloguing and Bibliographic Control**, v. 34, n. 1, p. 14-17, jan./2005a.

_____. Mapping the world of knowledge: cartograms and the diffusion of knowledge. In: GNOLI, C., & MAZZOCCHI, F. (Eds.). **Paradigms and conceptual systems in knowledge organization: Proceedings of the Eleventh International ISKO Conference** (Rome, Italy, February 23-26, 2010). Advances in knowledge organization, n. 12. Würzburg: Ergon, 2010.

_____. Metadata and bibliographic control: soul-mates or two solitudes? **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 40, n. 3/4, p. 37-56, 2005b.

_____. Metadata structures and user preferences. Designing user-focussed knowledge access system. In: MUSTAFA EL HADI, W., MANIEZ, J.; POLLITT, A. S. (Eds.). **Structures and relations in knowledge organization: Proceedings of the Fifth International ISKO Conference** (Lille, France, August 25-29, 1998). Advances in knowledge organization, n. 6. Würzburg: Ergon, 1998. p. 360-366.

_____. Modelling a natural language gateway to metadata-enable resources. In: MCILWAINE, Ia C. (Ed.). **Knowledge organization and the global information society: Proceedings of the Eighth International ISKO Conference** (London, England, July 13-16, 2004). Advances in knowledge organization, n. 9. Würzburg: Ergon, 2004. p. 61-66.

_____. Online access to classification numbers: quality control in Canadian bibliographic databases. In: ALBRECHTSEN, H.; OERNAGER, S. (Eds.). **Knowlegde organization and management: proceeding 3rd. ISKO Conference**. Frankfurt: Indeks, 1994. p. 34-41.

_____. The design, testing, and application of a multilingual cross-repository search prototype. Panel session: multilingual digital libraries: research and practice. In: GROVE, A. (Ed.). **Sparking Synergies: Bringing Research and Practice Together at ASIS&T 2005: Proceedings of the 68th Annual Meeting of the American Society for Information Science & Technology** (Charlotte, North Carolina, October 28-November 2, 2005). ASIS&T Annual Proceedings, v. 42, 2005c.

HOWARTH, L.C.; MILLER, T. Visualizing search results from metadata-enabled repositories in cultural domains.” In: MAICHER, L.; PARK, J. (Eds.). **Charting the topic map research and applications landscape: first international workshop on topic map research and applications** (TMRA 2005, Leipzig, Germany, october 6-7, 2005, revised selected papers). Berlin: Springer-Verlag, 2006. Lecture Notes in Artificial Intelligence; 3873 (Subseries of Lecture Notes in Computer Science). p. 262-270.

_____. Designing a language-independent search prototype for accessing multilingual resource from metadata-enabled repositories. In: PROCEEDINGS of the 33rd Conference of the Canadian Association for Information Science/Association canadienne des sciences de l'information – held with the Congress for the Social Sciences and Humanities of Canada, University of Western Ontario, London, Ontario. 2-4 June, 2005.

HOWARTH, L.C., CRONIN, C., HANNAFORD, J. Designing a metadata-enabled namespace for accessing resources across domains. In: HOWARTH, L.C., SLAWEK, A., ARSENAULT, C. (Eds.). **Advancing knowledge: expanding horizons for information science: proceedings of the 30th annual conference of the canadian association for information science/association canadienne des sciences de l'information** (Toronto, Canada, 30 may-1 june, 2002). Toronto: CAIS, 2002. p. 223-232.

HOWARTH, L.C., HANNAFORD, J. Deriving a multilingual gateway to cultural repositories. In: SPITERI, L.; PEEKHAUS, W. (Eds.). **Bridging the digital divide: equalizing access to information andcommunication technologies: Proceedings of the 31st Conference of the Canadian Association for Information Science/Association canadienne des sciences de l'information** (Nova Scotia, 30 May-1 June, 2003). Toronto: CAIS, 2003. p. 196-209.

HOWARTH, L. C.; WEIHS, J. Making the link: AACR to RDA. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 45, n. 2, p. 3-18, nov. 2007.

HUDON, M. Multilingual thesaurus construction: integrating the views of different cultures in one gateway to knowledge and concepts. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 24, n. 2, p. 84-91, 1997.

HUDON, M., ARSENAULT, C., SYLVA, L., FOREST, D. **Le traitement du document**. In: SALAÜN, J., ARSENAULT, C. Introduction aux sciences de l'information. Montréal: Université de Montréal, 2009. p. 101-158. p. 53-100.

ILC (2007). The León Manifesto. ISKO Italia. <http://www.iskoi.org/ilc/leon.php> (2011-08-08). Also in: Knowledge Organization. 34:1 (2007) 6-8.

ILC (2011). Integrative Levels Classification. ISKO Italia. Created 2004, updated 2011-07-19. <http://www.iskoi.org/ilc/> (2011-08-08).

ISKO. **About ISKO**. Disponível em <<http://www.isko.org/about.html>>. Acesso em 05/05/2013.

ISKO. **Charter and preamble**. 1989. Disponível em <<http://www.isko.org/charter.pdf>>. Acesso em 05/05/2013.

ISKO 2010 CONFERENCE. **Presentation and authors**. 2010. Disponível em <<http://mate.unipv.it/biblio/isko/ocs/index.php/int/rome2010/schedConf/presentations>>. Acesso em 05/05/2013.

KOBASHI, N. Y. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação da informação. **DataGramZero**, v. 8, n. 6, dez. 2007. Disponível em <http://www.dgz.org.br/dez07/Art_01.htm>. Acesso em 05/07/2012.

KOBASHI, N. Y.; SANTOS, R. N. M. dos. Institucionalização da pesquisa científica no Brasil: cartografia temática e de redes sociais por meio de técnicas bibliométricas. **Transinformação**, Campinas, v. 1, n. 18, p. 27-36, jan./abr. 2006.

LE COADIC, Y. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LÓPEZ-HUERTAS, M. J. Análisis del dominio interdisciplinar para la representación y organización del conocimiento. In: CONFERENCIA invitada en Memória, Informação e Organização do Conhecimento: cruzando as fronteiras da identidade. Rio de Janeiro, UNIRIO-IBICT, 2006a. p. 209-236

_____. Cultural impact on knowledge representation and organization in a subject domain. In: In: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Eds.). **Culture and identity in knowledge organization: Proceedings of the Tenth International ISKO Conference** (Montréal, Canadá, August 5-8, 2008). Advances in knowledge organization, n. 11. Würzburg: Ergon Verlag, 2008b. p. 340-346.

_____. Epistemological dynamics in scientific domains and their influence in knowledge organization. In: Paradigms and conceptual systems in knowledge organization. In: GNOLI,

C.; MAZZOCCHI, F. (Ed.) **Paradigms and conceptual systems in knowledge organization**. Würzburg: Ergon Verlag, 2010. p. 91-97.

_____. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: Integration of knowledge across boundaries: Proceedings of the Seventh International ISKO Conference** (Granada, Spain, July 10-13, 2002). *Advances in knowledge organization*, no. 8. Würzburg: Ergon, 2002.

_____. La investigación española en Organización del Conocimiento (1992-2001) [Spanish research in knowledge organization (1992-2001)]. In: FRÍAS, J.A., TRAVIESO, C. (Eds.). **Tendencias de investigación en organización del conocimiento: IV Coloquio Internacional de Ciencias de la Documentación; VI Congreso del Capítulo Español de ISKO = Trends in knowledge organization research**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2003. p. 273-300.

_____. La terminología como método para representar y organizar dominios multidimensionales. In: NAUMIS PEÑA, C. (Coord.). **Memoria del I Simposio Internacional sobre Organización del Conocimiento: bibliotecología y terminología** (1: 2007: México, D.F.). México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2009. p. 243-262.

_____. Lenguajes documentales: terminología para un concepto. **Boletín de la ANABAD**, v. 41, n. 2, p. 171-189, 1991a.

_____. Lenguajes documentales: aproximación a la evolución histórica de un concepto. **Boletín de la ANABAD**, v. 41, n. 1, p. 61-70, 1991b.

_____. Potencialidad evolutiva del tesoro: hacia una base de conocimiento experto. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J.; FERNÁNDEZ MOLINA, J. C. (Coords.). **La representación y la organización del conocimiento en sus distintas perspectivas: su influencia en la recuperación de la información: actas del IV Congreso ISKO-España EOCONSID'99**, 22-24 de abril de 1999, Granada, 1999. p. 133-140.

_____. Sobre el diseño de tesauros: algunas reflexiones teóricas y metodológicas [On thesaurus design: some theoretical and methodological reflections]. **Organización del Conocimiento en Sistemas de Información y Documentación**, n. 2, p.87-98, 1997b.

_____. Some current research questions in the field of Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2/3, p.113-136, 2008a.

_____. Thematic map of interdisciplinary domains based on their terminological representation: the gender studies. In: BUDIN, G.; SWERTZ, C.; MITGUTSCH, K. (Ed.). **Proceedings of the Ninth International ISKO Conference** (4-7 July 2006, Vienna, Austria). Würzburg: Ergon Verlag, 2006b. p.331-337.

_____. Thesaurus structure design: a conceptual approach for improved interaction. **Journal of documentation**, v. 53, n. 1, p.139-177, 1997a.

LÓPEZ-HUERTAS, M. J.; BARITÉ ROQUETA, M. G. Knowledge representation and organization of gender studies on the Internet: towards integration. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Eds). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century**. Würzburg: Ergon Verlag, 2002. p. 393-403.

LÓPEZ-HUERTAS, M. J.; JIMÉNEZ CONTRERAS, E. Spanish research in knowledge organization: (1992-2001). **Knowledge Organization**, v. 31, n. 3, p. 136-150, 2004.

LÓPEZ-HUERTAS, M. J.; TORRES RAMIREZ, I. Gender terminology and indexing systems: the case of woman's body, image and visualization. **Libri**, v. 57, n. 1, p.34-44, 2007.

LÓPEZ-HUERTAS, M. J.; TORRES RAMIREZ, I.; BARITÉ ROQUETA, M. G. Terminological representation of specialized areas in conceptual structures: the case of gender studies. In: MCILWAINE, Ia C. (Ed.). **Knowledge organization and the global information society: Proceedings of the Eighth International ISKO Conference** (London, England, July 13-16, 2004). Advances in knowledge organization, n. 9. Würzburg: Ergon, 2004. p. 35-39.

MANIEZ, J. **Actualité des langages documentaires: les fondements théoriques de la recherche d'information**. Paris : ADBS, [2002], ©1994. (Collections Sciences de l'Information, série Etudes et techniques).

_____. Database merging and the compatibility of indexing languages. **Knowledge Organization**, v. 4, n. 24, p. 213-224, 1997.

_____. Du bon usage des facettes: des classifications aux thesaurus. **Documentaliste**, v. 36, n. 4/5, p. 249-262, 1999.

_____. **Le rôle de la syntaxe dans les systèmes de recherche documentaire**. Dijon : I.U.T, 1976-.

_____. **Les langages documentaires et classificatoires: conception, construction et utilisation dans les systèmes documentaires**. Paris, Les Editions d'Organisation, 1987.

_____. **Los lenguajes documentales y de clasificación. Concepción, construcción y utilización en los sistemas documentales**. Piramide, Madrid: 1993.

MANIEZ, J.; MANIEZ, D. **Concevoir l'index d'un livre: histoire, actualité, perspectives**: Paris: ADBS, 2009.

MAZZOCCHI, F. Analyzing knowledge as part of a cultural framework: the case of traditional ecological knowledge. **Environments journal**, v. 36, n. 2, p. 39-5, 2008.

_____. Images of thought and their relation to classificatory thinking. The tree and the net. **Knowledge Organization**, v. 40, n. 6, p. 366-374, 2013a.

_____. Kinds, classification, and realism. **Knowledge Organization**, v. 38, n. 5, p. 398-404, 2011.

_____. Complementarity in Biology. A reassessment in relation to molecular-reductionist and systemic approaches. **EMBO Reports**, n. 11, p. 339-344, 2010.

_____. Complexity and the reductionism-holism debate in systems biology. **WIREs Systems Biology and Medicine**, v. 4, n. 5, p. 413-427, 2012a.

_____. Ranganathan's universe of knowledge and categorial thinking. **SRELS Journal of Information Management**, Paper BK, 50(6):763-778, 2013b.

MAZZOCCHI, F.; BOSH, M. Hermeneutic approaches in KO: an analysis of their possible value, 2008

MAZZOCCHI, F.; FEDELI, G. C. Introduction to the special issue: 'paradigms of knowledge and its organization: the tree, the net and beyond. **Knowledge organization**, v. 40, n. 6, p. 363-365, 2013.

MAZZOCCHI F., MARINELLI, R., TIBERI, M. In PROCEEDINGS of the 8th International Conference on Terminology and Knowledge Engineering, TKE 2008 – Managing Ontologies and Lexical Resources. Copenhagen, 19-20-VIII-2008, p. 61-77.

MAZZOCCHI, F., TIBERI, M. Knowledge organization in the philosophical domain: dealing with polysemy in thesaurus building. **Knowledge Organization**, v. 36, n. 2/3, p. 103-112, 2009.

MAZZOCCHI F., TIBERI M., DE SANTIS B., PLINI P. Relational semantics in thesauri: some remarks at theoretical and practical levels. **Knowledge Organization**, v. 34, n. 4, p. 197-214, 2007.

MCILWAINE, I. A question of place. In: MCILWAINE, Ia C. (Ed.). **Knowledge organization and the global information society: Proceedings of the Eighth International ISKO Conference** (London, England, July 13-16, 2004). Advances in knowledge organization, n. 9. Würzburg: Ergon, 2004. p. 179-185.

_____. Classifications and linear orders: problems of organizing Zoology. In: Bowman, J. H. (Ed.). **Knowledge organization for information retrieval: proceedings of the 6th International Study Conference on Classification Research**. The Hague: FID, 1997c.

_____. Classification at a crossroads: multiple directions of usability. A report. **International cataloguing and bibliographic control**, v. 39, n. 2, p. 41-42, 2010a.

_____. Classification schemes: consultation with users and co-operation between editors. In: SHEARER, J. R.; THOMAS, A. R. (Eds.). **Cataloging and classification: trends, transformations, teaching and training**. New York & London: Haworth Press, 1997b. p. 81-95.

_____. Current trends in Knowledge Organization research. In: FRÍAS, J.A., TRAVIESO, C. (Eds.). **Tendencias de investigación en organización del conocimiento: IV Coloquio Internacional de Ciencias de la Documentación; VI Congreso del Capítulo Español de ISKO = Trends in knowledge organization research.** Salamanca: Universidad de Salamanca, 2003b. p.253-272.

_____. **Interdisciplinarity: a new retrieval problem?** In: BEGHTOL, C.; HOWARTH, L.; WILLIAMSON, N. J. (Eds.). **Dynamism and stability in knowledge organization: Proceedings of the Sixth International ISKO Conference (Toronto, Canadá, July 10-13, 2000).** Advances in knowledge organization, no. 7. Würzburg: Ergon Verlag, 2000b. p. 261-267.

_____. Knowledge classifications, bibliographic classifications and the Internet. n: MUSTAFA EL HADI, W., MANIEZ, J.; POLLITT, A. S. (Eds.). **Structures and relations in knowledge organization: Proceedings of the Fifth International ISKO Conference (Lille, France, August 25-29, 1998).** Advances in knowledge organization, n. 6. Würzburg: Ergon, 1998b. p. 96-104.

_____. (Ed.). **Knowledge organization and the global information society: Proceedings of the Eighth International ISKO Conference (London, England, July 13-16, 2004).** Advances in knowledge organization, n. 9. Würzburg: Ergon, 2004.

_____. The UDC at the present time. In: EXTENSIONS and corrections to the UDC, 20. The Hague: UDC Consortium, 1998a. p. 13-16.

_____. UDC-into the 21st century. In: GLOBALIZATION of information: the networking information society. Proceedings of the 48th FID Conference and Congress. The Hague: FID, 1998d. p. 82-87.

_____. UDC - recent developments and future plans. In: LIBRARIES and associations in the transient world: new technologies and new forms of co-operation. Proceedings of the 5th International Conference, "Crimea 98". Moscow: National Public Library for Science and Technology, 1998e. p. 454-459.

_____. The UDC and the World Wide Web. In: SUBJECT Retrieval in a Networked Environment, 2003c. p.170-176.

_____. The Universal Decimal Classification: some factors concerning its origins, development and influence. In: BELLARDO, H.; BUCKLAND, M. (Eds.). **Historical studies in information science.** Medford, NJ: Information Today, 1998c. p. 94-106.

_____. The Universal Decimal Classification: some factors concerning its origins, development and influence. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 48, n. 4, p. 331-339, 1997a.

_____. **The Universal Decimal Classification: a guide to its use.** The Hague, UDC Consortium, 2000a.

_____. Trends in knowledge organization research. **Knowledge Organization**, v. 30, n. 2, p.75-86, 2003a.

_____. UDC in the twenty-first century. In: MARCELLA, R.; MALTBY, A. (Eds.). **The future of classification**. Gower Pub Co, 2000a. p. 93–104.

_____. UDC administrative activities. **Knowledge Organization**, v. 20, n. 2., p.94, 1993a.

_____. UDC: the present state and future developments. **Int. Cat.& Bibliogr. Control.**, v. 23, n. 2., p.29-33, 1994.

_____. UDC: the present state and future developments. In: IFLA Council and General Conference, Barcelona, 22-28 Aug, p.37-39, 1993b, Booklet 4.

_____. Universal Decimal Classification (UDC). In: **ENCYCLOPEDIA of Library and Information Sciences**. 3. ed. New York: Taylor & Francis, 2010b. v. 1, p. 5432-5439.

_____. Where have all the flowers gone?: An investigation into the fate of some special classification schemes. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Eds.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century**. Würzburg: Ergon Verlag, 2002. p. 479-486.

MCILWAINE, I.; BUXTON, A. **Guide to the use of UDC: an introductory guide to the use and application of the universal decimal classification**. Hague, Netherlands: International Federation for Information and Documentation, 1995

MCILWAINE, I.; HUMBLET, A. **Guide d'utilisation de la CDU**. Liège: Ed. du Céfal, 1995.
MCILWAINE, I.C., MITCHEL, J.S. The new ecumenism: exploration of a DDC/UDC view of religion. In: BUDIN, G.; SWERTZ, C.; MITGUTSCH, K. (Ed.). **Proceedings of the Ninth International ISKO Conference** (4-7 July 2006, Vienna, Austria). Würzburg: Ergon Verlag, 2006. p. 323-330.

MCILWAINE, I.C., SAN SEGUNDO, R. **Guía para el uso de la CDU**. Madrid: AENOR, 2003.

MCILWAINE, I.; WILLIAMSON, N. Class 61 - medicine: restructuring continued. In: **EXTENSIONS and corrections to the UDC**, v. 19. The Hague: UDC Consortium, 1997. p. 39-58.

_____. Class 61 - medicine: progress on restructuring. In: **EXTENSIONS and corrections to the UDC**, 20. The Hague: UDC Consortium, 1998. p.43-73.

_____. Class 61 - medicine: restructuring progress. In: **EXTENSIONS and corrections to the UDC**, 21. The Hague: UDC Consortium, 1999a. p.57-121.

_____. Class 61 - medicine: restructuring progress. In: **EXTENSIONS and corrections to the UDC**, 22. The Hague: UDC Consortium, 2000. p.49-75.

_____. Class 61 - medicine: restructuring progress in 2004. In: EXTENSIONS and corrections to the UDC, 26. The Hague: UDC Consortium, 2004. p.88-118. Proposal for the restructuring of UDC class 617.6/.9 - Nervous system. Neurology.

_____. Class 61 medicine: restructuring progress in 2005. In: EXTENSIONS and corrections to the UDC, 27. The Hague: UDC Consortium, 2005. p.47-61. Proposal for the restructuring of UDC class 618.1 Glandular system, secretory system, 618.2/.5 Respiratory system.

_____. Class 61 medicine: restructuring progress in 2006. In: EXTENSIONS and corrections to the UDC, 28. The Hague: UDC Consortium, 2006. p.73-99. Proposal for the restructuring of UDC class 619.1/.5 Digestive system. Alimentary system. Nutrition process.

_____. Future revision of the UDC: second progress report on a feasibility study for restructuring. In: EXTENSIONS and corrections to the UDC, 1994. The Hague: UDC Consortium, 1994. p. 19-25.

_____. International trends in subject analysis research. **Knowledge Organization**, v. 26, n. 1, p.23-29, 1999b.

_____. Medicine restructuring - completion of phase 1 and the continuing process. In: EXTENSIONS & Corrections to the UDC 29. The Hague: UDC Consortium, 2007. p.59-94.

_____. Medicine and the UDC: the process of restructuring. In: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Eds.). **Culture and identity in knowledge organization: Proceedings of the Tenth International ISKO Conference** (Montréal, Canadá, August 5-8, 2008). Advances in knowledge organization, n. 11. Würzburg: Ergon Verlag, 2008. p. 50-55.

_____. Restructuring of class 61 - medical sciences. In: EXTENSIONS and corrections to the UDC, 1995. The Hague: UDC Consortium, 1995. p. 11-67.

_____. Restructuring of class 61 - medical sciences. In: EXTENSIONS and corrections to the UDC, v.18. The Hague: UDC Consortium, 1996. p. 15-77.

_____. UDC Medical sciences project: progress and problems. In: EXTENSIONS and corrections to the UDC, 31. The Hague: UDC Consortium, 2009. p. 33-36.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MÉNARD, E., ARSENAULT, C. Image retrieval in multilingual environments: research issues. In: BUDIN, G.; SWERTZ, C.; MITGUTSCH, K. (Ed.). **Proceedings of the Ninth International ISKO Conference** (4-7 July 2006, Vienna, Austria). Würzburg: Ergon Verlag, 2006. p. 165-171.

MIOTELLO, V. Ideologia. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin conceitos-chave**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 167-176.

MITGUTSCH, K. Digital play-based learning. CONFERENCE Proceedings: Games in Action 2007, University of Gothenburg, 2007.

_____. Digital play-based learning. a philosophical-pedagogical perspective on learning and playing in computer games. **Journal for Information Technology Studies as Human Science**, v. 9, n. 3, p.18–36, 2008.

_____. Learning through play – a delicate matter. Experience-based recursive learning in computer games. In: FROMME, J.; UNGER, A. (Eds.). **Computer games and new media cultures: a handbook of digital games studies**, 2012.

_____. Lehrplanentwicklung in den neuen Ländern. Nachholende Modernisierung oder reflexive Transformation? (Henning Schluß). **Vierteljahrsschrift für wissenschaftliche Pädagogik**, 1/2006, p.134-137.

_____. **Lernen durch Enttäuschung. Eine pädagogische Skizze** (eng.: Learning through resistant experiences). Vienna: Braumüller Verlag. 2009a.

_____. Lernen als Ereignis. Zugänge zu einem theaterpädagogischen Konzept. (Kristin Westphal). **Vierteljahrsschrift für wissenschaftliche Pädagogik**, n. 2, p. 229-231, 2005.

_____. Passionate digital play-based learning. (Re)Learning in computer games like Shadow of the Colossus. **Eludamos Journal for Computer Game Culture**, v. 3/1, p.9-22, 2009b.

_____. Playful learning experiences. Meaningful learning patterns in players' biographies. **International Journal of Games and Computer-Mediated Simulations**, v. 3, n. 3, p. 54-68, 2011a.

_____. Serious learning in serious games. Transformative learning in video games. In: MA, M.; OIKONOMOU, A.; JAIN, L. C. (Eds.). **Serious games and edutainment applications**. Springer: New York, 2011b. p. 45-58.

_____. Why Sports videogames matter to their players. Exploring meaningful experiences in playographies. In: CONSALVO, M., MITGUTSCH, K., STEIN, A. (Eds.). **Sports video games**. NY: Routledge, 2013. p. 252-277.

MITGUTSCH, K.; KLIMMT, C.; ROSENSTINGL, H. **Exploring the Edges of Gaming**. Proceedings of the Vienna Games Conference 2008-2009: Future and Reality of Gaming. Braumüller Verlag, 2010.

MITGUTSCH, K.; MATTHEW, W. Afterland – From well theorized to well learned? **Well Played**, v. 1, n. 1, p. 33-48, 2011.

MITGUTSCH, K.; ROSENSTINGL, H. (Eds.). **Faszination Computerspielen**. Theorie - Kultur – Erleben (eng. Fascination Computer Gaming). Vienna: Braumüller Verlag, 2008.

MITGUTSCH, K.; ROSENSTINGL, H.; WIMMER, J. (Ed.). Applied Playfulness Proceedings of the Vienna Games Conference 2011: Future and Reality of Gaming, 2012.

MITGUTSCH, K.; SATTLER, E. Learning by Passion. Tracing a Passionate Dimension within the Negativity of Learning in Philosophy of Education. **Journal Critique and Humanism, Special Issue: Philosophy of education and educational practice**, n. 26, p. 109-123, 2008.

MITGUTSCH, K.; WAGNER, M. Gaming the Schools - Didaktische Szenarien des Digital Game Based Learning. **Medien Impulse**, n. 2, 2010.

_____. Subversive game design for recursive learning. DIGRA 2011 Proceedings: Think Design Play. 2011.

MUSTAFA EL HADI, W. Automatic term recognition e extraction tools: examining the new interfaces and their effective communication role in LSP discourse. In: MUSTAFA EL HADI, W., MANIEZ, J.; POLLITT, A. S. (Eds.). **Structures and relations in knowledge organization: Proceedings of the Fifth International ISKO Conference** (Lille, France, August 25-29, 1998). Advances in knowledge organization, n. 6. Würzburg: Ergon, 1998. p. 204-211.

_____. Discourse community analysis sense construction versus non-sense construction. ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Eds.). **Culture and identity in knowledge organization: Proceedings of the Tenth International ISKO Conference** (Montréal, Canadá, August 5-8, 2008). Advances in knowledge organization, n. 11. Würzburg: Ergon Verlag, 2008. p. 302-306.

_____. Dynamics of the linguistic paradigm in information retrieval. In: BEGHTOL, C.; HOWARTH, L.; WILLIAMSON, N. J. (Eds.). **Dynamism and stability in knowledge organization: Proceedings of the Sixth International ISKO Conference** (Toronto, Canadá, July 10-13, 2000). Advances in knowledge organization, no. 7. Würzburg: Ergon Verlag, 2000. p. 124-130.

_____. Terminology & information retrieval: new tools for new needs. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Eds.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century**. Würzburg: Ergon Verlag, 2002. p. 149-157.

_____. The contribution of terminology to the theoretica conception of classificatory languages and thesaurus. FUGMANN, R. (Ed.). **Tools for knowledge organization and the human interface: Proceedings of the 1st International ISKO Conference** (Darmstadt, Germany, August 14-17, 1990). Advances in knowledge organization, n. 1/2. Frankfurt/Main: Indeks, 1990. p. 98-106.

MUSTAFA EL HADI, W.; JOUIS, C. Evaluating natural language processing systems as a tool for building terminological databases. In: GREEN, R. (Ed.). **Knowledge organization and change: Proceedings of the Fourth International ISKO Conference** (Washington, DC, July 15-18, 1996). Advances in knowledge organization, n. 5. Frankfurt/Main: Indeks, 1996. p. 346-354.

MUSTAFA EL HADI, W.; ARSENAULT, C. Dynamism and stability in knowledge organization: from one conference to another: Toronto 2000, Lille 2011. **Knowledge organization**, v. 39, n. 4, p. 255-258, 2012.

MUSTAFA EL HADI, W.; MANIEZ, J.; POLLITT, A. S. (Eds.). **Structures and relations in knowledge organization: Proceedings of the Fifth International ISKO Conference** (Lille, France, August 25-29, 1998). *Advances in knowledge organization*, no. 6. Würzburg: Ergon, 1998.

NEELAMEGHAN, A. Analytico-Synthetic classification in perspective. **Library Science with a Slant to Documentation**, v. 3, n. 3, p. 212-236, 1966.

_____. Computer simulation of some steps in classifying. **Library Science with a Slant to Documentation**, v. 9, n. 4, p. 499-522, 1972.

_____. **Cooperation between specialist user and documentalist**. *Herald of Library science*, 1964.

_____. Analysis of readers questions: a case study. **Library Science with a Slant to Documentation**, v. 6, n. 3, p. 243-273, 1969.

_____. Non-hierarchical associative relationships their types and computer-generation of RT links. **SEMINAR ON THESAURUS**, 1975.

_____. (Eds.). **Cognitive paradigms in knowledge organisation: Second International ISKO Conference** (Madras, India, August 26-28, 1992). *Ranganathan birth centenary series*, n. 5. Bangalore: Sarada Ranganathan Endowment for Library Science, 1992a.

_____. Ranganathan's generalised model of subject structure and modes of formation of subjects. In: NEELAMEGHAN, A. (Ed.) **Cognitive paradigms in knowledge organisation: second international ISKO conference** (Madras, India, August 26-28, 1992). *Ranganathan birth centenary series*, n. 5. Bangalore: Sarada Ranganathan Endowment for Library Science, 1992b. p. 269-285.

_____. Dynamism and stability in knowledge organization tools: S. R. Ranganathan's contributions. BEGHTOL, C.; HOWARTH, L.; WILLIAMSON, N. J. (Eds.). **Dynamism and stability in knowledge organization: Proceedings of the Sixth International ISKO Conference** (Toronto, Canadá, July 10-13, 2000). *Advances in knowledge organization*, no. 7. Würzburg: Ergon Verlag, 2000. p. 164-169.

_____. Lateral relationships in multicultural, multilingual databases in the spiritual and religious domains: the OM information service. In: BEAN, C.; GREEN, R. (Eds.) **Relationships in the organization of knowledge**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2001. p. 185-198.

_____. et al. Libraries and Information Services in Third World Countries. In: LANCASTER, F. W. (Ed.). **Libraries and the Future: Essays on the Library of the Twenty-first Century**. New York: Haworth Press, 1993. p. 85-106.

_____. Homographs, homonyms and cultural practices in relation to Tamil-English thesaurus. **Information Studies**, v. 14, n. 2, 2008.

_____. (compl.). **S. R. Ranganathan's postulates and normative principles: applications in specialized databases, design, indexing and retrieval**. Bangalore: Sarada Ranganathan Empowerment for Library Science, 1997.

NEELAMEGHAN, A.; CHESTER, G. Environmental knowledge and marginalized communities: the last mile connectivity. **Webology**, v. 3, n. 1, 2006.

_____. Knowledge management in relation to indigenous and marginalized communities in the digital era. **Information Studies**, v. 13, n. 2, p. 73-106, abr. 2007.

NEELAMEGHAN, A.; IYER, H. Some patterns of information presentation, organization and indexing for communication across cultures and faiths. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Eds.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century**. Würzburg: Ergon Verlag, 2002. p. 539-545.

NEELAMEGHAN, A.; LALITHA, S. K. Multilingual thesaurus and interoperability. **DESIDOC Journal of Library & Information Technology**, v. 33, n. 44, p. 289-294, 2013.

_____. Searching in and retrieval from GSDL multilingual multimedia databases simultaneously using a multilingual dictionary. **Information Studies**, n. 17, p. 47-64, 2011.

NEELAMEGHAN, A.; NARAYANA, G.J. **Concept and expression of time: cultural variations and impact on Knowledge Organization**. Ess Publication, 2013.

NEELAMEGHAN, A.; RAGHAVAN, K. Frames of knowledge: A perspective of vedic hinduism and dravidian culture. In: SMIRAGLIA, R.; LEE, H.-L. (Eds.). **Cultural frames and knowledge**. Würzburg: Ergon Verlag GMBH, 2012. p. 19-62.

_____. Online bilingual thesaurus for subjects in the humanities: A Case Study. In: PRASAD, A.; MADALLI, D. P. (Eds.). **ICSD-2007**. Bangalore: DRTC, 2007. p. 489-505.

_____. An online multi-lingual, multi-faith thesaurus: a progress report on F- THES. **Webology**, v. 2, n. 4, <http://www.webology.ir/2005/v2n4/a19.html>, 2005. Acesso em 10 Mar. 2008.

_____. Semantics of relationships in knowledge organization: lateral relationships. **SRELS Journal of Information Management**, n. 42, p. 361–382, 2005b.

_____. Semantics of relationships in knowledge organization — lateral relationships: update 1. **Information Studies**, n. 12, p. 115–122, 2006.

NEELAMEGHAN, A.; VASUDEVAN, M. C. Integrating images files, case records of patients and Web resources: case study of a knowledge base an tumours of the central nervous systems. In: MCWILAINE, I. (Ed.). **Knowledge organization and the global information society**. Wurzburg: Ergon Verlag, 2004. p. 251-256.

_____. Hospital case records information system: case study of a knowledge-based product. **ICEIS**, n.1, p. 541-544, 2003.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares de memória. **Projeto história**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NOVAK, J. D. **Learning, creating and using knowledge**: concept maps as facilitative tools in schools and corporations. New York: Routledge, 2009.

NOVAK, J. D.; CAÑAS, A. J. The theory underlying concept maps and how to construct and use them. 2008. Disponível em: <
<http://cmap.ihmc.us/publications/researchpapers/theorycmaps/theoryunderlyingconceptmaps.htm>>. Acesso em: 15/09/2010.

ØERNAGER, S. Accessing information in images. In: **PROCEEDINGS of the Electronic Imaging & the Visual Arts**. EVA '98 Cambridge 23-31 July, 1998a.

_____. Images and concepts: indexing and retrieval of documentary photos. In: **CLASSIFICATION Research in the Electronic Information Era**. Papers presented at the 49th FID Pre-Congress, Jaipur, 11-13 October, 1998b. p. 2-10.

_____. Image retrieval: theoretical analysis and empirical user studies on accessing information in images. In: **PROCEEDINGS of the 60th ASIS Annual Meeting**. Washington, DC, November 1-6, 1997. p. 202-214.

_____. View a picture: theoretical image analysis and empirical user studies on indexing and retrieval. In: **SWEDISH LIBRARY RESEARCH. Communications from Research Centre for Library and Information Studies**, n. 2-3, p. 31-41, 1996.

_____. E-newspaper image database: empirical supported analysis of users' typology and word association clusters. In: **PROCEEDINGS of the 18th Annual International ACM SIGIR Conference on Research and Development in Information Retrieval**, July 9-13, 1995. Seattle, Washington, ACM, 1995a. p. 212-218.

_____. The image as an information resource in the newspaper industry. In: **PROCEEDINGS of the Ninth Annual Computers in Libraries**, London 7-9 March 1995. Oxford, Learned Information, 1995b. p. 13-19.

_____. The image database: the need for innovative indexing and retrieval. In: **ALBRECHTSEN, H.; ØERNAGER, S. (Ed.). Knowledge organization and management: proceeding 3rd. ISKO Conference**. Frankfurt: Indeks, 1994. p. 208-216.

_____. The image as an information resource. In: **TECHNOLOGY and competence. Proceedings from the 8th Nordic Conference on Information and Documentation.** Landskrona, TLS, 1992. p. 17-22.

_____. Digitising pictures using CD-ROM or WORM. In: **PROCEEDINGS of the Fifth Annual Conference on Computers in Libraries,** London: Meckler, 1991. p. 155-159.

_____. Image databases on microcomputers: a low-cost solution to information storage. **Program**, v. 23, n. 4, p. 423-435, 1989.

OHLY, H. P.; NETSCHER, S.; MITGUTSCH, K. (Eds.). **Kompatibilität, Medien und Ethik in der Wissensorganisation.** Proceedings of the Ninth International ISKO Conference / German Section. Würzburg: Ergon Verlag, 2008.

OLSON, H. A. **The power to name.** Dordrecht: Kluwer, 2002.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre a Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **Datagrama zero**, Rio de Janeiro, out. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out04/art_03.htm>. Acesso em: 15/09/2010.

PARLEMITI, R.; POLITY, Y. Dynamiques de l'institutionnalisation sociale et cognitive des sciences de l'information. In: BOURE, R. (Ed.). **Les origens des sciences de l'information et de la communication: regards croisés.** Paris: PUS, 2002, p. 95-123.

PEJTERSEN, A. M.; ALBRECHTSEN, H. Ecological work based classification schemes. In: BEGHTOL, C., HOWARTH, L.; WILLIAMSON, N. J. (Eds.). **Dynamism and stability in knowledge organization: Proceedings of the Sixth International ISKO Conference (Toronto, Canada, July 10-13, 2000).** Würzburg: Ergon Verlag, 2000. p. 97-110. *Advances in knowledge organization*, n. 7.

_____. Models for collaborative integration of knowledge. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: Integration of knowledge across boundaries: Proceedings of the Seventh International ISKO Conference (Granada, Spain, July 10-13, 2002).** Würzburg: Ergon Verlag, 2002. p. 412-421. *Advances in knowledge organization*, n. 8.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLITT, A. S. The application of Dewey Classification in a view-based searching OPAC . In: MUSTAFA EL HADI, W., MANIEZ, J.; POLLITT, A. S. (Eds.). **Structures and relations in knowledge organization: Proceedings of the Fifth International ISKO Conference (Lille, France, August 25-29, 1998).** *Advances in knowledge organization*, n. 6. Würzburg: Ergon, 1998. p. 89-96.
p.176-183.

POLLITT, A. S. et al. Improving search quality using thesauri for query specification and the presentation of search In: ALBRECHTSEN, H.; ØRNAGER, S. (Eds.). **Knowledge organization and quality management: Proceedings of the Third International ISKO Conference** (Copenhagen, Denmark, June 20-24, 1994). Advances in knowledge organization, no. 4, 1994.

_____. Enhanced view-based searching through the decomposition of Dewey Decimal Classification codes In: BEGHTOL, C., HOWARTH, L.; WILLIAMSON, N. J. (Eds.). **Dynamism and stability in knowledge organization: Proceedings of the Sixth International ISKO Conference** (Toronto, Canada, July 10-13, 2000). Würzburg: Ergon Verlag, 2000. Advances in knowledge organization, n. 7. p. 288-294.

_____. *View-based searching systems - progress towards effective disintermediation* In: ONLINE Information 96: Proceedings of the 20th International Online Information Meeting, London, 3-5 December (1996. - Oxford : Learned Information Europe Ltd., 1996. p. 433-445.

POMBO, O. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. **Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa**, Lisboa, n. 2, p. 19-33, 1994.

PONZIO, A. A concepção bakhtiniana do ato como dar uma passo. In: BAKHTIN, M. **Para uma filosofia do ato responsável**. São Carlos: Pedro e João, 2010. p. 9-38.

_____. **A revolução bakhtiniana: o pensamento de Bakhtin e a ideologia**. São Paulo: Contexto, 2009.

RAFFERTY, P. The representation of knowledge in library classification schemes. **Knowledge Organization**, v. 28, n. 4, p. 180-191, 2001.

RAGHAVAN, K.; NEELAMEGHAN, A. Design and development of a bilingual thesaurus for classical tamil studies: experiences and issues. In: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. (Eds.) **Culture and identity in Knowledge Organization**. Würzburg: Ergon Verlag, 2008.

RANGANATHAN, S. R. **Documentation**. New Delhi, Vikas, 1951.

_____. **Five laws of library science**. Madras: The Library Madras Association, 1931.

_____. **Philosophy of library classification**. Bangalore: Sarada Ranganathan Endowment for Library Science, 1989.

_____. **Prolegomena to library classification**. Bombay: Asia Publishing House, 1967.

RANGANATHAN, S. R.; NEELAMEGHAN, A. **Classified catalogue code, with additional rules for dictionary catalogue code**. Asia Pub. House, 1964.

_____. **Library service for all**. Mysore: Mysore Library Association, 1966.

_____. **Public library system: India, Sri Lanka, U.K., U.S.A.:** comparative library legislation. Bangalore: Sarada Ranganathan Endowment for Library Science, 1972.

_____. **Physical bibliography for librarians.** Asia Pub. House, 1975.

RANGANATHAN, S. R.; NEELAMEGHAN, A.; GUPTA, A. **Free book service for all:** an international survey. Mysore: Mysore Library Association by Asia Pub. House, 1968.

RAYWARD, W. B. The history and historiography of information science: some reflections. **Information Processing and Management**, v. 32, n. 1, p. 3-18, 1996.

_____. When and why is a pioneer: history and heritage in Library and Information Science. **Library Trends**, v. 52, n. 4, p. 671-682, 2004.

REDON ROJAS, M. A.; HERRERA DELGADO, L. B. Bases filosóficas de la organización de la información. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 3-17, jan./abr. 2010.

RICHARDSON, E. C. **Classification:** theoretical and practical. New York: Charles Scribner's Sons, 1901.

RITZER, G. **Metatheorizing in sociology.** Lexington: Lexington Books, 1991

ROBERT, T.; ARSENAULT, C. Ludiformation: un simulateur ludique pour enseigner la recherche d'information. In: MÉNARD, E., NESSET, V.; MAS, S. **CAIS/ACSI 2010.** Sciences de l'information: la synergie à travers la diversité. Montréal: CAIS/ACSI. 2010.

SAN SEGUNDO, R. A new conception of knowledge. **Knowledge Organization**, v. 31, n.2, p. 106-114, 2004.

SAYERS, W. C. B. **Canons of classification.** London: Grafton, 1915.

SHERA, J. H. Sobre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. In: GOMES, H. E. (Org.). **Ciência da informação ou informática?** Rio de Janeiro, Calunga, 1980. p. 91-105.

SILVEIRA, M. A. A.; BAZI, R. E. R. A Ciência da informação no Brasil e sua frente de pesquisa: estudo cienciométrico sob a ótica da institucionalização da pesquisa científica (1995-2005). **Enc. Bibli.** R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. 26, jul./dez. 2008.

SMIRAGLIA, R. Universes, dimensions, domains, intensions and extensions: knowledge organization for the 21st century. In: NEELAMEGHAN, A.; RAGHAVAN, K.S. (Eds). **Categories, relations and contexts in knowledge organization:** proceedings of the Twelfth International ISKO Conference, Mysore, India, August 6-9, 2012. Würzburg: Ergon Verlag, p. 1-7.

- SMIT, J. W.; BARRETO, A. A. Ciência da informação: base conceitual para a formação do profissional. In: VALENTIM, M.L. (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. p.9-23.
- SOUZA, R. F. de. Organização do conhecimento. In: TOUTAIN, L. M. B. B. **Para entender a ciência da informação**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 103-123.
- SWERTZ, C. Customized learning sequences (CLS) by metadata. In: HUG, T.; LINDNER, M.; BRUCK, P. A. **Microlearning**: emerging concepts, practices and technologies. Innsbruck: Innsbruck University Press, 2006. p. 55-70.
- _____. Game\\Play\\Society. In: SWERTZ, C.; WAGNER, M. (Hrsg.). **Game\\Play\\Society. Contributions to contemporary Computer Game Studies**, München 2010a. p. 5-6.
- _____. STEPOnline. In: METTINGER, A. (Hrsg.): **eLearning-Schwerpunktprojekte an den Fakultäten & Zentren der Universität Wien 2004, 2005 und 2006**. 2008b, p. 33.
- _____. The educational modeling language in practice: individualisation of content. In: KOMMER, P.; ISAIAS, P. **E-society '08**. Proceedings of the IADIS international conference, 2008a, p. 6-10.
- _____. Video game addiction in Austria. Perspectives on a complex phenomenon. In: SWERTZ, C.; WAGNER, M. (Hrsg.). **Game\\Play\\Society. Contributions to contemporary Computer Game Studies**, München, 2010b. p. 265-274.
- SWERTZ, C.; FRICK, E. Digital games in austrian youth culture. an analysis of quantitative data with qualitative methods. In: PROCEEDINGS of the Hawaii international conference on education. University of Louisville, Pepperdine University, California State University: Honolulu, 2009a. p. 3625–3626.
- _____. Measuring intercultural pedagogical differences expressed by teachers in an educational metadata system. Resultus from an international e-learning project. In: PROCEEDINGS of the Hawaii international conference on education. University of Louisville, Pepperdine University, California State University: Honolulu, 2009b. p. 3537-3544.
- SWERTZ, C.; SCHULTZ, R.; TOIFL, K. Language teaching in live online environments. The LANCELOT approach. In: MARRIOTT, R.; TORRED, P. L. (Ed.). **Handbook of research on e-learning methodologies for language acquisition**. 2008. p. 509-523.
- SZOSTAK, R., GNOLI, C. Classifying by phenomena, theories and methods: examples with focused social science theories. In: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Eds.). **Culture and identity in knowledge organization: Proceedings of the Tenth International ISKO Conference** (Montréal, Canadá, August 5-8, 2008). Advances in knowledge organization, n. 11. Würzburg: Ergon Verlag, 2008. p. 203-209.
- TENNIS, J. T. Epistemology, theory and methodology in Knowledge Organization: toward a classification, metatheory, and research framework. **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2-3, p. 160-182, 2008.

_____. Experientialist epistemology and classification theory: embodied and dimensional classification. **Knowledge Organization**, v. 32, n. 2, p 79-92, 2005.

_____. Function, purpose, predication, and context of information organization frameworks. In: BUDIN, G.; SWERTZ, C.; MITGUTSCH, K. (Ed.). **Proceedings of the Ninth International ISKO Conference** (4-7 July 2006, Vienna, Austria). Würzburg: Ergon Verlag, 2006. p. 303-309.

_____. Is there a new bibliography? **Cataloging and Classification Quarterly**, v. 49, n. 2, p. 121-126, 2011.

_____. Measured time: imposing a temporal metric to classificatory structures. In: GNOLI, C.; MAZZOCCHI, F. (Ed.) **Paradigms and conceptual systems in knowledge organization**. Würzburg: Ergon Verlag, 2010.

_____. Scheme versioning in the semantic web. **Cataloging and Classification Quarterly**, v. 43, n. 4/3, p. 85-104, 2007.

_____. Subject ontogeny: subject access through time and the dimensionality of classification. In: LÓPEZ HUERTAS, M. J. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries**. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002 p. 54-59.

_____. The strange case of eugenics: a subject's ontogeny in a long-lived classification scheme and the question of collocative integrity. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 63, n. 7, p. 1350-1359, 2012.

_____. Three creative tensions in document interpretation theory set as evidence of the need for a descriptive informatics. **Knowledge Organization**, v. 36, n. 4, p. 190-199, 2009.

_____. Two axes of domains for domain analysis. **Knowledge Organization**, v. 30, n. ¾, p. 191-195, 2003.

_____. URIs and intertextuality: incumbent philosophical commitments in the development of the Semantic Web. In: MCILWAINE, Ia C. (Ed.). **Knowledge organization and the global information society: Proceedings of the Eighth International ISKO Conference** (London, England, July 13-16, 2004). Advances in knowledge organization, n. 9. Würzburg: Ergon, 2004. p. 103-108.

TENNIS, J. T., JACOB, E. K. Toward a theory of structure in information organization frameworks. In: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Eds.). **Culture and identity in knowledge organization: Proceedings of the Tenth International ISKO Conference** (Montréal, Canadá, August 5-8, 2008). Advances in knowledge organization, n. 11. Würzburg: Ergon Verlag, 2008. p. 262-268.

TENNIS, J. T., SUTTON, S. A. Extending the simple knowledge organization system (SKOS) for concept management in vocabulary development applications. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 59, n. 1, p. 25-37, 2008.

TEZZA, C. A construção das vozes no romance. BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Unicamp, 1997. p. 219-228.

WILLIAMSON, N. An interdisciplinarity world and discipline based classification. In: MUSTAFA EL HADI, W.; MANIEZ, J.; POLLITT, A. S. (Eds.). **Structures and relations in knowledge organization: Proceedings of the Fifth International ISKO Conference** (Lille, France, August 25-29, 1998). Würzburg: Ergon, 1998. p. 115-123.

_____. Complementary and alternative medicine: its place in a reorganized medical sciences in a Universal Decimal Classification. In: MCILWAINE, Ia C. (Ed.). **Knowledge organization and the global information society: Proceedings of the Eighth International ISKO Conference** (London, England, July 13-16, 2004). Advances in knowledge organization, n. 9. Würzburg: Ergon, 2004. p. 257-262.

_____. Deriving a thesaurus from a restructured UDC. In: GREEN, R. (Ed.). **Knowledge organization and change: Proceedings of the Fourth International ISKO Conference** (Washington, DC, July 15-18, 1996). Advances in knowledge organization, n. 5. Frankfurt/Main: Indeks, 1996. p. 370-377.

_____. Knowledge structures and the Internet. In: MCILWAINE, I.C. (Ed.). **Knowledge organization for information retrieval: Proceedings of the sixth International Study Conference on Classification Research**. (23-27). The Hague, Netherlands: International Federation for Information and Documentation, 1997.

_____. Knowledge structures and the Internet: progress and prospects. In: BUDIN, G.; SWERTZ, C.; MITGUTSCH, K. (Ed.). **Proceedings of the Ninth International ISKO Conference** (4-7 July 2006, Vienna, Austria). Würzburg: Ergon Verlag, 2006. p. 213-224.

_____. Knowledge structures and the Internet: progress and prospects. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 44, n. ¾, p. 329-342, 2007.

_____. Preparing retrieval with the Library of Congress Classification. In: FUGMANN, R. (Ed.). **Tools for knowledge organization and the human interface: Proceedings of the 1st International ISKO Conference** (Darmstadt, Germany, August 14-17, 1990). Advances in knowledge organization, no. 1/2. Frankfurt/Main: Indeks Verlag, 1990. p. 220.

_____. Thesauri in the digital age: stability and dynamism in their development and use. In: BEGHTOL, C., HOWARTH, L.; WILLIAMSON, N. J. (Eds.). **Dynamism and stability in knowledge organization: Proceedings of the Sixth International ISKO Conference** (Toronto, Canada, July 10-13, 2000). Würzburg: Ergon Verlag, 2000. Advances in knowledge organization, n. 7. p. 268-274.

WILLIAMSON, N.; BEGHTOL, C. **Knowledge organization and classification in international information retrieval**. Hrsg.: Binghampton, NY: Haworth Information Press, 2004.

WILLIAMSON, N.; MCILWAINE, I. A feasibility study on the restructuring of the Universal Decimal Classification into a fully-facetted classification system. In: ALBRECHTSEN, H.; OERNAGER, S. (Ed.). **Knowlegde organization and management**: proceeding 3rd. ISKO Conference. Frankfurt: Indeks Verlag, 1994. p. 406-413.

WHITLEY, R. Cognitive and social institutionalization of scientific specialities and research áreas. In: _____. (Ed.). **Social processes of scientific development**. London: Routledge and Kegan, 1974. p. 69-95.

ZHEREBCHEVSKY, S. Formalism in knowledge organization: thematic analysis of ISKO 10 proceedings. In: GNOLI, C.; MAZZOCCHI, F. (Ed.) **Paradigms and conceptual systems in knowledge organization**. Würzburg: Ergon Verlag, 2010. p. 98-105.

APÊNDICE 1

Zimbra

alinearboit@marilia.unesp.br

RE: About Isko Conference (Montréal, Canada, August 5-8, 2008)**De :** Joseph Tennis <jtennis@uw.edu>

Seg, 11 de Ago de 2014 16:47

Assunto : RE: About Isko Conference (Montréal, Canada, August 5-8, 2008)**Para :** Aline E. Arboit
<alinearboit@marilia.unesp.br>**Cc :** Arsenault Clément
<clement.arsenault@umontreal.ca>

Aline,

The theme was a collaboration between myself and Clément Arsenault at the U. of Montreal. I believe we thought the theme reflected the particular geo-political landscape of Montreal and Quebec in the North American and world contexts. We also thought this theme would appeal to many scholars in the field since the trend of the literature had up to that point made much of culture as it related to knowledge organization.

I've cc'ed Clément. He can add to this or correct me. Good luck with your work.
joe

Joseph T. Tennis, PhD
Associate Professor and Director of Faculty Affairs
Information School
University of Washington
ischool.uw.edu/people/faculty/jtennis

President
International Society for Knowledge Organization
isko.org

From: Aline E. Arboit <alinearboit@marilia.unesp.br>
Sent: Monday, August 11, 2014 12:18 PM
To: Joseph Tennis
Subject: About Isko Conference (Montréal, Canada, August 5-8, 2008)

Dear Professor Joseph Tennis:

My name is Aline Arboit and I am now carrying out a PhD dissertation at the Graduate School of Information Science of São Paulo State University under the supervision of Prof. Dr. José Augusto Guimarães.

The title of the mentioned dissertation is and it aims to analyze the social and cognitive institutionalization (based on Whitley and Hjøland) of ISKO conferences.

In this sense, and considering that you were the chair of the ISKO International Conference which took place in Montréal, Canada, August 5-8, 2008. I kindly ask you to explain what were the reasons that led to the choice of the main theme and the sub-themes of the mentioned conference.

I thank you in advance for your important help and I keep at your disposal for any further information you need

Truly yours

Aline Arboit

APÊNDICE 2

Zimbra

alinearboit@marilia.unesp.br

RE: Isko (Madras, 1992)**De :** K.S. Raghavan <ksragav@hotmail.com>

Seg, 11 de Ago de 2014 16:24

Assunto : RE: Isko (Madras, 1992)**Para :** Aline E. Arboit
<alinearboit@marilia.unesp.br>**Cc :** Jose Augusto Guimares
<guima@marilia.unesp.br>

Dear Arline: Thanks for your mail; I regret to inform you that Prof. Neelameghan passed away last month in Bangalore. The news was communicated via ISKO forums to all ISKO national chapters. Please convey my regards to Jose. Right now I am in the US and will be here for a couple of months. If I can be of any assistance in your doctoral research, do not hesitate to contact me via E-mail. Best wishes for your doctoral research. Raghavan

K. S. Raghavan
Visiting Scientist
Centre for Knowledge Analytics & Ontological Engineering (KAnOE)
PES Institute of Technology
Bangalore 560 085

> Date: Mon, 11 Aug 2014 15:42:33 -0300
> From: alinearboit@marilia.unesp.br
> To: aneelmeghan@redifmail.com
> CC: ksragav@hotmail.com
> Subject: Isko (Madras, 1992)
>
>
> Dear Professor A. Neelameghan:
>
> My name is Aline Arboit and I am now carrying out a PhD dissertation at the Graduate School of Information Science of São Paulo State University under the supervision of Prof. Dr. José Augusto Guimarães.
> The title of the mentioned dissertation is and it aims to analyze the social and cognitive institucionalization (based on Whitley and Hjøland) of ISKO conferences.
> In this sense, and considering that you were the chair of the ISKO International Conference which took place in Madras, India, in 1992), I kindly ask you to explain what were the reasons that led to choice of the main theme and the sub-themes of the mentioned conference.
> I thank you in advance for your importante help and I keep at your disposal for

any further information you need

>

> Trully yours

>

>

> Aline Arboit

>

APÊNDICE 3

Zimbra

alinearboit@marilia.unesp.br

Re: About Isko Conference (Washington, DC, 1996)**De :** Rebecca Green <rebgreen@gmail.com> Seg, 11 de Ago de 2014 17:55**Assunto :** Re: About Isko Conference (Washington, DC, 1996)**Para :** Aline E. Arboit
<alinearboit@marilia.unesp.br>

Dear Aline:

I'm sorry not to be able to be of more help, but in 1996 (and I think for earlier ISKO conferences as well), my memory is that it was the ISKO executive board that set the theme for the conference. At this point in time, I'm not even sure who wrote the CFP, but to the extent that I contributed to it (if at all), it would only have been to borrow from previous conferences. This conference (1996) was actually the first ISKO conference I attended!

I hope others will be able to contribute more. Best wishes on your research.

Rebecca Green

On Mon, Aug 11, 2014 at 3:05 PM, Aline E. Arboit <alinearboit@marilia.unesp.br> wrote:

Dear Professor Rebecca Green:

My name is Aline Arboit and I am now carrying out a PhD dissertation at the Graduate School of Information Science of São Paulo State University under the supervision of Prof. Dr. José Augusto Guimarães.

The title of the mentioned dissertation is and it aims to analyze the social and cognitive institutionalization (based on Whitley and Hjøland) of ISKO conferences.

In this sense, and considering that you were the chair of the ISKO International Conference which took place in Washington, DC, in 1996), I kindly ask you to explain what were the reasons that led to choice of the main theme and the sub-themes of the mentioned conference.

I thank you in advance for your important help and I keep at your disposal for any further information you need

Trully yours

Aline Arboit

APÊNDICE 4

Zimbra

alinearboit@marilia.unesp.br

AW: About Isko Conference (Vienna, Austria, July 4-7, 2006)**De :** Budin Gerhard <gerhard.budin@univie.ac.at> Qui, 14 de Ago de 2014 04:50**Assunto :** AW: About Isko Conference (Vienna, Austria, July 4-7, 2006) 1 anexo**Para :** Aline E. Arboit
<alinearboit@marilia.unesp.br>

dear colleague,

attached please find the introduction we wrote at the time for the ISKO 2006 conference proceedings. the general topic was knowledge organization for global learning. we chose the topic because at that time it was relatively innovative, here in Vienna we had for already 10 years a number of research projects going on on this topic including various publications and implementation in practice of eLearning.

in fact, after 8 years now, we can say that the topic is still hot and vibrant and not at all outdated.

I would be interested, once your research work is finished, to be informed about the thesis you will have completed and/or the publication that will be published on this historical topic on ISKO

best regards
Gerhard

Univ.-Prof. Dr. Gerhard Budin

Centre for Translation Studies
University of Vienna
Gymnasiumstraße 50
A-1190 Vienna, Austria
E-Mail: gerhard.budin@univie.ac.at
T: +43 1 4277 58020
F: +43 1 4277 9580

Von: Aline E. Arboit [alinearboit@marilia.unesp.br]

Gesendet: Montag, 11. August 2014 21:10

An: Budin Gerhard

Betreff: About Isko Conference (Vienna, Austria, July 4-7, 2006)

Dear Professor Gerhardt K. Budin:

My name is Aline Arboit and I am now carrying out a PhD dissertation at the Graduate School of Information Science of São Paulo State University under the supervision of Prof. Dr. José Augusto Guimarães. The title of the mentioned dissertation is and it aims to analyze the social and cognitive institucionalization (based on Whitley and Hjøland) of ISKO conferences.

In this sense, and considering that you were the chair of the ISKO International Conference which took place in Vienna, Austria, July 4-7, 2006), I kindly ask you to explain what were the reasons that led to choice of the main theme and the sub-themes of the mentioned conference.

I thank you in advance for your important help and I keep at your disposal for any further information you need

Trully yours

Aline Arboit



ISKO Proceedings 2006 Introduction by editors.docx

15 KB

APÊNDICE 5

Zimbra**alinearboit@marilia.unesp.br****Re: About Isko Conference (Rome, Italy, February 23-26, 2010)**

De : Claudio Gnoli <claudio.gnoli@unipv.it>

Ter, 26 de Ago de 2014 05:38

Assunto : Re: About Isko Conference (Rome, Italy, February 23-26, 2010)**Para :** Aline E. Arboit
<alinearboit@marilia.unesp.br>

Dear Aline,

your enquiry is welcome and I will try to answer.

As far as I remember, the theme for ISKO 2010 was conceived by the organizing committee (Gnoli, Mazzocchi, Casson, De Santis, Tiberi) after a short discussion. Personally I have an interest towards the theoretical components of KO and the actual KOSs implementing them, which I felt had been relatively less addressed in themes of recent ISKO and other KO-related conferences, while social and user-centered component seemed to have been more fashionable. So as the programme chair I proposed we should focus on actual "systems" of KO. Mela Bosch (originally another planned member of the organizing committee although eventually she could not participate in organization) added that "conceptual systems" would have been a less ambiguous phrase. In turn, conference chair Fulvio Mazzocchi, who has a different interest in biases of KO according to different cultures, proposed to add "Paradigms" to express this side of KO. So the final theme "Paradigms and conceptual systems in knowledge organization" was a balance between our different views and interests.

At the end of the conference Birger Hjørland was asked to contribute some final remarks and reflections, and in them he expressed satisfaction that the Rome conference resulted in a greater number of theoretically-oriented papers as compared to other conferences, something for which in his opinion there is a general need.

I hope that the above is useful to your purposes. Maybe if you ask me specific questions I can give specific answers...

Good luck with your dissertation!

APÊNDICE 6

Zimbra

alinearboit@marilia.unesp.br

RE: About Isko Conference (Montréal, Canada, August 5-8, 2008)**De :** Joseph Tennis <jtennis@uw.edu>

Qua, 13 de Ago de 2014 10:38

Assunto : RE: About Isko Conference (Montréal, Canada, August 5-8, 2008)**Para :** Aline E. Arboit
<alinearboit@marilia.unesp.br>

Aline,

As yet, we do not have formal archives on this manner. If you were able to get materials from each chair or committee of each conference you would be creating such an archive. I'm happy to help with this by providing what I have, and I'm sure Clément would too. But I do not have any one place where I can point you to at this point. However, once you have this assembled the organization would be happy to store it for you and for anyone else interested.

Does that help? Did you get a response from Clément yet?
joe

Joseph T. Tennis, PhD
Associate Professor and Director of Faculty Affairs
Information School
University of Washington
ischool.uw.edu/people/faculty/jtennis

President
International Society for Knowledge Organization
isko.org

From: Aline E. Arboit <alinearboit@marilia.unesp.br>
Sent: Tuesday, August 12, 2014 1:42 PM
To: Joseph Tennis
Subject: Re: About Isko Conference (Montréal, Canada, August 5-8, 2008)

Professor Tennis,
Thanks for your cooperation. Furthermore, I'd like to consult you, as current ISKO president, if is there any record, document or minute of meetings of the ISKO executive board about the choices of the main themes and the sub-themes of the international conferences? If these documents exist, I'd have access to them and could use them in my

Truly yours,
Aline Arboit